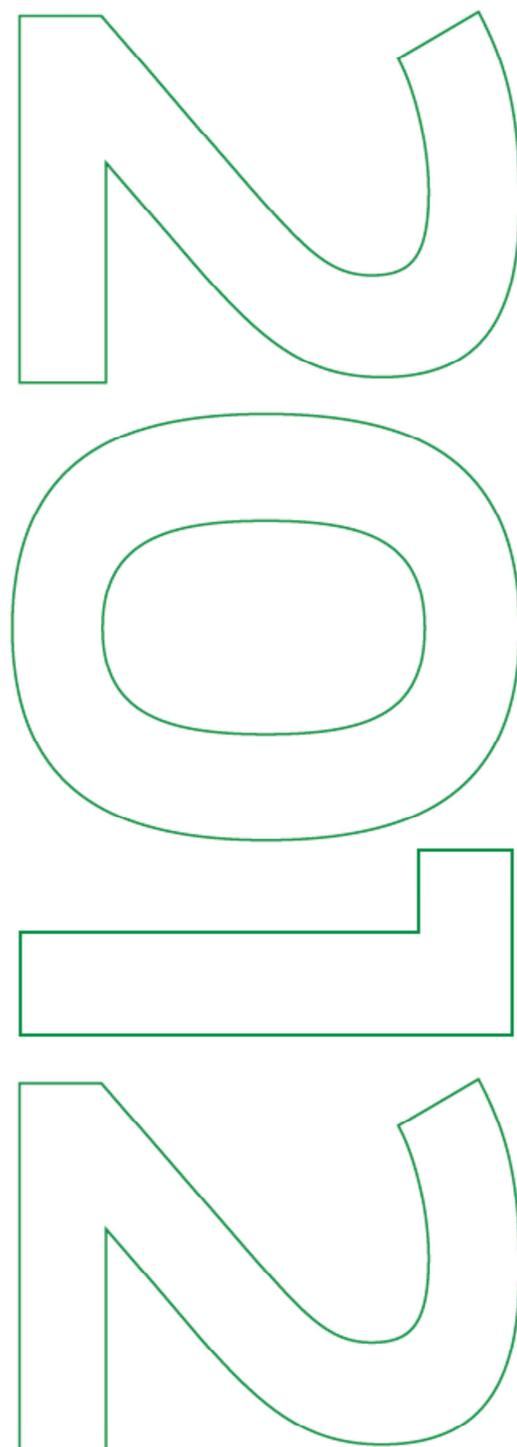

FCE Bank plc
ANNUAL REPORT
AND ACCOUNTS

for the year ended 31 December 2012



Definições

Definições

Para o objectivo deste relatório

- i. "**Relatório Anual e Contas 2012**" significa as demonstrações financeiras anuais consolidadas do FCE no e para o ano findo a dia 31 de Dezembro de 2012.
- ii. "**Relatório Intercalar**" significa os relatórios intercalares e as demonstrações financeiras consolidadas do FCE até e para o semestre findo a 30 de Junho de 2012.
- iii. "**Sociedade**" significa o FCE Bank plc., incluindo todas as suas sucursais europeias, mas excluindo as suas subsidiárias e SPE
- iv. "**Grupo**" ou "**FCE**" significa a Sociedade e respectivas subsidiárias
- v. "**FCI**" significa a Ford Credit International, Inc., uma sociedade constituída nos termos da Lei do Delaware, EUA, uma subsidiária da Ford Credit e o accionista imediato da Sociedade
- vi. "**Ford Credit**" ou "**FMCC**" significa a Ford Motor Credit Company LLC, uma sociedade de responsabilidade limitada constituída nos termos da Lei do Delaware, EUA, e uma subsidiária indirecta, detida a 100%, da Ford
- vii. "**Ford**" significa a Ford Motor Company, uma sociedade constituída nos termos da Lei do Delaware, EUA, e a empresa-mãe. Em certos casos, este termo pode incluir a Ford Motor Company e todas ou parte das suas afiliadas.
- viii. "**Forso**" ou "**a Forso JV**" significa uma sociedade financeira de joint venture estabelecida com a Sofinco, uma subsidiária de crédito ao consumo do Crédit Agricole S.A. em Junho de 2008, que proporciona aos clientes e agentes financiamento automóvel nos mercados nórdicos
- ix. "**Capital com Base no Risco**" ou "**CBR**" – é um processo que atribui capital com base numa avaliação do risco inerente em cada localização. Os custos de empréstimo são ajustados contra os relatados ao abrigo da IFRS, para reflectir o impacto dos custos das mudanças ao nível da dívida que seriam necessárias para corresponder aos requisitos de capital revistos. O CBR permite que o risco/retorno das localizações individuais seja avaliado numa perspectiva total.
- x. "**Capital para Efeitos Especiais**" ou "**CEE**" significa uma entidade não susceptível de falência, cujas operações estão limitadas à aquisição e financiamento de activo específico (que pode incluir a emissão de títulos garantidos por activo e a realização de pagamentos sobre os títulos) e sobre a qual o FCE não tem, normalmente, qualquer participação legal ou controlo de gestão.
- xi. "**FSA**" é a Autoridade dos Serviços Financeiros do Reino Unido – um organismo independente não governamental, com poderes estatutários atribuídos pela Financial Services and Markets Act 2000. A FSA é a entidade que regula o FCE no Reino Unido.

Para obter uma lista abrangente de definições, consulte o "Glossário de termos definidos" com início na página 132.

Relatório dos Administradores 2012

Análise de negócio para o ano findo a 31 de Dezembro de 2012

Destaques	4
Mensagem do Presidente	5
Descrição do negócio	6
Estratégia	8
Resumo de desempenho	9
Rentabilidade.....	10
Balanço.....	11
Principais rácios financeiros	12
Análise às exposições vencidas no retalho	13
Perspectivas futuras	15
Regulamentação	16
Capital e financiamento	17
Fontes de financiamento.....	18
Liquidez	19
Notações de crédito.....	20
Risco	21
Pessoas	25
Outras Informações de negócio	27
Governo da sociedade	
Conselho de administração	28
Principais princípios de governo da sociedade	30
Relatório do comité de auditoria	36

Demonstrações financeiras

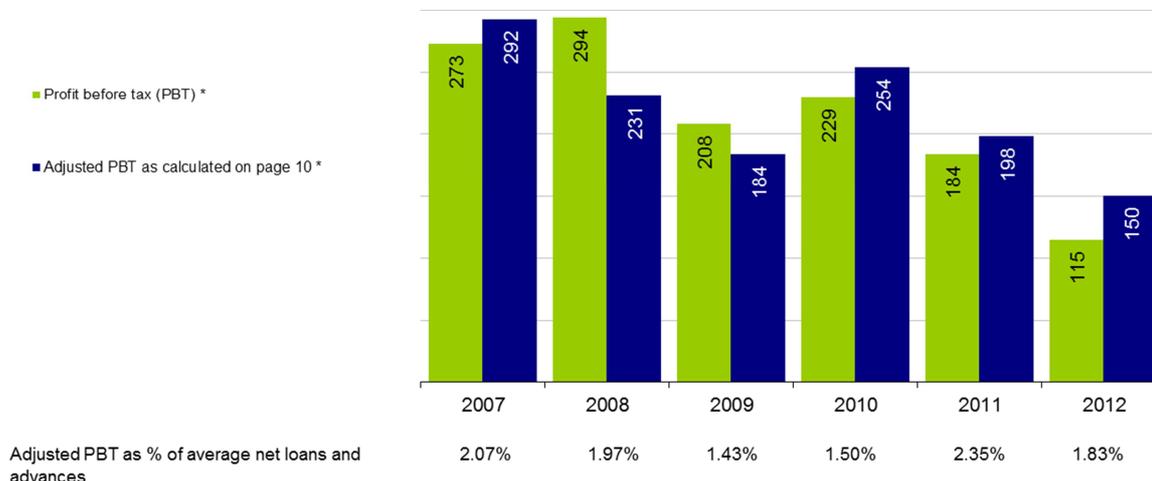
Responsabilidades dos Administradores pelos mapas financeiros	
Relatório dos auditores independentes	40
Declaração de resultados consolidados detalhados.....	41
Balanços.....	42
Demonstração dos fluxos de caixa	43
Demonstrações de alterações no capital próprio.....	44
Índice das notas às demonstrações financeiras	45
Notas às demonstrações financeiras.....	46

Outras informações

Principais rácios e termos financeiros	129
Endereços de internet	130
Locais de operações na Europa	131
Glossário de termos definidos	132

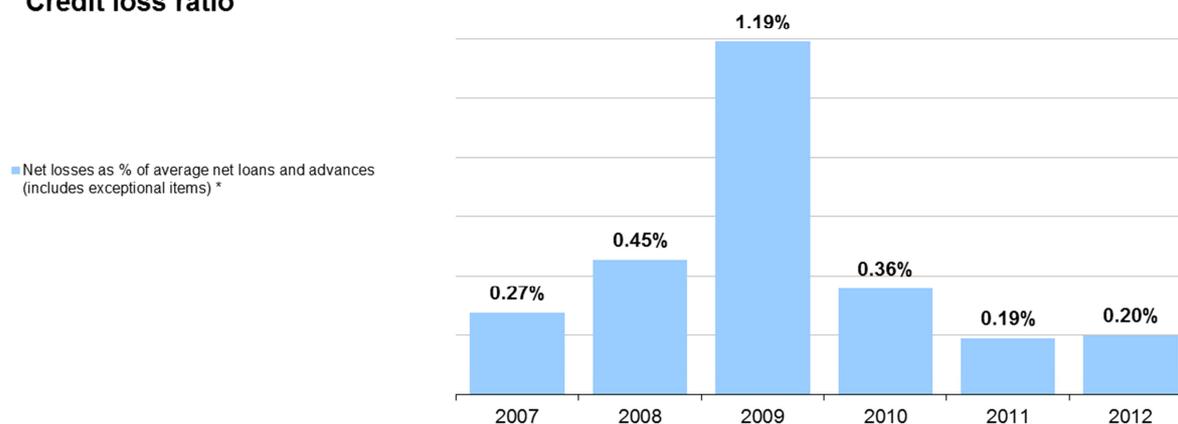
Destques

Profit before tax £ Millions



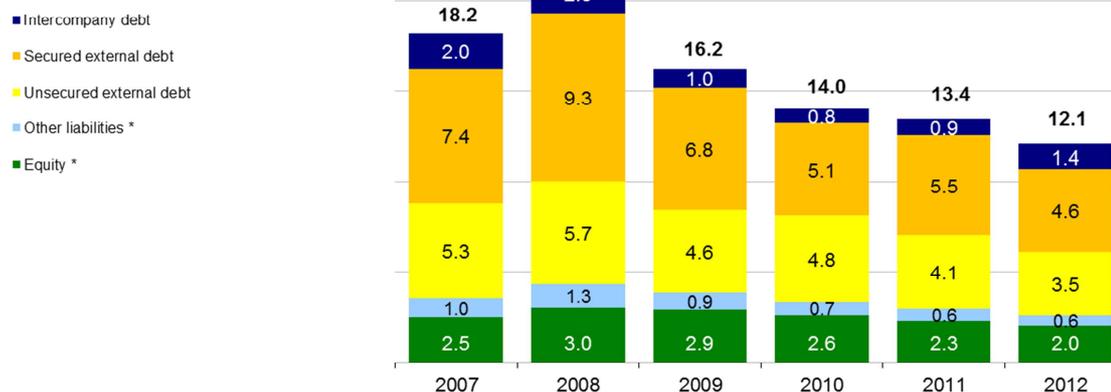
FCE has seen consistent profitability as a proportion of a smaller average portfolio size

Credit loss ratio



Favourable credit loss performance continuing to run at historical lows

Liabilities and shareholders' equity £ Billions



FCE continues to maintain an adequate capital base for the scale of its business

* Para detalhes de actualização, consulte a Nota 1 "Políticas contabilísticas".

Declaração do Presidente

O FCE Bank está a reportar lucros antes de impostos de £115 milhões para o exercício completo de 2012, bem como um forte balanço com um capital de Tier 1 principal de 21,5 %. Em linha com a nossa orientação anterior, os lucros foram inferiores aos registados em 2011.

Estes resultados representam um desempenho positivo durante mais um ano de circunstâncias económicas difíceis em toda a Europa que resultaram no recorde de desemprego nalguns mercados e a procura de carros novos caiu para o seu nível mais baixo desde 1995.

O FCE Bank e a Ford da Europa continuam a tomar acções alinhadas para minimizar as perdas, fomentar as vendas de veículos e preparam-se para a continuação do sucesso.

A Ford revelou uma emocionante gama de novos automóveis de passageiros, veículos comerciais e tecnologias em Setembro passado que devem ser entregues em curto prazo. Estes produtos representam novas oportunidades de vendas para o FCE.

Além disso, a Ford está a reduzir os níveis de stock de veículos nas concessionárias, uma iniciativa que visa melhorar a eficiência da cadeia de abastecimento em difíceis condições de mercado.

Face a esta conjuntura, tenho o prazer de apresentar os seguintes destaques relativos a 2012.

Gestão de risco

O FCE manteve o seu foco claro na gestão de risco, aproveitando o nosso profundo conhecimento de financiamento automóvel e de retalho e dos comportamentos do cliente do revendedor para gerir o risco. Ao monitorizar uma grande variedade de tendências e ajustando os seus processos e políticas para reflectir as circunstâncias em evolução, o FCE alcançou um rácio de perda de crédito de 0,2 por cento em 2012, o que está próximo do seu mínimo histórico.

Isto demonstra o sucesso da nossa política de “comprar certo” com sólidos processos de geração e apoiando os clientes com procedimentos de assistência de alta qualidade.

Vendas

Em 2012, o FCE alcançou o seu objectivo de aumentar a sua quota de registos da Ford para 33,1%, em comparação com 29,8% em 2011. Tal reflecte o apoio contínuo da Ford e a experiência do FCE em desenvolver ofertas de financiamento atractivas para o cliente que apoiam as vendas de novos veículos da Ford, bem como construção de lealdade para com a Ford e os seus revendedores.

Rentabilidade

Os nossos lucros ajustados de £150 milhões foram inferiores aos de 2011. A variação de £48 milhões reflecte níveis mais baixos de empréstimos como resultado das reduzidas vendas de veículos e inventário do revendedor, além do impacto da volatilidade do valor residual na nossa carteira de locação operacional a curto prazo.

O FCE pagou um dividendo de £315 milhões à sua empresa-mãe, Ford Credit International, em 2012. Este dividendo reflecte o nosso plano de alinhar a nossa base de

capital, ao longo do tempo, com a dimensão do nosso negócio. O FCE permanece fortemente capitalizado.

Investment Grade

A partir de Maio de 2012, o FCE foi notado como de nível “investment grade” pela Fitch, Moody’s e Standard & Poor’s. Ao mesmo tempo, a Ford e Ford Credit também regressaram ao nível “investment grade” com Fitch e Moody’s, reflectindo o sucesso do plano One Ford.

Estas notações ajudaram o FCE a realizar o seu plano de financiamento a custos reduzidos. Em 2012, o FCE gerou com sucesso £3,5 mil milhões em novo financiamento, incluindo emissões de dívida pública, em mercados não titularizados e titularizados. O FCE também alavancou a flexibilidade de fazer parte de uma empresa global acedendo ao financiamento a prazo de preço atractivo da Ford Credit.

Satisfação do cliente

Acreditamos que os revendedores Ford que optem por trabalhar com o FCE estão a investir no seu próprio sucesso e que nós lhes fornecemos produtos e serviços superiores. \$\$\$ Neste sentido, foi com agrado que o FCE constatou a satisfação do revendedor com o FCE - e a sua participação no questionário - aumentou no nosso inquérito anual de satisfação ao proprietário.

O feedback também foi positivo no inquérito de satisfação ao cliente proprietário do FCE. Acreditamos que tal é sustentado pela nossa forte assistência ao cliente, combinada com o nosso contínuo investimento em ferramentas e serviços on-line que tornam mais fácil para os clientes fazer negócios connosco num momento que é conveniente para eles.

Além de monitorizar a satisfação do cliente, o FCE recolhe dados para garantir que os seus clientes estão a ser tratados de forma justa. Analisamos e actuamos com base nestes dados para melhorar a experiência do cliente.

Perspectivas

Embora o ambiente económico possa ser difícil, não é mais duro do que a força e o compromisso das pessoas que gerem o nosso negócio. Orgulho-me de liderar uma equipa alinhada que comunica de forma transparente e coerente e que proporcionou consistentemente fortes resultados, mesmo durante a recessão económica.

Durante 2013, o FCE continuará a trabalhar para responder às mudanças no mercado automóvel europeu e na economia em geral. O sucesso do plano One Ford e os novos produtos automóveis dão-me a confiança de que estamos bem posicionados para avançar de forma rentável.

O objectivo central do FCE permanece inalterado. Vamos continuar a impulsionar as vendas da Ford, tratar os nossos clientes e revendedores de forma justa de modo a merecer a sua lealdade e oferecer-lhes apoio através de todos os ciclos económicos. Isto é o que faz do FCE um activo excepcionalmente valioso para a Ford Motor Company.

Nick Rothwell
Presidente, FCE Bank plc.
20 de Março de 2013

Descrição do negócio

O que é o FCE?

O FCE é um banco registado no Reino Unido, regulado pela FSA (Financial Services Authority) e é uma subsidiária da Ford Credit International (FCI). A FCI é detida a 100% pela Ford Motor Credit Company LLC (Ford Credit) que é, por sua vez, detida a 100% pela Ford Motor Company (Ford). O FCE está autorizado pela FSA a desempenhar um leque de actividades reguladas no Reino Unido e através de uma rede de sucursais em dez outros países europeus e está sujeito à supervisão consolidada da FSA. A FSA é a entidade reguladora do FCE para todas as suas operações das sucursais.

Aquilo que o FCE faz

O objectivo do FCE's é ser reconhecido como o líder no fornecimento de serviços e produtos financeiros para a área automóvel à Ford, aos seus clientes e agentes e, proporcionar consistentemente valor ao accionista. O seu negócio é melhor descrito no contexto dos seus três grupos de clientes principais – clientes de venda a retalho, agentes e operações automóveis da Ford.

O FCE ajuda os clientes de venda a retalho da Ford a adquirirem os seus veículos Ford, fornecendo

- financiamento para clientes a retalho comprarem ou alugarem veículos Ford;
- acesso a produtos de seguros para proteger os clientes quando conduzem veículos Ford;
- aos clientes de frota/empresarias, um vasto leque de opções de financiamento.

Está área de negócio é referida como “Retalho” no Relatório Anual e Contas 2012.

O FCE ajuda os agentes da Ford a venderem veículos Ford, fornecendo

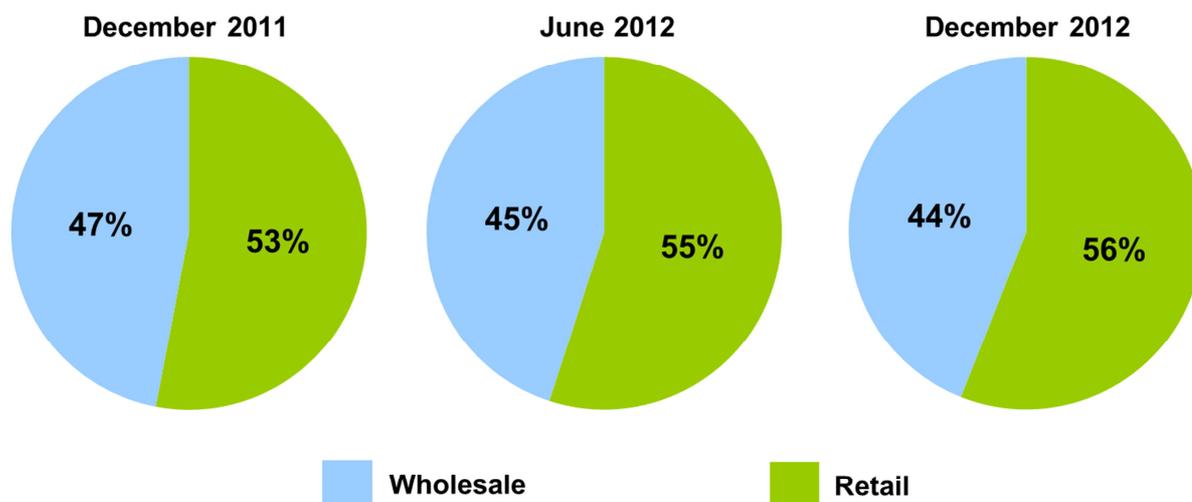
- financiamento para aprovisionar veículos novos e usados;
- financiamento para testes de demonstração e veículos de substituição;
- financiamento para permitir aos agentes operarem o seu negócio.

Está área de negócio é referida como “Por Grosso” no Relatório Anual e Contas 2012.

O FCE ajuda as operações automóveis Ford, fornecendo

- uma rede pan-europeia de financiamento de marca dedicada a apoiar a venda dos produtos Ford;
- apoio de gestão de risco financeiro para garantir a continuidade da rede de distribuição da Ford;
- apoio especializado para os principais segmentos de negócio e de cliente, e expansão em novos mercados.

Analysis of net loans and advances by product segment



O conjunto de negócios permanece consistente com as proporções históricas

Descrição do negócio

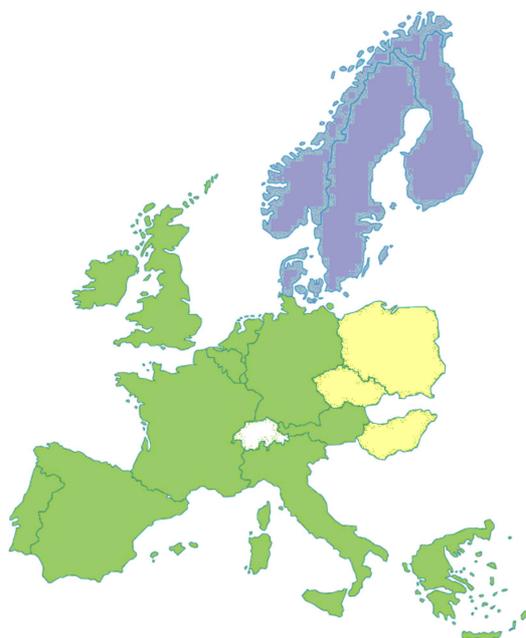
Onde o FCE opera

O FCE opera directamente em 14 países europeus através de uma rede de filiais e subsidiárias, fornecendo serviços financeiros oficiais para a Ford. O FCE continua igualmente a assistir carteiras de venda a retalho em liquidação para a Volvo, Mazda, Jaguar e Land Rover, bem como uma carteira em liquidação na Noruega.

A Sociedade possui igualmente uma divisão de Financiamento Comercial Mundial (FCM), que fornece financiamento a distribuidores e importadores em quase 60 países.

Além disso, o FCE detém uma participação de 50% menos uma acção, na Forso Nordic AB (Forso), que oferece serviços financeiros automóveis na Dinamarca, Finlândia, Suécia e Noruega.

Para obter informações adicionais sobre o FCE, consulte a Nota 46 "O FCE e outras informações de partes relacionadas" e "Outras Informações – Locais de Operação Europeus".

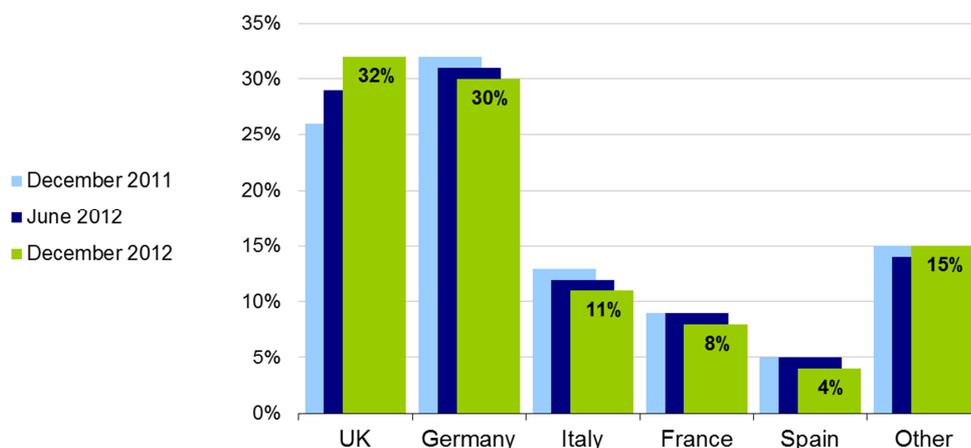


O FCE possui cerca de 1.700 funcionários em 14 países europeus.

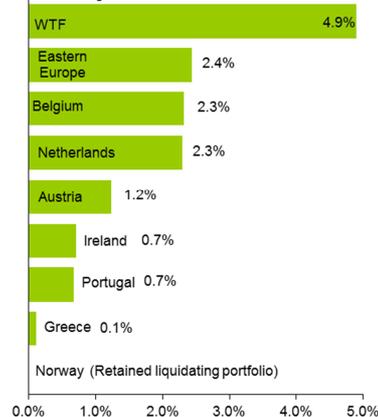
Mercados servidos por:

- Sociedade e sucursais do FCE
- Subsidiárias do FCE
- Joint venture da Forso Nordic AB

Analysis of net loans and advances to customers by market



'Other' by market



O gráfico realça a importância contínua dos mercados da Alemanha e Reino Unido e a redução no financiamento nos mercados italiano, francês e espanhol.

Estratégia

Os principais objectivos do FCE consistem em apoiar a venda de veículos Ford e proporcionar retorno ao seu accionista. Um aumento controlado na participação do FCE nas vendas da Ford irá ajudar na compensação da contracção do balanço do FCE à medida que as Contas a receber de veículos não-Ford são liquidadas. Estes objectivos fornecem a orientação preponderante para as acções e decisões do FCE e são implementados com um enfoque nos seus três principais grupos de clientes.

O Cliente a retalho

O modelo de negócio do FCE vai para além do simples fornecimento do financiamento a clientes para comprarem ou alugarem um veículo motorizado. O FCE empenha-se para permitir ao cliente substituir o seu veículo as vezes que este desejar, ao mesmo tempo que mantém pagamentos mensais acessíveis. O cliente beneficia da conveniência de obter financiamento e seguro no concessionário, bem como do serviço prestado por uma organização dedicada a tratar o cliente com justiça e respeito. O FCE permanece focado no melhoramento da experiência do cliente desenvolvendo novos serviços incluindo a sua presença online orientada para o cliente em vários locais.

O revendedor

O facto do FCE fornecer um serviço ao cliente de alta qualidade juntamente com o produto certo de financiamento para o cliente impulsiona uma maior lealdade para com a marca e o revendedor. Os estudos de mercado em diferentes países e sectores mostram de forma consistente que existe uma probabilidade significativamente maior de os clientes do FCE comprarem o seu próximo veículo junto do mesmo revendedor. O revendedor beneficia igualmente do apoio do FCE para o seu negócio numa variedade de necessidades de financiamento e é tranquilizado com o conhecimento de que o FCE apoiou a rede de agentes de forma consistente durante 50 anos ao longo dos altos e baixos de cada ciclo económico.

Operações automóveis da Ford

A combinação de clientes altamente satisfeitos e leais com um apoio financeiro consistente na rede de concessionários proporciona à Ford o conhecimento de que os seus clientes e a sua rede de distribuição estão em boas mãos. Como parceira automóvel do FCE, a Ford beneficia igualmente de uma sociedade financeira que compreende as suas actividades de marketing e vendas e fornece os serviços certos de financiamento e seguro ao longo de todo o ciclo de vida do veículo.

Activadores estratégicos

Eficácia operacional

O FCE continuou a derivar eficiências, através da simplificação dos seus processos de negócio e da uniformização das plataformas tecnológicas informáticas (TI) centrais. Este programa permite minimizar o número de sistemas informáticos únicos em actividades centrais. O Grupo opera centros de serviços centralizados na maioria dos locais e partilha as melhores práticas por toda a Europa e globalmente para impulsionar melhorias contínuas. O FCE continua a desenvolver e implementar o modelo operacional ideal para proporcionar um negócio sustentável e com sucesso que cumprirá a estratégia do FCE, melhorando simultaneamente o serviço ao Cliente e fidelidade dos proprietários.

Pessoal

Impulsionar pessoas e equipas de alto desempenho constitui o pilar da estratégia do FCE. Tal encontra-se descrito em pormenor na secção “Pessoas” na página 25.

Eficiência de financiamento

A estratégia de financiamento do FCE consiste em manter liquidez suficiente de forma a cumprir obrigações de financiamento de curto prazo através de um substancial saldo de tesouraria, capacidade garantida de financiamento, e acesso a várias fontes de financiamento que sejam eficazes em termos de custo. Tal encontra-se descrito em pormenor na secção “Capital e Financiamento” na página 17.

Parcerias estratégicas

O FCE continua a rever as suas operações para identificar estruturas de negócio alternativas e alianças estratégicas para fortalecer a sua proposta de valor ao Cliente e gerar um aumento do rendimento com base em comissões.

Governo e controlo

O FCE considera que um governo empresarial eficaz constitui um factor-chave subjacente às estratégias e operações do Grupo. Tal encontra-se descrito em pormenor na secção “Princípios de Governança Chave” na página 30.

Gestão de risco

O FCE tem uma sólida experiência de gestão de risco, construída com base em vários ciclos económicos. Concentra-se em alavancar e reforçar as competências globais para gestão de risco da Ford Credit. Tal encontra-se descrito em pormenor na secção “Risco” na página 21.

Sumário de desempenho

Cenário de negócio

Durante o período, o FCE viveu uma conjuntura comercial difícil com contracção económica e elevado desemprego na Europa o que levou, de forma continuada, a uma baixa confiança do consumidor. A actividade automóvel europeia continuou a contrair-se significativamente ao mesmo tempo que a concorrência de outros fornecedores de financiamento aumentava. Em resposta a baixos volumes no sector, a Ford reduziu activamente os inventários de veículos contribuindo ainda mais para a redução dos adiantamentos e empréstimos grossistas do FCE.

No entanto, o FCE beneficiou de uma estabilidade económica relativa em dois dos maiores mercados, o Reino Unido e a Alemanha onde os volumes de vendas automóveis continuaram relativamente fortes.

Apesar destes factores económicos e do desemprego notoriamente mais elevado, o FCE continuou a registar perdas de crédito historicamente baixas dado que o Grupo continua a aplicar as suas práticas incorporadas de gestão do risco na sua carteira.

Vendas

Sales results	2012	2011
Automotive sales in Western Europe (vehicles mils.)	14.0	15.3
Ford share of Western Europe car market	7.9%	8.3%
FCE new contracts as a percentage of Ford sales	33.1%	29.8%
FCE sales of new and used retail/lease contracts (000's)	433	443

Globalmente as vendas do sector na Europa Ocidental reduziram-se significativamente em comparação com 2011, caindo para níveis nunca vistos desde 1995. Apesar de a quota da Ford nestas vendas ter descido, o FCE registou apenas uma pequena redução nas vendas de contratos de locação e de retalho de novos e usados principalmente

devido ao aumento da penetração do FCE nas vendas da Ford. Tal tem sido alcançado através de esforços continuados do FCE e da Ford no sentido de otimizar o apoio da empresa aos clientes da Ford.

Satisfação do cliente

O FCE efectua inquéritos independentes regulares para medir a satisfação dos clientes e dos agentes. O inquérito mede a satisfação num conjunto de elementos pormenorizados incluindo a satisfação global com o FCE. Os resultados são expressos em pontuação média usando uma escala de 10 pontos*.

Os resultados de 2012 mostram um melhoramento contínuo na satisfação dos revendedores (DSI), já que o FCE continua a capitalizar os benefícios do investimento novas tecnologias para os revendedores Ford.

A satisfação dos clientes (CSI) continuou positiva em 2012 apesar da continuação dos desafios económicos em muitos dos mercados do FCE.

Satisfaction Indices	2012	2011
Customer Satisfaction Index (CSI)	9.0	9.0
Dealer Satisfaction Index (DSI)	8.8	8.6

* FCE have moved from reporting % completely satisfied to mean score reporting.

Sumário de desempenho

Rentabilidade

	Notes	2012 £ mil	2011 £ mil
Profit before tax (PBT) *		£ 115	£ 184
Adjustment to exclude exceptional items	9	5	(5)
PBT excluding exceptional items		£ 120	£ 179
Adjustment to exclude:			
- Fair value adjustments to financial instruments - loss / (gain)	7	£ 75	£ (5)
- (Gain) / loss on foreign exchange	8	(45)	24
Financial instruments fair value and foreign exchange adjustments		£ 30	£ 19
Adjusted PBT		£ 150	£ 198

* For details of restatement refer to Note 1 'Accounting policies'.

Resultados antes de impostos

Os resultados antes de impostos (PBT) do FCE em 2012 diminuiu £69 milhões se comparado com o ano anterior.

O PBT inclui rubricas excepcionais (rubricas significativas que pela sua dimensão ou incidência são apresentadas separadamente de forma a ajudar a interpretação de desempenho em relação ao ano anterior), ajustes do justo valor em instrumentos financeiro, ajustes de taxas de câmbio.

A rubrica excepcional em 2012 reflecte uma despesa incorrida nos termos do acordo de venda de carteira. As rubricas excepcionais em 2011 reflectem uma despesa incorrida nos termos de um acordo de venda de carteira e um rendimento originário de um acordo de divisão de lucros histórico. Para mais detalhes, consulte a Nota 9 "Resultados antes de

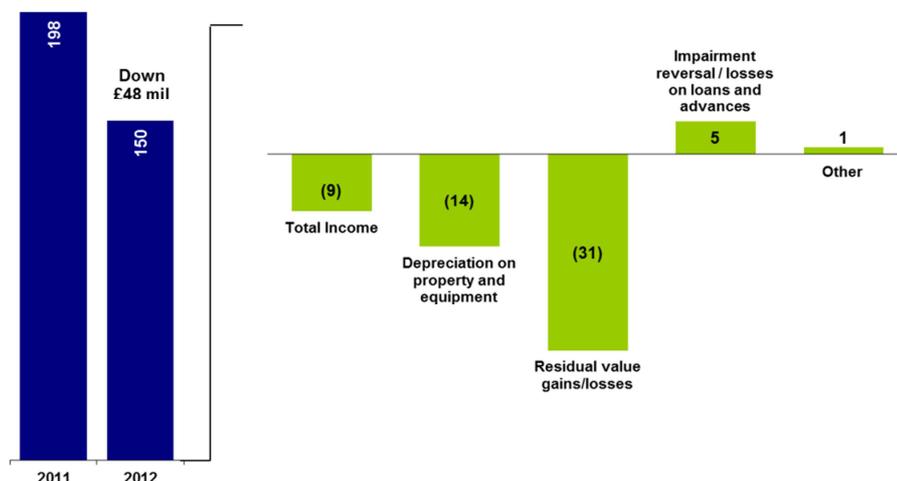
impostos".

A política do FCE prevê a minimização da exposição a resultados operacionais decorrentes de alterações nas taxas de juro e taxas de câmbio. Derivados são utilizados para gerir esses riscos. Como política, o FCE não utiliza derivativos para fins especulativos. Ajustes do justo valor em instrumentos financeiros e ajustes cambiais são portanto excluídos do PBT.

Excluindo as rubricas excepcionais, ajustes do justo valor em instrumentos financeiros e ajustes cambiais, o PBT do FCE são de £48 milhões. O gráfico seguinte mostra um análise deste movimento ano-a-ano do PBT ajustados pelos factores principais.

PBT ajustado (£ Milhões)

-
- Maiores encargos de amortização e valores residuais dos veículos inferiores ao esperado.
- As menores perdas por imparidade reflectem a libertação de reservas no período.



A menor rentabilidade subjacente reflecte o impacto da reduzida dimensão da carteira média.

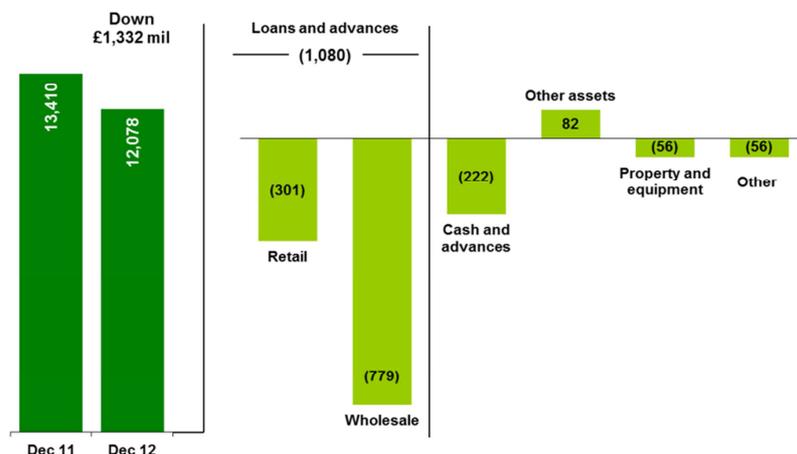
Sumário de desempenho

Balanço

Os gráficos seguintes mostram uma análise dos movimentos do balanço entre 2011 e 2012.

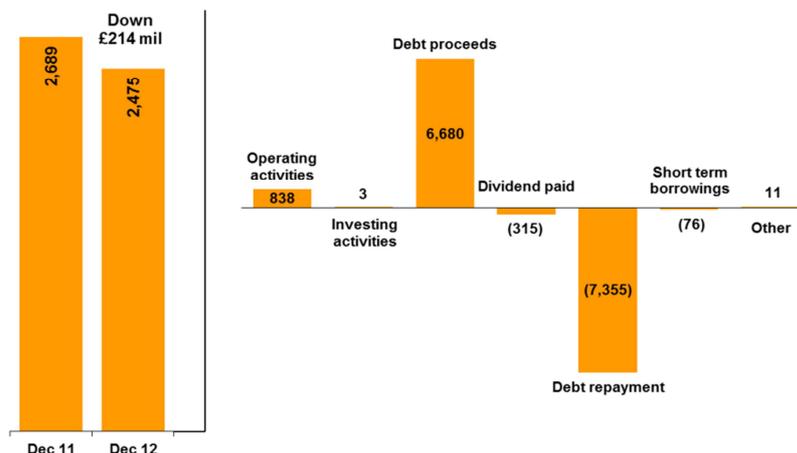
Activos (£ Milhões)

- Os adiantamentos e empréstimos grossistas inferiores foram devidos a um plano activo de redução dos inventários de veículos grossistas nos revendedores.
- Os adiantamentos e empréstimos retalhistas reduzidos reflectem os baixos volumes do sector e a continuação da liquidação da carteira de marcas não-Ford.
- O decréscimo em "dinheiro e adiantamentos" deve-se principalmente ao facto de o FCE deter mais liquidez na forma de capacidade comprometida não utilizada.



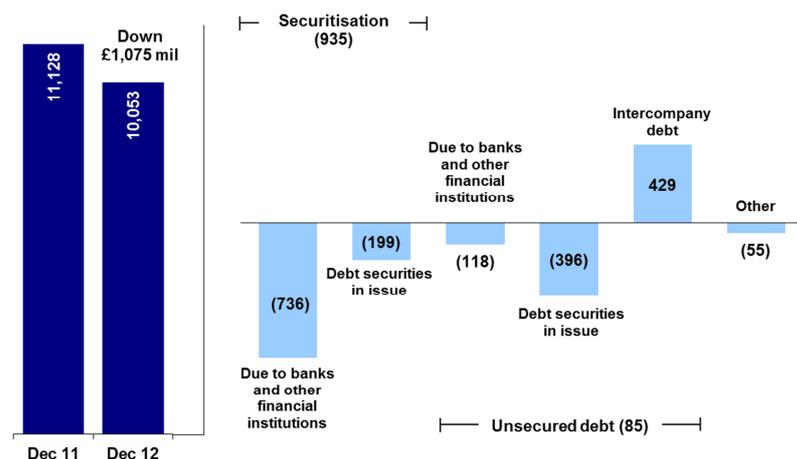
Dinheiro e adiantamentos (líquido de descobertos) £ Milhões

- Aumentos nos fluxos de caixa das actividades operacionais que reflectem a redução dos empréstimos líquidos e dos adiantamentos em 2012.
- Novo financiamento inclui a utilização da existente capacidade dedicada de titularização e de novas facilidades de crédito não garantidas e a emissão de nova dívida pública não garantida e de dívida de titularização.
- Reembolsos da dívida incluem reembolsos da dívida pública calendarizados e recompras.



Passivo £ Milhões

- Redução no financiamento por titularização relacionada com o declínio correspondente nos adiantamentos e nos empréstimos titularizados.
- Maior dívida entre empresas devido à utilização de fundos entre empresas com preços atractivos.



Sumário de desempenho

Principais rácios financeiros

Key financial ratios	2012	2011 Restated*
Return on equity	3.9%	5.2%
Margin	4.0%	3.9%
Cost efficiency ratio	2.4%	2.1%
Cost affordability ratio	60.2%	52.9%
Credit loss ratio	0.20%	0.19%
Credit loss cover	0.5%	0.6%
Tier 1 capital / Risk weighted exposures Basel II basis	21.5%	20.9%
Total regulatory capital / Risk weighted exposures Basel II basis	23.8%	23.2%

Os rácios acima excluem rubricas excepcionais de modo a apresentar o desempenho subjacente ou "normalizado". Consulte a página 129 para obter os principais rácios financeiros e as definições dos termos e para informações adicionais sobre o cálculo dos principais rácios financeiros.

* Para detalhes de actualização, consulte a Nota 1 "Políticas contabilísticas".

A rendibilidade dos capitais próprios do FCE diminuiu em relação ao mesmo período do último ano reflectindo o menor resultado antes de impostos compensada por um nível inferior de capitais próprios médios depois do pagamento de dividendos feito em 2012.

O ligeiro aumento na "Margem" foi principalmente impulsionado por uma redução nos custos de empréstimo, o que reflecte a notação melhorada de crédito do FCE em 2012.

O aumento no "rácio de eficiência de custos" do FCE reflecte principalmente os níveis inferiores de adiantamentos e empréstimos. Tal é parcialmente compensado pelas acções em curso para a eficiência de custos.

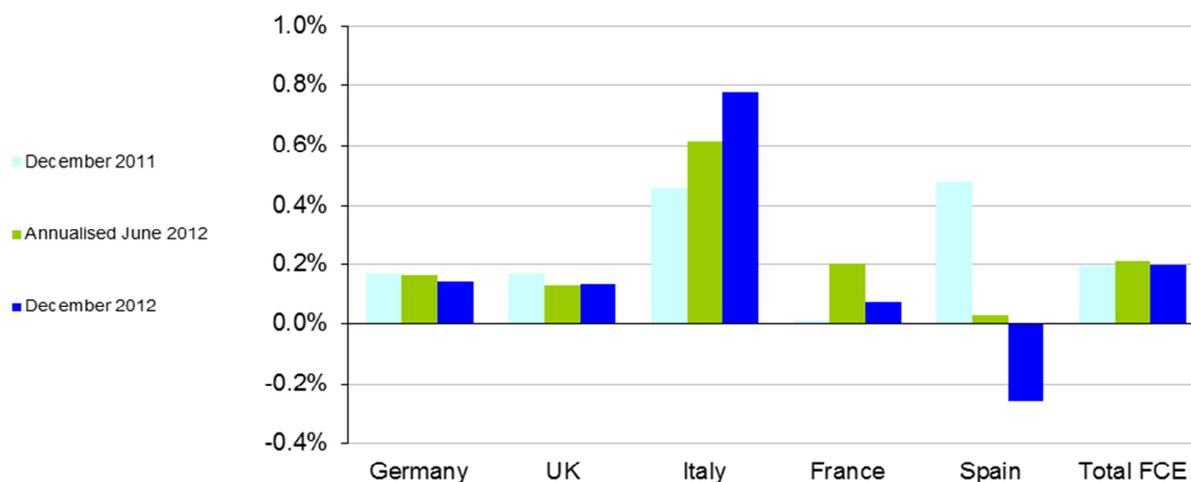
O "rácio de perda de crédito" do FCE aumentou ligeiramente em relação a 2011. Isto reflecte a consistente qualidade da carteira do FCE apesar da constante instabilidade da situação económica europeia.

A ligeira redução da "Cobertura de perda de crédito" é causada por uma redução das provisões por imparidade colectiva para £42 milhões a 31 Dezembro de 2012 comparado com £62 milhões no mesmo período de 2011, reflectindo uma redução dos empréstimos concedidos e adiantamentos a clientes e um aumento no desempenho das perdas de crédito. O FCE avalia como correcto o valor de provisões por imparidade de acordo com os valores do balanço actual e do cenário económico.

Sumário de desempenho

Rácios (continuação)

Net credit losses as percentage of average net loans and advances from customers



O desempenho favorável da perda de crédito continuou em mínimos históricos.

Este gráfico mostra as perdas líquidas de crédito anualizadas para o financiamento de vendas no mercado grossista e a retalho, como uma percentagem dos empréstimos concedidos líquidos e adiantamentos a clientes incluindo perdas extraordinárias.

O FCE continuou a verificar um bom desempenho na rubrica perda de crédito no mercado Alemão e do Reino Unido, os seus 2 mercados mais fortes, bem como França. Estes foram compensados por um aumento em Itália, que reflecte o abrandamento da economia.

O desempenho do FCE em relação à perda de crédito está relacionado quer com reduzida emergência da perda de crédito quer com uma forte recuperação do desempenho dos empréstimos e adiantamentos com imparidade, especialmente no mercado espanhol.

Análise às exposições vencidas no retalho

Um activo é classificado como "vencido" quando a contraparte falha no pagamento na data contratualmente acordada. No caso um evento de prestação vencida, a classificação de vencido aplica-se a todo o valor do empréstimo pendente.

Tabelas de valores vencidos de retalho

As seguintes tabelas em baixo proporcionam uma análise geográfica de contratos de retalho com os valores vencidos mas ainda não classificados como imparidade para os maiores cinco locais. Todos os outros locais são reportados em "Outros". Os contratos de retalho vencidos são analisados por situação de vencimento e são apresentados face aos adiantamentos e empréstimos líquidos em cada localização em 31 de Dezembro.

Sumário de desempenho

Análise das exposições vencidas no retalho, continuação

	UK		Germany		Italy		Spain		France		Other		Total	
	2012		2012		2012		2012		2012		2012		2012	
	£ mil		£ mil		£ mil		£ mil		£ mil		£ mil		£ mil	
Past due exposures (as at 31 December 2012)														
Past due under 30 days	£	15	£	22	£	24	£	3	£	3	£	35	£	102
Past due over 30 < 60 days		7		7		6		1		1		8		30
Past due over 60 < 90 days		2		2		4		1		0		2		11
Past due over 90 < 120 days		1		1		1		1		0		1		5
Total past due	£	25	£	32	£	35	£	6	£	4	£	46	£	148
Retail net loans and advances	£	1,542	£	1,983	£	557	£	147	£	288	£	376	£	4,893

	UK		Germany		Italy		Spain		France		Other		Total	
	2011		2011		2011		2011		2011		2011		2011	
	£ mil		£ mil		£ mil		£ mil		£ mil		£ mil		£ mil	
Past due exposures (as at 31 December 2011)														
Past due under 30 days	£	14	£	35	£	26	£	5	£	3	£	28	£	111
Past due over 30 < 60 days		6		10		7		3		1		9		36
Past due over 60 < 90 days		2		4		3		3		0		3		15
Past due over 90 < 120 days		0		1		2		2		0		1		6
Total past due	£	22	£	50	£	38	£	13	£	4	£	41	£	168
Retail net loans and advances (Restated *)	£	1,413	£	2,250	£	631	£	149	£	303	£	448	£	5,194

A tabela apresenta a melhoria no valor absoluto dos valores vencidos na maioria das localizações e por intervalos de idade. O FCE tem observado os vencimentos, em proporção dos adiantamentos e empréstimos líquidos de retalho totais, a continuar estável de um modo geral em 2012, em comparação com 2011. As melhorias notadas em Espanha e na Alemanha foram compensadas por uma ligeira

deterioração no Reino Unido, Itália e outros mercados. A França continuou relativamente estável. Deve notar-se que a melhoria na Alemanha é parcialmente devida ao momento de final de ano de 2012 em resultado da melhoria do quadro subjacente na Alemanha que é ligeiramente melhor em 2011 em termos proporcionais.

* Para detalhes de actualização, consulte a Nota 1 “Políticas contabilísticas”.

Sumário de desempenho

Perspectivas futuras

Espera-se que o sector dos veículos na Europa Ocidental continue a declinar em 2013 dado que a conjuntura económica continua a constituir um desafio na maior dos mercados. Espera-se que as vendas da Ford em proporção do sector continuem estáveis.

O FCE deve compensar o impacto de menores volumes do sector de veículos através da maior penetração nas vendas da Ford e da participação mais ampla em segmentos tais como os usados e o financiamento de veículos comerciais.

No final do ano de 2013, o FCE antecipa que os empréstimos e adiantamentos líquidos para os clientes situar-se-ão entre os £8,5 mil milhões e os £10,5 mil milhões.

O plano de financiamento do FCE para 2013 inclui financiamento a prazo sem garantias (incluindo financiamento a prazo entre empresas) no intervalo de £1,6 a £2,2 mil milhões, dos quais a emissão pública de dívida a prazo sem garantias está entre £1,0 e £1,6 mil milhões, e um intervalo de £0,3 a £0,7 mil milhões de emissão pública a prazo titularizada.

O FCE espera que a sua dívida garantida seja esteja entre 44% e 50% dos empréstimos líquidos e adiantamentos a clientes a 31 de Dezembro de 2013. De seguida, espera que este rácio diminua.

O FCE continuará a investir de forma a suportar o crescimento na sua participação das vendas em veículo de marca Ford e a reestruturar as suas operações para se tornarem compatíveis com a sua escala mais reduzida.

Em 2013, o FCE planeia melhorar o seu "PBT Ajustado" desde que as condições económicas não se deterioreem significativamente.

O plano do FCE é alinhar gradualmente a sua base de capital com a escala mais reduzida do seu negócio tendo em conta o ambiente de financiamento e liquidez. Baseado nestes pressupostos e com a necessidade de conformidade com os seus requisitos de regulamentação, o FCE espera pagar um dividendo em 2013.

Esta declaração de perspectivas futuras baseia-se nas actuais expectativas, previsões e pressupostos e envolve um conjunto de riscos, incertezas e outros factores que podem fazer com que os resultados reais difiram. O FCE não pode ter a certeza que quaisquer expectativas, previsões e pressupostos verificar-se-ão estarem correctas ou que essas projecções se irão materializar. A declaração baseia-se nos melhores dados disponíveis no momento da emissão e será actualizada aquando da publicação do relatório do primeiro trimestre de 2013 e do relatório de gestão do FCE. Para além desta, o FCE não se compromete a actualizar ou rever publicamente quaisquer declarações de previsões, devido a novas informações, futuros eventos ou outros.

Regulação

Regulação

O FCE mantém as autorizações regulamentares e permissões para os locais onde opera. No Reino Unido o FCE está autorizado e é regulado pela FSA, para realizar várias actividades regulamentadas - quer no Reino Unido quer na sua rede de sucursais europeias.

Actualmente, o FCE possui sucursais em dez outros países europeus e está sujeito à supervisão consolidada, através de várias directivas da UE, com a FSA como a entidade reguladora do FCE para as operações de todas as suas sucursais europeias. Cada local pode, por sua vez estar sujeito a requisitos de regulação locais do próprio estado através de reguladores locais e / ou bancos centrais. No seu papel de regulador local estatal, a FSA, procura manter a confiança de mercado, melhorar a estabilidade financeira, reduzir o crime financeiro e assegurar um certo grau de protecção aos consumidores. A FSA supervisiona empresas através de várias ferramentas regulamentares. Estes métodos incluem a recolha de informação dos retornos estatísticos e prudenciais, relatórios obtidos de pessoas especializadas, visitas a empresas e reuniões regulares com a direcção.

A FSA adopta uma abordagem baseada no risco para a supervisão. O ponto de partida para a supervisão de todas as instituições financeiras é uma análise sistemática do perfil de risco para cada empresa autorizada. Historicamente, a FSA adoptou um modelo homogéneo de risco, processos e recursos na sua abordagem às suas responsabilidades supervisoras (conhecido como o modelo ARROW-Advanced Risk Response Operating Framework) e os resultados da avaliação de risco são utilizados pela FSA para desenvolver um programa de mitigação de risco para uma empresa. Durante 2012, o FSA desenvolveu métodos de supervisão alternativa para se afastar do actual processo ARROW. Estas metodologias de supervisão irão evoluir em 2013 logo que a Autoridade para a Conduta Financeira (FCA) e a Autoridade da Regulação Prudencial (PRA) estejam formalmente criadas no prazo legal (LCO) que está previsto para ter efeito no início de Abril de 2013 quando a FSA for desactivada. O FCE será regulado pela PRA e pela FCA.

A FSA tem requisitos para bancos e outras instituições financeiras para obedecerem a matérias como adequação de capital, limites para exposições elevadas, liquidez, regras de conduta no negócio. Alguns destes requisitos derivam de directivas europeias, com exemplos conforme descrito abaixo.

No Reino Unido, a agenda reguladora do Reino Unido é consideravelmente formada e influenciada pelas directivas e propostas que emanam da UE. Várias directivas europeias foram ou estão a ser actualmente implementadas, por exemplo, a directiva de crédito ao consumo (Consumer Credit Directive), a directiva de mediação de seguros (Insurance Mediation Directive) e a directiva de requisitos de capital (Capital Requirements Directive).

Em 2012, antes do LCO, a FSA esteve a trabalhar internamente num modelo "twin peaks" - com Unidades de

Negócios de Conduta e Prudencial separadas independentes entre si.

Processo de Auto-avaliação da Adequação do Capital

O Conselho de Administração aprova anualmente a sua declaração de Processo de Auto-Avaliação de Adequação de Capital (ICAAP) e submete a declaração à FSA. As normas ICAAP exigem que a gestão recomende um nível total de capital económico necessário para operar o seu negócio. Cada avaliação é concluída após a análise cuidadosa dos principais riscos do FCE e mitigação de risco, a apetência pelo risco e testes de esforço e planeamento de cenários. O ICAAP é revisto e aprovado nas reuniões do Conselho do FCE. Conforme requerido pelo Pilar 3 de Basileia II, o FCE proporciona divulgações adicionais como parte dos requisitos disciplinares de mercado, incluindo processos de capital, exposições de risco e avaliação de risco. As divulgações são publicadas no website do FCE. Poderá encontrar o endereço do website do FCE na página 130.

Avaliação de Adequação da Liquidez Individual

Anualmente, desde 2010, o FCE realiza uma Avaliação de Adequação da Liquidez Individual (ILAA) aprovada pelo Conselho, que documenta a abordagem do FCE relativamente à gestão do risco de liquidez, incluindo governação, comunicação, testes de esforço, planeamento contingente e requisitos de liquidez.

Plano de Recuperação e Resolução

O FCE concluiu o seu primeiro Plano de Recuperação e Resolução em Setembro de 2012.

Basileia III

O Comité de Supervisão Bancária de Basileia desenvolveu um conjunto abrangente de medidas de reforma com vista a fortalecer a regulamentação, supervisão e gestão de risco do sector bancário. A Basileia III descreve um conjunto de abordagens ao capital regulador, alinhamento de risco, liquidez e comissões. O FCE encontra-se no processo de alinhar o seu negócio com as alterações propostas.

A Regulação das Infraestruturas de Mercado Europeias - Regulamento (UE) 648/2012 (EMIR)

O EMIR destina-se a reduzir o risco em transacções de derivados no mercado de balcão (OTC) através de uma combinação de medidas que incluem reporte obrigatório das transacções, compensação e divulgação de garantias. Embora o próprio EMIR tenha sido convertido em lei em 16 de Agosto de 2012, muitas das suas disposições só entrarão em vigor quando forem acordadas novas normas na UE. Espera-se que estas normas técnicas e as disposições do EMIR que estão relacionadas com essas normas entrarão em vigor por fases ao longo de 2013 e 2014. O FCE está a monitorizar o EMIR e está em processo de alinhar o seu negócio de modo a alcançar a conformidade.

Capital e Financiamento

Capital

A política do FCE consiste em gerir o seu capital base para níveis definidos que excedem todas as exigências reguladoras e apoiam mudanças antecipadas no activo e taxas de câmbio. O rácio de capital Tier 1 principal do FCE estava nos 21,5% em 31 de Dezembro de 2012 (31 de Dezembro de 2011: 20,9%).

O capital regulador consolidado do FCE é gerido pelo Comité de Gestão de Activo e Passivo mensal, no qual são monitorizadas as posições de adequação de capital reais e projectadas relativamente aos requisitos de recursos de capital determinados pela avaliação interna (ICAAP) e pelos níveis reguladores mínimos.

O rácio de solvência do FCE é reportado nas divulgações do Pilar 3 de Basileia II do FCE e situou-se em 297% no dia sábado, 31 de Dezembro de 2012 (2011: 289%). O rácio de solvência indica que o FCE detém capital em excesso relativamente aos seus requisitos de capital mínimos de Basileia II, conforme avaliado ao abrigo do ICAAP de Pilar 2 e dos requisitos de capital mínimos de Pilar 1.

O FCE permanece fortemente capitalizado devido ao seu papel contínuo como um mutuante garantido no sector de financiamento automóvel especializado. Não houve qualquer alteração ao capital social emitido da Empresa durante 2012. O capital regulador é definido por escalões. O capital do Escalão 1 do FCE engloba os capitais próprios, líquidos de imobilizado incorpóreo e goodwill. O capital do Escalão 2 do FCE engloba a dívida subordinada e perdas por imparidade colectiva. Como o FCE não possui uma carteira de negociação, a sua estrutura de capital não inclui qualquer capital do Escalão 3. Para informações adicionais, consulte a Nota 33 "Componentes de capital".

Financiamento

A estratégia de financiamento do FCE consiste em ter liquidez suficiente para apoiar a Ford, os seus agentes e clientes, de forma lucrativa, em todos os ambientes económicos. O FCE mantém um balanço de caixa substancial, capacidade de financiamento dedicada e acesso a diversas fontes de financiamento.

As notações de crédito continuaram a aumentar em 2012, com o FCE a deter agora classificações de "investment grade" da Fitch (BBB-), Moody's (Baa3) e Standard & Poor (S&P) (BBB-).

Durante 2012, e de forma consistente com o seu plano de financiamento, o FCE angariou £3,5 mil milhões em novos financiamentos, incluindo a emissão de dívida pública não garantida e uma transacção de titularização pública a termo. O FCE também renovou ou adicionou £3,8 mil milhões de capacidade de securitização privada garantida.

Embora continue a executar a sua estratégia de financiamento de angariar financiamento público não garantido a prazo no mercado europeu, o FCE optou por concluir, durante 2012, dois empréstimos a prazo entre empresas da sua empresa mãe, Ford Credit, totalizando aproximadamente, £0,8 mil milhões, ambos relacionados com emissões de dívida a prazo anteriores concluídas pela Ford Credit no mercado dos EUA. Foram consideradas acções oportunísticas tornadas possíveis pela flexibilidade que o FCE tem em resultado de ser empresa mundial bem como pelas condições favoráveis do mercado na altura.

A titularização continua a representar uma parte substancial da combinação de financiamento do FCE. A 31 de Dezembro de 2012, a dívida garantida era de 53% de empréstimos líquidos e adiantamentos (2011: 56%). No futuro, o FCE espera que este rácio diminua.

Ao longo de 2012, em geral, o FCE registou melhorias nos custos de empréstimos das suas emissões de dívida bem como nos programas de titularização renovados durante o ano.

Em valor acumulado até 20 de Março de 2013, o FCE concluiu uma emissão pública não garantida de €600 milhões a 3,25 anos, um empréstimo a prazo entre empresas de £330 milhões da Ford Credit e renovou e acrescentou aproximadamente £100 milhões de capacidade comprometida.

O FCE continua a obter financiamento limitado do Banco Central Europeu (ECB) no âmbito de um programa de crédito de longa data, utilizando algumas das suas contas a receber grossistas alemãs como garantia. Para informações adicionais, consulte a Nota 25 "Dívidas a bancos e outras instituições financeiras".

Além disso, o FCE possui vários acordos de negócio alternativos para produtos e mercados seleccionados, tais como parcerias com várias instituições financeiras para Full Service Leasing (FSL) e financiamento a retalho, que reduz as exigências de financiamento e permite simultaneamente um apoio contínuo à Ford. O FCE continua a explorar oportunidades que proporcionam fontes alternativas de financiamento, assegurando ao mesmo tempo um apoio contínuo para as vendas de veículos da Ford.

Capital e Financiamento

Fontes de financiamento

As fontes de financiamento do FCE consistem principalmente na titularização e na dívida não garantida. O FCE emite dívida a curto e longo prazo que é principalmente ajudada por investidores institucionais.

A Empresa titulariza contas a receber a retalho, de aluguer e por grosso através de uma variedade de estruturas, incluindo amortizando e revolvendo estruturas, bem como outras transacções comprometidas de factoring. O FCE procura diversificar os seus programas de titularização, com cerca de 25 transacções activas que fornecem financiamento a termo ou liquidez comprometida para cada uma das suas principais (contractos a retalho e de locação e empréstimos por grosso) numa grande variedade de mercados europeus. Com muitos anos de experiência na titularização das suas contas a receber, a Empresa desenvolveu uma forte perícia e relações de trabalho sólidas com bancos parceiros e em mercados públicos.

Todos os programas de titularização do FCE proporcionam, de forma inerente, o financiamento correspondente das contas a receber, tendo a dívida de titularização um perfil de maturidade semelhante às contas a receber relacionadas. A maioria dos seus programas também inclui um compromisso contratual para financiar as contas a receber existentes e futuras sujeito às condições descritas na totalidade na Nota 18 "Titularização e financiamento relacionado". Na eventualidade de um compromisso contratual não ser renovado, todas as contas a receber titularizadas no ponto de não renovação permanecem financiadas, e a dívida relacionada é reembolsada quando as contas a receber são liquidadas.

O objectivo dos programas de titularização do FCE consiste unicamente em fornecer fontes de financiamento e liquidez. A Empresa retém geralmente risco de crédito nas transacções de titularização através dos seus interesses retidos que oferecem várias formas de melhorias de crédito.

Ao proporcionar estas melhorias, a Empresa celebrou transferências (conforme descrito em IAS 39 "Reconhecimento e Avaliação de Instrumentos Financeiros") que não se qualificam como saída do balanço do activo subjacente. Por conseguinte, a Empresa continua a reconhecer o valor contabilizado de todos os activos titularizados no seu balanço.

O FCE detém juros seniores retidos em vários dos seus programas para proporcionar maior flexibilidade no uso da sua capacidade comprometida de titularização. A 31 de Dezembro de 2012, o FCE mantém juros seniores nestes programas de titularização comprometida, suficientes para gerar £0,2 mil milhões em proveitos de financiamento. No âmbito destes programas, as contrapartes de financiamento estão legalmente obrigadas, por opção do FCE, a realizar adiantamentos sob títulos garantidos por activos, reduzindo desse modo o juro sénior do FCE e gerando proveitos de financiamento. Consoante os programas, estes juros seniores podem ser detidos como títulos seniores, que se classificam proporcionalmente e em simultâneo com os títulos seniores detidos por investidores externos ou como uma quantia pela qual os outros juros retidos do FCE excedem o juro retido mínimo contratual.

(Para informações adicionais, consulte a Nota 18 "Titularização e financiamento relacionado").

A dívida não garantida externa do FCE consiste principalmente em títulos emitidos no âmbito do seu programa de Obrigações Europeias de Médio Prazo (EMTN). Esta dívida é emitida geralmente com maturidades originais de 3 a 5 anos, o que excede a duração média esperada das suas contas a receber. O FCE possui quantias limitadas de financiamento não garantido a curto prazo que consistam principalmente em empréstimos de bancos locais.

Net cash inflow from external funding raised for the year ending 31 December	2012	2011
	£ bil	£ bil
	Net cash inflow	Net cash inflow
New issuance:		
- Securitisation of retail and lease automotive receivables	£ 0.4	£ 1.1
- Securitisation of wholesale automotive receivables	0.5	-
- Unsecured debt	2.6	1.0
Total new issuance	£ 3.5	£ 2.1
Existing facilities:		
- Securitisation of retail and lease automotive receivables	£ 1.1	£ 1.0
- Securitisation of wholesale automotive receivables	2.1	3.6
Total existing facilities	£ 3.2	£ 4.6
Total	£ 6.7	£ 6.7

*Fluxo de entrada de dinheiro de actividade de financiamento líquida de movimentos em transacções de titularização renováveis.

Capital e Financiamento

Liquidez

Maturidades Contratuais Cumulativas em 31 de Dezembro de 2012
(£ mil milhões)



O balanço do FCE é inerentemente líquido devido à natureza de curto prazo dos empréstimos e adiantamentos a clientes do FCE e dinheiros comparativamente à dívida. Para informações adicionais relacionadas com as maturidades contratuais de contas a receber e dívida, consulte a Nota 41 "Risco de liquidez".

Fonte: Dados de grupo da Nota 41 "Risco de liquidez"

* Inclui fluxos monetários decorrentes de dinheiros e adiantamentos, instrumentos financeiros detidos para negociação, grandes empréstimos e adiantamentos a clientes, outro activo e grandes fluxos de capital relacionados com contractos de administração reportados no balanço em propriedade e equipamento. Exclui serviços de crédito disponíveis para uso fora do balanço.

Além disso, o FCE mantém a liquidez ao longo de uma variedade de fontes, incluindo:

- Caixa e instrumentos financeiros detidos para negociação conforme incluído na Nota 11 "Caixa e adiantamentos" e na Nota 12 "instrumentos financeiros detidos para negociação";
- Capacidade de titularização comprometida que consiste em acordos com bancos e veículos de papel comercial garantido por activos ao abrigo dos quais estas partes estão contratualmente obrigadas, por opção do FCE, a adquirir contas a receber elegíveis ou a efectuar adiantamentos no âmbito de títulos garantidos por activos; e
- Facilidades de crédito não garantidas comprometidas contratualmente.

Relatório dos Administradores 2012
Análise de negócio para o ano findo a 31 de Dezembro de 2012

Liquidity Sources	2012	2011
	£ bil	£ bil
Cash and advances and marketable securities	£ 2.5	£ 2.8
Committed securitisation capacity	£ 3.0	£ 4.5
Unsecured credit facilities	0.5	0.4
Committed capacity	£ 3.5	£ 4.9
Committed capacity and cash	£ 6.0	£ 7.7
Securitisation capacity in excess of eligible receivables	(0.8)	(1.1)
Cash not available for use in FCE's day to day operations	(0.6)	(0.7)
Liquidity	£ 4.6	£ 5.9
Utilisation	(1.9)	(3.1)
Liquidity available for use	£ 2.7	£ 2.8

Capital e Financiamento

Liquidez (continuação)

Em antecipação à maturidade da dívida não garantida programada em Janeiro de 2013 de £1,0 mil milhões e do aumento sazonal esperado nos activos durante o primeiro trimestre, no final do ano o FCE detinha um elevado nível de liquidez. A 31 de Dezembro de 2012, a capacidade dedicada e a liquidez e adiantamentos a bancos apresentada acima totalizava £6,0 mil milhões, dos quais £4,6 mil milhões podiam ser utilizados (após ajustamento para capacidade menos as contas a receber elegíveis de £0,8 mil milhões e liquidez não disponível para utilização nas operações diárias de £0,6 milhões). Desta quantia, £1,9 mil milhões foram utilizados, deixando £2,7 mil milhões disponíveis para utilização. Para além disto, os £0,8 mil milhões de

capacidade de titularização menos as contas a receber elegíveis garantem flexibilidade no financiamento de gerações futuras ou capacidade de mudança para mercados e classes de activos diferentes. Em Janeiro de 2013, como parte dos planos do FCE pelo uso periódico de uma facilidade de crédito não garantido multidivisas sindicado a três anos, o FCE levantou aproximadamente £330 milhões.

Dos bancos nos programas de titularização e liquidez dedicada não garantida do FCE, a grande maioria está domiciliada no Reino Unido, França, América do Norte e Alemanha.

Notações de crédito

A dívida a curto e logo prazo da Ford é notada pelas três maiores agências de notação de crédito:

- Fitch, Inc. (Fitch)
- Moody's Investors Service, Inc (Moody's) e
- Standard & Poor's Ratings Services, uma divisão da The McGraw-Hill Companies, Inc. ("S&P").

As notações de crédito do FCE são estreitamente associadas com as notações de crédito da Ford e Ford Credit, as quais melhoraram durante 2012 e estão agora notadas como "Investment grade" pela Fitch and Moody's. As notações de crédito do FCE atribuídos pela Fitch e Moody's são as mesmas que as atribuídas por estas agências à Ford Credit. A S&P atribui uma notação de crédito diferencial positiva de um escalão ao FCE comparativamente com a Ford Credit. Isto significa que o FCE está também agora notado como "Investment Grade" pela S&P.

O gráfico seguinte resume as notações de crédito não garantido sénior a longo prazo, notações de crédito de curto prazo e a perspectiva atribuída ao FCE de Janeiro de 2010 a Março de 2013.

Credit ratings	Fitch			Moody's			S&P		
	Long Term	Short Term	Outlook	Long Term	Short Term	Outlook	Long Term	Short Term	Outlook
January 2010	B+	B	Positive	B3	NP	Stable	B	NR	Stable
March 2010	B+	B	Positive	B2	NP	Stable	B	NR	Stable
March 2010	B+	B	Positive	B1	NP	Review Positive	B	NR	Stable
April 2010	BB-	B	Positive	B1	NP	Review Stable	B	NR	Positive
May 2010	BB-	B	Positive	Ba3	NP	Stable	B	NR	Positive
August 2010	BB-	B	Stable	Ba3	NP	Stable	BB-	NR	Positive
October 2010	BB-	B	Stable	Ba2	NP	Stable	BB-	NR	Positive
January 2011	BB-	B	Positive	Ba2	NP	Positive	BB-	NR	Positive
February 2011	BB-	B	Positive	Ba2	NP	Positive	BB	NR	Positive
October 2011	BB+	B	Positive	Ba1	NP	Positive	BBB-	NR	Stable
April 2012	BBB-	F3	Stable	Ba1	NP	Positive	BBB-	NR	Stable
May 2012	BBB-	F3	Stable	Baa3	P-3	Stable	BBB-	NR	Stable
August 2012	BBB-	F3	Stable	Baa3	P-3	Stable	BBB-	NR	Positive

Dividendos

Em Junho de 2012, o FCE pagou um dividendo de £315 milhões que equivale a 51,27 pence por acção ordinária. Este pagamento de dividendo é consistente com a estratégia do FCE em alinhar a base de capital com a menor escala do seu negócio, tendo em consideração, ao mesmo tempo, o

ambiente de financiamento e liquidez.

Apetência pelo risco

A apetência pelo risco do FCE é estabelecida pelo Conselho de Administração e é claramente definida, controlada e gerida através da Estrutura de Apetência pelo Risco. O FCE estabeleceu processos dinâmicos e formalizados para a identificação dos riscos que enfrenta. O FCE gere cada forma de risco exclusivamente no contexto da sua contribuição para o risco global. As decisões comerciais são avaliadas numa base de risco ajustada e reconhecimento de risco e os preços dos produtos são estabelecidos de acordo com estes riscos.

O FCE está exposto a vários tipos de risco. Os principais riscos identificados actualmente incluem riscos de liquidez, de concentração, operacionais, de valor residual de veículos, de grupo e de crédito (a retalho e por grosso). Estes são descritos mais pormenorizadamente em baixo.

A Estrutura de Apetência pelo Risco da FCE está integrada na estrutura de Governação do FCE e informa os processos/políticas de gestão de risco diários, que minimizam o risco de perdas inesperadas. O FCE acompanha de perto os riscos de acordo com a apetência pelo risco definida e aplica acções e controlos de mitigação de risco fortes e pró-activos, desenvolvidos com base em 50 anos de experiência no campo especializado do empréstimo no sector automóvel.

O FCE toma, principalmente, uma abordagem de empréstimo de activos garantidos de modo a minimizar o risco de perdas inesperadas. O FCE analisa e procura continuamente melhorar as práticas de gestão de riscos, em linha com as melhores práticas da indústria.

Principais riscos e incertezas

Para além dos riscos que o FCE enfrenta durante o curso normal do negócio, alguns riscos e incertezas estão fora do controlo directo do FCE. Esta secção descreve, em linhas gerais, as áreas específicas nas quais o FCE é particularmente sensível a tais riscos.

As notações de crédito do FCE e da Ford Credit têm sido estreitamente associadas aos pareceres das agências de notação da Ford. As notações de crédito inferiores resultam, de modo geral, em custos de empréstimo mais elevados e acesso reduzido aos mercados de capitais. O Grupo beneficiou de um acordo de apoio da Ford Credit. Tal encontra-se descrito em pormenor na Nota 31 "Acções ordinárias e prémio de emissão de acções".

Além disso, o FCE tem a vantagem de:

- aceder aos empréstimos da Ford, FMCC e FCI de quando em quando; e
- os suplementos de juro e outros pagamentos de apoio da Ford fornecidos para determinadas transacções financeiras.

A eliminação, redução ou indisponibilidade de apoio da Ford Credit ou da Ford poderiam causar um impacto negativo no negócio e resultados de operações do FCE.

O FCE deve competir eficazmente com outros fornecedores de financiamento na Europa. A Ford na Europa fornece actualmente um conjunto de programas de marketing que aplicam incentivos financeiros para gerar um aumento das vendas de veículos. Estes incentivos financeiros geram um negócio significativo para o FCE. Se a Ford tivesse decidido alterar a ênfase desses incentivos financeiros, tal poderia causar um impacto negativo na quota de financiamento do FCE relativamente a veículos da marca Ford.

O negócio do FCE transitou de uma organização multi-marca para uma ênfase no apoio à marca Ford, uma vez que as marcas Jaguar, Land Rover, Mazda e Volvo foram transferidas para agentes financeiros alternativos nos últimos três anos. Esta situação exigiu que o FCE se centrasse em e implementasse acções de redução de custos de modo a adaptar-se à sua nova escala de actividades.

Riscos de liquidez e recursos de capital

O risco de liquidez é a possibilidade de não conseguir responder às obrigações financeiras presentes e futuras nas datas de vencimento. A estratégia de financiamento do FCE consiste em centrar-se na diversificação de fontes de financiamento e investidores, de modo a gerir o risco de liquidez em todas as condições de mercado. O FCE é financiado, principalmente, através de titularização, dívidas e acções não garantidas, com dívida que, em média, atinge a maturidade após a liquidação dos activos.

O FCE detém liquidez sob a forma de numerário, títulos negociáveis e capacidade dedicada. A capacidade dedicada

do FCE encontra-se sob a forma de capacidade dedicada em titularização (não incluindo cláusulas de alterações adversas relevantes, convénios financeiros restritivos e activadores de notação de crédito – mais informações na nota 18) e facilidades de crédito comprometidas não garantidas de forma contratual (com termos semelhantes à excepção de determinados convénios; mais informações na Nota 41).

O FCE possui um sistema de comunicação de liquidez automatizado e gere o risco de liquidez em torno de motores chave de risco de liquidez.

Os processos integrados na governação do FCE incluem previsão e comunicação de liquidez mediante tolerâncias ao risco, testes de esforço/cenário e planeamento contingente. O Conselho de Administração do FCE reconhece que a liquidez pode ser afectada pelos seguintes factores (não necessariamente enunciados por ordem de importância ou

Risco

Riscos de liquidez e recursos de capital (continuação)

- Procura geral do tipo de títulos que o FCE oferece, incluindo a capacidade de aceder a bancos centrais e financiamento do governo;
- A capacidade da Empresa de continuar a financiar através de estruturas de financiamento garantidas por activos;
- Desempenho do activo subjacente dentro das estruturas de financiamento garantidas por activos;
- Alterações reguladoras;
- A capacidade do FCE para manter as facilidades de crédito e renovar os programas dedicados de liquidez; e
- A capacidade de o FCE obter derivados para gerir o risco.

Risco de concentração

O risco de concentração é o risco resultante de exposições concentradas a contrapartes, mercados específicos por país, produtos específicos ou segmentos de negócio, bem como do sector automóvel no seu conjunto. É da opinião da empresa que existem factores de mitigação significativos para os riscos de concentração que enfrenta. O FCE é activo internacionalmente e procura maximizar a diversidade geográfica ao mesmo tempo que assegura que os seus empréstimos são efectuados predominantemente em países com notação de crédito de "Investment Grade". Os maiores mercados do FCE são a Alemanha (o maior mercado automóvel da Europa) e o Reino Unido (o mercado nacional do FCE).

Mensalmente, o FCE monitoriza a distribuição, por país e produto, dos financiamentos totais para, de forma dinâmica, permitir que sejam efectuados ajustamentos em linha com a sua apetência pelo risco. Em cada país onde opera, os empréstimos do FCE são geograficamente dispersos de acordo com a natureza de representação nacional da rede de serviços e vendas de veículos da Ford.

O portfólio de financiamento ao consumo do FCE é inerentemente granular na sua natureza, o que, combinado com o seu conhecimento detalhado dos mercados respectivos e a sua longa e abrangente experiência em financiamento automóvel, garante uma forte mitigação dos riscos de concentração que, de outro modo, poderiam surgir. As exposições a contrapartes são monitorizadas e geridas de perto através de um conjunto de processos dependentes do tipo de contraparte e do risco associado.

probabilidade de ocorrência):

- Notações de crédito atribuídas ao FCE;
- Perturbação prolongada nos mercados financeiros;
- Volatilidade dos mercados de capitais globais;
- Capacidade de mercado para investimentos patrocinados da Ford, Ford Credit e FCE;

Risco operacional

O risco operacional é o risco de perda resultante de processos, pessoas ou sistemas internos inadequados ou fracassados ou de acontecimentos externos. Esta definição de risco operacional inclui eventos tais como problemas informáticos, erro humano e falhas na estrutura organizacional, alterações legais e lapsos nos controlos internos, fraude ou ameaças externas.

O FCE toma uma abordagem pró-activa relativamente à gestão do risco operacional e continua a procurar oportunidades de melhoria na sua Estrutura de Risco Operacional. O FCE segue os princípios do modelo "Três linhas de defesa" para a gestão do risco operacional. A gestão da linha de negócio forma a primeira linha. O Gabinete de Conformidade, Risco Operacional e Controlo Interno (ICO) formam a segunda linha. O Gabinete Geral de Auditores da Ford (GAO) inclui a terceira linha. Mais pormenores sobre as responsabilidades do ICO e GAO encontram-se detalhados no "Relatório de Comité da Auditoria" na secção de "Governo da Sociedade".

O Subcomité de Risco Operacional, um subcomité do Comité de Risco Operacional Executivo (ORC), coordena a identificação, controlo e monitorização dos riscos operacionais nas linhas de negócios, áreas de produto e geografias. O Comité de Risco Operacional (ORC) Executivo tem a responsabilidade final pelos principais riscos operacionais e promover a utilização de uma gestão sólida do risco operacional no FCE. As principais áreas de foco do ORC são a implementação de políticas, processos e procedimentos adequados para controlar ou mitigar uma exposição a perdas significativa e a manutenção de acordos de contingência adequados a todas as áreas, de modo a garantir que o FCE pode continuar a funcionar na eventualidade de uma interrupção imprevista.

Um princípio orientador é o de que todos os níveis de gestão são responsáveis pela gestão do risco operacional. O FCE também mantém uma forte cultura de controlo interno em toda a organização através do Programa de Revisão de Controlo Modular, um processo de controlo de auto-avaliação utilizado pelas funções das localizações e da sede.

O FCE é indemnizado ao abrigo das apólices de seguro por determinados riscos operacionais que incluem saúde e segurança. Não obstante estas medidas de controlo e esta cobertura de seguro, o FCE permanece exposto ao risco operacional que poderia causar um impacto negativo no seu negócio e nos resultados das operações.

Relatório dos Administradores 2012

Análise de negócio para o ano findo a 31 de Dezembro de 2012

Risco do valor residual do veículo

É o risco das receitas reais realizadas pelo FCE no momento da venda de um veículo devolvido no final do contrato serem inferiores ao previsto no início do contrato. O FCE está preparado para incorrer em risco do valor residual do veículo, predominantemente, no que diz respeito aos

automóveis da marca Ford, como factor chave nas suas ofertas de produtos e no desejo estratégico de promover conceitos de Gestão do Ciclo de Negócio (TCM). Os valores residuais do veículo são definidos com base numa avaliação cuidada de fontes internas e externas e sujeita a revisão e aprovação pelo comité adequado.

Risco do valor residual do veículo (continuação)

São definidos pelo valor futuro esperado dos veículos. No entanto, para contractos TCM (que são a grande maioria dos contractos para os quais o FCE aceita risco do valor residual do veículo) os valores são tipicamente definidos abaixo do valor de mercado esperado num montante igual a 5-8% do preço de tabela do veículo de modo a gerar equidade para o cliente no final do contrato.

Esta abordagem prudente de estabelecer valores residuais de veículos, juntamente com outros elementos de mitigação comprovados, reduz a potencial volatilidade proveniente deste risco.

O risco de valor residual do veículo decorrente da carteira de locação operacional do FCE foi significativamente reduzido no exercício, ao celebrar-se um acordo com a Ford, sob o qual a Ford recebe agora a maioria dos ganhos e perdas do valor residual resultante.

Para informação adicional, consulte a Nota 39 "Valores residuais de veículos".

Risco de grupo

Este consiste no risco de perda devido à associação do FCE com a sua empresa-mãe. Como uma sociedade financeira do sector automóvel de captação, o FCE tem uma exposição inerente à Ford, no entanto, esta situação é cuidadosamente monitorizada através do processo de monitorização de Grande Exposição do FCE e minimizada através de uma forte adesão às políticas internas que asseguram uma abordagem com valores normais de mercado em todas as transacções/serviços com a empresa-mãe. O FCE impulsiona alguns serviços fornecidos por outras áreas da

Ford Credit e da empresa Ford; no entanto, estes serviços são geridos e regulados por acordos de nível de serviço internos, robustos e documentados e prevêm tipicamente capacidades delimitadas.

Risco de pensão

Este é o risco que surge das obrigações do FCE como resultado do apoio a esquemas de Pensão para os seus funcionários, em particular o esquema de benefícios definido, aplicável no Reino Unido. A Empresa opera, em conjunto com a Ford, um plano de benefícios definido aplicável no Reino Unido e reconhece que existe volatilidade inerente nos mercados de investimento que irá afectar as responsabilidades do esquema a dada altura e que as responsabilidades de pensão aumentam ao longo do tempo à medida que os pressupostos de longevidade se estendem e o equilíbrio entre força de trabalho activa e pensionistas atinge a maturidade.

O FCE usa auditores internos e externos para fornecer pareceres independentes das responsabilidades de pensão. Uma comunicação transparente sobre isto e uma supervisão de regulamentação garantem uma consciência corporativa ao nível do Conselho e da Administração Executiva.

O FCE, em conjunto com a Ford, incentiva especialistas em gestão de pensões interna baseada nos EUA a auxiliarem com recomendações para o Gestor de Fundos de Pensões sobre estratégias de investimento e gestão de responsabilidades. As contribuições do FCE para reduzir qualquer défice são efectuadas num período de tempo acordado com o Gestor do Fundo de Pensões e a Ford.

Risco de crédito

Como fornecedor de produtos financeiros para a área automóvel, a principal fonte de risco de crédito do FCE é a possibilidade de perda por consequência do não pagamento do cliente a retalho ou agente de acordo com os termos do contrato.

Embora o risco de crédito tenha um impacto significativo no negócio do FCE, é mitigado pela maioria dos planos de financiamento a retalho, aluguer e por grosso do FCE, tendo o benefício de um plano de retenção de títulos ou um interesse de título semelhante no veículo financiado. No caso de incumprimento de um cliente, o valor da garantia reempessada fornece uma fonte de protecção. O FCE gere activamente o risco de crédito nas carteiras a retalho e por grosso para equilibrar os níveis de risco e retorno.

Gestão de risco de crédito a retalho (consumo e comercial)

Os produtos a retalho (venda de veículos a prestações, compra a prestações e venda condicionada e contractos de aluguer) são classificados por termo e se o veículo

financiado é novo ou usado. Esta segmentação é utilizada para assistir com a fixação do preço do produto para garantir que os factores de risco são adequadamente considerados.

A subscrição do crédito ao consumo a retalho inclui, tipicamente, uma análise dos escritórios do crédito de cada requerente juntamente com uma análise interna e um processo de verificação. Os modelos de classificação do risco de crédito a retalho baseados em estatísticas são, tipicamente, utilizados para determinar a solvabilidade dos requerentes. O desempenho da carteira é monitorizado regularmente e os processos e modelos de origens do FCE são analisados, revalidados e recalibrados conforme seja necessário. A estratégia de gestão de perda de crédito a retalho baseia-se na extensa experiência histórica.

O FCE também fornece financiamento automóvel para entidades comerciais, incluindo empresas de aluguer diário. Cada pedido de empréstimo comercial é cuidadosamente avaliado com base nas informações solicitadas e suportadas pelos dados do gabinete de crédito sempre que disponíveis.

Relatório dos Administradores 2012

Análise de negócio para o ano findo a 31 de Dezembro de 2012

Na maioria dos locais, o FCE realiza actividades de gerações, assistência e recolhas centralizadas. A centralização oferece economias de escala e melhora a consistência do processo. Os Centros de Serviço de Apoio ao Cliente do Reino Unido e Alemanha aplicam tecnologia de assistência avançada e técnicas e controlos avançados de gestão de risco. Estes incluem modelos comportamentais do cliente que são utilizados na assistência de contrato para garantir que os contractos recebem uma atenção de cobrança adequada.

Gestão do risco de crédito por grosso

O FCE estende o crédito comercial a agentes franqueados que vendem veículos Ford principalmente para comprar veículos novos e usados (financiamento grossista de veículos) e financiamento para veículos de revendedores (ex: veículos de substituição ou demonstrador) e, numa medida bastante inferior, financiamento grossista para peças e empréstimos para capital de exploração e aquisições de imóveis. Para a grande maioria dos produtos de financiamento do agente do FCE, a garantia é contabilizada no activo subjacente do veículo.

Cada pedido de empréstimo do revendedor é avaliado, levando em conta a situação financeira do mutuário, garantias apresentadas, a capacidade de pagamento do serviço da dívida e outros factores financeiros e qualitativos.

A retoma é considerada como último recurso. Um veículo retomado é vendido e os proveitos são aplicados ao montante a dever na conta. A cobrança do saldo remanescente continua após a retoma até que a conta seja paga na totalidade ou até que seja considerado economicamente incobrável pelo FCE.

Risco

Todas as exposições ao crédito estão agendadas para revisão, pelo menos, anualmente, pelo comité de crédito adequado. Os processos de verificação de activo encontram-se implementados e incluem auditorias físicas dos stocks dos veículos com uma maior frequência de auditorias para os agentes de maior risco. Além disso, os pagamentos de financiamento dos stocks são monitorizados para detectar desvios adversos aos típicos padrões de pagamento, em cujo caso são tomadas acções adequadas.

Outra gestão do risco de crédito

A Sociedade pode igualmente incorrer numa perda de crédito em caso de incumprimento da contraparte de um investimento, taxa de juro ou derivado de moedas com o FCE.

Para mais detalhes sobre estes riscos consulte a Nota 38 "Risco de crédito".

O FCE procura ser um "empregador de eleição". Coloca bastante ênfase no desenvolvimento dos funcionários juntamente com uma estratégia de retenção para garantir que as competências e experiência necessárias para apoiar os objectivos do negócio são retidas. Em conformidade com a política de Planeamento de Sucessão da Sociedade, a estratégia de pessoal do FCE inclui o uso de Comitês de Desenvolvimento Pessoal para apoiar o recrutamento e desenvolvimento dos funcionários e assegurar um planeamento de sucessão eficaz para papéis-chave. O FCE tem uma filosofia de remuneração e benefícios que visa alcançar uma competitividade global com o mercado externo, recompensando a contribuição para o desempenho do FCE e retendo as competências-chave. O FCE opera um sólido quadro de competências e formação para fornecer aos indivíduos competências, conhecimentos e experiência para que possam desempenhar as suas responsabilidades de forma eficiente. Em linha com a política de Desenvolvimento e Aprendizagem da Empresa, a conclusão de planos de desenvolvimento individuais para todos os funcionários, todos os anos, identifica as prioridades das necessidades de formação e desenvolvimento, incluindo Tratar os clientes de forma justa, Conformidade e Gestão de Risco e Desenvolvimento de Liderança.

O FCE está empenhado em diversificar no local de trabalho. Esta abordagem valoriza as diferenças proporcionadas pela cultura, etnia, raça, género, incapacidade, nacionalidade, idade, religião/crenças, educação, experiência e orientação sexual. O FCE utiliza as opiniões dos funcionários para melhorar os processos e promover uma cultura baseada na honestidade e no respeito.

Comunicação com os funcionários

O FCE mantém todos os funcionários informados das suas actividades a um nível nacional, pan-europeu e global, através de publicações internas, intranet e publicação dos seus relatórios externos e demonstrações financeiras. O FCE realiza um inquérito de satisfação do pessoal com um feedback e um processo de planeamento de acção orientado para o diálogo contínuo entre a gestão e o pessoal. Além disso, a gestão de topo realiza reuniões regulares desagregadas ao longo do ano com os funcionários. Tal permite à direcção comunicar as informações empresariais essenciais, incluindo os factores que afectam o desempenho financeiro e económico do FCE, permitindo simultaneamente um diálogo sobre assuntos empresariais através de sessões de perguntas e respostas. O FCE cumpre igualmente a legislação europeia e nacional relevante na totalidade, no que se refere a procedimentos de informação e consulta.

Práticas de emprego

O FCE cumpre totalmente a legislação relevante decretada pelos parlamentos europeu e nacional relativamente às

As candidaturas de emprego por pessoas com deficiência são sempre inteiramente consideradas, tendo em conta as aptidões do candidato em questão. No caso de os membros do pessoal ficarem incapacitados, todos os esforços serão envidados para que o seu emprego junto do FCE se mantenha e para que se arranje o apoio adequado. Faz parte da política do FCE assegurar que a formação, desenvolvimento profissional e promoção de pessoas com deficiência sejam, na medida do possível, idênticos aos dos outros funcionários.

Consistente com o princípio de diversidade, o FCE opera igualmente uma política de Dignidade no Trabalho que promove um ambiente empresarial no qual os funcionários, clientes e fornecedores são valorizados por si próprios e pelo seu contributo para o negócio. O FCE está empenhado em conduzir o seu negócio com integridade e utilizando os talentos dos empregados através do fornecimento de um ambiente livre de discriminação ilegal, assédio, intimidação e vitimização.

O FCE exige que todos os funcionários actuem com integridade e demonstrem um comportamento ético, conforme estabelecido nos Manuais do Funcionário e políticas relacionadas. Isto é apoiado por uma cultura onde existe uma forte ênfase na identificação de riscos, controlo e governo como parte da Estrutura de Risco Operacional e uma equipa de gestão de topo que demonstra a tomada de decisão baseada em princípios através das suas acções e comportamentos.

políticas e processos dos Recursos Humanos (RH). O FCE assegura que as políticas e procedimentos de RH cumprem os objectivos de qualquer FSA relevante e outros requisitos reguladores nacionais. A Empresa está igualmente empenhada nas políticas e processos de "melhores práticas" dos RH, no apoio aos objectivos de negócio e em linha com a sua estratégia de "Empregador de Eleição".

Comunidade

O FCE tem um compromisso de longa data para com as comunidades em toda a Europa nas quais trabalha. Isto inclui fornecer programas de experiência profissional estruturados para jovens nos seus escritórios e encorajar os funcionários do FCE a contribuírem para a sua comunidade local, durante o horário de expediente ou no seu tempo livre. Consequentemente, é política do FCE que todos os funcionários possam ter até 16 horas de trabalho normais pagas por ano (equivalente a dois dias de trabalho pagos) para investirem em projectos da comunidade.

Pessoal

Pensões

Os Administradores Executivos e a maioria dos funcionários da Sociedade estão a obter benefícios como membros dos vários planos de reforma administrados pela Ford. Tal encontra-se descrito em pormenor na Nota 34 “Obrigações de benefícios de reforma”.

Responsabilidade de seguro e indemnização dos administradores e responsáveis

A Ford adquiriu um seguro para cobrir os seus administradores e responsáveis para todas as suas afiliadas contra os custos da própria defesa desses administradores e responsáveis em processos jurídicos civis que lhes sejam instaurados nessa capacidade e relativamente a danos resultantes da defesa sem sucesso de quaisquer processos.

Na data em que este relatório foi aprovado, e ao longo do exercício financeiro de 2012, a Sociedade forneceu uma indemnização relativamente a todos os seus Administradores. Nem o seguro nem a indemnização fornecem uma cobertura na qual o Administrador tenha actuado de forma fraudulenta ou desonesta.

Política de remuneração

O FCE cumpre os requisitos do Código de Remuneração da FSA em todos os seus aspectos. O FCE preenche os requisitos de divulgação de acordo com a colectânea de regras de prudência da FSA para bancos, building societies e empresas de investimento (BIPRU 11.5.18).

Consulte informações adicionais sobre a política e divulgação da remuneração do FCE em <http://www.fcebank.com>.

Saúde e segurança

O FCE está empenhado em garantir a saúde, a segurança e o bem-estar dos seus funcionários e proporcionar e manter condições de trabalho seguras. O FCE considera a conformidade legislativa como um mínimo e, quando apropriado, procura implementar padrões mais elevados.

O FCE também reconhece as suas responsabilidades para com todas as pessoas nas instalações do FCE, tais como fornecedores, visitantes e membros do público, e garante, na medida do razoavelmente praticável, que estas não estão expostas a riscos para a sua saúde e segurança.

O FCE opera um modelo de governação de saúde e segurança personalizado para satisfazer as necessidades de negócio específicas do FCE e o perfil de risco de saúde e segurança.

O Comité Executivo opera um sistema de gestão que identifica incidentes e acções e promove as melhores práticas em saúde e segurança em toda a organização, incluindo rondas de segurança regulares para complementar a vigilância de gestão local.

O Conselho de Administração recebe e revê um relatório anual sobre o desempenho da saúde e da segurança por parte do Presidente do Comité de Saúde e Segurança.

Outras informações de negócio

Interesse da administração em determinadas transacções

Durante e no final do ano financeiro de 2012, nenhum dos administradores da Empresa teve um interesse financeiro material em qualquer transacção (nem em qualquer transacção proposta) em relação ao negócio do Grupo.

Pagamentos aos fornecedores

A Sociedade possui procedimentos detalhados para a compra de bens e serviços. Cada filial/subsidiária/escritório é responsável pelo acordo e notificação dos termos de pagamento aos fornecedores como parte do processo de promessa de compra. Os termos de pagamento variam consoante ou dentro de um país. A Sociedade considera que cumpriu os termos de pagamento acordados com os fornecedores sempre que se considerar que o fornecedor forneceu os bens ou serviços de acordo com os termos e condições acordados.

O rácio, expresso em dias, entre os montantes devidos pela Sociedade aos credores comerciais no final do ano e os montantes facturados pelos fornecedores no ano findo a sábado, 31 de Dezembro de 2012 é de 41 dias (2011: 41 dias).

Alterações nos activos fixos

Os movimentos no activo fixo encontram-se detalhados na Nota 19 "Propriedade e equipamento".

Donativos

Durante o período, o FCE fez um donativo de £7.000 para o 'The Ford Britain Trust'.

'The Ford Britain Trust' (anteriormente o 'Ford of Britain Trust') foi criado pelo Trust Deed a 1 de Abril de 1975 (alterado em Julho de 2004) para o progresso da educação e outros fins de caridade benéficos para a comunidade.

O Ford Britain Trust serve as comunidades nas quais a Ford e seus os seus funcionários estão localizados. O Trust consegue isto fazendo doações para organizações sem fins lucrativos, principalmente instituições de caridade registadas e escolas para o apoio de:

- Desenvolvimento da juventude;
- Escolas e educação; com ênfase específica nas necessidades de educação especial;
- Portadores de deficiência;
- Actividades relacionadas com a comunidade.

A Sociedade e as suas subsidiárias não efectuaram quaisquer outros donativos de caridade ou políticos durante 2012 (2011: nada).

Acontecimentos após o fecho do balanço

Para informação adicional, consulte a Nota 47 "Eventos após balanço".

Ambiente

Novos veículos – emissões reduzidas

O negócio principal do FCE facilita a compra dos modelos mais actualizados da Ford que possuem os motores mais recentes – melhorando a eficiência de combustível em toda a Europa.

Gestão de instalações

O FCE partilha a Sede em Warley, no Reino Unido, com a Ford. Introduziu-se um vasto leque de medidas para reduzir o impacto ambiental do edifício e as acções de eficiência energética continuam a ser tomadas a fim de maximizar a poupança de energia e a utilização de energia verde de fontes solares e eólica. Os escritórios do FCE em toda a Europa fazem também esforços por melhorar a sua eficiência ambiental e beneficiam de poupança de custos devido ao reduzido consumo de energia.

Redução de papel

O FCE tomou medidas positivas para reduzir a quantidade de papel utilizado no trabalho diário através da melhoria de aplicações chave para reduzir o número de páginas que precisam de ser impressas. Além disso, existe uma utilização cada vez maior de inquéritos baseados na Web e relatórios electrónicos com estas aplicações.

Marketing

Ao trabalhar com a Ford, o FCE pode fornecer aos clientes diversas ofertas de marketing que recompensam as escolhas de veículos ambientalmente sustentáveis. Em França, por exemplo, um programa de Seguro Automóvel incluiu um desconto de 10% sobre o prémio pago pelos clientes que escolheram um veículo que emitisse menos de 105g de CO₂.

Conselho de Administração

Composição do Conselho de Administração

<i>Chairman</i>	R N Rothwell	<i>Senior Non-Executive Director</i>	A K Romer-Lee
<i>Executive Director, Chief Risk Officer</i>	J Coffey	<i>Non-Executive Director</i>	C A Bogdanowicz-Bindert
<i>Executive Director, Finance</i>	P Kiernan	<i>Non-Executive Director</i>	S Taverne
<i>Executive Director, Marketing, Sales, Brand and Operations</i>	C Pratt	<i>Non-Executive Director</i>	J Callender
<i>Director</i>	T Murphy		
<i>Director</i>	T Schneider		
<i>Director</i>	B B Silverstone - Resigned 31/12/2012		
<i>Director</i>	J Noone - Retired 01/04/2012		
	<i>Secretary</i> J Totsky		

Biografias dos Administradores

A Sra. Bogdanowicz-Bindert, Administrador Não Executivo, foi anteriormente Administrador Não Executivo entre outros de McBride plc. no Reino Unido, Bank BPH, PBK Bank e Bank Gdanski na Polónia, e Women World's Banking e Hudson Guild nos EUA. Até 1990, ela trabalhou em várias posições de topo no Shearson Lehman Hutton e no Fundo Monetário Internacional nos EUA. Bogdanowicz-Bindert foi nomeada para o Conselho de Administração no dia 1 de Setembro de 2005.

Callender, Director Não Executivo, é um Director Não Executivo do Motability plc e do Aldermore Bank plc; e é o Presidente Não Executivo do ANZ Bank Europe Ltd. Anteriormente, detinha diversas funções seniores no Barclays plc, incluindo Director-Geral do Barclays Mercantile, bem como diversos outros cargos de Direcção Não Executiva. Callender foi nomeado para o Conselho de Administração a 24 de Março de 2011.

Coffey, Director Executivo, Director de Risco, foi Director-Geral, no Reino Unido, imediatamente antes da sua nomeação actual. Tendo-se juntado ao FCE em 1980, ocupou vários outros cargos de direcção de topo no FCE na Europa desde então, incluindo Director das Operações de Vendas da Europa Central e de Leste e Director de Novos Mercados e Localizações na Grécia. Coffey foi nomeado para o Conselho de Administração a 1 de Agosto de 2002.

Kiernan, Director Executivo, Financeiro, foi Director Financeiro da Ford na Grã-Bretanha antes de assumir a sua presente nomeação. O Sr. Kiernan qualificou-se como um Revisor Oficial de Contas antes de se juntar à Ford Motor Company em 1992. Desde então, ocupou várias posições de topo em operações da Ford na Alemanha e nos EUA. Kiernan foi nomeado para o Conselho de Administração a 1 de Novembro de 2011.

O Sr. Murphy, Vice-Presidente Executivo, Operações e Internacional na Ford Motor Credit Company foi Presidente do FCE, imediatamente antes da sua actual nomeação. Tendo-se juntado à Ford Credit em 1982, ocupou vários outros cargos de direcção de topo, incluindo Administrador do Irving Business Centre e Controlador da FCE. Murphy foi nomeado para o Conselho de Administração a 25 de Março de 2009. Murphy foi Presidente do Conselho entre 8 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2012.

Pratt, Administrador Executivo, Marketing, Vendas, Marca e Operações, foi Vice-Presidente, Operações do Business Centre, na Ford Motor Credit Company, imediatamente antes da sua actual nomeação. Tendo-se juntado à Ford Credit em 1979, ocupou vários outros cargos de direcção de topo, incluindo Vice-Presidente, para a Qualidade Global e Gestão do Processo da Ford Motor Credit. Pratt foi nomeado para o Conselho de Administração do FCE a 1 de Fevereiro de 2013.

Noone, Presidente da Ford Credit, era Presidente da Ford Credit International imediatamente antes da sua nomeação actual. Tendo-se juntado à Ford Credit em 1972, ocupou vários outros cargos de gestão de topo desde então nos EUA e na Europa, incluindo Vice-Presidente Executivo de Contas Diversificadas e Importantes na Ford Credit. Noone foi nomeado para o Conselho de Administração a 1 de Janeiro de 2004.

Romer-Lee, Administrador Sénior Não Executivo, foi Administrador Não Executivo do Sonali Bank (UK) Limited e antigo parceiro da PricewaterhouseCoopers LLP, onde era Responsável pelos Serviços Financeiros, Europa Central e de Leste, e onde ocupou anteriormente vários outros cargos de direcção de topo. Romer-Lee foi nomeado para o Conselho de Administração a 1 de Outubro de 2006.

Rothwell, Presidente do FCE, foi Administrador Executivo de Marketing, Vendas, Marca e de Operações, imediatamente antes da sua presente nomeação. Tendo-se juntado à Ford Motor Company Limited em 1979 e ao FCE em 1995, ocupou vários outros cargos de direcção de topo na Europa desde então, incluindo Director de Estratégia no FCE, e Director-Geral na Ford Credit na África do Sul. Rothwell foi nomeado para o Conselho de Administração do FCE a 1 de Outubro de 2004. Rothwell assumiu o cargo de Presidente a 1 de Janeiro de 2013.

O Sr. Schneider, Vice-Presidente Executivo, Director de Risco, na Ford Motor Credit Company foi Administrador Executivo, Operações Globais, Tecnologia e Risco. Antes dessa nomeação, Schneider detinha diversas posições seniores na Ford Credit. Schneider foi nomeado para o Conselho de Administração a 27 de Janeiro de 2011.

Conselho de Administração

Biografias dos Administradores (continuação)

O Sr. Silverstone, Presidente e Director Geral da Ford Motor Credit Company e Vice-Presidente do Grupo, na Ford Motor Company foi Director de Operações, Ford Credit, imediatamente antes da sua actual nomeação. Tendo-se juntado ao FCE em 1979, deteve vários outros cargos de gestão sénior incluindo Presidente do FCE, Vice-Presidente, Marketing para a Ford Credit na América do Norte e Presidente Regional de Operações de Crédito da Ford Credit na Região Ásia-Pacífico.

Silverstone foi nomeado para o Conselho de Administração do FCE a 25 de Julho de 2001 e foi Presidente do Conselho entre 21 de Julho de 2006 e 8 de Dezembro de 2010.

A Sra. Taverne, Administrador Não Executivo, é também um Fiduciário do BBC e StepChange Debt Charity e um membro do Conselho Consultivo da Manchester Business School. Foi Administradora não executiva da Nationwide Building Society, Directora da Imperial College London, Directora-Geral do British Museum, Directora de Estratégia na Pearson plc e Directora Financeira do Independent. Taverne foi nomeada para o Conselho de Administração no dia 1 de Abril de 2008.

Alterações ao Conselho de Administração

Noone reformou-se do Conselho a 1 de Abril de 2012.

O Sr. Murphy serviu como Presidente até 31 de Dezembro de 2012, quando foi sucedido pelo Sr. Rothwell. Ele permanece como um Administrador.

Silverstone renunciou ao Conselho em 31 de Dezembro de 2012.

Pratt foi nomeado para o Conselho de Administração em 1 de Fevereiro de 2013.

Assembleia geral anual

A Assembleia Geral Anual será realizada no dia 20 de Março de 2013, imediatamente após a conclusão da reunião do Conselho de Administração onde serão aprovadas as presentes demonstrações financeiras. De acordo com os Estatutos, todos os Administradores se reformam e, sendo elegíveis, irão oferecer-se para renomeação.

Participação nas reuniões do Conselho e Comité em 2012

	Board of Directors	Audit Committee	Remuneration Committee
Meetings held	8	4	2
Attendance			
C A Bogdanowicz-Bindert	7/8	4/4	2/2
J Callender	7/8	4/4	2/2
J Coffey	7/8	2/2	n/a
P Kiernan	7/8	4/4	n/a
T Murphy	8/8	1/1	2/2
J Noone	2/2	n/a	n/a
A K Romer-Lee	7/8	4/4	2/2
R N Rothwell	7/8	2/2	n/a
T Schneider	7/8	2/2	2/2
B B Silverstone	6/8	n/a	n/a
S Taverne	6/8	4/4	2/2

Principais princípios de governo da sociedade

Geral

Os Administradores consideram que uma eficiente governação empresarial é um factor chave subjacente às estratégias e operações do FCE. Uma vez que apenas alguns dos títulos de dívida da Sociedade encontram-se cotados na Bolsa, existe um número significativamente inferior de obrigações de relato na Sociedade comparativamente com uma sociedade com capital próprio cotado. No entanto, a Sociedade opta por cumprir muitos dos princípios estabelecidos no Código sobre o Governo das Sociedades aplicável no Reino Unido (o "Código"), excepto as disposições não adequadas a uma subsidiária detida a 100%.

A Sociedade realiza regularmente um exercício de avaliação comparativa com as directrizes mais recentes sobre o governo das sociedades, efectuando todos os ajustes que considere necessários e apropriados.

A Sociedade desenvolveu controlos internos para garantir que a actividade do Grupo é conduzida num enquadramento de controlo forte e bem definido. Estes controlos internos adequam-se bem às procuras em evolução da administração de sociedades em ambientes multi-nacionais regulados.

O Conselho de Administração

A Sociedade é controlada através do seu Conselho de Administração cujos principais papéis são:

- promover o sucesso da Sociedade para benefício do conjunto de membros;
- fornecer liderança para a Sociedade, particularmente no que diz respeito à governação, responsabilidade social e ética da Sociedade;
- aprovar os objectivos estratégicos da Sociedade;
- assegurar que os recursos financeiros necessários e outros recursos sejam disponibilizados à direcção para lhes permitir cumprir esses objectivos;
- operar dentro de um quadro de controlos eficazes que permite a avaliação e gestão de riscos principais; e
- assegurar que os clientes sejam tratados com justiça e respeito.

Além disso, o Conselho tem a derradeira responsabilidade de garantir que a Sociedade possui os sistemas de governo das sociedades e controlo interno adequados aos vários ambientes de negócio nos quais opera. O Conselho avalia regularmente todos os riscos que afectam o negócio e os processos preparados no negócio para os controlar. O processo está centrado nos principais riscos, estando documentada formalmente a mitigação, transferência ou aceitação dos riscos.

Os controlos do FCE são baseados nos controlos padrão da Ford para salvaguardar o activo, verificar a exactidão e fiabilidade dos dados financeiros e não financeiros, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão a políticas gestoras prescritas. As declarações políticas que regem a gestão dos riscos operacionais, de crédito e de tesouraria são revistas, pelo menos, anualmente.

O Conselho revê a estratégia comercial do Grupo, bem como os planos de negócio, financiamento e liquidez, orçamento operacional anual, estrutura do capital e política de dividendos e contas estatutárias.

O Conselho também revê o desempenho financeiro e operações de cada um dos negócios da Sociedade e outros relatórios de negócio e apresentações da gestão de topo.

O Conselho é responsável pela constituição apropriada de Comités do Conselho e revê as suas actividades e termos de referência como parte de uma revisão anual do governo das sociedades.

Dentro dos objectivos financeiros e globais para a Sociedade, a gestão da Sociedade é delegada aos Administradores e direcção através do Presidente.

Cada um dos Administradores Executivos é responsável pela conduta e desempenho do seu negócio em particular, dentro da estratégia de negócio acordada. Possuem autoridade total para agir, sujeitos aos poderes e limites de aprovação reservados estabelecidos pelas políticas e directrizes do Conselho e da Sociedade.

Todos os Administradores são igualmente responsáveis, nos termos da lei, pela condução apropriada dos assuntos da Sociedade. Os Administradores têm acesso ao conselho e serviços do Secretário da Sociedade e podem obter consultoria profissional independente a custo da Sociedade na persecução dos seus deveres, se necessário. É mantido um registo dos conflitos de modo a assegurar que a gestão de conflitos é realizada eficazmente.

Em 2012, o Conselho realizou oito reuniões do Conselho, incluindo uma exclusivamente para o Processo de Auto-avaliação da Adequação do Capital (ICAAP) do FCE. Os seguintes assuntos foram discutidos nas reuniões do Conselho de administração:

Estratégia – o Conselho juntamente com a direcção sénior do FCE realizou uma reunião fora das instalações na qual a estratégia da Sociedade foi revista tendo em consideração o ambiente económico externo, a estratégia da Ford Motor Company e a necessidade da Sociedade em proporcionar valor ao accionista.

Plano de Negócios – o Conselho analisou as previsões a cinco anos, o orçamento anual e o plano de negócios concebidos para apoiar a estratégia da Sociedade.

Demonstrações de Apetência pelo Risco, Processo de Auto-Avaliação de Adequação de Capital (ICAAP) – o Conselho analisou, debateu e aprovou as Demonstrações de

Apetência pelo Risco do FCE e o ICAAP.

Principais princípios de governo da sociedade

Mercados de Especial Relevo – à luz do ambiente externo desafiante, o Conselho conduziu análises aprofundadas das operações do FCE na Alemanha, Itália e Portugal, de modo a assegurar que os riscos que enfrentam estes locais são consistentes com a Apetência pelo Risco do FCE e reflectem com rigor o ICAAP e ILAA do FCE.

Administradores Não Executivos (NED)

Os NED desempenham papéis-chave na contabilidade reguladora e empresarial. O Conselho considera todos os actuais NED como sendo independentes, visto não terem nenhuma relação de negócio material com a Sociedade (directamente ou como um sócio, accionista ou responsável de uma organização que tenha uma relação com a Sociedade) e nem representam o único accionista nem têm qualquer envolvimento na gestão diária da Sociedade ou suas subsidiárias.

Como tal, trazem objectividade e opinião independente para o Conselho, que complementa as competências, experiência e o conhecimento pormenorizado do negócio dos Administradores Executivos. Além disso, desempenham um papel vital na governação da Sociedade através da sua integração no Comité de Auditoria e no Comité de Remuneração.

A cada NED é fornecido, aquando da nomeação, uma carta estabelecendo os termos da sua nomeação, incluindo a sua integração no Comité de Auditoria e no Comité de Remuneração, as comissões a serem pagas e o compromisso de tempo esperado do Administrador. A carta também cobre assuntos como a confidencialidade da informação e faz referência ao Seguro de Responsabilidade dos Administradores e Responsáveis da Ford. As cartas de nomeação dos NED são rescindíveis através de um aviso com um mês de antecedência por qualquer parte.

Todos os NED são nomeados para o Comité de Auditoria e Comité de Remuneração. Os ANEs não servem em qualquer outro Comité do Conselho.

A nomeação de um NED tem a duração inicial de 3 anos, renovável por um segundo período até 3 anos por mútuo acordo. Em determinadas circunstâncias, pode ser acordado um período adicional de até 3 anos. Os Estatutos do FCE exigem que todos os Administradores se reformem e candidatem a nova nomeação em cada assembleia geral anual.

Todos os anos, os NED realizam uma reunião com o Presidente para debaterem o planeamento de sucessão do Director Executivo, a administração da sociedade e quaisquer outros assuntos relevantes. Periodicamente, o Conselho revê o número de Administradores Executivos e ANEs para manter um equilíbrio apropriado para o controlo e direcção eficazes da sociedade.

O Código recomenda a nomeação de um NED independente sénior e Romer-Lee foi nomeado para este cargo a 1 de Janeiro de 2008. A função do NED sénior é presidir ao Comité de Auditoria e desempenhar um papel de liderança junto dos outros NED, representando as opiniões colectivas ao Presidente, Conselho ou Comité de Auditoria e aos representantes do accionista da Sociedade.

O papel de todos os ANEs é:

- rever e dar um parecer objectivo sobre o relato financeiro da Sociedade, incluindo a melhor prática relevante;
- manter relações de trabalho eficazes com os auditores da FSA e do FCE;
- dar uma visão objectiva da gestão da sociedade;
- fornecer um conhecimento profundo e objectivo da direcção estratégica da Sociedade e um papel de consultoria sobre as acções estratégicas pretendidas e potenciais implicações para a sociedade;
- rever a aplicação do relato financeiro e compreender a posição financeira da Sociedade e desafiar construtivamente a sua gestão eficaz; e
- proporcionar aos restantes membros do Conselho diferentes perspectivas sobre estratégia e outras questões que a Sociedade enfrenta

Os NED reúnem-se posteriormente na ausência da gestão do FCE, e o NED Sénior preside normalmente a essas reuniões.

Seleção dos Administradores

Poderá recorrer-se a agências de recrutamento especializadas para empregar NED adequados. Além disso, as nomeações directas são feitas quando se exija competências e experiência específicas e o FCE poderá consultar os seus auditores ou outros consultores profissionais sobre os candidatos apropriados quando se requeira competências financeiras especializadas. As entrevistas formais são realizadas com a gestão de topo da Sociedade antes de um candidato preferencial conhecer os restantes membros do Conselho, incluindo todos os actuais NED.

Os Administradores Executivos (incluindo o Presidente) são seleccionados através de um processo do Comité de Desenvolvimento Pessoal da Ford Credit. Os planos de sucessão para Administradores e outras nomeações de topo são revistos com representantes seniores da empresa-mãe e dos ANEs. As propostas para todas as nomeações de Administrador são então submetidas a aprovação da Sociedade tanto pela Gestão Sénior do accionista e pelo Comité de Administração da Sociedade da Ford antes de serem submetidas ao Conselho de Administração da Sociedade para aprovação legal formal.

Os Administradores do FCE Bank são pessoas aprovadas pela FSA e as novas nomeações estão sujeitas a aprovação da FSA.

Principais princípios de governo da sociedade

Formação dos Administradores

São consideradas as necessidades de formação dos Administradores na sua nomeação para o Conselho e os novos NED beneficiam de uma introdução abrangente ao negócio da Sociedade, gestão de risco e ambiente regulador.

Além disso, há, pelo menos, uma reunião de estratégia e análise financeira de gestão sénior que é realizada todos os anos e para a qual os NED são convidados, e encontra-se disponível um dia de formação conforme requerido pelo NED, onde são debatidos assuntos e desenvolvimentos. Posteriormente, a Ford desenvolve programas de formação para vários aspectos dos deveres e responsabilidades do Administrador, administração da sociedade e reguladora e assuntos de conformidade geral.

Avaliação e remuneração dos Administradores

Cada Director Executivo é avaliado pelo processo de avaliação de desempenho do FCE e a remuneração é determinada em linha com a política de remuneração global da Ford Credit e da Ford. Os representantes seniores da Ford Credit avaliam o desempenho do Presidente.

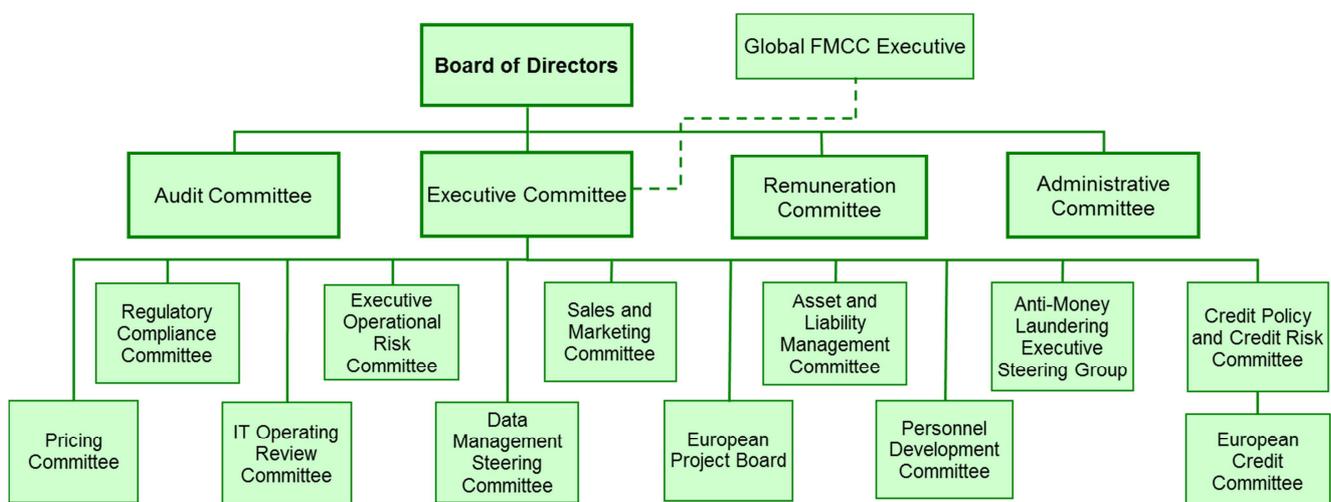
Os NED recebem uma tarifa plana pelos seus serviços. O NED Sénior recebe uma comissão mais elevada para reflectir as suas responsabilidades adicionais. Os níveis de ambas as comissões são revistos periodicamente e o nível da comissão é aprovado por representantes seniores da Ford Credit. Os ANEs não recebem qualquer remuneração adicional nem participam em quaisquer acordos de incentivo.

Principais princípios de governo da sociedade

Comités do Conselho

Quatro Comités reportam directamente ao Conselho. Cada um dos Comités tem a autoridade delegada específica e os termos de referência detalhados que são revistos anualmente com um relatório sobre as actividades de cada Comité apresentado em cada assembleia do Conselho de Administração. O FCE analisa a composição dos Comités regularmente para garantir que existe um equilíbrio adequado e uma boa mistura de competências e de experiência. O FCE considera igualmente a necessidade de actualizar os Comités.

O gráfico seguinte demonstra a interdependência do Conselho e dos Comités que lidam com o governo das sociedades. O FCE possui uma abordagem integrada ao Governo de Risco e os termos de referência para cada um dos Comités abaixo incluem informações sobre os riscos cobertos:



Comité de Auditoria

A informação adicional sobre o Comité de Auditoria e o seu trabalho pode ser encontrada nas páginas 36, 37 e 38.

Comité Administrativo

O Comité Administrativo é responsável, em nome do Conselho, por:

- revisão e aprovação dos termos e condições dos empréstimos do FCE e outros assuntos relacionados com tesouraria em linha com as declarações de política aplicáveis estabelecidas posteriormente pelo Conselho de Administração.
- consideração e aprovação de outros assuntos quotidianos a si delegados para os quais seja legalmente exigida uma deliberação e/ou documentação formal para prestar prova da aprovação em vez de aprovação sob as autoridade delegadas de gestão geral.

A constituição do Comité Administrativo inclui todos os Administradores estatutários da Sociedade mas exclui Noone, Silverstone, Murphy, Schneider e os NED, com quaisquer dois Administradores a constituírem um quórum. O Sr. Murphy e o Sr. Schneider eram membros até 31 de Dezembro e de agosto, respectivamente. O Comité Administrativo não tem um calendário formal de reuniões e reúne-se conforme necessário.

O Comité de Remuneração

O Comité de Remuneração, composto pelos NED, o Presidente e o Director Executivo, Director de Risco, estabeleceu a Política de Remuneração do FCE consistente com e que promove uma gestão de risco eficaz, de acordo com os requisitos do Código de Remuneração da FSA. O Comité é responsável por determinar e acordar com o Conselho a política ampla para remuneração do Pessoal do FCE conforme definido no Código de Remuneração da FSA.

Comité Executivo

O Comité Executivo ("CE") habitualmente presidido pelo Presidente do FCE, é responsável pelo desenvolvimento da estratégia do Grupo e pela monitorização do desempenho do Grupo relativamente à sua estratégia e plano de negócios. A Comissão Executiva reporta ao Conselho em cada assembleia completa do Conselho realizada durante o ano. O Comité Executivo possui treze membros, quatro dos quais são membros do Conselho de Administração.

O CE consiste em pessoas responsáveis pelas componentes-chave do negócio; mercados britânico, alemão e europeu, bem como funções centrais pan-europeias como a Gestão de Risco, Tecnologia de Informação, Jurídico e Conformidade, Estratégia e Finanças. É exigido que o Presidente ou o Director Executivo Financeiro esteja presente como um dos sete membros para se constituir um quórum. O CE reúne-se mensalmente e reuniu-se 11 vezes durante 2012.

Principais princípios de governo da sociedade

Diversos sub-comités foram criados e reúnem-se regularmente e abrangem todas as áreas do negócio. Estes sub-comités reportam ao CE:

- O Comité de Política de Crédito e Risco de Crédito (Comité de Política de Crédito), habitualmente presidido pelo Presidente do FCE, determina, em nome do Conselho, a política de crédito geral do Grupo numa base pan-europeia. Supervisiona e analisa o risco do crédito comercial e a retalho e o risco do valor residual do veículo. Refere-se a cada reunião do Conselho completa realizada durante o ano, no entanto, tornou-se um comité delegada do comité Executivo em Dezembro. Seis dos dez membros do Comité de Política de Crédito são membros do Conselho de Administração. O Comité de Política de Crédito consiste em pessoas responsáveis pelas componentes-chave do negócio; mercados britânico, alemão e europeu, e funções centrais pan-europeias como a Gestão de Risco e Finanças.

Existem requisitos de quórum para o Comité de Política de Crédito, com combinações diferentes de participantes permitidas, a fim de assegurar que um membro do Conselho de Administração esteja sempre presente, além da representação apropriada de áreas-chave do negócio. O Comité de Política de Crédito procura reunir-se mensalmente.

Os Comités de Crédito Comercial foram criados como sub-comités do Comité de Política de Crédito para rever e aprovar pedidos de empréstimos comerciais por toda a Europa. Os Comités de Crédito Comercial são constituídos e operam ao nível do distrito, do país, da Europa e internacionalmente de acordo com as autoridades de aprovação delegadas e a avaliação de risco.
- O Comité de Conformidade Reguladora é responsável por monitorizar e gerir o risco de conformidade reguladora que o FCE enfrenta em todas as linhas de negócio, áreas de produto e geografias. Em 2012, o FCE conseguiu melhorias significativas na sua estrutura de risco de conformidade reguladora, melhorando a qualidade da informação de gestão e implementando um plano de monitorização de conformidade abrangente. O Comité monitoriza e avalia as alterações reguladoras e legislativas e determina a resposta da Sociedade ou as alterações necessárias.
- O Comité de Revisão Operacional de Tecnologia de Informação monitoriza, alinha e resolve planos e prioridades no FCE para apoiar projectos e iniciativas essenciais relacionados com tecnologias de informação.
- O Comité de Risco Operacional Executivo tem a responsabilidade global de analisar e monitorizar os principais riscos operacionais e promover a utilização de uma gestão sólida do risco operacional no FCE. O Comité possui três subcomités: Comité de Direcção de Continuidade do Negócio, Comité de Risco Suboperacional e Comité de Observações Operacionais Identificadas.
- O Comité de Gestão de Activo e Passivo supervisiona o plano de financiamento e gestão de liquidez do FCE. O Comité possui dois subcomités: Conselho do Programa de Titularização e Subcomité Supervisor.
- O Comité de Vendas e Marketing promove a troca de informação regular e oportuna entre unidades do negócio e áreas funcionais, abrangendo vendas, marketing e questões operacionais.
- O Comité de Direcção de Gestão de Dados fornece orientação e toma decisões sobre questões de gestão de dados em toda a sociedade de modo a assegurar uma contribuição coordenada para que o processo e desenvolvimento das aplicações de TI cumpram os requisitos de negócio através de soluções de dados que sejam consistentes com as prioridades estratégicas. O Comité fornece informações e orientação às funções de controlo do FCE sobre integridade de dados, protecção, transferência e violações.
- O Comité de Preços revê e aprova estratégias e políticas de preços a nível nacional, regional e europeu.
- O Conselho de Projecto Europeu supervisiona a gestão dos projectos estratégicos do FCE. Este sub-comité reúne-se mensalmente para rever, aprovar e definir as prioridades dos projectos grandes/estratégicos.
- Os Comités de Desenvolvimento Pessoal fomentam o desenvolvimento pessoal e o planeamento de carreiras e vagas. Os subcomités são compostos por membros da direcção, que são auxiliados por representantes dos Recursos Humanos.
- O Grupo de Direcção Executiva de Anti-Branqueamento de Capitais supervisiona a conformidade com as disposições da directiva da Comunidade Europeia referente a Branqueamento de Capitais e directivas relacionadas conforme aplicadas a esses mercados nos quais o FCE opera.

Além disso, a CE pode, posteriormente, nomear grupos de trabalho ou comités de direcção para tratar de riscos específicos de negócio e oportunidades.

Principais princípios de governo da sociedade

Contabilidade e auditoria

Relato financeiro

No Relatório dos Administradores, o Conselho procura facultar uma compreensão detalhada do negócio do Grupo, juntamente com uma avaliação equilibrada e compreensível da posição e perspectivas do FCE.

Controlo Interno

Poderá encontrar informações adicionais sobre o ambiente de controlo interno no “Relatório do Comité de Auditoria” que começa na página 36.

Sociedade activa

Os Administradores estão confiantes, com base nas actuais projecções financeiras e facilidades disponíveis, que o FCE possui os recursos financeiros adequados para continuar a operar durante o futuro previsível. Por este motivo, os Administradores concluíram que não existem incertezas materiais que levam a uma dúvida significativa quanto à capacidade de continuação da entidade como um interesse contínuo e, conseqüentemente, continua a adoptar a base de interesse contínua na preparação das demonstrações financeiras.

Relações com os investidores

O website da Sociedade faculta aos potenciais investidores informações sobre a Sociedade, incluindo as recentes demonstrações financeiras provisórias e anuais, divulgações de Pilar 3 de Basileia II, apresentações dos investidores e assuntos de governação.

POR ORDEM DO CONSELHO

Nick Rothwell
Presidente, FCE Bank plc.
20 de Março de 2013

FCE Bank plc.
Central Office, Eagle Way, Brentwood, Essex CM13 3AR.
Registado em Inglaterra e Gales sob o n.º 772784

Relatório do Comité de Auditoria

Este relatório descreve o papel do Comité de Auditoria ("CA") e a sua conformidade com os requisitos do Código sobre o Governo das Sociedades aplicável no Reino Unido (o "Código"), quando apropriado para uma subsidiária detida a 100%.

Termos de referência

Os termos de referência do CA, cuja cópia pode ser encontrada no website da Sociedade, são revistos, pelo menos, uma vez por ano e aprovados pelo Conselho. Baseiam-se nos termos do modelo de referência estabelecidos na Nota de Orientação produzida pelo Institute of Chartered Secretaries and Administrators. Os termos de referência englobam a constituição de membros e nomeações, reuniões, deveres e responsabilidades, autoridade e um conjunto de outros assuntos. Os objectivos do CA incluem ajudar o Conselho no cumprimento das suas responsabilidades para a criação de um sistema eficaz de controlo interno e conformidade, fornecimento do relato financeiro externo preciso e ajudar a direcção na condução e no relato da gestão de risco eficaz.

Constituição de membros e nomeação

Não existe qualquer limitação no termo de nomeação para o CA. Durante 2012, o CA foi presidido pelo Romer-Lee, e reuniu-se quatro vezes. A constituição dos membros do CA engloba exclusivamente todos os NED. O quórum para o CA é de quaisquer dois membros.

O FCE considera que os quatro membros actuais do CA são independentes para efeitos do Código. Os membros trazem uma vasta e diversificada experiência comercial, financeira e de gestão para o trabalho do CA e os seus dados biográficos encontram-se descritos na página 28.

O Conselho está confiante de que a experiência colectiva dos membros do CA permite-lhe, como grupo, actuar como um Comité de Auditoria eficaz. O CA também tem acesso à experiência financeira do Grupo e aos seus auditores, internos e externos, e podem procurar mais consultoria profissional a cargo da Sociedade, se necessário. O Conselho considera que o actual Presidente do CA, em particular, qualifica-se como tendo a experiência financeira recente e relevante para chegar às deliberações do CA conforme exigido pelo Código.

Reuniões

A PricewaterhouseCoopers LLP ("PwC"), os auditores externos do FCE e representantes do Gabinete Geral de Auditores da Ford ("GAO"), juntamente com o Director Executivo Financeiro, o Director de Risco, o Director Jurídico e a Secretária da Sociedade estiveram presentes em reuniões com um convite fixo. A Secretária da Sociedade é a Secretária do CA. Além disso, o CA exige, frequentemente, que outros Administradores, gestores e pessoal assistam e concordem com as acções de auditoria/revisão em resposta aos inquéritos e recomendações do CA.

Os NED também realizaram reuniões privadas com os auditores externos durante o ano. O Presidente do Comité reporta regularmente ao Conselho sobre as actividades do CA e as actas das reuniões do CA são circuladas para o Conselho de Administração.

Trabalho do Comité

O CA leva a cabo o seu programa de trabalho de acordo com um calendário de acções em quatro reuniões programadas realizadas todos os anos em Março, Junho, Agosto e Novembro ou meses adjacentes, conforme descrito abaixo. O CA também recebe relatórios regulares sobre eventos significativos e invulgares em cada reunião. Além disso, outras questões significativas são levantadas, conforme adequado e necessário:

- Março – Revisão da versão preliminar do Relatório e Contas Anual, da carta da administração e do relatório dos auditores externos, que inclui a consideração das principais áreas de julgamento, ajustes significativos e adequação da assunção de interesse contínuo antes de as demonstrações serem aprovadas pelo Conselho.
- Junho – Revisão do relatório de adequação de liquidez, planeamento e implementação e capital da Sociedade; revisão anual do ICO, incorporando a revisão de processo e futuros planos e progresso face ao próprio plano de negócio interno, desenvolvimentos funcionais e principais medidas de desempenho; e uma revisão anual do auditor externo do FCE que inclui assuntos de relato financeiro e contabilístico actuais e questões resultantes e o seu plano e âmbito de auditoria.
- Agosto – Revisão da versão preliminar do Relatório Provisório para os primeiros seis meses do ano e da carta da administração e do relatório dos auditores externos, que inclui a consideração das principais áreas de julgamento e ajustes significativos antes de as demonstrações serem consideradas e aprovadas pelo Conselho; e supervisão do processo de monitorização dos assuntos de conformidade e reguladores incluindo de Anti-Branqueamento de Capitais através de uma revisão anual por parte do Responsável de Conformidade do FCE.
- Dezembro – Revisão das políticas contabilísticas e alterações de divulgação para as próximas contas anuais, incluindo grandes alterações nas políticas e práticas contabilísticas; e considerar a revisão anual do GAO para incluir a supervisão da eficácia do controlo interno sobre o relato e as operações e, especificamente, a análise do revisor oficial de contas interno, actualizar a avaliação de risco e as revisões de auditoria interna e planos futuros, conformidade com as normas de auditoria e progresso face ao plano de negócio da auditoria interna, desenvolvimentos funcionais e principais medidas de desempenho.

Relatório do Comité de Auditoria

Trabalho do Comité (continuação)

O plano e âmbito de auditoria do PwC e do GAO estabelecem pormenores das áreas a serem abrangidas e a forma como a auditoria será conduzida. O Presidente do CA reúne-se periodicamente com os auditores externos e com o GAO para serem analisados os progressos na auditoria e os principais pontos a tratar, e tem a oportunidade para avaliar a eficácia do processo. O CA também tem a possibilidade de avaliar a eficácia dos auditores e o processo através de relatórios elaborados para o Comité por auditores independentes. Além disso, antes de cada reunião do CA acordada para serem aprovados os resultados financeiros intercalares e anuais, os membros realizam uma reunião privada com os auditores externos.

Os auditores externos, o seu trabalho e os serviços não relacionados com auditoria

O PwC conduz auditorias das demonstrações financeiras do FCE de acordo com os requisitos legais e reguladores relevantes e as Normas Internacionais de Auditoria (Reino Unido e Irlanda). O PwC fornece pareceres de auditoria externa sobre as demonstrações financeiras do FCE.

A nomeação e renomeação do auditor externo para o grupo de empresas da Ford são revistas ao nível da empresa-mãe. Contudo, de acordo com os seus actuais termos de referência, o CA recebe uma confirmação por escrito anual da realização de uma revisão por parte do Comité de Auditoria da Ford no que se refere à independência contínua do PwC, desempenho, relações substanciais e conformidade com respectiva ética e orientação profissional. Além disso, o CA revê o plano de auditoria do PwC, o seu âmbito e eficiência de custos e a comissão de auditoria. As comissões de auditoria do PwC para 2012 encontram-se descritas na Nota 9 "Lucros antes de impostos" na página 64 das presentes demonstrações financeiras.

Para ajudar a garantir que a independência e objectividade dos auditores não são prejudicadas pelo fornecimento de serviços não relacionados com a auditoria, o CA acordou que os auditores externos devem ser excluídos da prestação de serviços de gestão, consultoria estratégica ou de Tecnologias de Informação e todos os outros serviços não relacionados com auditoria, excepto se a empresa nomeada como auditor externo seja:

- o único fornecedor do serviço/perícia específico exigido; ou
- o líder claro na prestação do serviço e tenha possibilidade de prestar esse serviço numa base de preços competitivos.

Na sua qualidade de auditora, a PwC assumirá o trabalho que lhe compete fazer ou aquele para o qual está mais bem colocada para realizar. Tal inclui o trabalho relacionado com impostos, formalidades relativas a empréstimos, relatórios de controlo ou trabalho respeitante a aquisições e alienações.

Gabinete do auditor geral (GAO)

O GAO da Ford é totalmente independente do FCE; a sua cobertura baseia-se na avaliação do risco relativo de cada "entidade de auditoria", que é definido como uma recolha dos processos e sistemas que estão estreitamente

relacionados.

A missão do GAO consiste em proporcionar uma garantia objectiva e serviços de consultoria à direcção e ao Conselho da Ford e ao CA da Sociedade, de modo a melhorar a eficiência e eficácia das operações da Sociedade e ajudar a mesma a alcançar os seus objectivos através de uma auditoria sistemática e disciplinada.

Gabinete de controlo interno (ICO)

O ICO é o departamento dentro do FCE que fornece consultoria de controlo, revisões de processos, investigações especiais, devida diligência, aconselhamento nos controlos dos sistemas e formação em controlo em todas as localizações. A experiência do ICO nas operações, contabilidade e sistemas possibilita revisões operacionais informadas e a partilha de melhores práticas. Isto assegura que se mantenha um elevado nível de qualidade nos processos do FCE, serviços ao cliente e revendedor e produtos finais. O departamento criou e forneceu formação em controlos contínuos, o que inclui pontos de aprendizagem derivados de auditorias, revisões de controlo e processos de auto-avaliação. Isto combina as práticas líderes da indústria para ajudar a gestão numa identificação inicial dos potenciais riscos de controlo, o que é um elemento essencial do processo para garantir a conformidade com a Lei Sarbanes-Oxley dos EUA.

O ICO coordena o Programa de Revisão de Controlo Modular (MCRP), que foi concebido, implementado e revisto ao longo dos últimos anos para integrar a avaliação de risco e oportunidade no Grupo. O MCRP fornece os meios para a gestão de cada localização ou actividade monitorizar continuamente os controlos nas suas operações. O desempenho de verificações regulares e apropriadas integra os princípios de uma administração sólida nos principais processos. O MCRP proporciona elevados níveis de auto-avaliação de controlo como parte das boas práticas de negócio. Engloba igualmente os princípios estabelecidos pelo Comité Turnbull do Reino Unido ao alcançar as normas no Código Combinado do Governo das Sociedades. O MCRP foi modificado para, e fornece uma estrutura-chave na conformidade do FCE com a Lei Sarbanes-Oxley dos EUA.

O ICO supervisiona o Comité de Observações Operacionais Identificadas (OIC), um subcomité do Comité de Risco Operacional Executivo. Os OIC são oportunidades de melhoria processuais descobertas através de processos de auto-avaliação, auditorias ou outras revisões externas ou no decurso diário das operações. O Comité OIC é responsável por monitorizar e validar planos de acção correctiva de OIC. O Comité de Risco Operacional Executivo recebe relatórios regulares e de rotina do ICO e do Comité OIC. Ocasionalmente, à luz de desenvolvimentos ou eventos significativos, o Comité de Risco Operacional Executivo pode incumbir o ICO de efectuar revisões ad-hoc ou investigações especiais.

Relatório do Comité de Auditoria

Procedimento de denúncia de irregularidades

A Sociedade estabeleceu um procedimento de denúncia de irregularidades para a submissão confidencial e anónima pelos funcionários que tenham preocupações relativamente a assuntos contabilísticos, controlos internos ou auditoria. Um relatório sobre quaisquer desses incidentes reportados é apresentado em cada reunião do Comité de Auditoria, incluindo pormenores de quaisquer acções que tenham sido levadas a cabo para tratar dos problemas suscitados. Durante o ano abrangido no relatório, não foram tratados quaisquer assuntos significativos para o FCE pelo Comité de Auditoria.

POR ORDEM DO COMITÉ DE AUDITORIA

Alex K Romer-Lee
20 de Março de 2013

Responsabilidade dos administradores pelas demonstrações financeiras

A declaração seguinte deverá ser lida em conjunto com o Relatório dos auditores independentes.

Os Administradores são responsáveis pela elaboração do Relatório anual e das demonstrações financeiras da Sociedade e do Grupo, de acordo com a lei e regulamentos aplicáveis.

Os Administradores são obrigados, por lei, a preparar as demonstrações financeiras da Sociedade e do Grupo para cada ano financeiro de acordo com a Lei das Sociedades de 2006, as Normas Internacionais de Relato Financeiro conforme adoptadas pela União Europeia e as demonstrações financeiras do Grupo, artigo 4.º do Regulamento da Comissão (CE) n.º 1606/2002 (o Regulamento IAS).

Os Administradores são obrigados a assegurar que as demonstrações financeiras da Sociedade e do Grupo proporcionem uma visão verdadeira e justa do activo, passivo e posição financeira da Sociedade e do Grupo e do lucro ou perda do Grupo para esse período.

Na preparação das demonstrações financeiras da Sociedade e do Grupo para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012, os Administradores são igualmente obrigados a:

- seleccionarem as políticas contabilísticas adequadas e aplicá-las de forma consistente;
- fazerem julgamentos e estimativas razoáveis e prudentes;
- confirmarem que as normas contabilísticas aplicáveis foram seguidas; e
- confirmarem que as demonstrações financeiras foram preparadas numa base de âmbito contínuo.

Os Administradores confirmam que cumpriram os requisitos acima referidos na preparação das demonstrações financeiras para o exercício terminado a 31 de Dezembro de 2012.

Os Administradores são responsáveis por manter os registos contabilísticos apropriados que divulgam com precisão razoável, a qualquer momento, a posição financeira da Sociedade e do Grupo e permitir-lhes assegurar que as demonstrações financeiras cumprem a Lei das Sociedades de 2006 e, relativamente às demonstrações financeiras do Grupo, o artigo 4.º do Regulamento IAS. São igualmente responsáveis por salvaguardar o activo da Sociedade e do Grupo e por tomar as medidas razoáveis para a prevenção e detecção de fraude e outras irregularidades.

Cada um dos Administradores, cujos nomes e funções encontram-se enunciados na página 28, confirmam, tanto quanto é do seu conhecimento, que:

- As demonstrações financeiras do Grupo, que foram preparadas de acordo com as IFRS conforme adoptadas pela UE, oferecem uma visão verdadeira e justa do activo, passivo, posição financeira e lucros do Grupo; e
- O relatório dos Administradores inclui uma revisão justa do desenvolvimento e desempenho do negócio e da posição do Grupo, juntamente com uma descrição dos principais riscos e incertezas que enfrenta.

Divulgação de informação a auditores externos

Cada um dos Administradores, que esteja em funções aquando da aprovação das demonstrações financeiras do FCE, confirma que, tanto quanto é do seu conhecimento, não há qualquer informação de auditoria relevante que os auditores externos da Sociedade desconhecem e cada um desses Administradores tomou todas as medidas que se deve razoavelmente esperar tomar enquanto administrador, a fim de tomar conhecimento de qualquer informação de auditoria relevante e estabelecer que os auditores externos da Sociedade têm conhecimento dessa informação. Esta informação é dada e deve ser interpretada de acordo com as disposições da secção 418 da Lei das Sociedades de 2006.

Página da Internet

Uma cópia das demonstrações financeiras da Sociedade é apresentada na página da Internet do FCE (www.fcebank.com). Os Administradores são responsáveis pela manutenção e integridade das informações empresariais e financeiras que constam na página da Internet. O trabalho levado a cabo pelos auditores não envolve a consideração destas matérias e, em conformidade, os auditores não aceitam qualquer responsabilidade por quaisquer alterações que possam ter ocorrido nas demonstrações financeiras do FCE desde a data em que estas foram inicialmente apresentadas na página da Internet. A legislação que rege a preparação e disseminação de demonstrações financeiras no Reino Unido poderá diferir da legislação noutras jurisdições.

Auditores externos

De acordo com a secção 489 da Lei das Sociedades de 2006, uma resolução que propõe a renomeação da PricewaterhouseCoopers LLP como auditores externos será submetida à Assembleia Geral Anual a ser realizada no dia 20 de Março de 2013.

POR ORDEM DO CONSELHO

Joanna Totsky
Secretário da Sociedade
20 de Março de 2013

Relatório dos auditores independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES AOS MEMBROS DO FCE BANK PLC

Auditamos as demonstrações financeiras da Sociedade e do Grupo (as "demonstrações financeiras") do FCE Bank plc do exercício findo a 31 de Dezembro de 2012 que incluem a Demonstração de Resultados Detalhados do Grupo, os Balanços da Sociedade e do Grupo, a demonstração de fluxos de caixa da Sociedade e do Grupo, as demonstrações de alterações no capital próprio e as respectivas notas. O quadro de relato financeiro que foi aplicado na sua preparação constitui a lei aplicável e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme adoptadas pela União Europeia e, no que diz respeito às demonstrações financeiras da Sociedade, conforme aplicadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades de 2006.

Responsabilidades respectivas dos administradores e dos auditores

Conforme explicado mais detalhadamente na declaração de responsabilidades dos Administradores na página 39, os Administradores são responsáveis pela preparação das demonstrações financeiras e pela garantia de que oferecem uma visão verdadeira e justa. A nossa responsabilidade é auditar e emitir um parecer sobre as demonstrações financeiras em conformidade com a lei aplicável e as normas internacionais de auditoria (Reino Unido e Irlanda). Essas normas exigem que cumpramos os Princípios Éticos para Auditores do Conselho de Práticas de Auditoria.

Este relatório, incluindo os pareceres, foi preparado para, e apenas para os membros da Sociedade como um conjunto, de acordo com o capítulo 3 da parte 16 da Lei das Sociedades de 2006, e não para qualquer outro efeito. Ao darmos estes pareceres, não aceitamos nem assumimos responsabilidade por qualquer outro propósito ou perante qualquer outra pessoa a quem este relatório seja apresentado ou em cujas mãos possa estar, salvo acordo expresso ou consentimento prévio, por escrito, da nossa parte.

Âmbito da auditoria das demonstrações financeiras

Uma auditoria envolve a obtenção de provas sobre os montantes e divulgações nas demonstrações financeiras suficientes para oferecer uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de declaração indevida devido a fraude ou erro. Tal inclui uma avaliação para averiguar se as políticas contabilísticas são apropriadas para as circunstâncias da Sociedade e do Grupo e se foram consistentemente aplicadas e adequadamente divulgadas; a razoabilidade de estimativas contabilísticas significativas feitas pelos Administradores; e a apresentação geral das demonstrações financeiras. Além disso, lemos todas as informações financeiras e não financeiras no relatório anual do FCE Bank plc com vista a identificar contradições importantes nas declarações financeiras auditadas. Se tivermos conhecimento de quaisquer declarações indevidas ou contradições importantes, consideramos as implicações para o nosso relatório.

A manutenção e a integridade da página da Internet do FCE Bank plc são da responsabilidade dos Administradores; o trabalho realizado pelos auditores não envolve a consideração destas matérias e, em conformidade, os auditores não aceitam qualquer responsabilidade por quaisquer alterações que possam ter ocorrido nas demonstrações financeiras desde a sua apresentação inicial na página da Internet.

A legislação no Reino Unido relativa à elaboração e disseminação das demonstrações financeiras pode diferir da legislação noutras jurisdições.

Parecer sobre demonstrações financeiras

Na nossa opinião:

- as demonstrações financeiras oferecem uma visão verdadeira e justa do estado da situação do Grupo e da Sociedade no dia 31 de Dezembro de 2012 e do lucro do Grupo e dos fluxos de caixa da Sociedade e do Grupo para o exercício então terminado;
- as demonstrações financeiras do Grupo foram correctamente preparadas de acordo com as IFRS conforme adoptadas pela União Europeia;
- as demonstrações financeiras da Sociedade foram correctamente preparadas de acordo com as IFRS conforme adoptadas pela União Europeia e aplicadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades de 2006; e
- as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com os requisitos da Lei das Sociedades de 2006 e, no que respeita às demonstrações financeiras do grupo, com o artigo 4.º do Regulamento IAS.

Parecer sobre outros assuntos prescritos pela Lei das Sociedades de 2006

Na nossa opinião, as informações fornecidas no Relatório dos administradores para o ano financeiro para o qual as demonstrações financeiras são preparadas é consistente com as demonstrações financeiras.

Assuntos que somos obrigados a reportar por excepção

Não temos nada a reportar no que diz respeito aos seguintes assuntos, onde somos obrigados pela Lei das Sociedades de 2006 a reportar, na nossa opinião:

- a Sociedade não manteve os registos de contabilidade adequados ou as filiais não visitadas por nós não receberam os retornos adequados à nossa auditoria; ou
- as demonstrações financeiras da Sociedade não se encontram de acordo com os retornos e registos de contabilidade; ou
- não foram feitas algumas divulgações da remuneração dos Administradores especificadas pela lei; ou
- não recebemos todas as informações e explicações que requeremos para nossa auditoria.

Craig Stafford (Revisor Oficial de Contas Sénior)
para e em nome da PricewaterhouseCoopers LLP
Auditores e Revisores Oficiais de Contas
Londres
20 de Março de 2013

Declaração consolidada de rendimentos detalhados

For the year ended 31 December	Notes	Group	
		2012 £ mil	2011 £ mil Restated*
Interest income		£ 696	£ 861
Interest expense		(353)	(494)
NET INTEREST INCOME	2	£ 343	£ 367
Fees and commission income		£ 35	£ 63
Fees and commission expense		(12)	(13)
NET FEES AND COMMISSIONS INCOME	3	£ 23	£ 50
Other operating income	4	£ 208	£ 176
TOTAL INCOME		£ 574	£ 593
Impairment losses on loans and advances	16	£ 2	£ (3)
Operating expenses	5	(216)	(219)
Depreciation of property and equipment	19	(220)	(174)
Fair value adjustments to financial instruments	7	(75)	5
Gain / (loss) on foreign exchange	8	45	(24)
Share of profit of a jointly controlled entity	23	5	6
PROFIT BEFORE TAX	9	£ 115	£ 184
Income tax expense	10	£ (30)	£ (56)
PROFIT AFTER TAX AND PROFIT FOR THE FINANCIAL YEAR		£ 85	£ 128
Translation differences on foreign currency net investments		(29)	(49)
Translation differences on foreign currency investments in a jointly controlled entity		(1)	(1)
Available for sale gains from changes in fair value		3	-
TOTAL COMPREHENSIVE INCOME FOR THE FINANCIAL YEAR ENDING 31 DECEMBER		£ 58	£ 78

As "Notas às demonstrações financeiras consolidadas" anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

* Para detalhes de actualização, consulte a Nota 1 "Políticas contabilísticas".

Balço

As at 31 December	Notes	Company		Group	
		2012 £ mil	2011 £ mil Restated*	2012 £ mil	2011 £ mil Restated*
ASSETS					
Cash and advances	11	£ 2,014	£ 2,145	£ 2,545	£ 2,767
Marketable securities	12	1	-	1	-
Derivative financial instruments	13	125	155	125	163
Other assets	14	818	733	379	297
Net loans and advances not subject to securitisation		£ 2,093	£ 2,007	£ 2,284	£ 2,254
Net loans and advances subject to securitisation	18	6,419	7,529	6,419	7,529
Total net loans and advances to customers	15	£ 8,512	£ 9,536	£ 8,703	£ 9,783
Property and equipment	19	179	235	179	235
Income taxes receivable	20	13	22	13	22
Deferred tax assets	21	64	73	77	84
Goodwill and other intangible assets	22	157	161	9	13
Investment in a jointly controlled entity	23	-	-	44	46
Investment in other entities	24	339	339	3	-
TOTAL ASSETS		£ 12,222	£ 13,399	£ 12,078	£ 13,410
LIABILITIES					
Due to banks and other financial institutions not in respect of securitisation		£ 101	£ 210	£ 223	£ 341
Due to banks and other financial institutions in respect of securitisation	18	606	1,028	3,328	4,064
Total due to banks and other financial institutions	25	£ 707	£ 1,238	£ 3,551	£ 4,405
Corporate deposits	26	53	50	53	50
Due to parent and related undertakings	27	5,523	5,424	1,250	821
Derivative financial instruments	13	40	53	100	85
Debt securities in issue not in respect of securitisation		3,261	3,648	3,261	3,657
Debt securities in issue in respect of securitisation	18	-	-	1,243	1,442
Total debt securities in issue	28	£ 3,261	£ 3,648	£ 4,504	£ 5,099
Other liabilities	29	337	399	347	409
Income taxes payable	20	27	18	27	18
Deferred tax liabilities	21	9	20	9	21
Subordinated loans	30	212	220	212	220
TOTAL LIABILITIES		£ 10,169	£ 11,070	£ 10,053	£ 11,128
SHAREHOLDERS' EQUITY					
Ordinary shares	31	£ 614	£ 614	£ 614	£ 614
Share premium	31	352	352	352	352
Retained earnings		1,087	1,363	1,059	1,316
TOTAL SHAREHOLDERS' EQUITY		£ 2,053	£ 2,329	£ 2,025	£ 2,282
TOTAL LIABILITIES AND SHAREHOLDERS' EQUITY		£ 12,222	£ 13,399	£ 12,078	£ 13,410

As "Notas às demonstrações financeiras consolidadas" anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

* Para detalhes de actualização, consulte a Nota 1 "Políticas contabilísticas".

Os mapas financeiros das páginas 39 a 128 foram aprovados pelo Conselho de Administração a 20 de Março de 2013 e foram assinados em nome deste por:

Nick Rothwell
Presidente

Paul Kiernan
Director executivo, finanças

Demonstrações financeiras

Demonstração de fluxos de caixa

		Company		Group	
	Notes	2012 £ mil	2011 £ mil Restated*	2012 £ mil	2011 £ mil Restated*
Cash flows from operating activities					
Cash from operating activities	45	£ 410	£ 619	£ 431	£ 370
Interest paid		(477)	(646)	(430)	(607)
Interest received		654	857	655	860
Other operating income received		205	197	200	192
Income taxes paid		(39)	(16)	(41)	(18)
Income taxes refunded		22	-	23	-
Net cash from/(used in) operating activities		£ 775	£ 1,011	£ 838	£ 797
Cash flows from investing activities					
Investment in marketable securities		£ (1)	£ -	£ (1)	£ -
Maturity of marketable securities		-	223	-	223
Purchase of property and equipment		(8)	(7)	(8)	(7)
Proceeds from sale of property and equipment		7	5	7	5
Investment in internally and externally generated software			(5)		(5)
Dividend from jointly controlled entity		-	-	5	4
Dividend from group undertakings		-	-	-	-
Net cash from/(used in) investing activities		£ (2)	£ 216	£ 3	£ 220
Cash flows from financing activities					
Proceeds from the issue of debt securities and from loans provided by banks and other financial institutions		£ 4,979	£ 3,087	£ 5,017	£ 6,379
Repayments of debt securities and of loans provided by banks and other financial institutions		(6,043)	(3,452)	(6,206)	(6,747)
Proceeds of funds provided by parent and related undertakings		1,663	339	1,663	339
Repayment of funds provided by parent and related undertakings		(1,134)	(212)	(1,149)	(219)
Net increase/(decrease) in short term borrowings		(101)	196	(76)	274
Net increase/(decrease) in corporate deposits		3	1	3	1
Net cash inflow/(outflow) on derivative financial instruments		37	99	6	76
(Increase) in central bank and other deposits		(93)	(89)	(92)	(89)
Decrease in central bank and other deposits		93	185	92	185
Dividend paid		(315)	(370)	(315)	(370)
Net cash from/(used in) financing activities		£ (911)	£ (216)	£ (1,057)	£ (171)
Net cash flows		£ (138)	£ 1,011	£ (216)	£ 846
Effect of exchange rate changes on cash and cash equivalents		£ 16	£ (67)	£ 2	£ (83)
Net increase/(decrease) in cash and cash equivalents	45	£ (122)	£ 944	£ (214)	£ 763
Cash and cash equivalents at beginning of period	45	£ 2,069	£ 1,125	£ 2,689	£ 1,926
Cash and cash equivalents at end of period	45	£ 1,947	2,069	2,475	2,689

* Para detalhes de actualização, consulte a Nota 1 "Políticas contabilísticas".

Demonstrações de alterações no capital próprio

Group	Share capital	Share premium	Profit and loss reserve	Translation reserve	Total retained earnings	Total
	Restated* £ mil	Restated* £ mil	Restated* £ mil	Restated* £ mil	Restated* £ mil	Restated* £ mil
Balance at 1 January 2011	£ 614	£ 352	£ 1,222	£ 386	£ 1,608	£ 2,574
Profit for the year	£ -	£ -	£ 128	£ -	£ 128	£ 128
Translation differences	-	-	-	(50)	(50)	(50)
Total comprehensive income for the year ended 31 December 2011	£ -	£ -	£ 128	£ (50)	£ 78	£ 78
Dividend paid	£ -	£ -	£ (370)	£ -	£ (370)	£ (370)
Balance at 31 December 2011 / 1 January 2012	£ 614	£ 352	£ 980	£ 336	£ 1,316	£ 2,282
Profit for the year	£ -	£ -	£ 85	£ -	£ 85	£ 85
Translation differences	-	-	-	(30)	(30)	(30)
Available for sale gains in fair value	-	-	3	-	3	3
Total comprehensive income for the the year ended 31 December 2012	£ -	£ -	£ 88	£ (30)	£ 58	£ 58
Dividend paid	£ -	£ -	£ (315)	£ -	£ (315)	£ (315)
Balance at 31 December 2012	£ 614	£ 352	£ 753	£ 306	£ 1,059	£ 2,025

Company	Share capital	Share premium	Profit and loss reserve	Translation reserve	Total retained earnings	Total
	Restated* £ mil	Restated* £ mil	Restated* £ mil	Restated* £ mil	Restated* £ mil	Restated* £ mil
Balance at 1 January 2011	£ 614	£ 352	£ 1,299	£ 361	£ 1,660	£ 2,626
Profit for the year	£ -	£ -	£ 116	£ -	£ 116	£ 116
Translation differences	-	-	-	(43)	(43)	(43)
Total comprehensive income for the year ended 31 December 2011	£ -	£ -	£ 116	£ (43)	£ 73	£ 73
Dividend paid	£ -	£ -	£ (370)	£ -	£ (370)	£ (370)
Balance at 31 December 2011 / 1 January 2012	£ 614	£ 352	£ 1,045	£ 318	£ 1,363	£ 2,329
Profit for the year	£ -	£ -	£ 71	£ -	£ 71	£ 71
Translation differences	-	-	-	(32)	(32)	(32)
Total comprehensive income for the the year ended 31 December 2012	£ -	£ -	£ 71	£ (32)	£ 39	£ 39
Dividend paid	£ -	£ -	£ (315)	£ -	£ (315)	£ (315)
Balance at 31 December 2012	£ 614	£ 352	£ 801	£ 286	£ 1,087	£ 2,053

* Para detalhes de actualização, consulte a Nota 1 "Políticas contabilísticas".

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

Índice das notas para demonstrações financeiras

Política

1 Políticas contabilísticas	46
-----------------------------------	----

Demonstração de resultados

2 Rendimento de juros líquido	56
3 Rendimento líquido de honorários e comissões	57
4 Outros rendimentos de exploração	58
5 Gastos operacionais	59
6 Transacções com administradores e directores.....	60
7 Ajustes do justo valor em instrumentos financeiros	62
8 Ganho ou perda em divisas	63
9 Lucro antes de impostos	64
10 Custos de impostos sobre rendimento.....	66

Balanço

11 Caixa e adiantamentos	67
12 Instrumentos financeiros detidos para negociação	68
13 Instrumentos financeiros derivados	69
14 Outros activos	71
15 Empréstimos e adiantamentos a clientes	72
16 Provisão para perdas incorridas	74
17 Provisões para o valor residual do veículo	75
18 Titularização e financiamento relacionado	76
19 Propriedade e equipamento	78
20 Imposto sobre o rendimento a receber e a pagar	80
21 Activos e passivos com impostos diferidos.....	81
22 Goodwill e outros activos incorpóreos.....	82
23 Investimento numa entidade controlada conjuntamente.	83
24 Investimentos noutras entidades	84
25 Dívidas a bancos e a outras instituições financeiras	86
26 Depósitos de empresas	87
27 Dívida à empresa-mãe e participações associadas	88
28 Títulos de dívida em emissão	89
29 Outros passivos	90
30 Empréstimos subordinados.....	91
31 Acções ordinárias e prémios de acções.....	92
32 Dividendo por acção	92
33 Componentes de capital	93

Informações extrapatrimoniais

34 Obrigações de benefício de reforma.....	95
35 Passivos contingentes	100
36 Compromissos	101
37 Compromissos de locações futuras	101

Risco

38 Risco de crédito	102
39 Valor residual do veículo.....	106
40 Risco do mercado financeiro	107
40a Risco cambial	108
40b Risco de taxa de juro	109
41 Risco de liquidez.....	110
42 Activos financeiros e passivos financeiros	115

Outras

43 Transacções com partes relacionadas.....	119
44 Relato por segmentos.....	122
45 Notas à demonstração de fluxos de caixa	126
46 Informação do FCE e de outras partes relacionadas....	128
47 Factos posteriores ao balanço	128

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na elaboração destas demonstrações financeiras são descritas adiante.

Índice das políticas contabilísticas

A	Base de apresentação.....	47	M	Empréstimos e adiantamentos a clientes	52
B	Contas do Grupo	49	N	Locações	53
C	Estimativas contabilísticas críticas.....	49	O	Provisão para perdas incorridas	53
D	Relato por segmentos.....	50	P	Titularização e financiamento relacionado	53
E	Rendimento de juros líquido	50	Q	Provisões do valor residual do veículo	54
F	Rendimentos e despesas com encargos e comissões .	50	R	Propriedade e equipamento	54
G	Outros rendimentos de exploração.....	50	S	Impostos sobre o rendimento actuais e diferidos ...	54
H	Benefícios dos funcionários.....	50	T	Goodwill e outros activos incorpóreos	54
I	Caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros detidos para negociação	51	U	Investimentos noutras entidades.....	55
J	Activos financeiros, passivos financeiros e compensação	51	V	Dívida	55
K	Instrumentos financeiros derivados e cobertura	52	W	Outros passivos e provisões.....	55
L	Outros activos.....	52	X	Dividendos.....	55
			Y	Garantias financeiras	55

A Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) e com as interpretações do Comité Internacional de Relato e Interpretação Financeiras (IFRIC) e com as secções da Lei das Sociedades de 2006 aplicáveis ao relatório das sociedades nos termos das IFRS. As normas aplicadas são as emitidas pelo Conselho Internacional das Normas de Contabilidade e adoptadas pela União Europeia. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio de custo histórico, excepto para determinados activos e passivos financeiros que são declarados pelo justo valor conforme divulgado na Nota 42 "Activos financeiros e passivos financeiros".

Tal como exigido pela Lei das Sociedades de 2006 e pelo artigo 4.º da Regulamento IAS, o FCE apresenta as demonstrações financeiras relativas às contas da sociedade e do Grupo, respectivamente:

- As contas da "Sociedade" incluídas nestas demonstrações financeiras incluem o FCE Bank plc, uma empresa registada no Reino Unido e todas as suas sucursais europeias.
- As contas do "Grupo" englobam o FCE Bank plc, uma empresa registada no Reino Unido e todas as sucursais e subsidiárias europeias. Consulte a Nota 24 "Investimentos noutras entidades" para mais informações sobre as subsidiárias do FCE.

Demonstração de resultados – Conforme permitido pela secção 408 da Lei das Sociedades de 2006, não foi apresentada uma demonstração de resultados separada relativamente à Sociedade. Os lucros da Sociedade depois dos impostos são apresentados nas divulgações da Sociedade contidas nas "Demonstrações de alterações no capital próprio".

Moeda de apresentação - As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em libras esterlinas. Os activos e passivos de cada entidade do Grupo denominados em moedas são convertidos para libras esterlinas à taxa de câmbio publicada à data do balanço.

As demonstrações de resultados e os fluxos de caixa das sucursais e das subsidiárias fora do Reino Unido são convertidos para a moeda de apresentação do Grupo às taxas de câmbio médias para o período. As diferenças cambiais decorrentes da aplicação das taxas de câmbio no final do ano a activos líquidos abertos de sucursais e subsidiárias no estrangeiro são tomadas à situação líquida, tal como as diferenças resultantes da nova avaliação dos resultados de operações no estrangeiro da média das taxas de câmbio no final do ano.

Na alienação ou liquidação de uma entidade estrangeira, essas diferenças nas taxas de câmbio são reconhecidas na demonstração de resultados na rubrica "Outros rendimentos de exploração" como parte dos ganhos e das perdas de venda.

Demonstração de fluxos de caixa - O FCE optou por produzir uma demonstração de fluxos de caixa indirecta e, como tal, irá exibir os fluxos de caixa das actividades operacionais ajustando o lucro antes de impostos para elementos não monetários e alterações nos activos e passivos operacionais.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

A Base de apresentação (continuação)

Não houve normas novas em vigor para o exercício com início em 1 de Janeiro de 2012 que tenham sido subsequentemente adoptadas nas demonstrações financeiras consolidadas do FCE.

As seguintes interpretações e normas alteradas são obrigatórias para o exercício com início em 1 de Janeiro de 2012, mas não são relevantes nem têm um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas:

Referência	Título da norma ou interpretação	Aplicável a períodos com início em ou após
IFRS 1	Emenda à adopção pela primeira vez relativa à isenção da forte hiperinflação e da eliminação de datas fixas.	1 de Julho de 2011
IFRS 7	Emenda à IFRS 7 "Instrumentos financeiros: Divulgações", para divulgações relativas à transferência de activos financeiros.	1 de Julho de 2011
IAS 12	Emenda à IAS 12 "impostos sobre o rendimento" relativamente à contabilidade de impostos diferidos para propriedades de investimento.	1 de Janeiro de 2012

As novas interpretações, normas e normas alteradas foram publicadas mas não são aplicáveis a períodos anuais com início em 1 de Janeiro de 2012 e não se espera que tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas:

Referência	Título da norma ou interpretação	Aplicável a períodos com início em ou após
IAS 1	"Apresentação de demonstrações financeiras"	1 de Julho de 2012
NIC 19 (revista)	"Benefícios dos funcionários"	1 de Janeiro de 2013
NIC 27 (revista)	"Demonstrações financeiras separadas"	1 de Janeiro de 2013
NIC 28 (revista)	"Associadas e joint ventures"	1 de Janeiro de 2013
IFRS 1	"Primeira adopção" – dívida pública	1 de Janeiro de 2013
IFRS 10	"Demonstrações financeiras consolidadas"	1 de Janeiro de 2013
IFRS 11	"Acordos conjuntos"	1 de Janeiro de 2013
IFRS 12	"Divulgação de participações noutras entidades"	1 de Janeiro de 2013
IFRS 13	"Mensuração do justo valor"	1 de Janeiro de 2013
IFRS 7	"Instrumentos financeiros: divulgações"	1 de Janeiro de 2013
IAS 32	"Instrumentos financeiros: apresentação"	1 de Janeiro de 2014
IFRS 10	"Demonstrações financeiras consolidadas"	1 de Janeiro de 2014
IFRS 12	"Divulgação de participações noutras entidades"	1 de Janeiro de 2014
IAS 27	"Demonstrações financeiras consolidadas e separadas"	1 de Janeiro de 2014
IFRS 9	"Instrumentos financeiros" – classificação de activos financeiros e passivos financeiros	1 de Janeiro de 2015

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

Redefinições Contabilísticas

Redefinição Contabilística	Afectados por estas alterações são:
<p>No período 2007-2011, determinados montantes relativos a “Suplementos de juros de partes relacionadas” foram ajustados para corrigir um erro cometido ao determinar-se o momento de reconhecimento do resultado na sucursal da Alemanha.</p> <p>O impacto acumulado do ajustamento em 31 de Dezembro de 2011 em “Lucros antes de impostos” foi uma redução de £28,6 milhões, que é composta por um aumento de £4,7 milhões para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2011, uma redução de £10,2 milhões para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010, uma redução de £15,0 milhões para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2009, uma redução de £6,3 milhões para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2008 e uma redução de £1,8 milhões para o exercício findo a 31 de Dezembro 2007.</p> <p>Foram efectuados ajustes para representar correctamente “Lucros não distribuídos”, “Empréstimos líquidos e adiantamentos não sujeitos a titularização”, “Imposto sobre o rendimento a receber”, “Imposto sobre o rendimento a pagar”, “Rendimento de juros” e “Custos de impostos sobre o rendimento” no balanço e demonstrações de resultados dos períodos anteriores.</p> <p>A administração concluiu que estes ajustes não são significativos para qualquer período anterior individual, mas que um ajuste acumulado até ao período actual teria sido significativo para o período actual.</p> <p>O impacto desta actualização é o mesmo para a Sociedade e para o Grupo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 31 de Dezembro de 2011 “Lucros não distribuídos” conforme actualizado ascendeu a £1.316 milhões (anteriormente reportado como £1.335 milhões); • 31 de Dezembro de 2011 “Empréstimos líquidos e adiantamentos não sujeitos a titularização” conforme actualizado ascendeu a £2.254 milhões (anteriormente reportado como £2.282 milhões); • 31 de Dezembro de 2011 “Imposto sobre o rendimento a receber” conforme actualizado ascendeu a £22 milhões (anteriormente reportado como 16 milhões de libras); • 31 de Dezembro de 2011 “Imposto sobre o rendimento a pagar” conforme actualizado ascendeu a £18 milhões (anteriormente reportado como 21 milhões de libras); • “Rendimento de juros” conforme actualizado ascendeu a £861 milhões (anteriormente reportado como £856 milhões), resultando num “Rendimento líquidos de Juros” actualizado de £349 milhões (anteriormente reportado como £344 milhões) e em “Lucros antes de impostos” actualizados de £184 milhões (anteriormente reportado como £179 milhões).
<p>Em 2011, os custos de transacção que não possam ser directamente associados à emissão de dívida foram contabilizados em despesas com juros. Após a alteração na política contabilística para estes itens (consulte a política contabilística V), foram efectuados ajustes para incluir estas despesas dentro das despesas operacionais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “Gastos com juros” conforme actualizado ascendeu a £494 milhões (anteriormente reportado como £512 milhões) • “Despesas operacionais” conforme actualizado ascendeu a £219 milhões (anteriormente reportado como £201 milhões) <p>Esta actualização não tem efeito sobre o montante reportado de “Lucros antes de impostos” referente ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2011.</p>

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

B Contas do Grupo

(i) Subsidiárias

As subsidiárias são as empresas controladas directa ou indirectamente pela Sociedade, isto é, nas quais esta tem o poder de gerir as suas políticas financeiras operacionais. Todas as subsidiárias da Sociedade são consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

As subsidiárias são consolidadas a partir da data na qual o controlo é transferido para o Grupo e deixam de ser consolidadas na data de cessação desse controlo. O método de contabilidade de aquisição é usado para contabilizar a aquisição de subsidiárias. O custo da aquisição é medido pelo justo valor dos activos cedidos, acções emitidas ou passivos incorridos à data da aquisição, acrescido dos custos directamente atribuíveis à aquisição. O excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida é registado como goodwill. Consulte a política T sobre a política contabilística para goodwill. As transacções inter-sociedade, os saldos, as receitas e os encargos sobre as transacções entre sociedades do Grupo são eliminados.

A demonstração de resultados e o balanço financeiro consolidado incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e as suas participações subsidiárias até ao final do exercício financeiro. Nas contas da Sociedade, as participações da Sociedade nos organismos do grupo são declaradas pelo custo menos quaisquer provisões por imparidade.

(ii) Sucursais

Além de operar no Reino Unido, a Sociedade opera numa rede de sucursais em 10 outros países europeus e as sucursais estão incluídas nas demonstrações financeiras da Sociedade.

(iii) Entidades de Finalidade Especial (SPE)

As SPE utilizadas pela Sociedade e que se encontram listadas na Nota 24 "Investimentos noutras entidades", realizam as suas actividades unicamente com o objectivo de cumprir os requisitos de titularização da Sociedade. De acordo com o âmbito de Interpretação SIC-12 "Consolidação das entidades de finalidade especial" e IAS 27 "Demonstrações financeiras consolidadas e contabilidade para investimentos em subsidiárias", essas entidades são consolidadas como uma subsidiária dentro do balanço do Grupo.

Nem a Sociedade nem os seus directores, Administradores ou funcionários detêm quaisquer participações de capital nas SPE utilizadas ou recebem qualquer remuneração directa ou indirecta das SPE. Além disso, essas SPE não possuem acções na Sociedade ou acções em qualquer subsidiária do

FCE ou outras filiais da Ford.

(iv) Joint ventures

As joint ventures (JV) são entidades sobre cujas actividades o FCE detém um controlo conjunto, estabelecido por acordo contratual. Os interesses em JV são classificados como entidades controladas conjuntamente e contabilizados através do método de equivalência patrimonial. Segundo o método de equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente registado pelo custo e subsequentemente ajustado de modo a reflectir a participação do FCE nos resultados líquidos da JV na demonstração de resultados na rubrica "Investimento numa entidade controlada conjuntamente".

C Estimativas contabilísticas importantes

A preparação das demonstrações financeiras exige o uso de estimativas e pressupostos que afectam os montantes reportados de activos e passivos e a apresentação de activos e passivos contingentes à data das demonstrações financeiras e os montantes reportados de rendimentos e despesas durante o período em análise. Embora estas estimativas se baseiem no melhor conhecimento da administração dos actuais eventos e acções, os resultados reais acabam derradeiramente por diferir dos estimados.

Uma estimativa contabilística é considerada crítica se:

- A estimativa contabilística exige que sejam feitos pressupostos sobre matérias que eram incertas no momento em que a estimativa contabilística foi feita, e
- É razoavelmente provável que ocorram alterações na estimativa de um período para outro, ou se forem utilizadas diferentes estimativas que poderiam ter sido razoavelmente utilizadas no período actual, e
- A estimativa contabilística pode ter um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras no período financeiro seguinte.

As estimativas contabilísticas que são mais importantes para o negócio do FCE são:

- Provisão para perdas incorridas sobre empréstimos e adiantamentos (consulte a Nota 16 "Provisão para perdas incorridas") e activos de locação operacional (consulte a Nota 19 "Propriedade e equipamento"),
- Provisões para o valor residual do veículo e as taxas de amortização utilizada nos veículos sujeitos a locações operacionais (consulte a Nota 39 "Valores residuais do veículo").
- Provisão para incertezas financeiras (consulte a Nota 20 "Imposto sobre o rendimento a receber e a pagar").
- Esperança média de vida utilizada na determinação do montante contabilizado dos activos financeiros pelo custo amortizado.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

D Relato por segmentos

Os segmentos operacionais são os componentes de uma entidade utilizados pela direcção com vista a tomar decisões sobre questões operacionais. Estes são identificados com base nos relatórios internos regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões da entidade de modo a atribuir recursos ao segmento e a avaliar o seu desempenho. Um segmento operacional desenvolve actividades de negócio de que possa ter receitas e incorrer em despesas para as quais estejam disponíveis informações financeiras discretas.

Para efeitos destas demonstrações financeiras e de acordo com a IAS 8 "Segmentos operacionais", os segmentos operacionais relatáveis do FCE baseiam-se numa estrutura de unidades de negócio agrupadas em várias localizações geográficas das suas operações. Todos os segmentos representam 10% ou mais das receitas do FCE, os lucros antes de impostos ou os activos são registados como segmentos relatáveis individuais.

Atribuição de custos: Os custos principais que se exige serem atribuídos entre segmentos operacionais e a base de atribuição são os seguintes:

- Os custos centrais de pessoal são analisados por departamento e tipo de custo e atribuídos à localização que beneficia do serviço. São utilizados vários métodos de atribuição que asseguram uma atribuição equitativa dos custos centrais de pessoal.
- Em determinadas filiais e subsidiárias europeias do FCE, o financiamento é obtido através de uma mistura de financiamento atribuído local e centralmente. Os custos de financiamento central, incluindo custos derivados são, quando possível, directamente atribuídos às localizações onde as transacções podem ser especificamente identificadas. Os custos de financiamento central e de detenção de liquidez excedentária são repartidos pelas localizações anualmente de modo a garantir uma distribuição dos custos de financiamento. As eficiências operacionais também são obtidas agregando-se determinado financiamento, e os custos de financiamento associados são atribuídos às localizações para garantir uma distribuição adequada dos custos de financiamento.

Os rendimentos e despesas na atribuição de transacções intra e inter-sociedade são eliminados na consolidação.

Rendimento de juros líquido

O rendimento e os encargos com juros são reconhecidos na demonstração de resultados utilizando o método de juros efectivos.

Os suplementos de juros e outros pagamentos de apoio de partes (incluindo a Ford e fabricantes afiliados) são

fornecidos no momento da compra ou na geração de contractos elegíveis de agentes. O rendimento é diferido no balanço na rubrica "Empréstimos e adiantamentos a clientes" e é reconhecido em "Rendimento de juros" através do método do juro efectivo, durante o prazo esperado do crédito relacionado.

Alguns honorários de geração de empréstimos (rendimento) e custos (encargos) que podem ser directamente associados à geração de empréstimos e adiantamentos a clientes são vistos como parte do retorno económico sobre o empréstimo e incluídos no valor escriturado do empréstimo e diferido. O montante diferido é reconhecido no rendimento de juros líquido, utilizando o método do juro efectivo, ao longo do termo esperado do crédito relacionado.

F Receitas e encargos com honorários e comissões

Tantos as receitas como os encargos com honorários e comissões são reconhecidos numa base de apuramento líquido de quaisquer impostos a pagar.

As comissões e outros bónus a pagar ao agentes que possam ser directamente associados à geração de créditos financiados são considerados como parte do retorno económico do crédito a receber e incluídos como parte do valor contabilizado a receber. O montante diferido é reconhecido como uma redução no rendimento de juros, utilizando o método do juro efectivo, ao longo do termo do crédito relacionado. As comissões e outros bónus a pagar que não possam ser directamente associados à geração de créditos financiados são encargos conforme incorridos.

G Outros rendimentos de exploração

Os outros rendimentos de exploração incluem as rendas recebidas por veículos fornecidos nos termos de locações operacionais. Os rendimentos de rendas de locações operacionais são creditados ao rendimento pelo método das quotas constantes.

H Benefícios dos funcionários

(i) Obrigações de benefícios de reforma

A Sociedade participa em planos de pensão que partilham os riscos entre as entidades sob controlo comum e não há nenhum acordo contratual para cobrança dos custos de benefícios líquidos definidos. Nesses casos, a Sociedade reconhece um custo igual às contribuições pagáveis apenas para o período e apresenta esses planos como "Contabilizado como contribuição definida". As contribuições a pagar pela Sociedade são recomendadas pela empresa principal que é uma parte relacionada do FCE. Os passivos líquidos ou os activos relacionados com o plano não são reconhecidos no balanço.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

H Benefícios dos funcionários (continuação)

Algumas das sucursais e subsidiárias do FCE operam planos de pensão definidos. A valorização dos activos e passivos do fundo de pensões é realizada por um actuário independente profissionalmente qualificado. Essas valorizações incluem recomendações de taxas futuras de contribuições pagáveis para o plano pela sociedade principal. Os fundos são valorizados, pelo menos, a cada três anos pelo actuário. O fundo principal do Reino Unido é valorizado a cada dois anos.

As sucursais do FCE que operam planos de pensão definidos para os quais os funcionários da Sociedade são os únicos participantes reconhecem os passivos ou activos líquidos no balanço. Os ganhos e perdas actuariais são reconhecidos nos resultados à medida que estes ocorrem, juntamente com contribuições pagáveis para o período.

Para planos de contribuição definidos, o FCE paga contribuições para planos de seguros de pensão administrados pública ou privadamente numa base obrigatória, contratual ou voluntária. Uma vez que as contribuições estejam pagas, o FCE não tem quaisquer obrigações de pagamento. As contribuições regulares constituem custos periódicos líquidos para os anos nos quais estas são devidas.

Todos os custos são incluídos em "Despesas operacionais".

(ii) Pagamentos baseados em acções

Ao abrigo de um programa de incentivos a longo prazo revisto baseado no tempo, são concedidas Unidades de Acção Restritas (RSU) aos Administradores e outros funcionários elegíveis do FCE. Após um período de restrição especificado, os RSU convertem-se em unidades de participação de acções ordinárias da Ford. As acções aportam todos os direitos associados incluindo direitos de voto e o direito a quaisquer pagamentos de dividendos.

As concessões são atribuídas ao longo de um período de serviço de três anos da seguinte forma:

- Um ano a partir da data do acordo será atribuído 33% da concessão
- Dois anos a partir da data do acordo será atribuído mais 33% da concessão
- Três anos a partir da data do acordo será atribuído mais 34% da concessão

O justo valor dos serviços dos funcionários recebidos em troca pela concessão de RSU é reconhecido como uma despesa e um aumento correspondente em "Outros ajustes do capital próprio", que fazem parte dos "Lucros não distribuídos", durante o período de concessão.

O montante total a ser despendido ao longo do período de concessão é determinado por referência ao justo valor da acção ordinária da Ford na data de concessão, excluindo quaisquer condições de concessão de não mercado. As condições de concessão de não mercado são tidas em consideração para que o montante despendido se baseie no número de acções que eventualmente será obtido.

Os custos do fornecimento da concessão de RSU são cobrados ao FCE, pela Ford, no ano da concessão e são reconhecidos em "Outros ajustes do capital próprio" que fazem parte dos "Lucros não distribuídos".

Antes da revisão do programa de incentivos a longo prazo durante 2007, as opções sobre acções que podem ser exercidas sobre as acções ordinárias da Ford, foram concedidas a administradores e funcionários do FCE. Um número limitado de opções sobre acções tem sido concedido desde 2007. As opções empossam e podem ser exercidas em prestações da seguinte forma:

- Um ano a partir da data do acordo, 33% das acções podem ser exercidos;
- Dois anos a partir da data do acordo, mais 33% das acções concedidas podem ser exercidos;
- Três anos a partir da data do acordo, mais 34% das acções concedidas podem ser exercidos;

As opções sobre acções são contabilizadas numa base consistente com a base de contabilização para os RSU conforme descrito acima.

Os pagamentos baseados em acções não têm um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Sociedade ou do Grupo.

I Caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros detidos para negociação

A caixa e os equivalentes de caixa incluem os saldos que têm uma maturidade, à data de aquisição, de 90 dias ou inferior, incluindo: títulos do Tesouro e outros títulos elegíveis, montantes em dívida de outros bancos e fundo de maneiio.

Os instrumentos financeiros detidos para negociação englobam os títulos do Tesouro e outros títulos elegíveis que têm uma maturidade, à data de aquisição, superior a 90 dias.

J Activos, passivos financeiros e compensação

O FCE classifica os seus activos financeiros e passivos financeiros no início nas seguintes categorias:

• Activos financeiros pelo justo valor através de lucros e perdas

Esta categoria consiste em caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros detidos para negociação e instrumentos financeiros derivados detidos ao justo valor com as alterações no justo valor reconhecidas nos resultados.

Os activos nesta categoria são avaliados ao justo valor através de taxas de mercado e modelos de valorização do sector.

• Empréstimos e adiantamentos

Estes são activos não derivados com pagamentos fixos ou determinados que não estão cotados num mercado activo, tal como descrito mais pormenorizadamente na política contabilística M.

• Disponível para venda de activos financeiros

Esta categoria consiste em investimento em instrumentos de acções que são detidos pelo justo valor, com as alterações no justo valor reconhecidas nos resultados detalhados.

• Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Isto consiste em derivados que são detidos pelo justo valor, com as alterações no justo valor reconhecidas nos resultados.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

J Activos, passivos financeiros e compensação (continuação)

• Passivos financeiros pelo custo amortizado

Estes incluem empréstimos, depósitos de empresas, títulos de dívida em emissão e empréstimos subordinados que são inicialmente reconhecidos pelo justo valor. Estes são subsequentemente avaliados pelo custo amortizado utilizando-se o método de juro efectivo.

• Compensação

Os activos e passivos financeiros são compensados e o montante líquido reportado no balanço se, e apenas se, houver um presente direito legal aplicável para se compensar os montantes reconhecidos e houver uma intenção de o liquidar numa base líquida.

K Instrumentos financeiros derivados e cobertura

Os derivados são medidos pelo justo valor. Os justos valores dos derivados são calculados utilizando as taxas do mercado e os modelos de valorização aplicados no sector. Estes modelos projectam fluxos de caixa futuros e descontam os montantes futuros ao valor actual através de expectativas de mercado para as taxas de juro, taxas de câmbio e para os termos contratuais dos instrumentos derivados.

Em determinados casos, quando os dados de mercado não se encontram disponíveis, o FCE desenvolve pressupostos para determinar o justo valor.

Os derivados são incluídos no activo quando o justo valor é positivo, e no passivo quando o justo valor é negativo.

Quando um contrato de derivados é celebrado, o FCE pode designar determinados derivados como uma cobertura do justo valor de um activo ou passivo reconhecido (cobertura do "justo valor").

Os justos valores dos instrumentos derivados são divulgados na Nota 13 "Instrumentos financeiros derivados".

• Contabilidade de cobertura

A contabilidade de cobertura só é aplicada a derivados quando são cumpridos os seguintes critérios:

- documentação formal do instrumento de cobertura, elemento coberto, objectivo de cobertura, estratégia ou relacionamento preparado à data ou antes da criação da transacção de cobertura;
- a cobertura é documentada demonstrando que se espera que seja altamente eficaz na compensação do risco no elemento coberto ao longo do período de reporte e
- a cobertura é altamente eficaz numa base constante, tal como medida pelo novo desempenho da efectividade testada trimestralmente.

• Contabilidade de cobertura de justo valor

As alterações no justo valor dos derivados que são qualificados e que são designados como coberturas de justo valor são registadas na demonstração de resultados, juntamente com as alterações ao justo valor do item coberto que são atribuíveis ao risco coberto na rubrica "Ajustes do justo valor em instrumentos financeiros".

Quando é revogada a designação de um derivado de uma relação de cobertura de justo valor ou quando o derivado numa relação de cobertura de justo valor termina antes da maturidade, o ajuste ao justo valor do item coberto continua a ser registado como parte da base do item e é amortizado na demonstração de resultados durante a vida remanescente do mesmo.

• Derivados que não são qualificados para a contabilidade de cobertura

Determinadas transacções derivadas (referidas como não designadas na Nota 13 "Instrumentos financeiros derivados"), embora forneçam coberturas económicas efectivas nos termos das políticas de gestão de risco do Grupo não são qualificadas para a contabilidade de cobertura nos termos das regras específicas da IAS 39, "Instrumentos financeiros, reconhecimento e medição" ou o FCE opta por não aplicar a contabilidade de cobertura. Estes derivados são detidos pelo justo valor e os ganhos e perdas de justo valor são reportados na demonstração de resultados na rubrica "Ajustes do justo valor em instrumentos financeiros".

L Outros activos

O montante contabilizado de "Outros activos" é declarado pelo custo menos qualquer provisão por imparidade. Os veículos devolvidos ao FCE de locação operacional, locações a retalho e financeiras que aguardam revenda são contabilizados pelo valor contabilístico líquido após os ajustes para quaisquer provisões do valor residual. Os veículos consignados a agentes sob acordos de financiamento à consignação são apresentados na Nota 14 "Outros activos".

Os ganhos e perdas nas alienações de veículos de locação operacional são incluídos na demonstração de resultados na rubrica "Amortização de propriedade e equipamento" e para os veículos devolvidos de contractos de locação a retalho e financeira na rubrica "Rendimento de juros".

M Empréstimos e adiantamentos a clientes

Os empréstimos e adiantamentos a clientes, incluindo os créditos de locação financeira, são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado activo e sem classificação como disponíveis para venda. Os empréstimos e os adiantamentos a clientes são inicialmente reconhecidos pelo justo valor, incluindo os honorários de transacção directos e incrementais (incluindo suplementos de juros e outros pagamentos de assistência de partes relacionadas) e custos. Subsequentemente, são avaliados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efectiva; consulte a política contabilística E "Rendimento de juros líquido".

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

N Locações

(i) Quando o FCE é o locador:

Locações financeiras – Os activos comprados pelos clientes sob acordos de venda condicionada e alugados sob locações financeiras são incluídos em "Empréstimos e adiantamentos a clientes" pelo montante grosso a receber, menos os encargos de financiamento não ganhos. O rendimento do financiamento é reconhecido ao longo da duração da locação utilizando o método de investimento líquido de modo a reflectir uma taxa periódica de retorno constante em proporção com o investimento líquido no contrato.

Locações operacionais – Os activos locados aos clientes sob locações operacionais são incluídos em "Propriedade e equipamento". O rendimento reconhecido na demonstração de resultados é descrito na política contabilística G.

(ii) Quando o FCE é o locatário:

As locações celebradas pelo FCE são todas locações operacionais. As despesas de aluguer da locação operacional são cobradas na demonstração de resultados dentro de "Despesas operacionais" numa base de linha recta ao longo do período da licença.

Quando uma locação operacional é cessada antes do período da locação ter expirado, qualquer pagamento exigido a ser efectuado ao locador como forma de multa é reconhecido no período no qual surge a obrigação.

O Provisão para perdas incorridas

Uma provisão para perdas incorridas é constituída contra perdas e adiantamentos e activos de locação operacional para cobrir as dívidas duvidosas em que se incorre e não separadamente identificados, mas que se conhece por experiência estarem presentes em carteiras de empréstimos e adiantamentos e locações operacionais. Os activos em empréstimo com características de crédito semelhantes são agrupados e valorizados quanto à imparidade numa base colectiva, com base numa série de factores, incluindo as tendências de perda histórica, a qualidade de crédito da carteira actual e factores económicos gerais.

Uma provisão é também estabelecida quando o FCE considera que a classificação de crédito de um mutuário ou locatário individual se deteriorou de modo que a recuperação do total ou de parte de um adiantamento ou empréstimo de activos do grupo remanescente está em risco. A provisão tem em consideração a condição financeira do mutuário ou locatário, o valor da garantia, recurso a fiadores e outros factores.

Os critérios utilizados pelo FCE para determinar que há provas objectivas da ocorrência de uma perda por imparidade, incluem:

- Incumprimento nos pagamentos contratuais de capital ou juros (e no prazo máximo de 120 dias após o vencimento);
- Dificuldades de fluxo de caixa experimentadas pelo mutuário (por exemplo, rácio de capital, rendimento líquido, percentagem de vendas);
- Violação dos convénios ou condições do empréstimo;
- Início de procedimentos por bancarrota;
- Deterioração da posição competitiva do mutuário;
- Deterioração no valor da garantia.

As provisões para perdas incorridas incluem o saldo transportado no

início do período, ajustado para as avaliações feitas durante o período, menos as "Perdas líquidas" reconhecidas e inclui ajustes cambiais relacionados com a conversão da moeda. "Perdas líquidas" inclui empréstimos que entraram em imparidade menos quaisquer recuperações subsequentes de más dívidas que tenham sido anteriormente abatidas.

A provisão para perdas incorridas relativas a empréstimos e adiantamentos a clientes é deduzida de empréstimos e adiantamentos a clientes e está incluída na demonstração de resultados na rubrica "Perdas por imparidade de empréstimos e adiantamentos". A provisão para perdas incorridas relativas a activos de locação operacional é apresentada como um ajuste à depreciação acumulada e está incluída na demonstração de resultados na rubrica "Depreciação de propriedade e equipamento".

Neste ponto, o contrato de financiamento a retalho é considerado duvidoso, o valor contabilizado do empréstimo (ambos "bruto" e "líquido" conforme indicado na Nota 15 "Empréstimos e adiantamentos a clientes") é reduzido para reflectir o valor estimado de recuperação do veículo. Depois da recuperação do veículo e antes da revenda do veículo, o valor contabilizado do empréstimo é eliminado e o veículo é registado na Nota 14 "Outros activos" pelo valor realizável estimado líquido de custos de eliminação. Todas as outras recuperações para contractos anteriormente registadas como incobráveis são abatidas em "Provisão para perdas incorridas" em empréstimos e adiantamentos a clientes."

No ponto em que um empréstimo a retalho é considerado duvidoso, o valor contabilizado do empréstimo é reduzido através da utilização de uma dotação específica para perdas incorridas pelo montante incobrável estimado. Se um empréstimo for considerado duvidoso para um período prolongado, (e num prazo máximo de 120 dias), a provisão específica para perdas incorridas é libertada e o valor contabilizado do empréstimo é reduzido de modo a reflectir o montante cobrável estimado.

Os empréstimos a retalho e por grosso cujos termos tenham sido renegociados no decurso normal do negócio e para os quais não há qualquer prova objectiva de ter ocorrido perda por imparidade não são considerados como vencidos ou de em imparidade.

P Titularização e financiamento relacionado

A Sociedade celebrou acordos de financiamento com mutuantes de modo a financiar empréstimos e adiantamentos a clientes. Esses elementos a receber foram tipicamente vendidos para efeitos legais para consolidar as Entidades de Finalidade Especial (SPE). Dado que a Sociedade não se encontra totalmente isolado dos riscos e benefícios das transacções de titularização, seguiram-se os requisitos da IAS 39 "Instrumentos financeiros, reconhecimento e medição". Conforme exigido pela IAS 39, a Sociedade continua a reconhecer o valor contabilizado dos activos transferidos e é reconhecido um passivo, líquido de retenção de juros, para os proventos da transacção de financiamento.

Determinados custos de transacção que podem ser directamente associados à emissão da dívida de titularização são diferidos - consulte a política contabilística V "Dívida".

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

Q Veículo de provisões de valor residual

Os valores residuais representam o valor estimado do veículo no final do plano de financiamento a retalho ou por locação. Os valores residuais são calculados após a análise dos valores residuais publicados e da experiência histórica própria do FCE no mercado automóvel utilizado.

As provisões do valor residual e a amortização acumulada sobre os veículos sujeitos a locações operacionais baseiam-se em pressupostos relativamente aos preços de carros usados no final do plano de financiamento e o número de veículos que serão devolvidos. As provisões para o valor residual do veículo são revistas, pelo menos, trimestralmente e são contabilizadas com um ajuste ao valor contabilizado dos activos. O montante de qualquer imparidade nos valores residuais é contabilizado como amortização suplementar para locações operacionais com mais de 12 meses e como uma dedução de "Empréstimos e adiantamentos a clientes" para contractos de financiamento por locação e a retalho. Estes pressupostos e as reservas associadas podem ser alterados com base nas condições do mercado - consulte a política contabilística C "Estimativas contabilísticas críticas".

As alterações às provisões do valor residual para contractos de locação financeira e a retalho estão incluídas na demonstração de resultados sob o título "Rendimentos de juros" e para locações operacionais dentro de "Amortização de propriedade e equipamento".

R Propriedade e equipamento

Toda a propriedade e equipamento são declarados pelo custo histórico menos a amortização acumulada. A amortização é calculada sobre um método de linha recta para abater o custo desses activos para os seus valores residuais às seguintes taxas:

Asset type	Annual Depreciation Rate
Computer equipment	16.67%
Other office equipment	8.00%
Company motor vehicles	25.00%

Quando o montante contabilizado de um activo é superior ao seu montante recuperável estimado, este é abatido imediatamente ao seu montante recuperável. Os ganhos e perdas em alienações de propriedade e equipamento são determinados por referência ao seu montante contabilizado e são incluídos em "Despesas operacionais" na demonstração de resultados.

Os activos de locação operacional sobre os quais o FCE celebrou acordos de locação operacional como mutuante são incluídos em Propriedade e equipamento. A amortização é cobrada nos activos de Locação operacional ao longo do período da locação ao seu valor residual estimado numa base de linha recta.

A política de amortização para veículos locados (incluindo veículos sujeitos a locações operacionais) é revista regularmente tendo em consideração vários pressupostos, tais como os valores residuais previstos no momento da cessação da locação e o número estimado de veículos que serão devolvidos. Os ajustes para reflectirem as estimativas revistas dos valores residuais previstos no final dos termos da locação são registados numa base de linha recta. No momento da devolução do veículo, as despesas de amortização são ajustadas pela diferença entre o valor contabilístico líquido e o valor

de revenda previsto e o veículo é transferido para "Outros activos".

S Impostos sobre o rendimento actuais e diferidos

Os impostos diferidos são fornecidos na totalidade, utilizando o método de passivo, com diferenças temporárias resultantes entre as bases tributárias dos activos e passivos e os seus montantes contabilizados nas demonstrações financeiras. Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração de resultados excepto na medida que se relacione com elementos reconhecidos directamente no capital, em cujo caso serão reconhecidos no capital.

Os impostos diferidos são determinados utilizando-se taxas e legislação tributárias que tenham sido substantivamente promulgadas pela data do balanço e que se espera serem aplicadas quando o respectivo activo de imposto diferido é realizado ou quando o passivo do imposto diferido é liquidado. Os impostos diferidos são reconhecidos na medida em que é provável que o futuro lucro tributável esteja disponível face ao qual as diferenças temporárias poderão ser utilizadas.

O imposto sobre rendimento pagável pelos lucros é baseado na lei tributária aplicável em cada jurisdição da sociedade e é calculado pelas taxas de imposto substancialmente promulgadas na data do balanço. O imposto sobre rendimento pagável é reconhecido como uma despesa no período no qual os lucros ocorrem. Os efeitos fiscais de perdas de imposto sobre rendimento disponíveis para transportar para o futuro são reconhecidos como um activo quando é provável que os futuros lucros tributáveis estarão disponíveis face aos quais estas perdas poderão ser utilizadas.

T Goodwill e outros activos incorpóreos

(i) Goodwill representa o excesso do custo de uma aquisição sobre o justo valor da cota da Sociedade dos activos líquidos da subsidiária adquirida à data de aquisição. A cada data do balanço, o goodwill é testado por imparidade e contabilizado pelo custo menos perdas acumuladas por imparidade. O goodwill é atribuído a unidades geradoras de dinheiro para efeitos de testes a imparidade.

(ii) Outros activos incorpóreos referem-se a custos de desenvolvimento de software informático. Habitualmente, esses custos são pagos quando incorridos. Os custos que estão directamente associados com produtos de software identificáveis e únicos controlados pelo FCE e que se antecipa gerarem futuros benefícios económicos excedendo os custos são reconhecidos como imobilizado incorpóreo. Os custos directos incluindo custos de pessoal da equipa de desenvolvimento de software.

As despesas de funcionamento que melhoram significativamente ou aumentam o desempenho dos programas de software informático para além das suas especificações originais são reconhecidas como melhoramentos de capital e adicionadas aos custos originais do software. Os custos de desenvolvimento de software informático reconhecidos como activos são amortizados utilizando-se um método de linha recta ao longo das suas vidas úteis de três ou oito anos para as aplicações de processamento e PC/rede. Outros activos incorpóreos são levados a cabo pelo custo menos a amortização acumulada e quaisquer encargos de imparidade. A imparidade é testada em cada data de relatório. A amortização do imobilizado incorpóreo é registada dentro da demonstração de resultados como outras despesas operacionais.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

U Investimentos noutras entidades

O interesse da Sociedade nas participações do Grupo é demonstrado pelo custo menos provisões eventuais por imparidade.

A participação da Sociedade em entidades não do Grupo é declarada pelo justo valor com os ganhos ou perdas a passarem para OCI.

V Dívida

A dívida, que inclui principalmente os montantes devidos a bancos e outras instituições financeiras, os depósitos de empresas, os títulos de dívida em emissão e os empréstimos subordinados, é inicialmente declarada pelo justo valor de custos de transacção incorridos. As obrigações de dívida em moeda estrangeira, como outros activos e passivos em moeda estrangeira, são convertidas em libra esterlina às taxas de câmbio em vigor no balanço e os ganhos e as perdas são registados na demonstração de resultados na rubrica "Perda em divisas".

A dívida não designada como parte de uma relação de cobertura é subsequentemente declarada pelo custo amortizado e quaisquer diferenças entre os proveitos líquidos e o valor de resgate são reconhecidas na demonstração de resultados ao longo da duração da dívida subjacente.

A dívida que é designada como parte de uma relação de cobertura de justo valor é ajustada para reflectir as alterações no justo valor atribuível ao risco a ser coberto e os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração de resultados na mesma rubrica que a cobertura associada, nomeadamente "Ajustes do justo valor em instrumentos financeiros".

Determinados custos de transacção que podem ser directamente associados à emissão de dívida são incluídos na mensuração inicial da dívida e amortizados em "despesas de juros" durante o prazo da dívida relacionada utilizando o método de juros efectivos.

Os custos de transacção que não possam ser directamente associados à emissão de dívida são contabilizados nas "Despesas operacionais".

Quando se incorre em comissões de compromisso relativas a facilidades de dívida não renováveis e é provável que parte ou toda a facilidade será utilizada, a proporção da comissão relativa à provável utilização da facilidade será inicialmente diferida como um activo e não amortizada antes da utilização. Após a utilização, a comissão diferida será incluída na mensuração inicial da dívida e será amortizada em "despesas de juros" durante o prazo da dívida relacionada utilizando o método de juros efectivos. A parte remanescente da comissão de compromisso será inicialmente registada como um activo e amortizada pelo método das quotas constantes em "Gastos operacionais" durante a vida total da facilidade.

Em casos onde não é provável que parte ou toda a facilidade seja abatida, a comissão total será registada como

um activo e amortizada numa base de linha recta em "gastos operacionais" ao longo da vida total da facilidade.

Quando se incorre em comissões de compromisso relacionadas com facilidades de dívida renováveis, as comissões serão inicialmente registadas como um activo e amortizadas numa base de linha recta em "gastos operacionais" durante o período de compromisso total independentemente da provável utilização futura.

W Outros passivos e provisões

As provisões são reconhecidas quando o FCE tem uma obrigação presente e legal ou construtiva como resultado de eventos passados, quando é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação e quando se pode efectuar uma estimativa fiável do montante da obrigação. Quando o efeito do valor temporal do dinheiro é significativo, a provisão é descontada.

A provisão é efectuada pelo custo antecipado de reestruturação incluindo custos de separação de funcionários, quando existe uma obrigação. Existe uma obrigação quando o FCE tem um plano formal detalhado para reestruturar uma operação e tenha suscitado expectativas válidas naqueles afectados pela reestruturação ao começar a implementar o plano ou ao anunciar as suas principais características.

Os passivos contingentes são possíveis obrigações cuja existência será confirmada apenas por eventos futuros incertos ou obrigações presentes em que a transferência de benefício económico não é provável ou não pode ser avaliada de forma fiável. Os passivos contingentes não são reconhecidos mas são divulgados a menos que sejam remotos.

Para efeitos de avaliação de determinadas situações financeiras, a unidade de avaliação do FCE é a autoridade fiscal. Quando uma série de resultados for possível, o FCE aplica a única estimativa melhor numa base "mais propenso do que não" da série de resultados possíveis.

X Dividendos

Os dividendos declarados mas não pagos são incluídos no balanço na rubrica "montantes devidos à empresa-mãe e respectivas participações". Se estiverem reunidos os seguintes critérios: (i) proposta pelos Administradores, e (ii) se um dividendo final, subsequente aprovação na Assembleia Geral Anual, altura em que os dividendos se tornam oficialmente declarados. Os dividendos declarados depois da data do balanço são divulgados como um evento pós-balanço sem ajuste.

Y Garantias financeiras

Os contratos de garantia financeira requerem que o emitente da garantia efectue pagamentos especificados nos termos do contrato para reembolsar o beneficiário da garantia por uma perda em que o beneficiário incorre porque uma parte especificada não cumpre com as obrigações estipuladas quando devidas, em conformidade com os termos do acordo original. As garantias financeiras são inicialmente reconhecidas no balanço ao justo valor.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

2 RENDIMENTO DE JUROS LÍQUIDO

Os juros ganhos na maioria dos empréstimos e adiantamentos a retalho são, geralmente, fixados no momento de celebração dos contractos. Em determinados empréstimos e adiantamentos, principalmente no financiamento por grosso, o FCE cobra juros a uma taxa variável que oscila de acordo com as flutuações nas taxas de juros a curto prazo.

For the year ended 31 December		Group	
		2012 £ mil	2011 £ mil Restated*
Interest income	Notes		
Interest income from loans and advances to external parties		£ 342	£ 391
Interest income from related parties	43	349	458
Interest income adjustment relating to residual values	17	-	1
Cash and short term deposit income from external parties and other miscellaneous income		5	11
Total interest income		£ 696	£ 861
Interest expense			
Interest expense to external parties		£ (323)	£ (464)
Interest expense to related parties	43	(30)	(30)
Total interest expense		£ (353)	£ (494)
Net interest income		£ 343	£ 367

"Rendimento de juros de empréstimos e adiantamentos a partes externas" inclui receitas de "retalho", "por grosso" e "outros" segmentos, excluindo rendimento de veículos de locação operacional, que se encontra relatado na Nota 4 "Outros rendimentos de exploração".

"Rendimento de juros de partes relacionadas" refere-se, principalmente, a rendimento de contas a receber por grosso a entidades reportadas como entidades consolidadas da Ford e inclui agentes total e parcialmente detidos pela Ford.

"Ajuste do rendimento de juros relacionado com valores residuais" refere-se a alterações às provisões para o valor residual do veículo para contractos de locação financeira e a retalho que influenciam a taxa de juro efectiva. Para mais informações consulte a Nota 17 "Provisões para o valor residual do veículo".

"Rendimento de caixa e de depósitos de curto prazo de partes externas e outro rendimento diverso" refere-se, principalmente, a rendimento de juros de investimentos a curto prazo detidos como liquidez adicional além dos requisitos de financiamento imediato.

"Despesas com juros de partes externas" engloba os encargos relacionados com a titularização, empréstimos de bancos locais, ofertas de dívida pública e depósitos de empresas.

"Despesas com juros de partes relacionadas" inclui despesas relacionadas com passivos incluídos na Nota 27, "Dívidas à empresa-mãe e às participações associadas", e na Nota 30, "Empréstimos subordinados".

Em 2012, os custos de transacção que não possam ser directamente associados à emissão de dívida são agora contabilizados em despesas operacionais. Estes gastos ascenderam a £19 milhões e estão incluídos em "Outras despesas". Para mais detalhes sobre a política contabilística contabilização do FCE sobre custos de transacção, consulte a Nota 1 "Políticas Contabilísticas".

*Para detalhes de actualização, consulte a Nota 1 "Políticas contabilísticas".

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

3 RENDIMENTO LÍQUIDO DE ENCARGOS E COMISSÕES

For the year ended 31 December		Group	
		2012 £ mil	2011 £ mil
Fees and commission income			
	Note		
Finance related and other fee income		£ 12	£ 25
Insurance sales commission income		23	27
Total exceptional fees and commissions income	9	-	11
Total fees and commission income		£ 35	£ 63
Fees and commission expense			
Finance related and other fee expense		£ (7)	£ (9)
Commission and incentive expense		(5)	(4)
Total fees and commission expense		£ (12)	£ (13)
Net fee and commission income		£ 23	£ 50

"Rendimento relacionado com honorários financeiros e outros" está relacionado com os honorários recebidos que não podem ser directamente associados à geração de contas a receber financeiras. Aqui inclui-se o rendimento de comissões recebido pelo FCE pelo fornecimento de marketing e vendas de locações operacionais comerciais ("Full Service Leasing" ou "FSL") a um parceiro de negócio não afiliado. O parceiro de negócio terceiro preferencial, em cada mercado, é responsável pelo financiamento, manutenção, serviços de reparação e revenda de veículos no final do período de locação.

"Rendimento de comissão pela venda de seguro" refere-se, principalmente, a produtos de seguros com a marca Ford oferecidos na Europa. Estes produtos de seguros, que são, essencialmente, seguro automóvel e planos de protecção de pagamento, são subscritos por companhias de seguros locais não afiliadas pelos quais o FCE recebe rendimento de honorários mas cujos riscos de subscrição permanecem com as companhias de seguros terceiras.

"Despesas com honorários e comissões" inclui comissões e outros bónus pagáveis a agentes que não podem ser directamente associados à geração de créditos financeiros.

Para informações detalhadas sobre rubricas excepcionais, consulte a Nota 9 "Lucros antes de impostos".

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

4 OUTROS RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO

Outros rendimentos de exploração inclui rendas recebidas pela locação operacional de veículos a clientes comerciais de locação, incluindo empresas de locação, companhias de aluguer diário e clientes de frota e outros rendimentos diversos. No que respeita às locações operacionais, a margem de financiamento é igual às rendas recebidas

conforme registadas em "Outros rendimentos de exploração" menos as despesas de amortização, conforme registadas na Nota 19, "Propriedade e equipamento", e o custo de fundos emprestados conforme registado na rubrica "Despesas com juros" na Nota 2, "Rendimento de juros líquido".

For the year ended 31 December	Note	Group	
		2012 £ mil	2011 £ mil
Income from operating leases		£ 213	£ 180
Other operating income		-	2
Total other operating income excluding exceptional items		£ 213	£ 182
Total exceptional operating income	9	(5)	(6)
Other operating income		£ 208	£ 176

Para informações detalhadas sobre rubricas excepcionais, consulte a Nota 9 "Lucros antes de impostos".

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

5 DESPESAS OPERACIONAIS

For the year ended 31 December	Notes	Group	
		2012 £ mil	2011 £ mil Restated*
Staff costs:			
Wages and salaries		£ 106	£ 110
Social security contributions		12	13
Retirement benefits	34	19	17
Total staff costs		£ 137	£ 140
Other expenses:			
Software amortisation	22	£ 4	£ 5
Administrative expenses		48	47
Operating lease rental expense		5	6
Indirect debt issuance expenses		19	18
Other expenses		3	3
Total other expenses		£ 79	£ 79
Total operating expenses		£ 216	£ 219
Number of employees			
Average number of permanent employees during the year		1,692	1,750

Em "Despesas administrativas" estão incluídos montantes pagos à Ford e às suas empresas associadas por serviços recebidos e detalhados na Nota 43, "Transacções com

partes relacionadas".

*Para detalhes de actualização, consulte a Nota 1 "Políticas contabilísticas".

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

6 TRANSACÇÕES COM ADMINISTRADORES E DIRECTORES

Os administradores e directores do FCE, e as pessoas com eles relacionadas, são também considerados partes relacionadas para fins de divulgação. Os directores são definidos como as pessoas que são membros da Comissão Executiva do FCE que não são também Administradores estatutários da Sociedade (para mais informações sobre a Comissão Executiva, por favor, consulte "Governo - Comitês do Conselho" na página 33).

Empréstimos: No curso regular dos negócios, a Sociedade disponibiliza empréstimos a alguns funcionários nos cargos de gestão, directores e Administradores, nos termos de um plano de empréstimo automóvel de gestão (os Administradores não Executivos não têm direito de participar neste acordo). Alguns Administradores e Directores da Sociedade (incluindo pessoas a eles associadas) receberam

empréstimos nos termos do contrato de emprego para o financiamento da compra de veículos à Ford Motor Company Limited (FMCL). O indivíduo paga à Sociedade apenas os juros do empréstimo, que são fixados numa taxa comercial. Estes pagamentos são efectuados mensalmente e não havia juros pendentes no final do ano. Os termos dos empréstimos não se destinam a ter uma duração superior a doze meses. À data de vencimento dos empréstimos, o funcionário pode liquidar o mesmo directamente junto do FCE ou os veículos são devolvidos ao FCE.

Informação adicional sobre as transacções, saldos pendentes no início e no fim dos períodos, montante máximo pendente e as receitas e despesas associadas no período são os seguintes:

Company	2012			2011		
	Directors £000's	Officers £000's	Total £000's	Directors £000's	Officers £000's	Total £000's
Loans						
Loans outstanding at 1 January	£ 130	£ 126	£ 256	£ 81	£ 156	£ 237
Loans issued in the year	255	326	581	299	341	640
Loan repayments during the year	(299)	(275)	(574)	(250)	(371)	(621)
Loans outstanding at 31 December	£ 86	£ 177	£ 263	£ 130	£ 126	£ 256
Maximum loans in period	£ 146	£ 186	£ 332	£ 144	£ 157	£ 301
Revenue						
Interest revenue from loans	£ 11	£ 12	£ 23	£ 9	£ 14	£ 23
Remuneration payments						
Salaries/other short-term benefits	£ 1,262	£ 1,186	£ 2,448	£ 1,569	£ 1,308	£ 2,877
Post-employment benefits	131	213	344	173	249	422
Share based payments	389	117	506	758	101	859
Total remuneration payments	£ 1,782	£ 1,516	£ 3,298	£ 2,500	£ 1,658	£ 4,158

Salários/outras benefícios a curto prazo: Não se realizaram quaisquer pagamentos de cessação em 2012. Os directores são os nove (2011: oito) restantes membros da Comissão Executiva que não são Administradores da Sociedade. A lista completa dos actuais Administradores e a informação adicional sobre os Comitês do Conselho encontram-se na página 28 e a partir da página 33, respectivamente.

Pagamentos de remunerações: Os emolumentos globais do Administrador com a remuneração mais elevada foram de 318 260 libras (2011: 384 425 libras).

O Administrador com a remuneração mais elevada em 2012 era um membro do Plano Geral de Pensões (GRP) da Ford (E.U.A.) e a comparação entre os dois planos de pensões pode ser enganadora devido às suas diferentes características e estruturas. O GRP é um plano de benefícios definido e não prevê o pagamento de um montante único acumulado. Não foram efectuadas quaisquer contribuições patronais no GRP em 2012 para o Administrador com a remuneração mais elevada. O total

acumulado de benefícios acumulados no final do exercício financeiro para o Administrador com a remuneração mais elevada em 2012 foi de £11.971.

O Administrador com a remuneração mais elevada em 2011 era um membro do Plano de pensão para executivos da FMCL. O benefício anual acumulado projectado aos 65 anos para o Administrador com a remuneração mais elevada em 31 de Dezembro de 2011 foi de 88 759 libras. As contribuições patronais realizadas para a pensão do Administrador com uma remuneração mais elevada durante 2011 totalizaram 44 819 libras. O plano de pensão permite que uma parte do benefício de pensão anual acumulado seja paga num montante único na altura da reforma. O valor máximo projectado para o montante único disponível aos 65 anos para o Administrador com uma remuneração mais elevada em 2011 foi 367 261 libras, juntamente com uma pensão reduzida de 55 089 libras.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

6 TRANSACÇÕES COM ADMINISTRADORES E DIRECTORES (continuação)

Benefícios após emprego: Os benefícios após emprego estão em acumulação para três Administradores actuais e sete Directores (2011: três Administradores e sete Directores) no âmbito de vários planos de benefícios definidos da Ford.

Pagamentos baseados em acções: Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 não havia Administradores a exercer as opções sobre acções detidas nas acções ordinárias da Ford. As acções serão recebidas nos termos de plano de Incentivos a Longo Prazo por cinco Administradores em 2012.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

7 AJUSTES DO JUSTO VALOR EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A tabela seguinte analisa, por tipo de contrato, os ajustes ao justo valor reconhecidos na demonstração de resultados na rubrica "Ajustes do justo valor em instrumentos financeiros".

For the year ended 31 December	Group	
	2012 £ mil	2011 £ mil
Net gains recognised in the income statement - prior to tax and excluding gain / (loss) on foreign exchange as detailed in Note 8		
Designated fair value hedges		
Ineffectiveness on interest rate hedges	£ 1	£ 4
Total designated fair value hedges	£ 1	£ 4
Non-designated derivatives		
Interest rate swaps	£ (31)	£ (11)
Cross currency interest rate swaps	(36)	6
Foreign exchange forwards	(9)	6
Total non-designated derivatives	£ (76)	£ 1
Total net gains / (losses) recognised in the income statement	£ (75)	£ 5

Todos os derivados são celebrados pelo FCE com o objectivo de fazer corresponder ou minimizar o risco. Para mais informações sobre a utilização de derivados, políticas e controlos consulte a Nota 40 "Risco do mercado financeiro".

O ganho de 1 milhão de libras (2011: ganho de 4 milhões de libras) para coberturas de justo valor engloba os ganhos nos instrumentos de cobertura em 2012 de 14 milhões de libras (2011: perda de 7 milhões de libras) e os perdas nos itens cobertos atribuíveis ao risco de cobertura de 13 milhões de libras (2011: ganho de 11 milhões de libras).

Os ajustes ao justo valor de derivados cambiais são compensados parcialmente pelo ganho cambial, tal como explicado na Nota 8 "Ganho ou perda em divisas". Para a gestão de risco da taxa de juro, o FCE utiliza swaps de taxas de juro para corresponder às características de nova fixação de preços das suas contas a receber para a sua dívida.

Actualmente, o FCE detém principalmente swaps de pagamento fixo cujo justo valor desce se as taxas de juro a prazo sofrerem uma descida. Durante 2012, o justo valor global de swaps de taxas de juros diminuiu como resultado da queda das taxas de juros a prazo.

Os derivados são avaliados pelo justo valor, utilizando as taxas de mercado e modelos de valorização do sector.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

8 GANHO OU PERDA EM DIVISAS

A tabela seguinte analisa os ganhos e as perdas reconhecidos na demonstração de resultados na rubrica "Ganhos/(perdas) em moedas" resultantes essencialmente da reavaliação dos activos e passivos em moeda estrangeira para libra esterlina às taxas de câmbio em vigor na data do balanço.

For the year ended 31 December	Group	
	2012 £ mil	2011 £ mil
Foreign currency debt obligations	£ 46	£ (22)
Other foreign currency assets and liabilities	(1)	(2)
Total gain/(loss) on foreign exchange	£ 45	£ (24)

Para alcançar os objectivos de financiamento, o FCE faz empréstimos numa variedade de divisas. Verifica-se uma exposição do FCE às taxas de câmbio caso exista uma disparidade entre a moeda das contas a receber e a moeda da dívida que financia essas contas a receber.

Sempre que possível, o FCE financia as contas a receber com dívida na mesma moeda, minimizando a exposição aos movimentos da taxa de câmbio. Quando é utilizada uma moeda diferente, os derivados em moeda estrangeira são executados para converter as obrigações de dívida em moeda estrangeira para a moeda local do país das contas a receber e reduzir a exposição a movimentos nas taxas de câmbio.

Consequentemente, o ganho em "obrigações de dívida em moeda estrangeira" de 46 milhões de libras (2011: perda de 22 milhões de libras) é parcialmente compensada pela perda de justo valor em derivados cambiais, conforme descrito na Nota 7 "Ajustes do justo valor em instrumentos financeiros".

Consulte a Nota 40 "Risco do mercado financeiro" para mais informações sobre a utilização de derivados por parte do FCE.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

9 LUCRO ANTES DE IMPOSTOS

O lucro antes de impostos inclui determinadas rubricas excepcionais. As rubricas excepcionais são as rubricas significativas que, devido à sua dimensão e incidência, são divulgadas de forma separada com vista a ajudar o desempenho em comparação com o ano anterior. As rubricas excepcionais resultaram no decréscimo dos lucros de 5 milhões de libras em 2012 (2011: aumento de lucros de 5 milhões de libras).

		Group	
For the year ended 31 December		2012	2011
Exceptional items		£ mil	£ mil
Profit before tax (PBT) is stated after crediting/(charging):			
	Notes		
Fees and commission income			
Profit sharing income		£ -	£ 11
Total exceptional fees and commission income	3	£ -	£ 11
Other operating income			
Portfolio sale agreement expense		£ (5)	£ (6)
Total exceptional operating income	4	£ (5)	£ (6)
Total exceptional items		£ (5)	£ 5

"Resultado de distribuição de lucros" refere-se a um ganho único aquando da liquidação de montantes pendentes no âmbito de um acordo de distribuição de lucro histórico que anteriormente não cumpria os critérios de reconhecimento das receitas.

"Conjunto de despesas resultantes de acordos de venda" refere-se às despesas incorridas pelo FCE no período nos termos dos acordos de venda anteriores.

Amortização

A análise da amortização incluída em "Lucros antes de impostos" é a seguinte:

		Group	
For the year ended 31 December		2012	2011
Depreciation		£ mil	£ mil
	Notes		
Operating lease vehicles		£ 219	£ 173
Company vehicles and office equipment and leasehold improvements		1	1
Total depreciation	19	£ 220	£ 174

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

9 LUCROS ANTES DE IMPOSTOS (continuação)

Remuneração do auditor

Durante o exercício, o FCE obteve os seguintes serviços dos auditores do grupo conforme detalhado abaixo:

For the year ended 31 December	Company		Group	
	2012 £ 000's	2011 £ 000's	2012 £ 000's	2011 £ 000's
Nature of services:				
Audit services				
Audit of parent company and consolidated accounts	£ 1,242	£ 1,201	£ 1,242	£ 1,201
Audit of subsidiaries and SPEs pursuant to legislation	-	-	417	382
Total audit services	£ 1,242	£ 1,201	£ 1,659	£ 1,583
Assurance services				
Other assurance services	£ 241	£ 174	£ 241	£ 173
Total assurance services	£ 241	£ 174	£ 241	£ 173
Non audit services				
Tax advisory services	£ 50	£ 47	£ 51	£ 51
Tax compliance services	112	108	137	136
Other services	54	140	54	182
Total non audit services	£ 216	£ 295	£ 242	£ 369
Total fees	£ 1,699	£ 1,670	£ 2,142	£ 2,125

Definição da natureza dos serviços:

- "Auditoria da empresa-mãe e das contas consolidadas" refere-se à auditoria das demonstrações financeiras anuais da Sociedade e do Grupo e à análise das demonstrações financeiras intercalares.
- "Auditoria das subsidiárias e das SPE de acordo com a legislação" refere-se à auditoria das demonstrações financeiras anuais das subsidiárias da Sociedade e das Entidades de Finalidade Especial.
- "Outros serviços de seguro" refere-se principalmente às ofertas de titularização e dívida.
- "Serviços de consultoria fiscal" refere-se ao apoio prestado para o cumprimento de obrigações fiscais relativamente a declarações de rendimentos e documentação relativa aos preços de transferência.
- "Serviços de cumprimento fiscal" refere-se a acordos de assistência técnica.
- "Outros serviços" refere-se principalmente a assistência fornecida no que se refere a normas contabilísticas e de relato financeiro.

Mais informações explicativas:

No "Relatório de Comité de Auditoria" na secção de "Governo da Sociedade" na rubrica "Auditores externos, o seu trabalho e serviços não relacionados com auditoria" encontram-se informações detalhadas sobre os acordos de auditoria com a PricewaterhouseCoopers LLP (PwC).

Políticas e procedimentos de pré-aprovação

O Comité de Auditoria da Ford estabeleceu políticas e procedimentos de aprovação que regem o envolvimento da PwC. Os serviços prestados pela PwC são pré-aprovados de acordo com as políticas e procedimentos da Ford e também pelo Comité de Auditoria da Sociedade. Esta política também gere a utilização de contabilistas independentes por parte da Ford com vista a garantir uma independência contínua.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

10 CUSTOS DE IMPOSTOS SOBRE RENDIMENTO

Os custos por tributação sobre os resultados para o exercício foram os seguintes:

For the year ended 31 December	Group	
	2012 £ mil	2011 £ mil
Current tax:		
UK Corporation tax of 24.5% (previously 26.5%)	£ 21	£ 40
Overseas taxation	22	30
Relief of overseas taxation	(5)	(12)
Adjustment to prior year corporation tax	(2)	6
Income tax expense current	£ 36	£ 64
Deferred tax:		
Current year	£ (5)	£ (4)
Prior year	(1)	(4)
Income tax expense deferred	£ (6)	£ (8)
Income tax expense	£ 30	£ 56

Os factores que afectam a carga tributária para o período são a seguir explicados

For the year ended 31 December	Group	
	2012 £ mil	2011 £ mil Restated*
Profit before tax	£ 115	£ 184
Profit multiplied by standard rate of UK Corporation tax of 24.5% (previously 26.5%)	£ 28	£ 49
Effects of:		
Foreign taxes higher/(lower) than UK taxes	£ 1	£ 1
Prior year current and deferred tax	(3)	2
UK tax rate changes for deferred tax	2	2
Deferred tax not recognised	1	-
Expenses/(income) not deductible/(taxable)	1	2
Income tax expense	£ 30	£ 56

*Para detalhes de actualização, consulte a Nota 1 "Políticas contabilísticas".

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

11 MEIOS MONETÁRIOS E ADIANTAMENTOS

Os investimentos de meios monetários e altamente líquidos com uma maturidade de 90 dias ou menos da data de compra são incluídos nesta nota sob o título "Meios monetários". O valor contabilístico líquido de liquidez e adiantamentos a bancos aproxima o justo valor devido às maturidades curtas destes investimentos.

As at 31 December	Company		Group	
	2012 £ mil	2011 £ mil	2012 £ mil	2011 £ mil
Cash in bank	£ 624	£ 781	£ 648	£ 795
Cash in transit	7	3	7	3
Cash equivalents	1,272	1,220	1,279	1,220
Cash and cash equivalents	£ 1,903	£ 2,004	£ 1,934	£ 2,018
Other bank deposits	£ 44	£ 72	£ 263	£ 320
Collateralised deposits		-	280	360
Cash associated with securitisation transactions	£ 44	£ 72	£ 543	£ 680
Total cash and cash equivalents	£ 1,947	£ 2,076	£ 2,477	£ 2,698
Central bank deposits	£ 67	69	£ 68	69
Other deposits	£ 67	£ 69	£ 68	£ 69
Total cash and advances	£ 2,014	£ 2,145	£ 2,545	£ 2,767
Analysis of cash and advances:				
Operational cash	£ 129	£ 192	£ 154	£ 205
Cash and cash equivalents held centrally	1,766	1,809	1,766	1,809
Other cash and advances	119	144	625	753
Total cash and advances	£ 2,014	£ 2,145	£ 2,545	£ 2,767
Current	£ 1,947	£ 2,076	£ 2,477	£ 2,698
Non current	67	69	68	69
Total	£ 2,014	£ 2,145	£ 2,545	£ 2,767

"Depósitos no banco central" representam saldos junto do Banco de Inglaterra e outros Bancos centrais na Europa que o FCE é obrigado a manter. O montante incluído na nota não está disponível para uso nas actividades quotidianas do FCE.

"Liquidez associada às transacções de titularização" inclui os montantes retidos na Sociedade e os saldos detidos e disponíveis para as SPE consolidadas. Estes depósitos incluem os fundos que são, em alguns casos, investidos em dívida pública com elevada notação. O montante incluído na nota não está disponível para uso nas actividades quotidianas do FCE.

"Liquidez operacional" representa o dinheiro detido nas sucursais e subsidiárias da Sociedade para facilitar a operação diária dos negócios.

"Caixa e equivalentes de caixa detidos centralmente" representa o dinheiro e investimentos detidos como liquidez adicional que excedam os requisitos imediatos de financiamento. Tal faz parte das fontes de liquidez do FCE. Consulte a secção "Capital e Financiamento" do relatório dos Administradores para obter mais detalhes sobre a liquidez do FCE. Incluído em "Caixa e equivalentes de caixa detidos centralmente" encontra-se as exposições à dívida soberana consistindo em £1.666 milhões detidos juntos dos bancos centrais que não é exigido deter para efeitos de regulamentação (2011: £1.113 milhões) e nulo de dívida pública (2011: Nulo).

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

12 TÍTULOS NEGOCIÁVEIS

Os títulos de investimento com uma maturidade superior a 90 dias à data da aquisição do título são classificados como títulos negociáveis. Os títulos negociáveis são registados pelo justo valor com os ganhos e perdas não realizados registados nos resultados. Para mais informações sobre mensuração do justo valor, consulte a Nota 42 "Activos financeiros e passivos financeiros".

Para efeitos da análise de risco de liquidez, os investimentos considerados altamente líquidos por natureza são considerados pelo FCE como estando disponíveis como uma fonte de procura de liquidez antes da maturidade contratual. Consulte a secção "Capital e Financiamento" do relatório dos Administradores para obter mais detalhes sobre a liquidez do FCE.

As at 31 December	Company		Group	
	2012 £ mil	2011 £ mil	2012 £ mil	2011 £ mil
Treasury bills	£ 1	£ -	£ 1	£ -
Total debt securities held at fair value	£ 1	£ -	£ 1	£ -
Current	£ 1	£ -	£ 1	£ -
Non current	-	-	-	-
Total	£ 1	£ -	£ 1	£ -

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

As tabelas seguintes analisam os instrumentos financeiros derivados por tipo de contrato, dando o valor teórico subjacente e o justo valor estimado. Os justos valores abaixo reportados são incluídos em ambas as secções de activos e passivos do balanço sob o título "Instrumentos derivados financeiros".

As at 31 December Company	2012			2011		
	Notional Amount £ mil	Fair Values Assets £ mil	Liabilities £ mil	Notional Amount £ mil	Fair Values Assets £ mil	Liabilities £ mil
Designated as fair value hedges						
Interest rate swaps	£ 1,184	£ 30	£ -	£ 951	£ 32	£ -
Total designated as fair value hedges	£ 1,184	£ 30	£ -	£ 951	£ 32	£ -
Non-designated derivatives						
Interest rate swaps	£ 7,886	£ 90	£ 40	£ 7,276	£ 116	£ 29
Cross currency interest rate swaps	-	-	-	-	-	-
Foreign exchange forwards	548	5	0	1,173	7	24
Total non-designated derivatives	£ 8,434	£ 95	£ 40	£ 8,449	£ 123	£ 53
Total derivatives	£ 9,618	£ 125	£ 40	£ 9,400	£ 155	£ 53
Current		£ 63	£ 25		£ 46	£ 26
Non current		62	15		109	27
Total		£ 125	£ 40		£ 155	£ 53

Os montantes teóricos dos instrumentos financeiros derivados não representam, necessariamente, montantes convertidos pelas partes e, por conseguinte, não são uma mensuração directa da exposição aos riscos financeiros. Os montantes convertidos são calculados por referência aos montantes teóricos e por outros termos dos derivados, tais como taxas de juro ou taxas de câmbio sobre moedas.

Todos os derivados celebrados pelo FCE têm a finalidade de igualar ou minimizar o risco de potenciais movimentos nas taxas de câmbio e nas taxas de juro inerentes aos activos e passivos financeiros do FCE. Todas as coberturas designadas são utilizadas para gerir o risco da taxa de juro.

Para mais informações sobre a utilização, políticas e controlos de derivados, consulte a Nota 40 "Risco do mercado financeiro".

Para informações sobre a gestão do risco de crédito de contrapartes relativamente a derivados, consulte a Nota 38 "Risco de crédito".

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS (continuação)

As at 31 December Group	2012			2011		
	Notional Amount £ mil	Fair Values Assets £ mil	Liabilities £ mil	Notional Amount £ mil	Fair Values Assets £ mil	Liabilities £ mil
Designated as fair value hedges						
Interest rate swaps	£ 1,184	£ 30	£ -	£ 951	£ 32	£ -
Total designated as fair value hedges	£ 1,184	£ 30	£ -	£ 951	£ 32	£ -
Non-designated derivatives						
Interest rate swaps	£ 10,571	£ 90	£ 70	£ 9,765	£ 116	£ 61
Cross currency interest rate swaps	970	-	30	475	8	-
Foreign exchange forwards	548	5	0	1,173	7	24
Total non-designated derivatives	£ 12,089	£ 95	£ 100	£ 11,413	£ 131	£ 85
Total derivatives	£ 13,273	£ 125	£ 100	£ 12,364	£ 163	£ 85
Current		£ 63	£ 54		£ 46	£ 25
Non current		62	46		117	60
Total		£ 125	£ 100		£ 163	£ 85

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

14. OUTROS ACTIVOS

Outros activos a 31 de Dezembro eram os seguintes:

As at 31 December	Notes	Company		Group	
		2012 £ mil	2011 £ mil	2012 £ mil	2011 £ mil
Accounts receivable					
Related parties	43	£ 160	£ 63	£ 163	£ 64
External		73	82	73	82
Subsidiary undertakings	43	122	101		-
Sub-total accounts receivable		£ 355	£ 246	£ 236	£ 146
Loans receivable					
Subsidiary undertakings	43	£ 315	£ 330	£ -	£ -
Sub-total loans receivable		£ 315	£ 330	£ -	£ -
Vehicles awaiting resale		£ 122	£ 134	£ 122	£ 134
Prepayments and accrued income		15	16	10	10
Prepaid taxes and related interest		11	7	11	7
Total other assets		£ 818	£ 733	£ 379	£ 297
Current		£ 816	£ 733	£ 377	£ 297
Non current		2	-	2	-
Total other assets		£ 818	£ 733	£ 379	£ 297

"Contas a receber – partes relacionadas" inclui saldos gerados no decurso ordinário do negócio. Consulte a Nota 43 "Transacções de partes relacionadas" para mais detalhes.

"Veículos a aguardar revenda" refere-se a veículos devolvidos e retomados de locações operacionais e financiamento a retalho e contratos de locação e são reportados pelo valor contabilístico líquidos após o ajuste de quaisquer provisões de valor residual.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

15 EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES

Os empréstimos e adiantamentos a clientes a 31 de Dezembro eram os seguintes:

As at 31 December	Notes	Company		Group	
		2012 £ mil	2011 £ mil Restated*	2012 £ mil	2011 £ mil Restated*
Finance receivables					
Retail excluding finance lease		£ 4,777	£ 5,000	£ 4,834	£ 5,065
Finance lease		584	710	589	720
Wholesale excluding other		3,658	4,399	3,789	4,573
Other		24	27	25	27
Gross loans and advances to customers		£ 9,043	£ 10,136	£ 9,237	£ 10,385
Unearned finance income		£ (371)	£ (361)	£ (374)	£ (364)
Provision for incurred losses	16	(43)	(63)	(43)	(64)
Provision for vehicle residual value losses	17	(3)	(4)	(3)	(4)
Interest supplements from related parties		(136)	(179)	(137)	(179)
Net deferred loan origination costs / (fees)		22	7	23	9
Net loans and advances to customers		£ 8,512	£ 9,536	£ 8,703	£ 9,783
Current		£ 5,688	£ 6,389	£ 5,853	£ 6,555
Non current		2,824	3,147	2,850	3,228
Net loans and advances to customers		£ 8,512	£ 9,536	£ 8,703	£ 9,783
Analysis of net loans and advances:					
Retail		£ 4,833	£ 5,122	£ 4,893	£ 5,194
Wholesale		3,679	4,414	3,810	4,589
Net loans and advances to customers		£ 8,512	£ 9,536	£ 8,703	£ 9,783
Net loans not subject to securitisation		£ 2,093	£ 2,007	£ 2,284	£ 2,254
Net loans subject to securitisation	18	6,419	7,529	6,419	7,529
Net loans and advances to customers		£ 8,512	£ 9,536	£ 8,703	£ 9,783
Percentage analysis of loans and advances					
Percentage of net retail financing loans		57%	54%	56%	53%
Percentage of net wholesale/ other financing loans		43%	46%	44%	47%
Percentage of net loans subject to securitisation		75%	79%	74%	77%
Percentage of net loans not subject to securitisation		25%	21%	26%	23%
Percentage of gross loans subject to securitisation		74%	77%	72%	75%
Percentage of gross loans not subject to securitisation		26%	23%	28%	25%

O "Retail" inclui contratos de locação e financiamento, introduzidos através de um Concessionário a clientes particulares, negociantes individuais e empresas. Esses contratos são, maioritariamente, contratos de locação e financiamento a retalho que requerem, de modo geral, que os clientes efectuem pagamentos mensais iguais ao longo da duração dos contratos.

"Por grosso" representa, principalmente, as contas a receber originadas para financiar veículos novos e usados detidos no inventário do revendedor e requer, de modo geral, que os agentes paguem uma taxa variável. Contas a receber por grosso inclui contas a receber de concessionários que são parcial e totalmente detidos pela Ford.

"Outros" inclui empréstimos vencidos de agentes para capital circulante e melhorias na propriedade.

Numa parcela de empréstimos sujeitos a titularização, o FCE detém uma participação sénior retida para fornecer maior flexibilidade no uso da sua capacidade de titularização comprometida. Consulte a secção "Capital e Financiamento" do relatório dos Administradores para obter mais detalhes.

* Para detalhes de actualização, consulte a Nota 1 "Políticas contabilísticas".

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

15 EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES (continuação)

Os empréstimos e adiantamentos a clientes incluem as seguintes contas a receber de locação de financiamento:

As at 31 December	Company		Group	
	2012 £ mil	2011 £ mil	2012 £ mil	2011 £ mil
Gross finance lease receivables				
Within 1 year	£ 249	£ 283	£ 252	£ 288
After 1 year and within 5 years	333	423	334	428
After 5 years	2	4	2	4
Total gross finance lease receivables	£ 584	£ 710	£ 588	£ 720
Unearned finance income on finance leases	£ (50)	£ (61)	£ (50)	£ (61)
Provision for incurred losses on finance leases	(2)	(4)	(2)	(4)
Provision for finance lease vehicle residual value losses	(1)	(1)	(1)	(1)
Unearned interest supplements from related parties on finance leases	(12)	(12)	(12)	(12)
Net deferred finance lease origination costs / (fees)	3	3	3	3
Net investment in finance leases	£ 522	£ 635	£ 526	£ 645
Within 1 year	£ 216	£ 242	£ 219	£ 247
After 1 year and within 5 years	305	390	306	395
After 5 years	1	3	1	3
Total net investment in finance leases	£ 522	£ 635	£ 526	£ 645

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

16 PROVISÃO PARA PERDAS INCORRIDAS

O movimento na provisão para perdas incorridas é como se segue:

	Notes	Company			Group		
		Retail £ mil	Wholesale £ mil	Total £ mil	Retail £ mil	Wholesale £ mil	Total £ mil
Balance at 1 January 2011		£ 71	£ 11	£ 82	£ 71	£ 11	£ 82
Impairment losses charged to income statement		£ 3	£ (1)	£ 2	£ 4	£ (1)	£ 3
Deductions							
- Losses written-off		(58)	(1)	(59)	(58)	(1)	(59)
- Recoveries		37	2	39	37	2	39
Net losses		£ (21)	£ 1	£ (20)	£ (21)	£ 1	£ (20)
Other:							
- Exchange adjustments		(1)	-	(1)	(1)	-	(1)
Balance at 31 December 2011 / 1 January 2012		£ 52	£ 11	£ 63	£ 53	£ 11	£ 64
Impairment losses charged to income statement		£ 3	£ (5)	£ (2)	£ 3	£ (5)	£ (2)
Deductions							
- Losses written-off		(44)	(4)	(48)	(44)	(5)	(49)
- Recoveries		28	3	31	28	3	31
Net losses		£ (16)	£ (1)	£ (17)	£ (16)	£ (2)	£ (18)
Other:							
- Exchange adjustments		-	(1)	(1)	(1)	-	(1)
Balance at 31 December 2012 / 1 January 2013		£ 39	£ 4	£ 43	£ 39	£ 4	£ 43
Analysis of provision for incurred losses:							
- Collective impairment allowance		£ 52	£ 9	£ 61	£ 53	£ 9	£ 62
- Specific impairment allowance			2	2		2	2
Balance at 31 December 2011 / 1 January 2012		£ 52	£ 11	£ 63	£ 53	£ 11	£ 64
- Collective impairment allowance		£ 39	£ 3	£ 42	£ 39	£ 3	£ 42
- Specific impairment allowance		-	1	1	-	1	1
Balance at 31 December 2012 / 1 January 2013		£ 39	£ 4	£ 43	£ 39	£ 4	£ 43

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

17 PROVISÃO PARA PERDAS DE VALOR RESIDUAL DE VEÍCULO

A movimentação na provisão para valores residuais de veículos para os exercícios terminados a 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2012 é a seguinte:

	Notes	Company			Group		
		Retail £ mil	Operating Lease £ mil	Total £ mil	Retail £ mil	Operating Lease £ mil	Total £ mil
Balance at 1 January 2011		£ 7	£ 6	£ 13	£ 7	£ 6	£ 13
Residual value losses charged/ (credited) to income statement		(1)	30	29	(1)	30	29
Deductions							
- Residual value gains/(losses) incurred in the period		(2)	(24)	(26)	(2)	(24)	(26)
Balance at 31 December 2011 / 1 January 2012	15	£ 4	£ 12	£ 16	£ 4	£ 12	£ 16
Residual value losses charged/ (credited) to income statement		-	61	61	-	61	61
Deductions							
- Residual value gains/(losses) incurred in the period		(1)	(73)	(74)	(1)	(73)	(74)
Balance at 31 December 2012 / 1 January 2013	15	£ 3	-	3	3	-	3

As alterações às provisões do valor residual para contractos de locação financeira e a retalho estão incluídas na demonstração de resultados sob o título "Rendimentos de juros" e para locações operacionais dentro de "Amortização de propriedade e equipamento".

Para Locações Operacionais que são de curto prazo em natureza (menos de 12 meses), a sociedade optou por cessar o aprovisionamento das reservas de valor residual antes do retorno do serviço. Até Dezembro de 2011, a reserva de valor residual relativa a esses veículos era de £12 milhões.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

18 TITULARIZAÇÃO E FINANCIAMENTO RELACIONADO

As fontes de financiamento do FCE incluem programas de titularização, bem como outras transacções comprometidas de factoring que, geralmente, incluem a transferência de empréstimos e adiantamentos através de uma variedade de programas e estruturas.

A tabela abaixo resume os saldos relativos às transacções de titularização da Sociedade que incluem programas comprometidos de factoring e outro financiamento garantido. A diferença entre Empréstimos e adiantamentos sujeitos a titularização e “Dívida Relacionada” reflecte os juros retidos da Sociedade, não incluindo dinheiro associado com as transacções de titularização.

Group		Wholesale		Retail		Total		Total
		Public £ mil	Private £ mil	Public £ mil	Private £ mil	Public £ mil	Private £ mil	
As at 31 December 2012		Note						
Loans and advances subject to securitisation	15	£ -	£ 2,515	£ 1,389	£ 2,515	£ 1,389	£ 5,030	£ 6,419
Due to banks and other financial institutions	25	£ -	£ 1,319	£ -	£ 2,009	£ -	£ 3,328	£ 3,328
Debt securities in issue	28		-	1,243	-	1,243	-	1,243
Related debt		£ -	£ 1,319	£ 1,243	£ 2,009	£ 1,243	£ 3,328	£ 4,571
As at 31 December 2011								
Loans and advances subject to securitisation	15	£ -	£ 3,298	£ 1,644	£ 2,587	£ 1,644	£ 5,885	£ 7,529
Due to banks and other financial institutions	25	£ -	£ 2,033	£ -	£ 2,031	£ -	£ 4,064	£ 4,064
Debt securities in issue	28		-	1,442	-	1,442	-	1,442
Related debt		£ -	£ 2,033	£ 1,442	£ 2,031	£ 1,442	£ 4,064	£ 5,506

A liquidez disponível para suportar as obrigações das Sapes até 31 de Dezembro de 2012 de £543 milhões (31 de Dezembro de 2011: £680 milhões) é incluído no balanço do FCE na rubrica de “Meios monetários e adiantamentos” e detalhado na Nota 11 “Meios monetários e adiantamentos”.

Juros retidos

A Sociedade retém os juros subordinados na maior parte das suas transacções de titularização. A Sociedade também detém juros sénior retidos em vários dos seus programas para proporcionar maior flexibilidade no uso da sua capacidade comprometida de titularização. No âmbito destes programas, as contrapartes de financiamento estão legalmente obrigadas, por opção do FCE, a realizar adiantamentos sob títulos garantidos por activos, reduzindo desse modo o juro sénior do FCE e gerando proveitos de financiamento. Consulte a secção “Capital e Financiamento” do relatório dos Administradores para obter mais detalhes.

A Empresa retém risco de crédito nas transacções de titularização através dos seus interesses retidos que oferecem várias formas de melhorias de crédito. Estas incluem sobre garantia; fundos de reservas de dinheiro segregados, títulos subordinados e spread adicional. A Sociedade detém o direito a quaisquer fluxos de caixa excedentes gerados por estes juros subordinados retidos. A capacidade da Sociedade para realizar o valor dos seus juros retidos depende das reais perdas de crédito e taxa de pré-pagamento nos activos titularizados.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

18 TITULARIZAÇÃO E FINANCIAMENTO RELACIONADO (continuação)

Obrigações contínuas

De modo geral, a Sociedade não tem qualquer obrigação de recomprar ou recolocar qualquer activo titularizado que subsequentemente entre em incumprimento no pagamento ou de outra forma em incumprimento. Geralmente, os investidores de titularização não têm qualquer recurso à Sociedade ou aos activos da Sociedade por perdas de crédito nos activos titularizados e não têm qualquer direito de requererem à Sociedade que recompre os seus investimentos. A Sociedade não garante quaisquer títulos garantidos por activos e não tem qualquer obrigação de fornecer liquidez ou efectuar contribuições monetárias ou contribuições de activos adicionais às SPE, quer devido ao desempenho dos activos titularizados ou à notação de crédito da dívida a curto ou longo prazo da Sociedade. Contudo, como vendedor e agente de serviços dos activos titularizados, espera-se que a Sociedade faculte apoio às transacções de titularização que são habituais no sector da titularização. Estas obrigações incluem indemnizações, obrigações

de recompra sobre activos que não satisfaçam os critérios de elegibilidade ou que foram substancialmente modificados, a venda obrigatória de activos adicionais em transacções renováveis planas e, nalguns casos, adiantamentos de agente de serviços de determinados montantes.

As at 31 December 2012	Carrying Amount £ mil	Fair Value £ mil
Loans and advances subject to securitisation	£ 6,419	£ 6,467
Related debt	4,571	4,576

A tabela acima fornece pormenores do justo valor dos activos transferidos que não são desconhecidos e o justo valor dos passivos associados conforme a IFRS7.

Estruturas de transacção

A Sociedade utiliza estruturas de amortização e renováveis, e em todos os casos os programas proporcionam o financiamento correspondente das contas a receber, tendo a dívida de titularização um perfil de maturidade semelhante às contas a receber relacionadas. A maioria dos seus programas também inclui um compromisso contratual para financiar as contas a receber existentes e futuras sujeito às condições descritas na totalidade mais abaixo.

Em estruturas de amortização, que envolvam a venda de um conjunto estático de activos, o financiamento associado é reembolsado apenas através da liquidação de contas a receber titularizadas e, por conseguinte, o seu perfil de maturidade é semelhante aos activos relacionados. Nas estruturas de renovação, a Sociedade pode continuar a vender novos activos elegíveis originados, ao longo de um período de tempo acordado designado período de renovação, e obter financiamento dos investidores da transacção. Na eventualidade de um compromisso contratual não ser renovado no final do período rotativo, todas as contas a receber titularizadas no ponto de não renovação permanecem financiadas, e a dívida relacionada é reembolsada quando as contas a receber são liquidadas.

Dentro das estruturas renováveis, a Sociedade utiliza estruturas de financiamento planas e variáveis. Em estruturas renováveis planas, durante o período renovável, os novos activos são vendidos na transacção para manter um nível constante de financiamento. Em estruturas de financiamento variáveis, os níveis de utilização são a critério do FCE.

A 31 de Dezembro de 2012, a Sociedade participou em duas estruturas renováveis planas, totalizando £1,4 mil milhões (£0,9 mil milhões a 31 de dezembro de 2011), com períodos renováveis a terminarem em Janeiro de 2013 e Outubro de 2015.

As estruturas de financiamento variáveis a 31 de Dezembro de 2012 totalizaram £3,0 mil milhões da capacidade comprometida (£4,5 milhões a 31 de Dezembro de 2011) dos quais £2,6 mil milhões vencem durante 2013

e o saldo tem várias datas de vencimento entre Abril de 2014 e Outubro de 2014. A 31 de Dezembro de 2012, £1,9 mil milhões (£3,0 mil milhões a 31 de Dezembro de 2011) da capacidade comprometida de financiamento variável foram utilizados.

Consulte a secção "Capital e Financiamento" do relatório dos Administradores para obter mais detalhes.

Revolving structure capacity £ bil

Balance at 1 January 2012	£ 5.4
Committed capacity maturing	(4.2)
Committed capacity renewed and added	3.8
Capacity reductions	(0.5)
Exchange adjustments	(0.1)
Balance at 31 December 2012	£ 4.4
Variable funding committed capacity	£ 3.0
Flat revolving capacity	1.4
Balance at 31 December 2012	£ 4.4

Da capacidade comprometida de £3,8 mil milhões renovada e adicionada, £0,8 mil milhões incluíam períodos renováveis comprometidos de 2 anos ou mais.

As transacções renováveis contêm determinadas características que poderiam impedir a Sociedade de vender conjuntos de activos adicionais, e fazer com que qualquer financiamento existente fosse amortizado. Estas incluem, entre outras, insolvência da FCE ou Ford, perdas de crédito ou níveis de incumprimento no conjunto de activos a retalho excedendo limites especificados, taxas de pagamento sobre activos por grosso que caíam abaixo do limite acordado, falha por parte da Sociedade em adicionar o montante requerido de activos adicionais nas estruturas de renovação, e melhorias de crédito não mantidas nos níveis exigidos. Nenhuma destas transacções de titularização incluiu provisões de incumprimento cruzadas.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

19 PROPRIEDADE E EQUIPAMENTO

A 31 de Dezembro, a Propriedade e equipamento eram como se segue:

	Company				Total	Group				
	Leasehold improvements £ mil	Office Equip- ment £ mil	Motor Vehicles £ mil	£ mil		Leasehold improvements £ mil	Office Equip- ment £ mil	Motor Vehicles £ mil	£ mil	
Cost										
At 1 January 2011	£ 2	£ 9	£ 186	£ 197	£ 2	£ 10	£ 186	£ 198		
Additions	-	-	557	557	-	-	557	557		
Disposals	-	(1)	(449)	(450)	-	(2)	(449)	(451)		
Translation adjustment	-	-	(12)	(12)	-	-	(12)	(12)		
At 31 December 2011 / 1 January 2012	£ 2	£ 8	£ 282	£ 292	£ 2	£ 8	£ 282	£ 292		
Additions	-	-	546	546	-	-	546	546		
Disposals	-	(2)	(604)	(606)	-	(2)	(604)	(606)		
Translation adjustment	-	(1)	(14)	(15)	-	-	(14)	(14)		
At 31 December 2012	£ 2	£ 5	£ 210	£ 217	£ 2	£ 6	£ 210	£ 218		
Depreciation										
At 1 January 2011	£ 1	£ 8	£ 36	£ 45	£ 2	£ 8	£ 35	£ 45		
Charge for the year	-	-	174	174	-	-	174	174		
Adjustment on returned vehicles	-	-	(24)	(24)	-	-	(24)	(24)		
Disposals	-	(2)	(134)	(136)	(1)	(2)	(134)	(137)		
Translation adjustment	1	-	(3)	(2)	1	-	(2)	(1)		
At 31 December 2011 / 1 January 2012	£ 2	£ 6	£ 49	£ 57	£ 2	£ 6	£ 49	£ 57		
Charge for the year	-	-	220	220	-	-	220	220		
Adjustment on returned vehicles	-	-	(73)	(73)	-	-	(73)	(73)		
Disposals	-	(2)	(166)	(168)	-	(2)	(166)	(168)		
Translation adjustment	-	-	2	2	-	1	2	3		
At 31 December 2012	£ 2	£ 4	£ 32	£ 38	£ 2	£ 5	£ 32	£ 39		
Net book value at 31 December 2011	£ -	£ 2	£ 233	£ 235	£ -	£ 2	£ 233	£ 235		
Net book value at 31 December 2012	£ -	£ 1	£ 178	£ 179	£ -	£ 1	£ 178	£ 179		

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

19 PROPRIEDADE E EQUIPAMENTO (continuação)

A análise de propriedade e equipamento é a seguinte:

As at 31 December	Company		Group	
	2012 £ mil	2011 £ mil	2012 £ mil	2011 £ mil
Analysis of property and equipment				
Current	£ 175	£ 230	£ 175	£ 230
Non current	4	5	4	5
Total	£ 179	£ 235	£ 179	£ 235

Veículos a motor incluem veículos detidos para uso sob locações operacionais conforme se segue:

As at 31 December	Company		Group	
	2012 £ mil	2011 £ mil	2012 £ mil	2011 £ mil
Operating Leases				
Cost	£ 207	£ 277	£ 207	£ 277
Accumulated depreciation	(32)	(48)	(32)	(48)
Total	£ 175	£ 229	£ 175	£ 229

Todos os activos são valorizados com base no custo histórico. Incluídas na amortização acima encontram-se as dotações para perdas por imparidade para dívidas de cobrança duvidosa de 0,1 milhões de libras (2011: 1 milhão de libras) para o Grupo e 0,1 milhões de libras (2011: 1 milhão de libras) para a Sociedade.

Para informações adicionais sobre os valores residuais dos veículos incluídos em Bens e Equipamento, consulte a Nota 39 "Valores residuais de Veículo".

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

20 A RECEBER E A PAGAR DE IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A provisão para o imposto sobre o rendimento a receber e a pagar para os anos concluídos em 31 de Dezembro era estimada da seguinte forma:

As at 31 December	Company		Group	
	2012 £ mil	2011 £ mil Restated*	2012 £ mil	2011 £ mil Restated*
UK taxation	£ -	£ -	£ -	£ -
Overseas taxation	13	22	13	22
Income taxes receivable	£ 13	£ 22	£ 13	£ 22
UK taxation	£ 10	£ 12	£ 10	£ 12
Overseas taxation	17	6	17	6
Income taxes payable	£ 27	£ 18	£ 27	£ 18
Net income taxes receivable / (payable)	£ (14)	£ 4	£ (14)	£ 4
Current	£ (14)	£ 4	£ (14)	£ 4
Non current	-	-	-	-
Total	£ (14)	£ 4	£ (14)	£ 4

* Para detalhes de actualização, consulte a Nota 1 "Políticas contabilísticas".

21 ACTIVOS E PASSIVOS COM IMPOSTOS DIFERIDOS

Os movimentos nas contas dos activos e passivos com impostos diferidos são os seguintes:

	Company		Group	
	2012 £ mil	2011 £ mil	2012 £ mil	2011 £ mil
At 1 January asset	£ 53	£ 45	£ 63	£ 57
Income statement (charge)/credit	5	9	6	8
Foreign currency translation adjustment	(3)	(1)	(1)	(2)
At 31 December asset	£ 55	£ 53	£ 68	£ 63

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

21 ACTIVOS E PASSIVOS COM IMPOSTOS DIFERIDOS (continuação)

Os activos e passivos com impostos sobre rendimento diferidos são atribuíveis às seguintes rubricas:

As at 31 December	Company		Group	
	2012 £ mil	2011 £ mil	2012 £ mil	2011 £ mil
Deferred income tax asset				
Accelerated tax depreciation	£ 26	£ 22	£ 26	£ 22
Tax losses	28	30	28	30
Loss reserves and other temporary differences	10	21	23	32
Deferred income tax asset	£ 64	£ 73	£ 77	£ 84
Deferred income tax liability				
Accelerated tax depreciation	£ (8)	£ (14)	£ (8)	£ (14)
Tax losses	-	-	-	-
Loss reserves and other temporary differences	(1)	(6)	(1)	(7)
Deferred income tax liability	£ (9)	£ (20)	£ (9)	£ (21)
At 31 December asset	£ 55	£ 53	£ 68	£ 63

Os activos e passivos com impostos diferidos são compensados no balanço onde esses saldos se referam à mesma autoridade fiscal. Todos os activos e passivos com impostos diferidos no balanço são classificados como rubricas correntes.

O crédito dos impostos diferidos na demonstração de resultados abrange as seguintes diferenças temporárias:

	Company		Group	
	2012 £ mil	2011 £ mil	2012 £ mil	2011 £ mil
Accelerated tax depreciation	£ 9	£ 18	£ 9	£ 18
Tax losses	(1)	(6)	(2)	(6)
Loss reserves and other temporary differences	(3)	(3)	(1)	(4)
Income statement (charge)/credit	£ 5	£ 9	£ 6	£ 8

O imposto sobre o rendimento das sociedades do Reino Unido foi reduzido de 26% para 24% a partir de 1 de Abril de 2012 e, por conseguinte, a taxa de imposto sobre as sociedades do Reino Unido para 2012 é de 24,5%. Na Lei das Finanças de 2012, houve uma redução da principal taxa de imposto sobre as sociedades a partir de 1 de Abril de 2013 para 23%, a qual se reflectiu em impostos diferidos a

31 de Dezembro de 2012.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

22 GOODWILL E OUTRO IMOBILIZADO INCORPÓREO

O goodwill e outro imobilizado incorpóreo a 31 de Dezembro eram os seguintes:

	Company						Group							
	Goodwill		Software		Total		Software		Total					
	£ mil	£ mil	Internally generated £ mil	Externally acquired £ mil	£ mil	£ mil	Internally generated £ mil	Externally acquired £ mil	£ mil	£ mil				
Cost														
At 1 January 2011	£	212	£	23	£	16	£	251	£	23	£	16	£	39
Additions		-		9		1		10		9		1		10
Disposals		-		(9)		-		(9)		(9)		-		(9)
At 31 December 2011 / 1 January 2012	£	212	£	23	£	17	£	252	£	23	£	17	£	40
Additions		-		3		-		3		3		-		3
Disposals		-		(3)		-		(3)		(3)		-		(3)
At 31 December 2012	£	212	£	23	£	17	£	252	£	23	£	17	£	40
Accumulated amortisation and impairment														
At 1 January 2011	£	(64)	£	(14)	£	(12)	£	(90)	£	(14)	£	(12)	£	(26)
Amortisation charge for the year		-		(3)		(2)		(5)		(3)		(2)		(5)
Disposals		-		4		-		4		4		-		4
At 31 December 2011 / 1 January 2012	£	(64)	£	(13)	£	(14)	£	(91)	£	(13)	£	(14)	£	(27)
Amortisation charge for the year		-		(2)		(2)		(4)		(2)		(2)		(4)
Disposals		-		-		-		-		-		-		-
At 31 December 2012	£	(64)	£	(15)	£	(16)	£	(95)	£	(15)	£	(16)	£	(31)
Net book value at 31 December 2011	£	148	£	10	£	3	£	161	£	10	£	3	£	13
Net book value at 31 December 2012	£	148	£	8	£	1	£	157	£	8	£	1	£	9

"Outro imobilizado incorpóreo" referem-se totalmente a custos de desenvolvimento de software que são antecipados para gerar futuros benefícios económicos ao FCE. Os custos de desenvolvimento de software são amortizados na demonstração de resultados nos títulos "Despesas operacionais" sobre a vida útil estimada do sistema conforme especificado na rubrica Política Contabilística T (ii) "Outro imobilizado incorpóreo".

O goodwill reconhecido na Sociedade refere-se aos activos líquidos do Ford Bank Germany, uma antiga subsidiária totalmente detida. A Unidade de Geração de Liquidez (CGU) é o segmento da Alemanha da Sociedade.

Uma análise da imparidade da CGU é realizada anualmente com base no valor em uso, usando as projecções de fluxo de caixa baseadas nas previsões do plano de negócios a cinco anos da Sociedade e uma taxa de desconto indicativa de preços recentes registados pelo FCE no mercado. Os pressupostos chave dentro das previsões do plano de

negócios a cinco anos incluem:

- Vendas da indústria automóvel, quota da Ford dessas vendas e novos contractos do FCE como uma percentagem dessas vendas,
- Taxas de empréstimo do mercado,
- Desempenho do valor residual do veículo e perda de crédito.

Estes pressupostos baseiam-se na experiência histórica e nas expectativas de futuras alterações no mercado. Para lá do período do plano de negócios a cinco anos, a taxa de crescimento estimada usada baseia-se nas expectativas de inflação local.

Se o pressuposto de "Lucros antes de impostos" usado na previsão do plano de negócios a cinco anos para a CGU fosse reduzido em 10% por ano, o goodwill da CGU não seria prejudicado.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

23 INVESTIMENTO NUMA ENTIDADE CONJUNTAMENTE CONTROLADA

A joint venture Forso do FCE é uma sociedade sueca regulamentada com operações de filiais na Dinamarca e Noruega e uma subsidiária localizada na Finlândia. É 50% menos uma acção pertencente a Saracen Holdco Ab. uma subsidiária totalmente detida pelo do FCE. As participações do FCE na Forso são reportadas no balanço com o nome de "Investimento numa entidade controlada conjuntamente". As alterações no valor do investimento estão detalhadas na Nota 43 "Transacções com partes relacionadas".

A participação remanescente de Forso é detida por CA Consumer Finance, uma subsidiária de crédito ao consumo de Crédit Agricole S.A.

O Conselho de Administração da Forso é composto por oito Administradores e ambas as partes da joint venture encontram-se igualmente representadas. Um quórum requer que pelo menos dois terços dos Administradores estejam presente e que ambas as partes estejam igualmente representadas. Todos os negócios decorrentes na assembleia do Conselho serão determinados por uma deliberação aprovada pelo voto favorável de pelo menos dois terços de todos os Administradores.

A Forso é uma instituição regulada na Suécia e é-lhe exigido, entre outras coisas, que mantenha reservas mínimas de capital.

O resumo das informações financeiras da participação do FCE de uma entidade controlada conjuntamente com base na contas de gestão para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012 é descrito abaixo:

As at 31 December	2012 £ mil	2011 £ mil
Current assets	£ 234	£ 283
Long term assets	249	295
Total assets	£ 483	£ 578
Current liabilities	£ 314	£ 316
Long term liabilities	125	217
Total liabilities	£ 439	£ 533
Revenue	£ 31	£ 40
Operating expenses	(25)	(32)
Profit before tax	£ 6	£ 8
Income tax expense	£ (1)	£ (2)
Share of profit of a jointly controlled entity	£ 5	£ 6

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

24 INVESTIMENTOS NOUTRAS ENTIDADES

Os investimentos em entidades fora do grupo a 31 de Dezembro eram os seguintes:

As at 31 December	Group	
	2012 £ mil	2011 £ mil
Fair value at 1 January	£ -	£ -
Fair value adjustment through OCI	3	-
Fair value at 31 December	£ 3	£ -
Current	£ -	£ -
Non-current	3	-
Fair value at 31 December	£ 3	£ -

Os investimentos em organismos do grupo a 31 de Dezembro eram os seguintes:

As at 31 December	Company	
	2012 £ mil	2011 £ mil
Net book value at 1 January	£ 339	£ 339
Additional investment in group undertakings	-	-
Redemption of shares in subsidiary	-	-
Capital repayment	-	-
Net book value at 31 December	£ 339	£ 339
Current	£ -	£ -
Non-current	339	339
Net book value at 31 December	£ 339	£ 339
Investment in banks included in above	£ 7	£ 7

O “investimento em bancos” diz respeito ao FCE Bank Polska S.A., que, na qualidade de banco regulamentado, é obrigado, entre outras coisas, a manter reservas de capital mínimas.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

24 INVESTIMENTOS NOOUTRAS ENTIDADES continuação

Lista de Empresas Consolidadas

Subsidiary undertakings

Entity	Country of Incorporation	Principle Activity	Accounting Reference Date	Ownership
FCE Leasing (Holdings) Limited	England and Wales	Holding Company	31 December	100%
Ford Automotive Leasing Limited *	England and Wales	Non trading	30 September	100%
Meritpoint Limited	England and Wales	Non trading	30 June	100%
Primus Automotive Financial Services Limited	England and Wales	Dormant	31 December	100%
Volvo Car Finance Limited	England and Wales	Dormant	31 December	100%
FCE Credit s.r.o.	Czech Republic	Finance company	31 December	100%
FCE Credit Hungry Zrt	Hungary	Finance company	31 December	100%
FCE Services Kft *	Hungary	Finance company	31 December	100%
FCE Bank Polska S.A.	Poland	Bank	31 December	100%
FCE Credit Polska S.A.	Poland	Finance company	31 December	100%
Saracen Holdco Ab	Sweden	Holding Company	31 December	100%

*subsidiaries indirectly owned by the Company

Special Purpose Entities (SPE)*

Entity	Country of Incorporation	Assets Securitised or SPE type	Accounting Reference Date	Ownership
Active Retail SPE's				
Globaldrive Receivables Trustee (UK) Two Limited	England	UK Retail - Receivables Trustee	31 December	0%
Globaldrive (UK) Variable Funding I plc	England	UK Retail	31 December	0%
Globaldrive (Italy) IV S.R.L.	Italy	Italy Retail	31 December	0%
Globaldrive France 2	France	France Retail/lease	31 December	0%
Globaldrive (UK) Variable Funding II plc	England	UK Retail	31 December	0%
Globaldrive Auto Receivables 2009 B B.V	Netherlands	Germany Retail	31 December	0%
Globaldrive Auto Receivables 2009 C B.V	Netherlands	Germany Retail	31 December	0%
Globaldrive Auto Receivables 2009 D B.V	Netherlands	Germany Retail	31 December	0%
Globaldrive Holding Limited	England	UK VFN I-Holding Company	31 December	0%
Globaldrive Austria Retail Lease VFN 1 B.V.	Netherlands	Austria Retail/Lease	31 December	0%
Globaldrive Auto Receivables 2010 A	Netherlands	Germany Retail	31 December	0%
Globaldrive Germany Retail Lease VFN 1 B.V.	Netherlands	Germany Retail/Lease	31 December	0%
Globaldrive Spain VFN 2 BV	Netherlands	Spain Retail	31 December	0%
Globaldrive (UK) Retail 2011 plc	England	UK Retail	31 December	0%
Globaldrive Auto Receivables 2011-A B.V	Netherlands	Germany Retail	31 December	0%
Globaldrive Netherlands VFN 2 B.V	Netherlands	Netherlands Retail	31 December	0%
Globaldrive Germany Retail VFN 2011 B.V	Netherlands	Germany Retail	31 December	0%
Globaldrive Auto Receivables 2012-A B.V	Netherlands	Germany Retail	31 December	0%

Active Wholesale SPE's

FCC Globaldrive Dealer Floorplan (France)	France	France Wholesale	31 December	0%
Globaldrive UK Dealer Floorplan Holdings Limited	Jersey	UK Wholesale - Holding Company	31 December	0%
Globaldrive UK Dealer Floorplan Funding I Limited	Jersey	UK Wholesale - Funding	31 December	0%
Globaldrive UK Dealer Floorplan Receivables Trustee I Ltd	Jersey	UK Wholesale - Receivables Trustee	31 December	0%
Globaldrive Dealer Floorplan B.V.	Netherlands	France Wholesale master purchaser	31 December	0%
Globaldrive UK Dealer Floorplan II Holdings Limited	Jersey	UK Wholesale - Holding Company	31 December	0%
Globaldrive UK Dealer Floorplan II Funding Limited	Jersey	UK Wholesale - Funding	31 December	0%
Globaldrive UK Dealer Floorplan II Receivables Trustee Ltd	Jersey	UK Wholesale - Receivables Trustee	31 December	0%
Globaldrive Dealer Floorplan Germany 2012 B.V.	Netherlands	Germany Wholesale	31 December	0%

Inactive Retail SPEs (pending liquidation):

Globaldrive Auto Receivables 2008-A B.V.	Netherlands	Germany Retail	(Currently in liquidation)
Globaldrive Auto Receivables 2008-B B.V.	Netherlands	Germany Retail	(Currently in liquidation)
Globaldrive Dealer Floorplan Germany 2006 GmbH	Germany	Germany Wholesale	(Currently in liquidation)

*Quasi-subsidiaries of the Company as recognised under SIC 12 and included within the consolidation of the Group accounts.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

25 Dívida aos Bancos e Outras Instituições Financeiras

As dívidas aos bancos e outras instituições financeiras a 31 de Dezembro eram as seguintes:

As at 31 December	Company		Group	
	2012 £ mil	2011 £ mil	2012 £ mil	2011 £ mil
Due to banks and other financial institutions not in respect of securitisation				
Borrowings from banks and other financial institutions	£ 101	£ 203	£ 221	£ 332
Bank overdrafts	-	7	2	9
Sub-total:	£ 101	£ 210	£ 223	£ 341
Due to banks and other financial institutions in respect of securitisation				
Obligations arising from securitisation of receivables	£ 524	£ 995	£ 3,246	£ 4,031
Loans from ECB secured with wholesale receivables	82	33	82	33
Sub-total:	£ 606	£ 1,028	£ 3,328	£ 4,064
Total due to banks and other financial institutions	£ 707	£ 1,238	£ 3,551	£ 4,405
Current	£ 590	£ 768	£ 1,736	£ 2,551
Non-current	117	470	1,815	1,854
Total due to banks and other financial institutions	£ 707	£ 1,238	£ 3,551	£ 4,405

As “Obrigações procedentes de titularização de contas a receber” reflectem as vendas de contas a receber concluídas sob transacções privadas. Uma vez que as disposições não satisfazem os requisitos para o desreconhecimento sob a IAS 39 “Instrumentos financeiros, reconhecimento e avaliação”, as contas a receber e a dívida associada não são retiradas do balanço. Onde a Sociedade celebrou um acordo de financiamento estruturado com uma fonte de financiamento de terceiros, e nenhuma estrutura de SPE está envolvida, é reconhecido um passivo no balanço da Sociedade representando os proveitos líquidos recebidos da transferência legal de activos para a fonte de financiamento. Esse passivo não representa a obrigação legal da Sociedade e é pagável apenas a partir das cobranças nos activos subjacentes transferidos para a fonte de financiamento.

prazo recebido no âmbito do programa de operações de mercado aberto do BCE. A Sociedade obtém financiamento no âmbito de um programa de crédito de longa data usando algumas das suas contas a receber grossistas alemãs como garantia. O justo valor da garantia comprometida conforme até 31 de Dezembro de 2012 era de £127 milhões (31 de Dezembro de 2011: 66 milhões de libras).

A gestão do FCE não identificou quaisquer incumprimentos sobre capital ou juro ou outras violações relacionadas com os passivos do FCE durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011.

Em 2012, houve uma alteração de apresentação sobre a divisão corrente e não corrente para a dívida divulgada em “Dívidas a Bancos e Outras Instituições Financeiras”. Toda a classificação de dívida entre corrente e não corrente toma agora em conta se há um período de renovação sobre a dívida e assume uma maturidade da data final do período de compromisso. Os números de 2011 foram revistos para fins comparativos.

“Empréstimos do BCE” representa o financiamento de curto

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

26 DEPÓSITOS DE EMPRESAS

Os depósitos de empresas a 31 de Dezembro eram os seguintes:

As at 31 December	Company		Group	
	2012 £ mil	2011 £ mil	2012 £ mil	2011 £ mil
Dealer deposits	£ 53	£ 50	£ 53	£ 50
Total corporate deposits	£ 53	£ 50	£ 53	£ 50
Current	£ 53	£ 50	£ 53	£ 50
Non current	-	-	-	-
Total corporate deposits	£ 53	£ 50	£ 53	£ 50

Os “Depósitos de concessionários” incluem montantes utilizados para reduzir as concentrações de exposição. No caso de incumprimento da contraparte, os depósitos recebidos podem ser compensados com os montantes devidos à Sociedade.

Os depósitos estão disponíveis para serem utilizados nas operações quotidianas da Sociedade e, por conseguinte, não foram reportados na Nota 11 “Liquidez e adiantamentos”.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

27 DÍVIDA À EMPRESA-MÃE E ORGANISMOS ASSOCIADOS

Dívida à empresa-mãe e organismos associados a 31 de Dezembro era a seguinte:

As at 31 December	Company		Group	
	2012 £ mil	2011 £ mil	2012 £ mil	2011 £ mil
Senior Debt				
Deposits received from Ford Credit International (FCI)	£ 324	£ 325	£ 324	£ 325
Principal amounts due to parent undertakings	£ 324	£ 325	£ 324	£ 325
Loan from Ford Credit	814	-	814	-
Deposits received from related undertakings	26	309	40	330
Deposits received from subsidiary undertakings	678	671	-	-
Total senior debt	£ 1,842	£ 1,305	£ 1,178	£ 655
Net cash proceeds from the sale of receivables	3,552	3,923	-	-
Accounts payable to related undertakings	126	192	69	162
Accrued interest	3	4	3	4
Due to parent and related undertakings	£ 5,523	£ 5,424	£ 1,250	£ 821
Current	£ 1,829	£ 2,822	£ 423	£ 821
Non-current	3,694	2,602	827	-
Due to parent and related undertakings	£ 5,523	£ 5,424	£ 1,250	£ 821

"Depósitos recebidos do FCI" inclui os montantes utilizados para minimizar determinadas concentrações de exposição a contrapartes relacionadas. No caso de incumprimento destas contrapartes, os depósitos recebidos podem ser compensados com os montantes devidos à Sociedade. Os montantes a Dezembro de 2011 em "Depósitos recebidos da FCI" e "Depósitos recebidos de participações associadas" incluíram £500 milhões de depósitos detidos como garantia por conta das garantias prestadas pelo FCE relativamente às obrigações da Ford na Roménia. As garantias foram libertadas em 2012.

"Empréstimo da Ford Credit" consiste em dois empréstimos denominados em euros da Ford Credit à FCE, um empréstimo de €400 milhões (aproximadamente £327 milhões) com vencimento em Maio de 2015 e um empréstimo de €597 milhões (cerca de £487 milhões) com vencimento em Junho de 2017.

Todos os depósitos recebidos estão disponíveis para serem utilizados nas operações quotidianas da Sociedade e, por conseguinte, não foram reportados na Nota 11 "Liquidez e adiantamentos".

Os "Proveitos líquidos de caixa procedentes de contas a receber" representam os proveitos recebidos da transferência de activos para uma SPE. Esse passivo é registado líquido de juros retidos e não é uma obrigação legal da Sociedade e é pagável apenas a partir das cobranças nos activos subjacentes transferidos para a fonte

de financiamento ou juros retidos.

"Contas a pagar a organismos relacionadas" inclui saldos gerados no decurso ordinário do negócio. Esses saldos são habitualmente fixados numa base diária ou mensal.

"Juros corridos" refere-se aos juros devidos em "Total de dívida sénior".

Os outros montantes devidos à Ford Credit e FCI são registados na Nota 30 "Empréstimos subordinados".

Em 2012, houve uma alteração de apresentação sobre a divisão corrente e não corrente para a dívida divulgada em "Dívidas à Empresa-Mãe e Participações Associadas". Toda a classificação de dívida entre corrente e não corrente toma agora em conta se há um período de renovação sobre a dívida e assume uma maturidade da data final do período de compromisso. Os números de 2011 foram revistos para fins comparativos.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

28 TÍTULOS DE DÍVIDA EM EMISSÃO

Os detalhes dos programas de financiamento da dívida pública a 31 de Dezembro são os seguintes:

As at 31 December	Company		Group	
	2012 £ mil	2011 £ mil	2012 £ mil	2011 £ mil
Programme (Year launched)				
LISTED DEBT:				
Euro Medium Term Note (1993) - US\$12 billion:				
- Other European Medium Term Notes (excludes Continuously Available Retail Securities)	£ 3,163	£ 3,635	£ 3,163	£ 3,635
Sub-total Euro Medium Term Notes	£ 3,163	£ 3,635	£ 3,163	£ 3,635
Commercial paper	-	-	-	9
Obligations arising from securitisation	-	-	1,243	1,442
Sub-total listed debt	£ 3,163	£ 3,635	£ 4,406	£ 5,086
UNLISTED DEBT:				
Private Issuance under Euro Medium Term Note Program	41	-	41	-
Schuldschein (refer to definition below)	57	13	57	13
Debt securities in issue	£ 3,261	£ 3,648	£ 4,504	£ 5,099
Current	£ 1,294	£ 1,010	£ 1,991	£ 1,647
Non-current	1,967	2,638	2,513	3,452
Debt securities in issue	£ 3,261	£ 3,648	£ 4,504	£ 5,099
Analysis of debt securities in issue				
Unsecured borrowings	£ 3,261	£ 3,648	£ 3,261	£ 3,657
Obligations arising from the sale of receivables	-	-	1,243	1,442
Debt securities in issue	£ 3,261	£ 3,648	£ 4,504	£ 5,099

O programa EMTN da Sociedade tem um limite de emissão de US\$12 mil milhões (ou o equivalente noutras moedas). O Prospecto Base EMTN datado originalmente de 13 de Janeiro de 2012 e renovado posteriormente em 21 de Janeiro de 2013 contém informações relativas a todas as obrigações, incluindo os Títulos a Retalho. As obrigações emitidas sob o programa EMTN são cotadas na Cotação Oficial da Bolsa de Valores do Luxemburgo e são admitidas à negociação no mercado regulamentado da Bolsa de Valores do Luxemburgo. O endereço da página de Internet da Bolsa de Valores do Luxemburgo é fornecido na página 130.

A Sociedade reembolsou €1,2 mil milhões (cerca de £1 mil milhão) da dívida EMTN que venceu em Janeiro de 2012.

Durante o período, a Sociedade recomprou €130 milhões (cerca de £106 milhões) de uma determinada dívida emitida ao abrigo do programa EMTN.

A Sociedade concluiu emissões públicas de EMTN em Fevereiro de 2012 para £250 milhões e em Outubro de 2012 para €500 milhões (cerca de £408 milhões) em que ambas vencem em 2017. O restante movimento de EMTN de Dezembro de 2011 representa principalmente a emissão privada ao abrigo do programa e a revalorização da moeda.

As “Obrigações procedentes de titularização de contas a receber” reflectem as vendas de contas a receber concluídas sob transacções abertas ao público. Uma vez que as disposições não satisfazem os requisitos de desreconhecimento em conformidade com a IAS 39 “Instrumentos financeiros, reconhecimento e avaliação”, as contas a receber vendidas e a dívida associada permanecem no balanço. Esta dívida representa uma obrigação legal da SPE de titularização e não é uma obrigação legal da Sociedade.

Durante 2012, a Sociedade concluiu uma emissão de dívida de titularização pública principal em Novembro de 2012 para €531 milhões (cerca de £433 milhões).

“Schuldschein” são certificados de endividamento regidos pela lei alemã.

Em 2012, houve uma alteração de apresentação sobre a divisão corrente e não corrente para a dívida divulgada em “Títulos de dívida em emissão”. Toda a classificação de dívida entre corrente e não corrente toma agora em conta se há um período de renovação sobre a dívida e assume uma maturidade da data final do período de compromisso. Os números de 2011 foram revistos para fins comparativos.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

29 OUTROS PASSIVOS

As at 31 December	Company		Group	
	2012 £ mil	2011 £ mil	2012 £ mil	2011 £ mil
Accrued interest on debt	£ 148	£ 207	£ 148	£ 207
Trade payables	77	81	77	85
Accrued liabilities and deferred income	80	70	90	76
Operating lease subvention	32	41	32	41
Total other liabilities	£ 337	£ 399	£ 347	£ 409
Current	£ 326	£ 399	£ 336	£ 409
Non current	11	-	11	-
Total other liabilities	£ 337	£ 399	£ 347	£ 409

As subvenções de locação operacional estão relacionadas com suplementos e outros pagamentos de apoio de partes relacionadas (incluindo a Ford e fabricantes afiliados) fornecido para locações operacionais. O montante diferido é reconhecido em "Outros rendimentos de exploração" ao longo do termo da locação.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

30 EMPRÉSTIMOS SUBORDINADOS

Os detalhes dos empréstimos subordinados facultados pela Sociedade a 31 de Dezembro eram os seguintes:

As at 31 December	Company/Group	
	2012 £ mil	2011 £ mil
Perpetual Loans	£ 212	£ 220
Total loan amounts	£ 212	£ 220
Tier 2 Value of perpetual loans	£ 212	£ 220
Total tier 2 value	£ 212	£ 220
Analysis of subordinated loans		
Due to FCI	£ 135	£ 141
Due to Ford Credit	77	79
Total subordinated loans	£ 212	£ 220

Os empréstimos listados acima cumprem com as condições de elegibilidade como instrumentos de capital de segundo nível conforme definidas pela FSA e estão incluídos no cálculo dos recursos de capital para fins regulamentares de reporte.

Os empréstimos de Ford Credit são denominados em Euros. Os empréstimos do FCI são denominados em dólares dos EUA e são obtidos através de um plano de empréstimo subordinado de US\$1 mil milhões. Esse instrumento permite à Sociedade responder rapidamente caso um apoio de capital adicional seja requerido. Nos termos acordados, a Sociedade é capaz de solicitar levantamentos até ao montante de capital máximo e qualquer montante não retirado do plano só estará disponível, sujeito à aceitação do pedido por parte de quem empresta, até que este seja cancelado pela Sociedade ou o FCI. Os derivados de moedas são utilizados para minimizar os riscos monetários no financiamento denominado em dólar USD.

Os direitos do FCI e da Ford Credit ao pagamento e juros em relação a todos os empréstimos subordinados serão, no caso de dissolução da Sociedade, subordinados aos direitos de todos os credores não subordinados da Sociedade em relação aos seus direitos com maior prioridade.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

31 ACÇÕES ORDINÁRIAS E PRÉMIOS DE ACÇÕES

For the year ended 31 December	Company and Group	
	2012 £ mil	2011 £ mil
Allotted, called up and fully paid at 1 January and 31 December		
614,384,050 Ordinary shares of £1 each (2011: 614,384,050)	£ 614	£ 614
Share premium at 1 January and 31 December	£ 352	£ 352

Não houve alterações ao capital social emitido da Sociedade durante o ano. A conta de prémio de acções é considerada capital permanente da Sociedade e não está disponível para distribuição. Nenhum Administrador, director ou funcionário é proprietário nem detém acções nem é proprietário nem detém opções sobre acções da Sociedade ou respectivas subsidiárias.

Desde 10 de Outubro de 2000, o FCI manteve-se o proprietário beneficiário de todo o capital social emitido da Sociedade. Uma acção é detida por Ford Credit em custódia para o FCI. Desde 1 de Janeiro de 2003, o capital social total emitido da Sociedade foi de £614.384.050 composto por 614,384,050 acções ordinárias de £1.

Contrato de assistência

Nos termos de um contrato de assistência entre a Ford Credit e a Sociedade, com data de 30 de Setembro de 2004, a Ford Credit concordou com a Sociedade em manter, directa ou indirectamente, uma participação de controlo não inferior a 75% do capital social emitido da Sociedade em manter ou velar pela manutenção do valor líquido da Sociedade não inferior a 500 milhões de dólares USD.

O contrato de cinco anos estabelece a renovação automática da data de cessação a 1 de Fevereiro de cada ano para um período adicional de um ano que termina a 31 de Janeiro do ano seguinte. Cada uma das partes pode notificar a outra, com um mês de antecedência face à extensão automática, sobre a sua pretensão de evitar a extensão automática da data de cessação e cessar o contrato, caso em que este cessará na data de cessação definida na última data de extensão. Contudo, como nenhuma das partes enviou à outra notificação escrita nas subseqüentes datas de 1 de Fevereiro, a data de cessação foi automaticamente prolongada por um ano de cada vez e, em 20 de Março de 2013, foi fixada em 31 de Janeiro de 2019.

32 DIVIDENDO POR ACÇÃO

FCE paga um dividendo intercalar de £315 milhões (2011: £370 milhões) ao seu único accionista do FCI em Junho de 2012. O dividendo equivale a aproximadamente 51,27 pences por acção ordinária.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

33 COMPONENTES DE CAPITAL

Os componentes do capital regulador do FCE a 31 de Dezembro são apresentados mais abaixo:

For the year ended 31 December	Notes	Group	
		2012 £ mil	2011 £ mil Restated*
Tier 1			
Share capital	31	£ 614	£ 614
Share premium	31	352	352
Retained earnings		973	1,188
Valuation adjustments to retained earnings		(35)	(45)
Profit after tax		85	128
Goodwill and intangible assets	22	(9)	(13)
Total Tier 1		£ 1,980	£ 2,224
Tier 2			
Collective impairment allowance		£ 43	£ 63
Qualifying subordinated loans	30	212	220
Total tier 2		£ 255	£ 283
Total tier 3		£ -	£ -
Deductions			
Investment in a jointly controlled entity		£ (44)	£ (46)
Total deductions		£ (44)	£ (46)
Total regulatory capital		£ 2,191	£ 2,461
Capital ratios			
Tier 1 ratio (%)		21.5%	20.9%
Total capital ratio (%)		23.8%	23.2%

O capital regulador está dividido no Tier 1 e 2, que cobre o risco de crédito, e o Tier 3 que suporta o risco de mercado. Em seguida, é apresentada informação adicional em relação ao capital regulador:

- O Tier 1 que compreende o capital social, os prémios das acções, os lucros não distribuídos e as reservas criadas por apropriação dos lucros não distribuídos. O valor contabilístico dos activos incorpóreos é deduzido para obter o Tier 1 de capital.
- O Tier 2 engloba empréstimos subordinados qualificados e dotações de imparidade colectiva relativos a empréstimos e adiantamentos a clientes e locações operacionais.
- O FCE não detém qualquer capital no Tier 3. Como o FCE não opera uma carteira de negociação, a aplicação do capital de Tier 3 estaria limitada a apoiar os requisitos de risco de mercado fora das actividades da carteira de negociação.
- Deduções que englobam o investimento na Forso JV.

Os resultados retidos incluídos no capital regulamentar são líquidos de impostos, dividendos e outras dotações. Mais ajustes de valorização aos resultados retidos são realizados para excluir o impacto histórico de ajustes de valor justo não realizados para instrumentos financeiros.

Os rácios de capital são calculados contra exposições ponderadas pelo risco, conforme divulgado em "Termos e rácios financeiros chave" na página 129. Antes da auditoria deste relatório e contas anual, o FCE exclui o lucro não auditado para o exercício financeiro de submissões reguladoras.

Para efeitos de cálculo do montante de dívida subordinada que pode ser incluído em recursos de capital, o montante de capital deve ser amortizado numa base de linha recta durante os últimos cinco anos para a maturidade. Para mais detalhes, consulte a Nota 30 "Empréstimos subordinados".

* Para detalhes de actualização, consulte a Nota 1 "Políticas contabilísticas".

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

33 COMPONENTES DE CAPITAL (continuação)

O Capital de Tier 1 diminuiu em 2012 para £1.980 milhões (2011: £2.224 milhões) principalmente resultante do pagamento de um dividendo de £315 milhões (2011: £370 milhões), parcialmente compensado pela inclusão do lucro depois de impostos, líquidos de diferenças de conversão cambial, conforme detalhado nas "Demonstrações consolidadas de alterações no património".

O Capital de Tier 2 diminuiu em 2012 para £255 milhões (2011: £283 milhões). As dotações de incumprimento coletivas foram reduzidas em 2012 para £43 milhões (2011: £63 milhões). A restante redução do capital Tier 2 deve-se a movimentos da taxa de câmbio sobre as moedas subjacentes dos empréstimos subordinados.

O FCE possui um montante de capital superior ao exigido por qualquer mínimo regulador ou pela política de capital baseada no risco interno do FCE. A política do FCE consiste em gerir o seu capital base para níveis definidos que excedem todas as exigências reguladoras e apoiam mudanças antecipadas no activo e taxas de câmbio. Para mais pormenores, consulte a secção "Capital e Financiamento" que começa na página 17.

O FCE Bank Polska S.A. é um banco regulado e está sujeito aos requisitos de capital regulador que requerem a manutenção de certos níveis mínimos de capital. Durante dois anos foi anunciado que as entidades individuais dentro do FCE cumpriam com todos os requisitos de capital impostos externamente a que estão sujeitas.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

34 OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE REFORMA

Os custos totais de benefício de reforma encontram-se detalhados abaixo e são cobrados na secção "Gastos operacionais":

As at 31 December	Company		Group	
	2012 £'000	2011 £'000	2012 £'000	2011 £'000
Pension plans accounted for as defined contribution plans				
Defined benefit plans operated by Ford	£ 16,616	£ 11,451	£ 16,616	£ 11,451
Defined contribution plans in which FCE participates	1,874	1,975	1,889	1,991
Restructuring cost retirement benefit	243	3,074	243	3,074
Total expensed as defined contribution plans	£ 18,733	£ 16,500	£ 18,748	£ 16,516
Defined benefit plans operated by the Company	£ 161	£ 131	£ 161	£ 131
Total retirement benefit expense	£ 18,894	£ 16,631	£ 18,909	£ 16,647
Analysis of retirement benefit expense				
Retirement benefit expense	£ 18,651	£ 13,557	£ 18,666	£ 13,573
Restructuring cost retirement benefit	243	3,074	243	3,074
Total retirement benefit expense	£ 18,894	£ 16,631	£ 18,909	£ 16,647

(I) Metodologia contabilística utilizada para contabilizar os gastos líquidos com o benefício definido dos planos operados pela Ford:

Nos locais indicados na página seguinte, os funcionários da Sociedade participam em planos geridos conjuntamente de pensões de benefício definido operados pela Ford. Uma vez que não há qualquer acordo contratual ou política estabelecida para cobrar os gastos líquidos com o benefício definido, em conformidade com a IAS 19 "Benefícios dos funcionários", a Sociedade contabiliza tais esquemas como planos de contribuição definida e reconhece um custo igual às contribuições a pagar para o período. A Sociedade não reconhece os planos no respectivo balanço.

(II) Estabelecimentos do FCE que não operam planos de pensões da sociedade:

Os funcionários do FCE na Grécia, Hungria e Polónia não têm planos de pensões da sociedade.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

34 OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE REFORMA (continuação)

(III) Detalhes dos planos de pensões operados pela Ford em que os funcionários da Sociedade participam:

A tabelas seguintes indicam, detalhadamente, quais os planos de pensões operados pela Ford em que os funcionários da Sociedade participam. A obrigação de benefício e os activos do plano, conforme apresentados abaixo, são os benefícios e as obrigações dos respectivos

planos de pensões. A política do FCE para planos de pensões financiados prevê uma contribuição anual equivalente, no mínimo, ao montante exigido pelas leis e regulamentos aplicáveis. Periodicamente, o FCE faz contribuições num valor superior ao exigido por lei.

Company and Group 2012	Details of Ford operated plans							FCE's participation		
	Funding			Pension Plan Participants				Company Participants		Contributions recognised in year
	Plan Assets	Plan Obligations	Surplus/ (Deficit)	Current Employees	Retirees	Total	Current Employees	% of employees		
£ mil	£ mil	£ mil					%	£'000		
Belgium	£ 83	£ (108)	£ (25)	403	288	691	28	6.9	£ 329	
Germany - Foveruka *	2,228	(3,565)	(1,337)	19,102	23,079	42,181	523	2.7	3,434	
Germany - Exempt **	-	(2,151)	(2,151)	1,046	4,526	5,572	27	2.6	689	
Germany - Management**	-	(330)	(330)	2	402	404	-	-	-	
Ireland	65	(57)	8	33	271	304	4	12.1	551	
Netherlands	138	(130)	8	84	1,125	1,209	21	25.0	152	
Portugal	6	(5)	1	70	536	606	28	40.0	-	
UK - Salaried	3,483	(3,785)	(302)	4,214	11,313	15,527	537	12.7	10,598	
UK - Senior staff	393	(422)	(29)	151	415	566	9	6.0	1,106	
Total	£ 6,396	£ (10,553)	£ (4,157)	25,105	41,955	67,060	1,177	4.7	£ 16,859	

Company and Group 2011	Details of Ford operated plans							FCE's participation		
	Funding			Pension Plan Participants				Company Participants		Contributions recognised in year
	Plan Assets	Plan Obligations	Surplus/ (Deficit)	Current Employees	Retirees	Total	Current Employees	% of employees		
£ mil	£ mil	£ mil					%	£'000		
Belgium	£ 70	£ (98)	£ (28)	413	298	711	28	6.8	£ 115	
Germany - Foveruka *	2,196	(2,463)	(267)	19,766	22,826	42,592	555	2.8	4,215	
Germany - Exempt **	-	(1,702)	(1,702)	1,149	4,534	5,683	29	2.5	543	
Germany - Management**	-	(293)	(293)	3	407	410	-	-	-	
Ireland	56	(50)	6	39	272	311	13	33.3	3,287	
Netherlands	122	(100)	22	89	1,130	1,219	21	23.6	115	
Portugal	5	(6)	(1)	69	556	625	27	39.1	-	
UK - Salaried	3,154	(3,265)	(111)	4,057	11,383	15,440	527	13.0	5,562	
UK - Senior staff	347	(393)	(46)	158	412	570	11	7.0	688	
Total	£ 5,950	£ (8,370)	£ (2,420)	25,743	41,818	67,561	1,211	4.7	£ 14,525	

* Para obter uma descrição do plano Foveruka, consulte o "Glossário de termos definidos" na secção "Outras informações".

** A Ford Werke GmbH mantém uma reserva de balanço para os planos de Isenção e de Gestão da Ford Alemanha a 31 de Dezembro de 2012 de 1692 milhões de libras (2011: 1632 milhões de libras).

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

34 OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE REFORMA (continuação)

(IV) Detalhes suplementares dos planos de pensões mais significativos operados pela Ford em que os funcionários da Sociedade participam:

Summary of defined benefit plans operated by Ford	2012		2011		2010		2009		2008	
	UK Ford Salaried £ mil	German Foveruka £ mil	UK Ford Salaried £ mil	German Foveruka £ mil	UK Ford Salaried £ mil	German Foveruka £ mil	UK Ford Salaried £ mil	German Foveruka £ mil	UK Ford Salaried £ mil	German Foveruka £ mil
Plan assets	£ 3,483	£ 2,228	£ 3,154	£ 2,196	£ 2,942	£ 2,171	£ 2,628	£ 2,149	£ 2,369	£ 2,228
Plan obligations	(3,785)	(3,565)	(3,265)	(2,463)	(2,838)	(2,428)	(2,644)	(2,421)	(2,625)	(2,404)
Surplus/(Deficit)	£ (302)	£ (1,337)	£ (111)	£ (267)	£ 104	£ (257)	£ (16)	£ (272)	£ (256)	£ (176)

As obrigações de benefícios de reforma mais significativas para a Sociedade estão relacionadas com os planos de pensões "Ford Reino Unido - Assalariados" e "Foveruka Alemanha". Ambos os esquemas são operados pela Ford,

são planos de pensões finais de assalariados e são contabilizados pela Sociedade como planos de contribuição definida. Seguem-se detalhes suplementares sobre estes planos:

Changes in present value of the defined benefit plan obligations	2012		2011	
	UK Ford Salaried £ mil	German Foveruka £ mil	UK Ford Salaried £ mil	German Foveruka £ mil
Opening present value	£ (3,265.2)	£ (2,462.6)	£ (2,838.0)	£ (2,428.3)
Service cost	(59.4)	(49.6)	(48.5)	(48.6)
Interest cost	(156.2)	(132.6)	(155.0)	(124.9)
Actuarial (losses)/gains	(392.4)	(1,059.5)	(350.7)	(24.8)
Plan amendments	(78.1)	-	(12.6)	-
Losses on curtailments	-	(9.3)	-	(4.3)
Member Contributions	(2.7)	-	(5.4)	-
Past service cost	-	-	-	-
Translation adjustment	-	55.8	-	74.5
Benefits paid	169.0	92.4	145.0	93.8
Closing present value	£ (3,785.0)	£ (3,565.4)	£ (3,265.2)	£ (2,462.6)

Os planos de pensões dos quais a obrigação de benefício definido procede são total ou parcialmente financiados:

Changes in fair value of plan assets	2012		2011	
	UK Ford Salaried £ mil	German Foveruka £ mil	UK Ford Salaried £ mil	German Foveruka £ mil
Opening fair value	£ 3,154.0	£ 2,195.8	£ 2,941.6	£ 2,170.7
Expected return	197.4	107.8	219.2	108.2
Actuarial gains/(losses)	114.0	(44.2)	(24.3)	(20.6)
Contributions by employer	184.4	110.4	157.1	98.0
Member contributions	2.7	-	5.4	-
Translation adjustment	-	(49.7)	-	(66.7)
Settlements	-	-	-	-
Benefits paid	(169.0)	(92.4)	(145.0)	(93.8)
Closing fair value	£ 3,483.5	£ 2,227.7	£ 3,154.0	£ 2,195.8

A melhor estimativa da Sociedade relativamente às contribuições a pagar durante o período anual em análise de 2013 é de 12,4 milhões de libras relativas ao plano "Ford Reino Unido - Assalariados" e de 3,8 milhões de libras relativas ao plano "Foveruka Alemanha".

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

34 OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE REFORMA (continuação)

(IV) Detalhes suplementares dos planos de pensões mais significativos operados pela Ford em que os funcionários da Sociedade participam (continuação):

O retorno esperado nos activos do plano é determinado tendo em conta os retornos esperados disponíveis nos activos subjacentes à actual política de investimento. As rentabilidades esperadas nos investimentos de juros fixos baseiam-se nas rentabilidades brutas de resgate à data do

balanço. Os retornos esperados sobre os investimentos em acções e investimentos imobiliários reflectem as taxas reais de retorno a longo prazo verificadas nos respectivos mercados.

Composition of plan assets	2012		2011	
	UK Ford Salaried %	German Foveruka %	UK Ford Salaried %	German Foveruka %
Insurance Policy	-	100	-	100
Equities	42	-	39	-
Bonds	46	-	47	-
Other	12	-	14	-
Total	100	100	100	100

Principle actuarial assumptions at the balance sheet date	2012		2011	
	UK Ford Salaried %	German Foveruka %	UK Ford Salaried %	German Foveruka %
Discount rate	4.40	3.50	4.80	5.50
Expected rate of return on plan assets	6.30	5.00	6.15	5.00
Future salary increases	3.80	2.60	4.00	2.60
Future pension increases	2.30	1.60	2.10	1.60
Future pension increases (discretionary)	-	-	-	-
The average life expectancy in years of a member retiring at age 65 on the balance sheet date is as follows	Years	Years	Years	Years
Male	21.4	19.1	21.3	19.0
Female	23.9	23.2	23.8	23.0
The average life expectancy in years of a member retiring at age 65, 20 years after the balance sheet date is as follows				
Male	22.4	21.8	22.3	21.7
Female	25.1	25.7	25.0	25.6

(V) Planos de contribuição definida e outros planos contabilizados como planos de contribuição definida em que os funcionários do FCE participam:

Contributions recognised in year	Company		Group	
	2012 £'000s	2011 £'000s	2012 £'000s	2011 £'000s
Czech	£ -	£ -	£ 15	£ 16
Germany	5	4	5	4
Italy	1,761	1,860	1,761	1,860
Spain	83	86	83	86
UK	25	25	25	25
Total contributions recognised in year	£ 1,874	£ 1,975	£ 1,889	£ 1,991

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

34 OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE REFORMA (continuação)

(VI) Planos de benefício definido operados pela Sociedade:

Nos estabelecimentos da Sociedade existentes na Áustria, Bélgica, França e Espanha, alguns funcionários da Sociedade participam em planos de benefício definido.

A tabela seguinte apresenta um resumo do total de participantes e de gastos reconhecidos para os planos de benefício definido operados pela Sociedade:

	Company participants		Expenses recognised	
	2012	2011	2012 £'000s	2011 £'000s
Defined benefit plans				
Austria	5	6	£ 39	£ 35
Belgium	6	6	-	-
France	94	102	107	100
Spain	27	27	15	(4)
Total	132	141	£ 161	£ 131

Os relatórios de valorização actuarial foram obtidos para os exercícios até 31 de Dezembro, conforme detalhado abaixo. Os relatórios são utilizados para determinar as contribuições efectuadas pela Sociedade para cada plano. As tabelas seguintes apresentam um resumo das mesmas:

Austria	2012 £ mil	2011 £ mil	2010 £ mil	2009 £ mil	2008 £ mil
Plan assets	£ -	£ -	£ -	£ -	£ -
Plan obligations	(0.3)	(0.2)	(0.2)	(0.2)	(0.5)
Surplus/(Deficit)	£ (0.3)	£ (0.2)	£ (0.2)	£ (0.2)	£ (0.5)

Na filial da Sociedade existente na Áustria, existe uma apólice de seguro valorizada em 0,2 milhões de libras (2011: 0,1 milhões de libras) que não se qualifica como activo do plano.

Belgium	2012 £ mil	2011 £ mil	2010 £ mil	2009 £ mil	2008 £ mil
Plan assets	£ 0.7	£ 0.5	£ 0.6	£ 1.0	£ 0.8
Plan obligations	(0.5)	(0.4)	(0.6)	(0.9)	(0.6)
Surplus/(Deficit)	£ 0.2	£ 0.1	£ -	£ 0.1	£ 0.2

France	2012 £ mil	2011 £ mil	2010 £ mil	2009 £ mil	2008 £ mil
Plan assets	£ -	£ -	£ -	£ -	£ -
Plan obligations	(0.9)	(0.9)	(0.8)	(0.9)	(1.0)
Surplus/(Deficit)	£ (0.9)	£ (0.9)	£ (0.8)	£ (0.9)	£ (1.0)

A filial francesa da Sociedade tem dois planos de benefício definido. Num dos planos, à data de reforma de cada funcionário, a Sociedade adquire uma anuidade e transfere a responsabilidade pela pensão do reformado para a seguradora.

Spain	2012 £ mil	2011 £ mil	2010 £ mil	2009 £ mil	2008 £ mil
Plan assets	£ 5.0	£ 3.8	£ 7.3	£ 6.6	£ 7.1
Plan obligations	(5.0)	(4.0)	(7.6)	(6.9)	(7.3)
Surplus/(Deficit)	£ -	£ (0.2)	£ (0.3)	£ (0.3)	£ (0.2)

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

35 PASSIVOS CONTINGENTES

As at 31 December	Company		Group	
	2012 £ mil	2011 £ mil	2012 £ mil	2011 £ mil
Guarantees provided on behalf of Ford:				
Romania	£ -	£ 457	£ -	£ 457
Spanish Ministry of Industry and regional authorities	30	33	30	33
Customs authorities, revenue commissioners and agencies	18	20	18	20
Total guarantees provided on behalf of Ford	£ 48	£ 510	£ 48	£ 510
Other guarantees provided to third parties	2	2	2	2
Guarantees prior to credit risk mitigation	£ 50	£ 512	£ 50	£ 512
Credit risk mitigation actions:				
Mitigation from collateral lodged in support of Romanian guarantees	£ -	£ (457)	£ -	£ (457)
Guarantees after credit risk mitigation	£ 50	£ 55	£ 50	£ 55

"Garantias fornecidas em nome da Ford" estão relacionadas com investimento e outras obrigações financeiras da Ford. Tais acordos são contra-indemnizados pela Ford e é cobrado um honorário pela garantia. Seguem-se detalhes suplementares sobre as garantias fornecidas pela Sociedade:

- "Roménia" – o FCE tinha anteriormente obrigações garantidas da Ford na Roménia com eventuais pagamentos máximos de 457 milhões de libras. Durante o quarto trimestre de 2012, as obrigações da Ford na Roménia foram cumpridas e, por conseguinte, a garantia do FCE foi cessada sem ser exigido qualquer pagamento pelo FCE.
- "Ministério da Indústria de Espanha e autoridades regionais" diz respeito aos empréstimos concedidos para o investimento na fábrica da Ford em Valência. Estas garantias foram fornecidas em nome da Ford Espana SL ao Ministério da Indústria de Espanha e autoridades regionais.

- "Autoridades aduaneiras, administração fiscal e agências das receitas" diz respeito aos direitos e impostos de registo sobre veículos importados e componentes fornecidos a várias Autoridades Aduaneiras Europeias.

Os justos valores das garantias são registados nas demonstrações financeiras quando tal for considerado relevante.

Durante o período, as autoridades fiscais da Alemanha prosseguiram com as auditorias relativas a vários aspectos das operações do período anterior da filial do FCE na Alemanha, em particular relativas aos preços de transferência e ao IVA. Estão em curso discussões com as autoridades fiscais. O FCE considerou as informações actualmente disponíveis e acredita que as provisões constituídas são adequadas.

Litígios e outras reclamações

Algumas acções legais e reclamações estão pendentes ou podem ser instituídas ou declaradas no futuro contra o FCE relativamente a relações financeiras e a outras relações contratuais. O litígio está sujeito a muitas incertezas e o resultado das matérias litigadas individualmente não pode ser previsto com segurança. O FCE estabeleceu provisões para determinadas acções legais e reclamações nas quais perdas são consideradas prováveis e razoavelmente avaliáveis. É razoavelmente possível que algumas reclamações, para as quais não tenham sido estabelecidos acréscimos, possam ser decididas de forma desfavorável ao FCE e possam exigir que o FCE pague indemnizações ou

efectue outras despesas em montantes, ou num intervalo de montantes, que não possam ser calculados a 31 de Dezembro de 2012. O FCE não considera provável, com base numa análise interna, que tais questões tenham um efeito significativo nas futuras demonstrações financeiras de um determinado exercício, embora tal seja possível.

Após as deliberações num conjunto de tribunais regionais alemães sobre a potencial legalidade das comissões de administração cobradas a clientes financeiros a retalho, o FCE continua a monitorizar a probabilidade de qualquer potencial passivo para a Sociedade que possa surgir.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

36 COMPROMISSOS

Num conjunto limitado de mercados, o FCE fornece facilidades de crédito comprometidas a clientes de retalho para a aquisição de veículos novos e usados. Todas as facilidades consideradas como comprometidas totalizam menos de £1 milhão (2011: abaixo de £1 milhão).

A Sociedade fornece igualmente uma facilidade de

empréstimo comprometida à sua subsidiária polaca, FCE Bank Polska S.A., de 200 milhões de zlotis (PLN) (2012: 40 milhões de libras, 2011: 30 milhões de libras). Esta facilidade não foi utilizada a 31 de Dezembro de 2012 (Não utilizada a 31 de Dezembro de 2011). Tal facilidade permite à subsidiária responder rapidamente caso seja necessário financiamento adicional.

37 COMPROMISSOS DE LOCAÇÕES FUTURAS

As at 31 December	Company		Group	
	2012 £ mil	2011 £ mil	2012 £ mil	2011 £ mil
The future minimum payments under non cancellable operating leases are as follows:				
Not later than one year	£ 4	£ 6	£ 4	£ 6
Later than one year and not later than five years	11	13	12	13
Later than five years	1	7	1	7
Future lease commitments	£ 16	£ 26	£ 17	£ 26

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

38 RISCO DE CRÉDITO

Como fornecedor de produtos financeiros automóveis, a principal fonte de risco de crédito do FCE é a possibilidade de perda devido ao incumprimento dos pagamentos, de acordo com os termos contratuais, por parte de um cliente a retalho ou do revendedor. Estes produtos encontram-se classificados como "empréstimos e adiantamentos" ao

abrigo da IAS 39. A Sociedade pode igualmente incorrer numa perda de crédito em caso de incumprimento da contraparte de um investimento, taxa de juro ou derivado de moedas com o FCE. Estas exposições encontram-se classificadas como "activos financeiros ao justo valor através de resultados" ao abrigo da IAS 39.

38a) Empréstimos e adiantamentos

O montante que melhor representa a máxima exposição ao risco de crédito em empréstimos e adiantamentos, sem ter em conta qualquer garantia detida ou outras melhorias do risco de crédito, a 31 de Dezembro de 2012 é 8.703 milhões de libras (2011: 9.783 milhões de libras), sendo o valor dos empréstimos líquidos e adiantamentos a clientes conforme

divulgado na Nota 15.

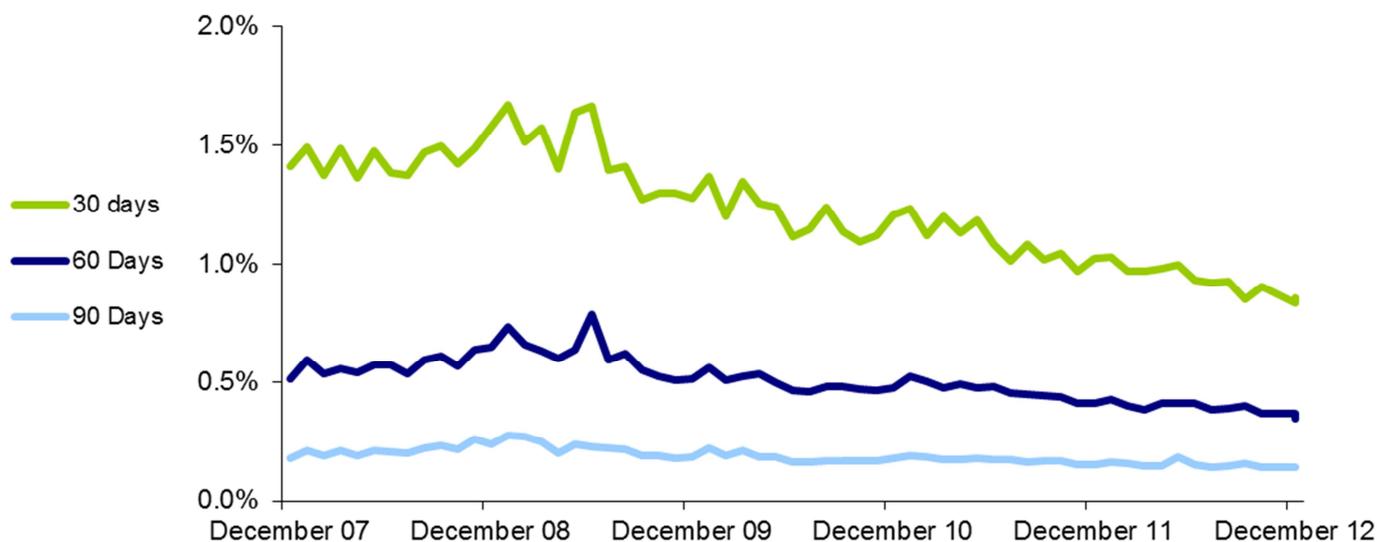
A informação de gestão relativa à qualidade do crédito dos empréstimos e adiantamentos do FCE é fornecida por segmento de produto nas secções seguintes.

Retalho

Na concessão de empréstimos e adiantamentos a retalho, o FCE utiliza um sistema de pontuação próprio que mede a qualidade do crédito das respectivas contas a receber, utilizando diversos factores como as informações das entidades de rating de crédito, as pontuações do risco de crédito ao consumo, as características do cliente e as características do contrato.

Segue-se abaixo um gráfico de tendência mensal do incumprimento de retalho para os últimos cinco anos, que destaca a percentagem dos contratos de retalho que estão há 30, 60 e 90 dias vencidos, mas que não entraram em imparidade. O gráfico destaca que a tendência ascendente de incumprimentos atingiu o valor máximo no primeiro semestre de 2009; desde então a tendência de incumprimento melhorou de forma constante. A administração do FCE considera que esta melhoria é uma consequência da abordagem de resposta do FCE à subscrição e práticas de serviço que permitiu o bom desempenho da carteira, apesar das diferentes pressões económicas.

Retail delinquency 5 year monthly trend



Fonte: informação interna de todos os mercados do FCE – auditados a 31 de Dezembro.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

38 RISCO DE CRÉDITO (continuação)

Por grosso

O FCE utiliza modelos próprios para atribuir a cada revendedor uma notação de risco. O Modelo financeiro considera informações financeiras, incluindo rentabilidade, capital e liquidez num momento no tempo. Este é complementado pelo Modelo de apreciação que fornece um enquadramento estruturado, no qual informações financeiras complementares são avaliadas juntamente com outros factores-chave qualitativos e não financeiros. Estes outros factores, que são considerados significativos na previsão da capacidade de o revendedor cumprir as suas obrigações actuais e futuras, incluem elementos como as tendências financeiras, a qualidade de gestão, a auditoria ao inventário dos veículos e a experiência de pagamento. Os modelos estão sujeitos a revisão para confirmar a importância contínua dos negócios e a previsibilidade estatística dos factores e podem ser utilizados de modo a incorporar novos factores ou outra informação que melhore a sua previsibilidade estatística.

Além disso, o FCE verifica a existência de activos que garantam as contas a receber através de auditorias físicas e não físicas aprovadas aos inventários dos veículos, que serão realizadas com maior frequência para os agentes de risco mais elevado (ou seja, Grupo III e Grupo IV). As avaliações de crédito são realizadas para cada revendedor, no mínimo, anualmente e a notação de risco do revendedor é ajustada, se necessário.

A tabela abaixo apresenta um resumo detalhado das classificações de risco do revendedor. As classificações de avaliação do risco interno crítico e financeiro são atribuídas a cada revendedor de 0 (melhor) a 9 (pior).

For the year ended 31 December	Note	Group	
		2012 £ mil	2011 £ mil
Group I (risk rating 0-3)		£ 2,359	£ 2,652
Group II (risk rating 4-5)		759	1,163
Group III (risk rating 6-7)		695	783
Group IV (risk rating 8-9)		1	2
Total gross wholesale and other loans and advances	15	£ 3,814	£ 4,600
Percentage analysis			
Group I (risk rating 0-3)		61.85%	57.66%
Group II (risk rating 4-5)		19.89%	25.28%
Group III (risk rating 6-7)		18.22%	17.02%
Group IV (risk rating 8-9)		0.04%	0.04%

As classificações de avaliação do risco financeiro baseiam-se nas mais recentes informações das contas anuais publicadas, que são normalmente recebidas por locais FCE entre 8 e 10 meses após o final do ano financeiro do revendedor. Em consequência, as classificações apresentadas acima para 2012 baseiam-se principalmente nos dados contabilísticos de 2011.

Como resultado, a administração do FCE acredita que as classificações apresentadas acima para 2012 reflectem a estabilidade das vendas de veículos em 2011 e a quota de mercado global da Ford, no seguimento de vendas inferiores em 2010.

As percentagens indicam que a proporção de agentes da categoria Grupo I aumentou durante 2011, principalmente na Alemanha, reflectindo os resultados operacionais dos agentes em 2011 que a administração considera que melhoraram significativamente. A categoria Grupo II revelou um decréscimo durante 2012, o qual representa principalmente o aumento registado no Grupo I. As categorias Grupo III e Grupo IV permaneceram relativamente estáveis.

A melhoria global registada em 2012 seguiu-se à deterioração registada durante 2011, que a administração acredita que reflectiu principalmente a instabilidade de mercado no seguimento do impacto da retirada dos programas de abate automóvel do Governo aplicados durante 2009. Tal teve um impacto negativo na venda de veículos em 2010 e nos resultados operacionais do revendedor, o que foi verificado nas notações de avaliação do Risco Financeiro de 2011 do FCE.

A política do FCE consiste em que montantes por grosso vencidos sejam resolvidos, para satisfação do FCE, de acordo com as políticas e os procedimentos estabelecidos ou que o empréstimo seja classificado como com imparidade.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

38 RISCO DE CRÉDITO (continuação)

Imparidade

Uma provisão por perda de imparidade é constituída contra perdas e adiantamentos da cobertura de dívidas duvidosas em que se incorre e não separadamente identificados, mas que se conhece por experiência estarem presentes em carteiras de empréstimos e adiantamentos. A provisão é determinada com base num conjunto de factores, incluindo tendências de perdas históricas, a qualidade do crédito da actual carteira e factores económicos gerais.

Os contractos de financiamento a retalho são considerados individualmente com imparidade assim que se torne evidente e razoável concluir que ocorrerá uma perda de crédito e, no máximo, após 120 dias. Após a imparidade de um contrato de financiamento a retalho, o valor nominal do empréstimo é reduzido, de modo a reflectir o valor médio de recuperação do veículo.

Após a imparidade de um contrato por grosso, o valor nominal do empréstimo é reduzido, de modo a reflectir o valor colectável estimado, incluindo o efeito de garantias parciais ou totais ou de outras formas de títulos (incluindo o inventário físico).

O valor acumulado dos empréstimos e adiantamentos considerados como com imparidade na data do relatório é de 21 milhões de libras (2011: 36 milhões de libras). O rendimento de juros sobre as contas a receber financeiras com imparidade é inferior a 1 milhão de libras (2011: inferior a 1 milhão de libras).

Garantias

A maior parte dos planos de financiamento a retalho, por locação e por grosso do FCE têm o benefício de um plano de retenção de títulos ou um direito de garantia similar no activo subjacente. Mais de 85% dos empréstimos líquidos e adiantamentos do FCE beneficiam deste título. No caso de incumprimento de um cliente, o valor da garantia reempessada fornece uma fonte de protecção.

Risco de contraparte nos empréstimos e adiantamentos

O FCE possui uma política definida de limite de contraparte por grosso com base nos níveis de exposição e nas classificações de risco. Os relatórios sobre as maiores concentrações são preparados mensalmente no Comité de Política de Crédito e Risco de Crédito, bem como em cada reunião agendada do Conselho de Administração.

As dez maiores exposições de contraparte do FCE, incluindo ambos os montantes registados em empréstimos e adiantamentos acima e as facilidades de crédito comerciais não utilizadas (consulte a Nota 36 "Compromissos"), tinham o valor de 917 milhões de libras (2011: 860 milhões de libras). Os depósitos recebidos da FCI (Nota 27 "Dívidas à empresa-mãe e participações associadas") e outros depósitos (Nota 26 "Depósitos de Empresas") são utilizados para atenuar as concentrações de exposição.

Empréstimos renegociados

O valor dos empréstimos renegociados a serem anteriormente vencidos ou com imparidade no período actual foi de 0,3 milhões de libras em 31 de Dezembro de 2012 (2011: 1,2 milhões de libras).

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

38 RISCO DE CRÉDITO (continuação)

38b) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Caixa e adiantamentos

A caixa e adiantamentos, os quais são investidos com um conjunto de contrapartes com elevado nível de rating, desceram para 2.545 milhões de libras (2011: 2.767 milhões de libras), que melhor representam a máxima exposição ao risco de crédito em relação a caixa e equivalentes de caixa. As cinco maiores exposições de contraparte do FCE incluídas em Caixa e adiantamentos têm um valor de 2.223 milhões de libras (2011: 1.687 milhões de libras) e têm classificações de crédito de longo prazo de "A" (single A) ou melhor. Consulte a Nota 11 "Caixa e adiantamentos" para mais detalhes.

Instrumentos financeiros detidos para negociação

A aquisição de instrumentos financeiros detidos para negociação expõe o FCE ao risco de que uma contraparte não cumpra o reembolso. Quando adquiridos, tais títulos são investidos com um conjunto de contrapartes governamentais com elevado nível de rating. A 31 de Dezembro de 2012, o FCE tinha investimentos em Valores Mobiliários de £1 milhão (2011: nulo). Consulte a Nota 12 "Instrumentos financeiros detidos para negociação" para mais detalhes.

Instrumentos financeiros derivados

A utilização de derivados expõe o FCE ao risco de que uma contraparte não cumpra um contrato de derivados. O FCE estabelece limites de exposição para cada contraparte, de modo a minimizar este risco e a fornecer uma diversificação de contrapartes.

O FCE transacciona com determinadas partes relacionadas da Ford, que são entidades não classificadas. De forma substancial, todas as actividades do FCE relacionadas com os derivados são transaccionadas com instituições financeiras que possuam uma notação de investimento.

O justo valor agregado dos instrumentos derivados em posições de activos a 31 de Dezembro de 2012 era de £125 milhões (2011: £163 milhões), o que representa a potencial perda máxima nessa data, se todas as contrapartes incumprirem as suas obrigações conforme contratado. Os acordos-quadro celebrados com as contrapartes geralmente permitem a compensação de determinadas exposições; assim, a perda real reconhecida no caso de todas as contrapartes não cumprirem o contrato seria mais baixa. Consulte a Nota 13 "Instrumentos financeiros derivados" para mais detalhes.

Para obter informações sobre a valorização de activos e passivos financeiros ao justo valor, consulte a Nota 42 "Activos financeiros e passivos financeiros".

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

39 VALORES RESIDUAIS DE VEÍCULOS

Os seguintes valores residuais de veículos, que são responsabilidade do FCE, relativos a locações de retalho e operacionais estão incluídos em "Empréstimos e adiantamento a clientes" e em "Propriedade e equipamento", respectivamente, no balanço financeiro.

Group

As at 31 December

Year in which the residual value will be recovered

	Retail residual values		Operating lease residual values		2012	2011		
	£ mil		£ mil		£ mil	£ mil		
Within 1 year	£	242	£	139	£	381	£	447
Between 1-2 years		378		-		378		345
Between 2-5 years		241		-		241		212
More than 5 years		-		-		-		-
Total residual values	£	861	£	139	£	1,000	£	1,004

Company

As at 31 December

Year in which the residual value will be recovered

	Retail residual values		Operating lease residual values		2012	2011		
	£ mil		£ mil		£ mil	£ mil		
Within 1 year	£	242	£	139	£	381	£	447
Between 1-2 years		378		-		378		345
Between 2-5 years		241		-		241		212
More than 5 years		-		-		-		-
Total residual values	£	861	£	139	£	1,000	£	1,004

O risco do valor residual de veículos é a possibilidade de o montante que o FCE obtém pelos veículos devolvidos ser inferior à estimativa de valor residual esperado para o veículo. Conforme demonstrado nas tabelas acima, a exposição ao risco residual de veículos no FCE está predominantemente relacionada com as locações de financiamento a retalho.

Valores residuais de retalho

Os números referentes ao valor residual de retalho incluídos na tabela anterior presumem que todos os veículos de retalho, em que o FCE esteja sujeito ao risco do valor residual de veículos, sejam devolvidos. O FCE encontra-se sujeito ao risco do valor residual de veículos em determinados produtos de pagamento "concentrado" em locações financeiras ou a retalho nas quais o cliente pode devolver o veículo financiado ao FCE no final do contrato. Os valores residuais são estabelecidos por referência a várias fontes de conhecimento independente e exclusivo. Os Valores Futuros Mínimos Garantidos ("GMFV") nos planos a retalho são fixados abaixo do valor esperado de mercado futuro, de modo a proteger o capital do cliente e a promover os produtos da Gestão do Ciclo de Negócio. A política normal do FCE é a de fixar o GMFV num mínimo de 5% do preço de tabela do novo veículo abaixo do valor esperado de mercado futuro e aumentá-lo em 8% para prazos inferiores a 24 meses. Esta política é um factor-chave por trás da taxa anual de devolução (para veículos financiados nos termos de planos de financiamento a retalho, nos quais o FCE está sujeito a um risco do valor residual), representando 0,48% (2011: 1,16%) da carteira a vencimento.

Valores residuais de locação operacional

As provisões do valor residual são mantidas de forma a reflectir o nível do risco do valor residual de veículos nas demonstrações financeiras. Para obter mais informações, consulte a Política Contabilística C "Estimativas contabilísticas importantes", a Política Contabilística Q "Provisões de valor residual do veículo" e a Nota 17 "Provisão para perdas do valor residual do veículo".

Todos os veículos de locação operacional estão sujeitos a devolução no final do período de locação. A exposição do FCE à locação operacional diminuiu devido à subcontratação da carteira Full Service Leasing (FSL) na maioria dos mercados. A carteira de locações operacionais mais importante é a da Alemanha, que é a principal fonte de risco do valor residual de locações operacionais para o FCE. O risco de valor residual do veículo decorrente da carteira de locação operacional do FCE foi significativamente reduzido no exercício, ao celebrar-se um acordo com a Ford, sob o qual a Ford recebe agora a maioria dos ganhos e perdas do valor residual resultante.

Análise de sensibilidade

Se os valores de revenda futura da carteira actual do FCE referente a veículos de locação operacional e de retalho caíssem, isto reduziria os resultados para os veículos de retalho e aumentaria a depreciação para as locações operacionais. A 31 de Dezembro de 2012, se os valores de revenda futura caíssem 1% face aos actuais valores de revenda, estima-se que isto aumentaria a taxa anual de devolução dos actuais 0,48% para 0,51% da carteira a vencimento e teria um impacto adverso nos resultados da Sociedade de, aproximadamente, 2,0 milhões de libras (2011: 3,3 milhões de libras).

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

40 RISCO DO MERCADO FINANCEIRO

O objectivo da gestão de riscos do mercado financeiro consiste em bloquear a margem de financiamento, limitando o impacto das alterações na taxa de juro e nas taxas de câmbio. As exposições à taxa de juro e de câmbio são monitorizadas e geridas pelo FCE como uma parte integrante do seu programa de gestão de riscos global, que reconhece a imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura reduzir os potenciais efeitos adversos nos resultados operacionais do FCE.

A tabela seguinte fornece exemplos de determinadas actividades levadas a cabo, os respectivos riscos dessas actividades e os tipos de derivados utilizados na gestão desses riscos.

Note	Activity	Risk	Type of Derivative
40a)	Investment and funding in foreign currencies	Sensitivity to change in foreign currency exchange rates	- Cross currency interest rate swaps - Foreign currency forward contracts
40b)	Funding of shorter dated or floating rate assets with longer dated fixed rate debt	Sensitivity to changes in interest rates arising from the repricing characteristics of assets not matching repricing of liabilities	- Pay floating rate and receive fixed rate interest rate swaps
	Funding of longer dated, fixed rate assets with shorter dated or floating rate debt	Sensitivity to changes in interest rates arising from the repricing characteristics of assets not matching repricing of liabilities	- Pay fixed rate and receive floating rate interest rate swaps

Uso de derivados

A exposição ao risco do mercado financeiro é reduzida através do uso de derivados da taxa de juro e de câmbio. A estratégia de derivados do FCE foi concebida para reduzir o risco; os derivados não são utilizados para efeitos especulativos.

As políticas e controlos da Sociedade foram concebidos para gerir estes riscos, incluindo os testes de eficácia dos derivados para os derivados designados num relacionamento de cobertura.

As principais políticas de derivados são:

- Proibição da sua utilização para fins especulativos
- Proibição do uso de instrumentos alavancados
- Exigência para uma análise regular pormenorizada da exposição
- Estabelecer e documentar o tratamento contabilístico no início do negócio
- Estabelecer os limites de exposição (que incluem depósitos a dinheiro) com as contrapartes
- Não relacionar a remuneração dos funcionários do Ministério das Finanças com o desempenho comercial individual.

Os principais controlos dos derivados são:

- Revisões de gestão regulares de políticas, posições e acções planeadas
- Os controlos de operações, incluindo segregação de deveres, autoridades de aprovação, citações concorrentes e procedimentos de confirmação
- Análise regular de gestão das valorizações de mercado da carteira e de potenciais exposições futuras
- Monitorização da solvabilidade da contraparte
- Auditorias internas para avaliar os controlos e a adesão às políticas.

A informação de gestão relativa às exposições do FCE a moedas estrangeiras e ao risco da taxa de juro é fornecida nas secções seguintes.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

40a) RISCO CAMBIAL

Para além do Reino Unido, a Sociedade tem sucursais activas noutros dez países europeus e conta com subsidiárias na República Checa, Hungria e Polónia que proporcionam uma variedade de planos de financiamento de veículos por grosso, por locação e a retalho (consulte a Nota 24 "Investimento em outras entidades"). A moeda funcional utilizada nas operações do Grupo e da Sociedade fora do Reino Unido é o euro, à excepção das subsidiárias da Sociedade presentes na República Checa, Hungria e Polónia e de uma carteira retida em liquidação na Noruega.

As principais moedas utilizadas em operações são, por conseguinte, o euro e a libra esterlina. Dado que o FCE apresenta as suas demonstrações financeiras consolidadas em libras esterlinas, estas serão afectadas pelos movimentos da taxa de câmbio entre o euro e a libra esterlina. A Sociedade não cobre investimentos estruturais expressos em moeda nas operações estrangeiras, dado que cada investimento é considerado como sendo de uma natureza de longo prazo. O efeito das alterações em moeda estrangeira sobre os investimentos é reconhecido através da reserva de transposição.

O FCE utiliza a libra esterlina como moeda de apresentação nas suas demonstrações consolidadas, porque se encontra, antes de mais, registado e regulado como banco no Reino Unido, e as operações da sua sede social têm lugar no mesmo país.

Os activos líquidos de investimentos em subsidiárias e sucursais estrangeiras que dão origem aos ganhos e perdas não realizados reconhecidos nas reservas de transposição de moeda estrangeira do FCE encontram-se descritos abaixo.

As at 31 December	Company		Group	
	2012 £ mil	2011 £ mil	2012 £ mil	2011 £ mil
Net assets of foreign operations				
Euro	£ 1,225	£ 1,536	£ 1,251	£ 1,559
Other non Euro currencies	-	1	80	69

As reservas de transposição de moeda estrangeira encontram-se descritas abaixo.

As at 31 December	Company		Group	
	2012 £ mil	2011 £ mil	2012 £ mil	2011 £ mil
Translation reserve:				
Euro	£ 271	£ 303	£ 286	£ 319
Other non Euro currencies	6	6	11	8
GBP	9	9	9	9
Total	£ 286	£ 318	£ 306	£ 336

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

40b) RISCO DE TAXA DE JURO

A base do activo do FCE consiste, principalmente, em vendas a prestações a retalho de taxa fixa, compra a prestações, venda condicionada e contractos de aluguer, com uma vida média de aproximadamente 2,2 anos, e contas a receber de financiamento por grosso de taxa variável com uma duração média de cerca de 60 dias. As fontes de financiamento consistem principalmente na titularização e na dívida não garantida. A política do FCE é executar swaps de taxa de juro para alterar as características da taxa de juro da dívida para corresponder, dentro de um limite de tolerância, às características da taxa de juro do FCE. Esta política de correspondência tenta manter as margens e reduzir a volatilidade dos lucros.

Como resultado dos processos de gestão do risco de taxa de juro do FCE (que utiliza derivados de cobertura) e dado que alguns activos são financiados por capital, o nível total da redefinição de preços dos activos é superior ao nível da redefinição de preços da dívida. Verificando-se outras situações iguais, isto significa que, durante um período de subida das taxas de juro, o rendimento de juros recebido sobre os activos do FCE irá aumentar mais rapidamente do que os gastos com juros pagos na sua dívida, aumentando, por conseguinte, o rendimento de juros líquido antes de impostos. Consequentemente, durante um período de descida das taxas de juro, o FCE preveria que o seu rendimento de juros líquido antes de impostos começasse inicialmente a descer.

Para fornecer uma medida quantitativa da sensibilidade do rendimento de juros líquido antes de impostos a alterações nas taxas de juro, o FCE utiliza cenários de taxa de juro. Estes cenários presumem um aumento ou diminuição hipotéticos e instantâneos nas taxas de juro de cem pontos base em todas as maturidades (uma "mudança paralela"), com impacto nos activos e passivos, bem como um caso base que presume que as taxas de juro permanecem constantes aos níveis existentes. Estes cenários de taxa de juro não representam uma expectativa de movimentos futuros da taxa de juro. As diferenças no rendimento de juros líquido antes de impostos entre estes cenários e o caso base ao longo de um período de doze meses representam uma estimativa da sensibilidade do rendimento de juros líquido antes de impostos do FCE.

A sensibilidade do rendimento de juros às alterações das taxas de juro nos 12 meses que se seguem ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é apresentada abaixo.

	Group	
	2012 £ mil	2011 £ mil
Net interest income impact of 100 basis point rate change		
Increase	£ 11	£ 14
Decrease	(11)	(14)

A análise de sensibilidade apresentada anteriormente presume uma mudança na taxa de cem pontos base na curva da rentabilidade no final do exercício, que é simultaneamente instantânea e paralela e tem impacto na redefinição de preços dos activos e passivos. Na verdade, as alterações da taxa de juro raramente são instantâneas ou paralelas, e as taxas podem mover-se mais ou menos do que o ponto percentual presumido. Além disso, a administração tem poder sobre a atribuição de preços dos novos activos e poderá redefinir os preços para um nível superior ou inferior à redefinição de preços dos passivos. Como resultado, o impacto real sobre o rendimento de juros líquido antes de impostos poderia ser maior ou menor do que os resultados supramencionados.

Embora a análise de sensibilidade apresentada seja a melhor estimativa do FCE relativamente aos impactos dos cenários da taxa de juro presumida especificados, os resultados reais poderão diferir dos projectados. O modelo

utilizado para a realização desta análise depende bastante de pressupostos. Incorporados no modelo encontram-se pressupostos referentes ao reinvestimento de capital principal de activos a vencimento, o refinanciamento da dívida a vencimento e o reembolso previsto dos contractos de locação e venda a prestações a retalho antes da data do fim do contrato. As projecções de reembolso antes da maturidade contratual baseiam-se em experiência histórica. Se as taxas de juro ou outros factores sofressem alterações, a experiência real de pagamento antecipado poderia ser diferente da projectada. O FCE apresentou a sua análise de sensibilidade com base num cenário antes de impostos em vez de um cenário depois de impostos, para excluir o impacto potencialmente distorcido das taxas de juro presumidas.

A sensibilidade da taxa de juro do activo e passivo do FCE, incluindo derivados, é avaliada todos os meses.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

41 RISCO DE LIQUIDEZ

Group As at 31 December 2012		0-3 Months	4-12 Months	1-5 Years	5+ Years	Total
Assets	Note					
Cash and advances to banks	A	£ 2,477	£ -	£ -	£ 68	£ 2,545
Marketable securities	F	1	-	-	-	1
Derivative financial instruments	E	26	37	63	-	126
- Retail/Lease	B	526	1,798	3,081	12	5,417
- Wholesale	B	540	3,380	42	-	3,962
Loans and advances to customers	B	1,066	5,178	3,123	12	9,379
Operating leases	B	65	109	-	-	174
Other assets	D	260	-	-	-	260
Total asset inflows		£ 3,895	£ 5,324	£ 3,186	£ 80	£ 12,485
Liabilities						
Due to banks and other financial institutions	C	£ 701	£ 1,668	£ 1,182	£ 1	£ 3,552
Corporate deposits	C	45	8	-	-	53
Due to parent and related undertakings	C	102	342	875	-	1,319
Debt securities in issue	C	1,219	867	2,805	4	4,895
Derivative financial instruments	E	15	39	43	-	97
Other liabilities	D	78	16	8	3	105
Subordinated loans	D	1	6	36	212	255
Total liability outflows		£ 2,161	£ 2,946	£ 4,949	£ 220	£ 10,276
Net liquidity gap excluding off balance sheet items		£ 1,734	£ 2,378	£ (1,763)	£ (140)	£ 2,209
Cumulative net liquidity gap excluding off balance sheet items		£ 1,734	£ 4,112	£ 2,349	£ 2,209	
Available for use credit facilities:						
Granted by financial institutions to the company		£ 490	£ -	£ (490)	£ -	
Granted by FMCC to the company		-	-	-	-	
Granted by the company (Note 36)		-	-	-	-	
Total available for use credit facilities		£ 490	£ -	£ (490)	£ -	
Guarantees callable		£ (50)				
Cumulative net liquidity gap including off balance sheet items		£ 2,174	£ 4,552	£ 2,299	£ 2,159	

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

41 RISCO DE LIQUIDEZ (continuação)

Group As at 31 December 2011	Note	0-3 Months £ mil	4-12 Months £ mil	1-5 Years £ mil	5+ Years £ mil	Total £ mil
Assets						
Cash and advances	A	£ 2,698	£ -	£ -	£ 69	£ 2,767
Marketable securities	F	-	-	-	-	-
Derivative financial instruments	E	45	46	74	-	165
- Retail/Lease	B	598	1,718	3,438	25	5,779
- Wholesale	B	593	4,118	53	-	4,764
Loans and advances to customers	B	1,191	5,836	3,491	25	10,543
Operating leases	B	85	144	-	-	229
Other assets	D	169	-	-	-	169
Total asset inflows		£ 4,188	£ 6,026	£ 3,565	£ 94	£ 13,873
Liabilities						
Due to banks and other financial institutions	C	£ 599	£ 2,416	£ 1,394	£ -	£ 4,409
Corporate deposits	C	45	5	-	-	50
Due to parent and related undertakings	C	280	554	-	-	834
Debt securities in issue	C	1,310	470	3,874	1	5,655
Derivative financial instruments	E	28	32	28	-	88
Other liabilities	D	85	22	-	-	107
Subordinated loans	D	1	8	43	220	272
Total liability outflows		£ 2,348	£ 3,507	£ 5,339	£ 221	£ 11,415
Net liquidity gap excluding off balance sheet items		£ 1,840	£ 2,519	£ (1,774)	£ (127)	£ 2,458
Cumulative net liquidity gap excluding off balance sheet items		£ 1,840	£ 4,359	£ 2,585	£ 2,458	
Available for use credit facilities:						
Granted by financial institutions to the company		£ 311	£ -	£ (311)	£ -	-
Granted by FMCC to the company		-	-	-	-	-
Granted by the company (Note 36)		-	-	-	-	-
Total available for use credit facilities		£ 311	£ -	£ (311)	£ -	-
Guarantees callable		£ (512)				
Cumulative net liquidity gap including off balance sheet items		£ 1,639	£ 4,158	£ 2,073	£ 1,946	

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

41 RISCO DE LIQUIDEZ (continuação)

Company As at 31 December 2012		0-3 Months	4-12 Months	1-5 Years	5+ Years	Total
Assets	Note					
Cash and advances to banks	A	£ 1,947	£ -	£ -	£ 68	£ 2,015
Marketable securities	F	1	-	-	-	1
Derivative financial instruments	E	26	37	63	-	126
- Retail/Lease	B	516	1,772	3,054	12	5,354
- Wholesale	B	517	3,258	40	-	3,815
Loans and advances to customers	B	1,033	5,030	3,094	12	9,169
Operating leases	B	65	109	-	-	174
Other assets	D	378	-	-	-	378
Total asset inflows		£ 3,450	£ 5,176	£ 3,157	£ 80	£ 11,863
Liabilities						
Due to banks and other financial institutions	C	£ 361	£ 295	£ 52	£ -	£ 708
Corporate deposits	C	45	8	-	-	53
Due to parent and related undertakings	C	564	2,005	3,023	3	5,595
Debt securities in issue	C	1,088	395	2,166	-	3,649
Derivative financial instruments	E	7	18	15	-	40
Other liabilities	D	77	16	8	3	104
Subordinated loans	D	1	6	36	212	255
Total liability outflows		£ 2,143	£ 2,743	£ 5,300	£ 218	£ 10,404
Net liquidity gap excluding off balance sheet items		£ 1,307	£ 2,433	£ (2,143)	£ (138)	£ 1,459
Cumulative net liquidity gap excluding off balance sheet items		£ 1,307	£ 3,740	£ 1,597	£ 1,459	
Available for use credit facilities:						
Granted by financial institutions to the company		£ 490	£ -	£ (490)	£ -	
Granted by FMCC to the company		-	-	-	-	
Granted by the company (Note 36)		(40)	40	-	-	
Total available for use credit facilities		£ 450	£ 40	£ (490)	£ -	
Guarantees callable		£ (50)				
Cumulative net liquidity gap including off balance sheet items		£ 1,707	£ 4,180	£ 1,547	£ 1,409	

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

41 RISCO DE LIQUIDEZ (continuação)

Company As at 31 December 2011		0-3 Months £ mil	4-12 Months £ mil	1-5 Years £ mil	5+ Years £ mil	Total £ mil
Assets	Note					
Cash and advances	A	£ 2,076	£ -	£ -	£ 69	£ 2,145
Marketable securities	F	-	-	-	-	-
Derivative financial instruments	E	47	52	61	-	160
- Retail/Lease	B	588	1,686	3,404	25	5,703
- Wholesale	B	572	3,962	50	-	4,584
Loans and advances to customers	B	1,160	5,648	3,454	25	10,287
Operating leases	B	85	144	-	-	229
Other assets	D	267	-	-	-	267
Total asset inflows		£ 3,635	£ 5,844	£ 3,515	£ 94	£ 13,088
Liabilities						
Due to banks and other financial institutions	C	£ 112	£ 938	£ 191	£ -	£ 1,241
Corporate deposits	C	44	6	-	-	50
Due to parent and related undertakings	C	623	2,560	2,252	1	5,436
Debt securities in issue	C	1,212	45	2,946	-	4,203
Derivative financial instruments	E	24	15	15	-	54
Other liabilities	D	81	21	-	-	102
Subordinated loans	D	1	8	43	431	483
Total liability outflows		£ 2,097	£ 3,593	£ 5,447	£ 432	£ 11,569
Net liquidity gap excluding off balance sheet items		£ 1,538	£ 2,251	£ (1,932)	£ (338)	£ 1,519
Cumulative net liquidity gap excluding off balance sheet items		£ 1,538	£ 3,789	£ 1,857	£ 1,519	
Available for use credit facilities:						
Granted by financial institutions to the company		£ 311	£ -	£ (311)	£ -	
Granted by FMCC to the company		-	-	-	-	
Granted by the company (Note 36)		(38)	38	-	-	
Total available for use credit facilities		£ 273	£ 38	£ (311)	£ -	
Guarantees callable		£ (512)				
Cumulative net liquidity gap including off balance sheet items		£ 1,299	£ 3,588	£ 1,345	£ 1,007	

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

41 RISCO DE LIQUIDEZ (continuação)

Base de análise do risco de liquidez

As tabelas que aparecem nesta nota analisam os fluxos de caixa contratuais brutos não descontados dos activos e passivos, com a excepção dos instrumentos financeiros derivados, que são liquidados pelo valor líquido, por grupos de maturidade relevantes, segundo os critérios apresentados na tabela seguinte.

Indica-se o "Diferencial líquido em termos de liquidez excluindo os elementos do balanço", excluindo os ajustes comportamentais para liquidações antecipadas por parte dos clientes.

O "Diferencial líquido em termos de liquidez incluindo os elementos do balanço" inclui as facilidades de créditos disponíveis para uso.

Ambos os diferenciais supracitados implicam que os fluxos de entrada relacionados com os planos de financiamento a retalho, por locação e por grosso ocorram na última data contratual, e que o reembolso da dívida ocorra na data de reembolso mais precoce possível. Por conseguinte, a posição de liquidez esperada do FCE, baseada nos fluxos de entrada e de saída de caixa, é mais favorável do que a apresentada nesta nota.

Nota	Os fluxos de caixa a partir do activo e do passivo são atribuídos aos intervalos de tempo adequados, da seguinte forma:
A	Baseados na disponibilidade de "caixa e adiantamentos" da seguinte forma (Nota 11): <ul style="list-style-type: none"> "Caixa e equivalentes de caixa" classificada por data de maturidade contratual. "Outros depósitos", que, normalmente, não estão disponíveis para uso nas operações diárias, classificados segundo a data de reembolso mais tardia possível.
B	Presume-se que os pagamentos a clientes ocorrem na data contratual mais tardia e que não são efectuados quaisquer ajustes comportamentais para as liquidações antecipadas dos clientes: De um modo geral, o financiamento a retalho, os contratos de locação e os veículos de locação operacional (indicados na Nota 18 "Propriedade e equipamento") requerem que os clientes paguem prestações mensais iguais ao longo da duração do contrato. <ul style="list-style-type: none"> O financiamento por grosso para veículos novos e usados levado a cabo no inventário dos agentes – utiliza-se um calendário de reembolso "bullet", dado que o capital principal é, normalmente, reembolsado num pagamento único no final do período de financiamento.
C	Classificado na data de reembolso mais precoce possível, o que significa a primeira data de renovação, ou no período mais curto de aviso exigido para levantar os fundos ou exercer a cláusula de rescisão quando seja necessário.
D	Classificado segundo o período restante até ao vencimento.
E	Os contratos a prazo sobre moedas e os swaps de taxas de juros em várias moedas são registados com base em fluxos de caixa contratuais.
F	Os instrumentos financeiros detidos para negociação são considerados como liquidez disponível mediante pedido.

Facilidades de crédito disponíveis para uso

Capacidade de titularização comprometida disponível

O FCE mantém uma capacidade de titularização comprometida que consiste em acordos com bancos e veículos de papel comercial garantido por activos ao abrigo dos quais estas partes estão contratualmente obrigadas, por opção do FCE, a adquirir contas a receber elegíveis ou a efectuar adiantamentos no âmbito de títulos garantidos por activos. Consulte a secção Capital e financiamento do Relatório dos administradores e a Nota 18 para mais detalhes.

Facilidades de crédito não garantidas concedidas à sociedade por instituições financeiras

A 31 de Dezembro de 2012, a Sociedade detinha 490 milhões de libras (2011: 440 milhões de libras) em facilidades de crédito não garantidas comprometidas de forma contratual com as instituições financeiras, dos quais 0 milhões de libras (2011: 129 milhões de libras) foram utilizados. A facilidade de 490 milhões de libras (2011: 311 milhões de libras) estavam disponíveis para uso e foram registados nas tabelas de Risco de liquidez como "Facilidades de crédito disponíveis para uso – concedidas à Sociedade por instituições financeiras". Esta facilidade de crédito, que expira em 2014, contém determinados acordos, incluindo uma obrigação de o FCE manter o seu rácio de activos ponderados pelo risco do capital regulamentar num valor não inferior ao mínimo regulamentar aplicável e de o contrato de assistência entre o FCE e a FMCC permanecer em pleno vigor e efeito (e praticado pelo FCE para garantir que o património líquido seja mantido num valor não inferior a 500 milhões de dólares). Além do incumprimento de um pagamento habitual, de representação, de falência e de avaliação, a

facilidade de crédito contém o incumprimento de pagamentos cruzados e de aceleração cruzada relativamente a outras dívidas.

Facilidades de crédito não garantidas concedidas à Sociedade pela FMCC

Um instrumento de curto prazo renovável no valor de 1,5 mil milhões de euros (2011: 2,0 mil milhões de euros) foi fornecido à Sociedade pela FMCC, vencendo a 13 de Dezembro de 2012 ou antes, mediante um pré-aviso de 45 dias por parte da FMCC. A 31 de Dezembro de 2012, não foram extraídos quaisquer montantes relativos a este instrumento (2011: nulo).

Activos de liquidez

Incluídos em "Liquidez e adiantamentos a bancos" estão 1.766 milhões de libras (2011: 1.809 milhões de libras) de caixa e equivalentes de caixa detidos centralmente, em particular como investimentos ilegíveis de acordo com a definição do FSA de Buffer de activos líquidos (1,7 mil milhões de libras), ambos para cumprir requisitos regulamentares e fornecer liquidez para necessidades de financiamento de curto prazo e flexibilidade na utilização de outros programas de financiamento.

Apresentação de derivados

Em 2012, houve uma alteração de apresentação na forma como os derivados são divulgados relativamente à liquidez. Os derivados são agora apresentados como liquidados numa base líquida e a determinação de activo/passivo baseia-se no justo valor dos derivados subjacentes no balanço. Os números de 2011 foram revistos para fins comparativos.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

42 ACTIVOS FINANCEIROS E PASSIVOS FINANCEIROS

Na página seguinte, é apresentada uma comparação por categorias dos valores contabilizados e justos valores dos activos financeiros e dos passivos financeiros.

O justo valor obtém-se calculando o montante a que um activo ou passivo se pode converter numa transacção com isenção de interesses, entre partes informadas e interessadas, e não numa liquidação forçada.

O FCE avalia o justo valor dos seus activos e passivos com base na hierarquia de justos valores que reflecte a importância das informações utilizadas na realização das avaliações. A hierarquia de justos valores inclui as seguintes avaliações:

- Nível 1: as informações incluem cotações para instrumentos idênticos e são as mais observáveis.
- Nível 2: as informações incluem cotações para instrumentos semelhantes e informações observáveis, como taxas de juro, taxas de câmbio e curvas de rentabilidade.
- Nível 3: as informações não são observáveis no mercado e incluem os pareceres da gestão sobre os pressupostos que os participantes no mercado utilizariam para atribuir preços ao instrumento.

Para o FCE, as mensurações do justo valor classificadas no nível 3 incluíam instrumentos com prazos mais longos, em que as taxas de juro ou as taxas de câmbio observáveis não estavam disponíveis para todos os períodos até à maturidade.

Instrumentos financeiros derivados

Os justos valores dos derivados são calculados utilizando as taxas do mercado e os modelos de valorização aplicados no sector. Todos os derivados são incluídos no activo quando o justo valor é positivo, e no passivo quando o justo valor é negativo.

Activos financeiros

"Caixa e adiantamentos a bancos" incluem as aplicações interbancárias e os elementos em processo de cobrança. O justo valor das aplicações de taxa variável e os depósitos "overnight" são o seu valor contabilizado. O justo valor estimado dos depósitos de taxa de juro fixa baseia-se nos fluxos de caixa actualizados utilizando as taxas de juro prevalecentes no mercado monetário para as dívidas com um risco de crédito e uma maturidade remanescente semelhantes.

Contas a receber a curto prazo e empréstimos a receber: O valor contabilístico das contas a receber a curto prazo e dos empréstimos a receber aproxima-se do justo valor devido às curtas maturidades destes activos.

Empréstimos e adiantamentos a clientes: O justo valor é calculado descontando os fluxos de caixa futuros antecipados utilizando uma taxa de desconto estimada que reflecta o seguinte:

- Perdas de crédito esperadas
- Pagamentos antecipados do cliente
- Taxas de juro futuras esperadas

O FCE utiliza métodos estatísticos que dividem as contas a receber em segmentos por tipo e por termo contratual.

Passivos financeiros

Os justos valores agregados dos passivos financeiros calculam-se da seguinte forma:

- Os empréstimos subordinados com data de vencimento não indicada são apresentados segundo o montante a reembolsar a pedido
- O valor contabilístico da dívida a curto prazo, os valores comerciais a pagar e as contas a pagar a subsidiárias e a participações associadas aproxima-se do justo valor devido à curta maturidade destes passivos
- O justo valor de qualquer outra dívida é estimado segundo as cotações de mercado, as taxas actuais do mercado para dívidas semelhantes, com aproximadamente a mesma maturidade remanescente, ou os modelos de fluxo de caixa actualizados que utilizam as taxas actuais de mercado

Por conseguinte, as informações apresentadas não pretendem representar, nem deveriam ser interpretadas como representando, o valor subjacente do negócio em continuidade.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

42 ACTIVOS FINANCEIROS E PASSIVOS FINANCEIROS (continuação)

As at 31 December	Notes	Carrying Value		Fair Value	
		2012 £ mil	2011 £ mil Restated*	2012 £ mil	2011 £ mil Restated*
GROUP FINANCIAL ASSETS					
Financial assets at fair value through profit and loss					
Cash and advances	11	£ 2,545	£ 2,767	£ 2,545	£ 2,767
Marketable securities	12	1	-	1	-
Derivative financial instruments	13	125	163	125	163
Financial assets at amortised cost					
Accounts receivables	14	£ 236	£ 146	£ 236	£ 146
Loans and advances to customers	15				
Retail		4,893	5,194	4,968	5,260
Wholesale/other		3,810	4,589	3,810	4,589
GROUP FINANCIAL LIABILITIES					
Financial liabilities at fair value through profit and loss					
Derivative financial instruments	13	£ 100	£ 85	£ 100	£ 85
-Listed Debt:					
Debt securities in issue	28	£ 1,203	£ 955	£ 1,203	£ 955
Financial liabilities at amortised cost					
-Listed Debt:					
Debt securities in issue	28	£ 3,203	£ 4,131	£ 3,340	£ 4,198
-Unlisted Debt:					
Due to banks & other financial institutions	25	3,551	4,405	3,559	4,395
Corporate deposits	26	53	50	53	50
Due to parent and related undertakings	27	1,250	821	1,250	790
Debt securities in issue	28	98	13	98	13
Trade payables	29	78	85	78	85
Subordinated loans	30	212	220	189	211
COMPANY FINANCIAL ASSETS					
Financial assets at fair value through profit and loss					
Cash and advances	11	£ 2,014	£ 2,145	£ 2,014	£ 2,145
Marketable securities	12	1	-	1	-
Derivative financial instruments	13	125	155	125	155
Financial assets at amortised cost					
Accounts receivable	14	£ 355	£ 246	£ 355	£ 246
Loans receivable	14	315	330	315	330
Loans and advances to customers	15				
Retail		4,833	5,122	4,925	5,203
Wholesale/other		3,679	4,414	3,679	4,414
COMPANY FINANCIAL LIABILITIES					
Financial liabilities at fair value through profit and loss					
Derivative financial instruments	13	£ 40	£ 53	£ 40	£ 53
-Listed Debt:					
Debt securities in issue	28	£ 1,203	£ 955	£ 1,203	£ 955
Financial liabilities at amortised cost					
-Listed Debt:					
Debt securities in issue	28	£ 1,960	£ 2,680	£ 2,099	£ 2,735
-Unlisted Debt:					
Due to banks & other financial institutions	25	707	1,238	706	1,230
Corporate deposits	26	53	50	53	50
Due to parent and related undertakings	27	5,523	5,424	5,527	5,402
Debt securities in issue	28	98	13	98	13
Trade payables	29	77	81	77	81
Subordinated loans	30	212	220	189	211

*For details of restatement refer to Note 1 'Accounting policies'.

O valor contabilizado dos activos financeiros é, em geral, igual à máxima exposição ao risco de crédito, com excepção das Contas a receber por grosso, dado que a Sociedade estende linhas de crédito aprovadas a determinados agentes, como se indica na Nota 36 "Compromissos". Por razões de relevância, os justos valores das garantias não são divulgados de forma separada.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

42 ACTIVOS FINANCEIROS E PASSIVOS FINANCEIROS (continuação)

A tabela abaixo representa o activo e o passivo da Sociedade e do Grupo, avaliados pelo justo valor, a 31 de Dezembro de 2012.

GROUP					
As at 31 December 2012	Level 1	Level 2	Level 3	Total	
	£ mil	£ mil	£ mil	£ mil	£ mil
Financial assets at fair value through profit and loss					
Cash and advances	£ 2,545	£ -	£ -	£ 2,545	
Marketable securities	1	-	-	1	
Derivative financial instruments	-	125	-	125	
Financial liabilities at fair value through profit and loss					
Derivative financial instruments	£ -	£ 100	£ -	£ 100	
Debt securities in issue	-	1,203	-	1,203	
As at 31 December 2011					
	Level 1	Level 2	Level 3	Total	
	£ mil	£ mil	£ mil	£ mil	£ mil
Financial assets at fair value through profit and loss					
Cash and advances	£ 2,767	£ -	£ -	£ 2,767	
Marketable securities	-	-	-	-	
Derivative financial instruments	-	163	-	163	
Financial liabilities at fair value through profit and loss					
Derivative financial instruments	£ -	£ 85	£ -	£ 85	
Debt securities in issue	-	955	-	955	
COMPANY					
As at 31 December 2012	Level 1	Level 2	Level 3	Total	
	£ mil	£ mil	£ mil	£ mil	£ mil
Financial assets at fair value through profit and loss					
Cash and advances	£ 2,014	£ -	£ -	£ 2,014	
Marketable securities	1	-	-	1	
Derivative financial instruments	-	125	-	125	
Financial liabilities at fair value through profit and loss					
Derivative financial instruments	£ -	£ 40	£ -	£ 40	
Debt securities in issue	-	1,203	-	1,203	
As at 31 December 2011					
	Level 1	Level 2	Level 3	Total	
	£ mil	£ mil	£ mil	£ mil	£ mil
Financial assets at fair value through profit and loss					
Cash and advances	£ 2,145	£ -	£ -	£ 2,145	
Marketable securities	-	-	-	-	
Derivative financial instruments	-	155	-	155	
Financial liabilities at fair value through profit and loss					
Derivative financial instruments	£ -	£ 53	£ -	£ 53	
Debt securities in issue	-	955	-	955	

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

42 ACTIVOS FINANCEIROS E PASSIVOS FINANCEIROS (continuação)

Reconciliação das alterações nos saldos dos instrumentos financeiros de nível 3.

	Company		Group	
	2012 £ mil	2011 £ mil	2012 £ mil	2011 £ mil
Derivative financial instruments (net)				
Fair value at 1 January	£ -	£ 42	£ -	£ (8)
Total realised / unrealised gains / (losses)	-	(20)	-	(19)
Net settlements	-	(8)	-	15
Net transfers into /(out of) level 3	-	(14)	-	12
Fair value at 31 December	£ -	£ -	£ -	£ -
Changes in unrealised gains / (losses) on instruments still held at 31 December	£ -	£ -	£ -	£ -
Analysis of total realised / unrealised gains / (losses)				
Interest expense	£ -	£ 8	£ -	£ (14)
Translation reserve	-	-	-	1
Fair value adjustments to financial instruments	-	(28)	-	(6)
Total realised / unrealised gains / (losses)	£ -	£ (20)	£ -	£ (19)

A política do FCE consiste em reconhecer as transferências de entrada e as transferências de saída no valor no final do período em análise. A transferência de saída deveu-se, essencialmente, à validação por parte da administração dos dados observáveis e da determinação de que certos contributos não observáveis tinham um impacto insignificante na valorização destes instrumentos.

Em 31 de Dezembro de 2011, o FCE tinha transferido todos os justos valores de instrumentos financeiros classificados no nível 3.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

43 TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes são consideradas relacionadas se estiverem sob controlo comum e se uma parte tiver capacidade para controlar a outra parte ou exercer influência significativa sobre a outra parte na tomada de decisões financeiras ou operacionais.

Várias transacções são celebradas com partes relacionadas no decurso normal dos negócios. A Sociedade e respectivas subsidiárias são empresas separadas e legalmente distintas da Ford e das filiais de automóveis da Ford, e as transacções são realizadas em termos comerciais e às taxas de mercado e praticadas pelo FCE de modo comercialmente razoável. Além da participação em planos de benefícios de reforma patrocinados pelas subsidiárias da Ford e da Volvo (abordados na Nota 34 "Obrigações de benefícios de reforma"), a Sociedade tem um contrato de assistência com a Ford Credit relativamente ao capital próprio (descrito na Nota 31 "Acções ordinárias e prémios de acções").

O FCE registou transacções com partes relacionadas nas seguintes categorias, descritas abaixo:

- Empresa-mãe;
- Administradores e directores;
- Entidades sob controlo comum;
- Entidades controladas conjuntamente.

Partes relacionadas

Empresa-mãe - esta inclui a FCI, a Ford Credit e a Ford. Para obter mais informações, consulte a Nota 46 "Informação sobre o FCE e outras partes relacionadas".

Administradores e directores - descrito na Nota 6 "Transacções com administradores e directores".

Entidades sob controlo comum - que inclui todas as subsidiárias da Ford, excepto as entidades já referidas em "Subsidiárias da sociedade" e em "Empresa-mãe". As transacções relatadas nesta categoria incluem:

- Provisão de linhas de crédito aprovadas, hipotecas, capital circulante e outros tipos de empréstimos relacionados, principalmente, com agentes de veículos parceiros nos quais a Ford mantém uma participação maioritária;
- A recepção de rendimento de juros da Ford e das suas empresas associadas decorrentes de empréstimos, suplementos de juros e outros custos de assistência relativamente a uma variedade de planos de financiamento a retalho, em locação e por grosso;
- Garantias fornecidas em nome de outras partes relacionadas sobre as quais mais pormenores podem ser encontrados na Nota 35 "Passivos contingentes";
- Garantias recebidas de outras partes associadas, principalmente para planos de financiamento de veículos por grosso;
- Durante o período, a Ford forneceu garantias para futuros ganhos ou perdas de valor residual relativos a determinados veículos de locação operacional.

A 31 de Dezembro de 2012, os ajustes ao valor nominal dos empréstimos e avanços a clientes relacionados com suplementos de juros de partes relacionadas tinham o valor de 136 milhões de libras (2011: 179 milhões de libras) e são descritos na Nota 15 "Empréstimos e adiantamentos a clientes". Os suplementos de juros relativos a empréstimos e adiantamentos recebidos e registados na demonstração de resultados referente ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2012 totalizaram 342 milhões de libras (2011: 449 milhões de libras) e são descritos na Nota 2 "Rendimento de juros líquido".

Os suplementos relativos a locações operacionais recebidos e registados na demonstração de resultados referente ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2012 totalizaram 174 milhões de libras (2011: 140 milhões de libras) e são descritos na Nota 4 "Outros resultados operacionais".

Entidade controlada conjuntamente - a única entidade controlada conjuntamente pelo FCE é a Forso, cujas informações são divulgadas na Nota 23 "Investimento numa entidade controlada conjuntamente".

Durante o período, o FCE celebrou um acordo com a Ford sobre a sua carteira de locação operacional, sob o qual a Ford recebe agora a maioria dos ganhos e perdas do valor residual resultante.

Não existiram outras alterações significativas em transacções com partes relacionadas no período até 31 de Dezembro de 2012. Para obter mais informações, consulte as divulgações da Sociedade e do Grupo em seguida.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

43 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (continuação)

O valor das transações com partes relacionadas, os saldos pendentes a 31 de Dezembro e os gastos e rendimentos associados para o exercício são os seguintes:

Group	Parent Undertakings		Entities under common control		Jointly Controlled Entity	
	2012 £ mil	2011 £ mil	2012 £ mil	2011 £ mil	2012 £ mil	2011 £ mil
Accounts receivable				Restated*		
Accounts receivable at 1 January	£ -	£ 1	£ 64	£ 71	£ -	£ 1
Additions to accounts receivable during the year	2	3	3,673	2,626	12	25
Repayments during the year (Footnote 4)	(2)	(4)	(3,574)	(2,633)	(12)	(26)
Accounts receivable at 31 December	£ -	£ -	£ 163	£ 64	£ -	£ -
Loans						
Loans outstanding at 1 January	£ -	£ -	£ 201	£ 196	£ -	£ -
Loans issued during the year	-	-	2,431	2,388	-	-
Loan repayments during the year (Footnote 4)	-	-	(2,405)	(2,383)	-	-
Loans outstanding at 31 December	£ -	£ -	£ 227	£ 201	£ -	£ -
Investment in jointly controlled entity						
Investment at 1 January	£ -	£ -	£ -	£ -	£ 46	£ 45
Dividend received during the year	-	-	-	-	(5)	(4)
Share of net income during the year	-	-	-	-	5	6
Foreign currency translation adjustment	-	-	-	-	(2)	(1)
Investment at 31 December	£ -	£ -	£ -	£ -	£ 44	£ 46
Accounts payable						
Accounts payable at 1 January	£ 7	£ 8	£ 159	£ 59	£ -	£ -
Additions to accounts payable during the year	461	53	32,073	33,519	-	-
Repayments during the year (Footnote 4)	(462)	(54)	(32,166)	(33,419)	-	-
Accounts payable at 31 December	£ 6	£ 7	£ 66	£ 159	£ -	£ -
Deposits received/subordinated loans						
Deposits at 1 January	£ 545	£ 412	£ 330	£ 347	£ -	£ -
Deposits received during the year	945	545	376	419	-	-
Deposits repaid during the year (Footnote 4)	(140)	(412)	(666)	(436)	-	-
Deposits at 31 December	£ 1,350	£ 545	£ 40	£ 330	£ -	£ -
Revenue						
Interest supplements relating to loans and advances (restated*)	£ -	£ -	£ 342	£ 449	£ -	£ -
Supplements relating to operating leases	-	-	174	140	-	-
Interest income relating to related parties	-	-	7	9	-	-
Service fees received/(paid) (Footnote 1)	(14)	(15)	(16)	(17)	3	2
Expense						
Interest expense on deposits	£ 27	£ 17	£ 3	£ 8	£ -	£ -
Interest expense	-	4	-	1	-	-
Guarantees						
Guarantees provided (Note 35)	£ -	£ -	£ 50	£ 512	£ -	£ -
Commitments to lend (Footnote 3)	-	-	-	-	-	-
Guarantees received	-	-	55	42	-	-
Group tax relief (Footnote 2)	£ -	£ -	£ 68	£ 110	£ -	£ -
Dividends paid (Note 32)	£ 315	£ 370	£ -	£ -	£ -	£ -
Dividends received	£ -	£ -	£ -	£ -	£ 5	£ 4
Derivatives						
Derivatives year end positive fair value	£ -	£ -	£ 2	£ 7	£ -	£ -
Derivatives year end negative fair value	-	-	-	23	-	-

*For details of restatement refer to Note 1 'Accounting policies'.

Notas de rodapé:

- Honorários por serviços recebidos ou pagos** - O FCE recebe aconselhamento e serviços técnicos e administrativos da Ford e respectivas empresas associadas, ocupa espaço de escritório mobilado e fornecido por estas e pelas suas empresas associadas e utiliza instrumentos de processamento de dados por estas mantidos. Os custos destes serviços são cobrados em "Gastos operacionais".
- Benefício fiscal do grupo** são perdas reclamadas de empresas associadas britânicas para proteger os benefícios fiscais do FCE no Reino Unido.
- Compromissos de empréstimos:** a Sociedade estendeu as facilidades de empréstimo às suas subsidiárias polacas, FCE Bank Polska S.A. e FCE Credit Poland S.A. Para obter mais informações, consulte a Nota 36 "Compromissos".
- Reembolsos** inclui tanto reembolsos como o efeito das alterações das taxas de câmbio durante o exercício.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

43 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (continuação)

O valor das transações com partes relacionadas, os saldos pendentes a 31 de Dezembro e os gastos e rendimentos associados para o exercício são os seguintes:

Company	Subsidiaries of the Company		Parent Undertakings		Entities under common control		Jointly Controlled Entity	
	2012 £ mil	2011 £ mil	2012 £ mil	2011 £ mil	2012 £ mil	2011 £ mil	2012 £ mil	2011 £ mil
Accounts receivable						Restated*		
Accounts receivable at 1 January	£ 101	£ 887	£ -	£ 1	£ 63	£ 70	£ -	£ 1
Additions to accounts receivable during the year	24,882	33,062	2	3	3,654	2,610	7	22
Repayments during the year (Footnote 4)	(24,861)	(33,848)	(2)	(4)	(3,557)	(2,617)	(7)	(23)
Accounts receivable at 31 December	£ 122	£ 101	£ -	£ -	£ 160	£ 63	£ -	£ -
Loans								
Loans outstanding at 1 January	£ 330	£ 380	£ -	£ -	£ 201	£ 196	£ -	£ -
Loans issued during the year	4,588	4,838	-	-	2,431	2,388	-	-
Loan repayments during the year (Footnote 4)	(4,603)	(4,888)	-	-	(2,405)	(2,383)	-	-
Loans outstanding at 31 December	£ 315	£ 330	£ -	£ -	£ 227	£ 201	£ -	£ -
Investment in group undertakings (Note 24)								
Cost at 1 January	£ 339	£ 339	£ -	£ -	£ -	£ -	£ -	£ -
Additional investments during the year	-	-	-	-	-	-	-	-
Reduction of investments during the year	-	-	-	-	-	-	-	-
Cost at 31 December	£ 339	£ 339	£ -	£ -	£ -	£ -	£ -	£ -
Accounts payable								
Accounts payable at 1 January	£ 41	£ 18	£ 7	£ 8	£ 149	£ 49	£ -	£ -
Additions to accounts payable during the year	11,190	19,329	461	53	31,081	32,425	-	-
Repayments during the year (Footnote 4)	(11,166)	(19,306)	(462)	(54)	(31,172)	(32,325)	-	-
Accounts payable at 31 December	£ 65	£ 41	£ 6	£ 7	£ 58	£ 149	£ -	£ -
Deposits received/subordinated loans								
Deposits at 1 January	£ 4,594	£ 4,237	£ 545	£ 412	£ 309	£ 319	£ -	£ -
Deposits received during the year	26,142	30,323	945	545	362	399	-	-
Deposits repaid during the year (Footnote 4)	(26,503)	(29,966)	(140)	(412)	(645)	(409)	-	-
Deposits at 31 December	£ 4,233	£ 4,594	£ 1,350	£ 545	£ 26	£ 309	£ -	£ -
Revenue								
Interest supplements relating to loans and advances (restated*)	£ -	£ -	£ -	£ -	£ 330	£ 433	£ -	£ -
Supplements relating to operating leases	-	-	-	-	174	140	-	-
Interest income relating to related parties	4	8	-	-	5	17	-	-
Service fees received/(paid) (Footnote 1)	2	2	(14)	(15)	(15)	(17)	3	2
Expense								
Interest expense on deposits	£ -	£ -	£ 27	£ 17	£ 3	£ 8	£ -	£ -
Interest expense	8	6	-	4	-	-	-	-
Guarantees								
Guarantees provided (Note 35)	£ -	£ -	£ -	£ -	£ 50	£ 512	£ -	£ -
Commitments to lend (Footnote 3)	40	38	-	-	-	-	-	-
Guarantees received	-	-	-	-	55	42	-	-
Group tax relief (Footnote 2)	£ 4	£ -	£ -	£ -	£ 68	£ 110	£ -	£ -
Dividends paid (Note 32)	£ -	£ -	£ 315	£ 370	£ -	£ -	£ -	£ -
Dividends received	£ 1	£ -	£ -	£ -	£ -	£ -	£ -	£ 4
Derivatives								
Derivatives year end positive fair value	£ -	£ -	£ -	£ -	£ 2	£ 7	£ -	£ -
Derivatives year end negative fair value	-	-	-	-	-	23	-	-

*For details of restatement refer to Note 1 'Accounting policies'.

Notas de rodapé:

- Honorários por serviços recebidos ou pagos** - O FCE recebe aconselhamento e serviços técnicos e administrativos da Ford e respectivas empresas associadas, ocupa espaço de escritório mobilado e fornecido por estas e pelas suas empresas associadas e utiliza instrumentos de processamento de dados por estas mantidos. Os custos destes serviços são cobrados em "Gastos operacionais".
- Benefício fiscal do grupo** são perdas reclamadas de empresas associadas britânicas para proteger os benefícios fiscais do FCE no Reino Unido.
- Compromissos de empréstimos:** a Sociedade estendeu as facilidades de empréstimo às suas subsidiárias polacas, FCE Bank Polska S.A. e FCE Credit Poland S.A. Para obter mais informações, consulte a Nota 36 "Compromissos".
- Reembolsos** inclui tanto reembolsos como o efeito das alterações das taxas de câmbio durante o exercício.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

44 RELATO POR SEGMENTOS

Os dados relativos a segmentos registados incluem rendimentos, gastos e outras informações financeiras referentes ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2012 e informações sobre activos a 31 de Dezembro de 2012.

44a) Performance measurement figures	UK	Germany	Italy	Spain	France	Central / Other	Total
	2012 \$ mil	2012 \$ mil					
Market income	\$ 334	\$ 394	\$ 138	\$ 60	\$ 102	\$ 156	\$ 1,184
Borrowing costs	(191)	(206)	(81)	(30)	(62)	(78)	(648)
Operating expenses	(68)	(108)	(30)	(30)	(23)	(63)	(322)
Impairment losses	-	6	(12)	9	-	-	3
Other revenue / (expenses)	-	(97)	-	-	(1)	4	(94)
Profit before tax (PBT)*	\$ 75	\$ (11)	\$ 15	\$ 9	\$ 16	\$ 19	\$ 123
Net receivables	\$ 4,589	\$ 4,721	\$ 1,565	\$ 587	\$ 1,169	\$ 2,066	\$ 14,697

44b) Reconciliation between certain performance measurement figures 44a) and additional information 44c)

Performance measurement figures	Market Income mil	Borrowing Costs mil	Operating Expenses mil	Impairment Losses mil	PBT mil	Net Receivables mil
Reportable segments	\$ 1,028	\$ (570)	\$ (259)	\$ 3	\$ 104	\$ 12,631
Central operations / other	156	(78)	(63)	-	19	2,066
Total	\$ 1,184	\$ (648)	\$ (322)	\$ 3	\$ 123	\$ 14,697
Converted to GBP	£ 744	£ (407)	£ (202)	£ 2	£ 78	£ 9,073
IFRS vs US GAAP	14	17	(25)	-	3	(11)
Presentational differences						
Operating leases	147	-	-	-	-	(174)
Unearned interest supplements	-	-	-	-	-	(136)
Provision for incurred losses	-	-	-	-	-	(43)
Fees and commission expense	12	-	-	-	-	-
Residual gains / losses / reserve	14	-	-	-	-	(3)
Other presentational differences	(8)	(7)	11	-	(1)	(2)
Adjustments						
Risk based equity adjustment	-	48	-	-	48	-
Other performance adjustments	-	(4)	-	-	(34)	-
Germany income recognition (see note 1)	27	-	-	-	27	-
Timing adjustments	(6)	-	-	-	(6)	(1)
Total reconciliation to IFRS	£ 944	£ (353)	£ (216)	£ 2	£ 115	£ 8,703
IFRS basis						
Total revenue (See 44c)	£ 944					
Interest expense		£ (353)				
Operating expenses			£ (216)			
Impairment reversal on loans and advances				£ 2		
Profit before tax (See 44c)					£ 115	
Net loans and advances to customers (See 44c)						£ 8,703

44c) Additional information - IFRS basis	UK	Germany	Italy	Spain	France	Central / Other	Total
	2012 £ mil	2012 £ mil					
INCOME STATEMENT							
Retail revenue	£ 122	£ 149	£ 44	£ 13	£ 24	£ 30	£ 382
Wholesale revenue	85	54	37	24	35	65	300
Other interest income	3	2	-	-	-	4	9
Fee and commission income	5	10	6	1	7	6	35
Income from operating leases	-	209	-	-	-	4	213
Total external revenue	£ 215	£ 424	£ 87	£ 38	£ 66	£ 109	£ 939
Inter-segment revenue	-	1	-	1	-	3	5
Total Revenue	£ 215	£ 425	£ 87	£ 39	£ 66	£ 112	£ 944
Depreciation of property and equipment	-	(216)	-	-	-	(4)	(220)
Amortisation of other intangibles	-	-	-	-	-	(4)	(4)
Profit before tax	£ 29	£ (3)	£ 13	£ -	£ 6	£ 70	£ 115
<i>Memo - including exceptional items</i>	-	-	-	-	-	(5)	(5)
ASSETS							
Net loans and advances to customers	£ 2,798	£ 2,639	£ 948	£ 355	£ 704	£ 1,259	£ 8,703
Property and equipment	1	173	-	1	-	4	179
Investment in jointly controlled entity	-	-	-	-	-	44	44
Total assets	£ 2,891	£ 4,617	£ 1,091	£ 397	£ 813	£ 2,269	£ 12,078

* A £27m negative impact is included in this figure relating to the restatement disclosed in note 1 'Accounting policies' for the income recognition adjustment in FCE's Germany branch recognised as a current period adjustment for performance management reporting

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

44 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS (continuação)

Os dados relativos a segmentos registados incluem rendimentos, gastos e outras informações financeiras referentes ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2011 e informações sobre activos a 31 de Dezembro de 2011.

44a) Performance measurement figures	UK	Germany	Italy	Spain	France	Central / Other	Total
	2011 \$ mil	2011 \$ mil					
Market income	\$ 380	\$ 477	\$ 188	\$ 79	\$ 126	\$ 210	\$ 1,460
Borrowing costs	(230)	(285)	(125)	(48)	(80)	(117)	(885)
Operating expenses	(64)	(112)	(35)	(37)	(24)	(57)	(329)
Impairment losses	(8)	8	(10)	11	-	(10)	(9)
Other revenue / (expenses)	(2)	(46)	1	0	1	6	(40)
Profit / (loss) before tax	\$ 76	\$ 42	\$ 19	\$ 5	\$ 23	\$ 32	\$ 197
Net receivables	\$ 4,126	\$ 5,424	\$ 2,021	\$ 734	\$ 1,357	\$ 2,282	\$ 15,944

44b) Reconciliation between certain performance measurement figures 44a) and Additional Information 44c)

Performance measurement figures	Market Income mil	Borrowing Costs mil	Operating Expenses mil	Impairment Losses mil	PBT mil	Net Receivables mil
Reportable segments	\$ 1,250	\$ (768)	\$ (272)	\$ 1	\$ 165	\$ 13,662
Central operations / other	210	(117)	(57)	(10)	32	2,282
Total	\$ 1,460	\$ (885)	\$ (329)	\$ (9)	\$ 197	\$ 15,944
Converted to GBP	£ 908	£ (550)	£ (205)	£ (6)	£ 122	£ 10,278
IFRS vs US GAAP	16	(6)	(8)	-	(2)	(11)
Presentational differences						
Operating leases	148	-	-	-	-	(229)
Interest supplements *	-	-	-	-	-	(179)
Provision for incurred losses	-	-	-	-	-	(64)
Fees and commission expense	13	-	-	-	-	-
Residual gains / losses / reserve	(1)	-	-	-	-	(4)
Other presentational differences	8	(23)	12	3	4	(8)
Adjustments						
Risk based equity adjustment	-	68	-	-	68	-
Other performance adjustments	-	(1)	-	-	(20)	-
Timing adjustments *	12	-	-	-	12	-
Total Reconciliation to IFRS *	£ 1,104	£ (512)	£ (201)	£ (3)	£ 184	£ 9,783
IFRS basis						
Total revenue (See 44c) *	£ 1,104					
Interest expense		£ (512)				
Operating expenses			£ (201)			
Impairment losses on loans and advances				£ (3)		
Profit / (loss) before tax (See 44c) *					£ 184	
Net loans and advances to customers (See 44c) *						£ 9,783

44c) Additional Information - IFRS basis		UK	Germany	Italy	Spain	France	Central / Other	Total
		2011 £ mil	2011 £ mil	2011 £ mil	2011 £ mil	2011 £ mil	2011 £ mil	2011 £ mil
INCOME STATEMENT	Note		Restated*					Restated*
Retail revenue *	£	125	£ 200	£ 55	£ 19	£ 29	£ 38	£ 466
Wholesale revenue		93	64	54	29	45	91	376
Other interest income		1	3	1	-	1	13	19
Fee and commission income		19	18	9	2	8	7	63
Income from operating leases		-	175	-	-	-	5	180
Total external revenue *	£	238	£ 460	£ 119	£ 50	£ 83	£ 154	£ 1,104
Inter-segment revenue		-	1	-	1	-	(2)	-
Total Revenue *	£	238	£ 461	£ 119	£ 51	£ 83	£ 152	£ 1,104
Depreciation of property and equipment	19	-	(169)	-	-	-	(5)	(174)
Amortisation of other intangibles	22	-	-	-	-	-	(5)	(5)
Profit / (loss) before tax *	£	25	£ 27	£ 37	£ 3	£ 4	£ 88	£ 184
<i>Memo - Including Exceptional Items</i>	9	11	-	-	-	-	(6)	5
ASSETS								
Net loans and advances to customers *	15	£ 2,618	£ 3,118	£ 1,282	£ 459	£ 854	£ 1,452	£ 9,783
Property and equipment	19	1	229	-	1	-	4	235
Investment in jointly controlled entity	23	-	-	-	-	-	46	46
Total assets	£	2,624	£ 4,379	£ 1,470	£ 537	£ 954	£ 3,446	£ 13,410

For details of restatement, see Note 1 'Accounting policies'.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

44 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS (continuação)

Em linha com o ponto central da análise de gestão e os requisitos da IFRS 8 "Segmentos operacionais", o desempenho dos cinco principais mercados geográficos (Reino Unido, França, Alemanha, Itália e Espanha) é apresentado separadamente. O desempenho dos cinco principais mercados ("Segmentos relatáveis") constitui mais de 75% da receita externa e foi analisado como segmentos

relatáveis separados nas páginas 122 e 123, com todos os outros mercados e operações, combinados na rubrica "Outros/sede", conforme se descreve abaixo. "Sede" inclui várias operações que apoiam as subsidiárias e sucursais da Sociedade, cujos gastos são atribuídos ao estabelecimento que beneficia do serviço.

Segmento relatável	Descrição
França	A filial da Sociedade em França.
Alemanha	As sucursais da Sociedade na Alemanha.
Itália	A filial da Sociedade em Itália.
Espanha	A filial da Sociedade em Espanha.
Reino Unido	As operações no Reino Unido, excluindo a Worldwide Trade Finance (WTF), uma divisão britânica, e as Operações da sede (que estão incluídas na rubrica "Sede/outros").

Os segmentos relatáveis incluem as Entidades de Finalidade Especial que suportam as transacções de titularização nesses mercados.

"Sede/outros" representa as operações que contribuem individualmente em menos de 10% para as receitas externas, e inclui as sucursais da Sociedade na Áustria, Bélgica, Grécia, Irlanda, Países Baixos e Portugal, bem como as subsidiárias do FCE sediadas na República Checa, Hungria e Polónia. Além disso, "Sede/outros" inclui as operações da Sede, WTF, uma divisão britânica, eliminações de transacções intra e interempresas e uma carteira de créditos em amortização na Noruega.

Em cada segmento relatável, a receita externa é derivada do fornecimento de produtos financeiros a clientes a retalho e a agentes de automóveis da marca Ford (designados "Retalho" e "Por grosso", respectivamente, no Relatório e contas anual de 2012), conforme descrito na página 6 "Descrição do negócio".

44a) Valores da avaliação do desempenho

Segundo a IFRS 8, a demonstração de resultados e os dados do balanço devem ser iguais aos apresentados à Comissão Executiva ("CE") do FCE, que é o principal órgão responsável pela tomada de decisões. Os dados relativos a segmentos são apresentados à CE em dólares dos EUA, em conformidade com os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites (PCGA) dos EUA, partindo de uma abordagem de Capital Baseado em Risco (RBE), excluindo os ajustes do justo valor em instrumentos financeiros e os ajustes cambiais (consulte a rubrica "Definições", conforme detalhado na página 2, para ler a definição de "RBE").

A CE avalia o desempenho das subsidiárias e das sucursais do FCE, de uma perspectiva geográfica, e afecta os recursos com base nestas informações. Os valores da avaliação do desempenho são apresentados e estruturados de forma a enfatizar a gestão interna do negócio e a incluir as seguintes rubricas:

"Rendimentos do mercado" representa:

- (i) rendimento de juros de contas a receber resultantes de planos de financiamento a retalho e por grosso, representando a maior parte do negócio do FCE;
- (ii) rendas recebidas por locação operacional de veículos, menos a depreciação dos veículos a motor detidos para uso sob locações operacionais e
- (iii) rendimento líquido de honorários e comissões.

"Custos de empréstimo" representa os gastos associados a financiamentos não garantidos verificados local e centralmente, e a financiamentos baseados em titularização verificados localmente, partindo de uma abordagem de RBE. O processo RBE atribui o capital com base numa avaliação do risco inerente na carteira de cada estabelecimento, e o custo de empréstimo é ajustado contra o valor registado nos termos das IFRS, de forma a reflectir o impacto do custo das alterações no nível da dívida que seria necessário para cumprir os requisitos de capital revistos. O financiamento a nível central e os custos derivados, incluindo os custos de manutenção de um amortecedor de liquidez, são atribuídos aos respectivos estabelecimentos.

Os valores de "Gastos operacionais" e "Perdas por imparidade" são, geralmente, iguais aos apresentados na avaliação do desempenho e nas IFRS.

"Outras receitas/(gastos)" – representa vários outros rendimentos/gastos não incluídos nas rubricas anteriores.

"Lucros/ (perdas) antes de impostos" são apresentados nos termos dos PCGA dos EUA, partindo de uma abordagem de RBE, excluindo os ajustes do justo valor em instrumentos financeiros e os ajustes cambiais.

"Contas líquidas a receber" são apresentadas com base nos PCGA dos EUA, excluindo a "provisão para perdas incorridas" e os "suplementos de juros não recebidos de partes relacionadas", e incluindo o investimento líquido do FCE em veículos a motor detidos para uso pelo FCE, na qualidade de locador, sob locações operacionais.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

44 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS (continuação)

44b) Reconciliação entre os valores da avaliação do desempenho e os valores das IFRS

De forma a ajudar os utilizadores das demonstrações financeiras, é fornecida uma reconciliação entre determinados valores da avaliação do desempenho e das Informações complementares, conforme apresentado em 44 a) e 44 c), e a demonstração de resultados consolidados de acordo com as IFRS, conforme detalhado abaixo.

Rubrica da avaliação do desempenho	Rubrica das IFRS (incluída na tabela 44c)
Rendimentos do mercado	Total de receitas*
Lucros/(perdas) antes de impostos	Lucros/(perdas) antes de impostos
Contas líquidas a receber	Empréstimos líquidos e adiantamentos a clientes
Rubrica da avaliação do desempenho	Rubrica das IFRS (incluída na demonstração de resultados)
Custos de empréstimo	Gastos com juros
Gastos operacionais	Gastos operacionais
Perdas por imparidade	Perdas por imparidade sobre empréstimos e adiantamentos
Outras receitas/gastos	As perdas e ganhos de valor residual para veículos de locação operacional e de retalho são incluídas em "Rendimento de juros" e "Depreciação da propriedade e equipamento", respectivamente.

* O Total de receitas inclui "Rendimento de juros", "Rendimento de honorários e comissões" e "Rendimento de locações operacionais".

Esta secção começa com os valores da avaliação do desempenho, supradetalhados, para os Segmentos relatáveis do FCE mais as operações de "Sede/outros" em dólares dos EUA, e converte os valores apresentados para libras esterlinas ("Convertido para GBP"), com base nas taxas de câmbio, conforme incorridas, e "Contas

líquidas a receber" à taxa de câmbio em vigor na data do relatório. Os valores resultantes são, então, reconciliados com os valores apresentados em 44c) e com as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRS. Entre as principais diferenças encontram-se:

IFRS versus US PCGA dos EUA

Diferenças entre as IFRS e os PCGA dos EUA. Tais diferenças no tratamento contabilístico incluem a titularização, custos de geração de empréstimos diferidos e financiamento associado.

Diferenças de apresentação:

Níveis de análise da CE das "contas líquidas a receber" como medida-chave de avaliação do desempenho. Tal inclui as locações operacionais (apresentadas no balanço de acordo com as IFRS na rubrica "Propriedade e equipamento"), excluindo os custos de geração de empréstimos diferidos, o rendimento de financiamento não recebido, os suplementos de juros de partes relacionadas, as provisões para perdas incorridas e as perdas do valor residual do veículo.

Outras divergências nesta categoria representam diferenças de apresentação menores entre a avaliação do desempenho e o relatório elaborado de acordo com as IFRS.

Ajustes:

Esta secção inclui os seguintes ajustes:

O ajuste do desempenho, partindo de uma abordagem de RBE, atribui o capital com base numa avaliação do risco inerente em cada estabelecimento. Os custos de empréstimo são ajustados contra os relatados ao abrigo da IFRS, para reflectir o impacto dos custos das mudanças ao nível da dívida que seriam necessárias para corresponder aos requisitos de capital revistos. O ajuste, partindo de uma abordagem de RBE, permite a avaliação, de uma perspectiva global, do risco/retorno em cada estabelecimento.

"Outros ajustes de desempenho" inclui o impacto nos resultados dos ajustes do justo valor em instrumentos financeiros e dos ajustes cambiais. Relacionados essencialmente com os movimentos das taxas de mercado, encontram-se excluídos da avaliação do desempenho da CE, pois as actividades de gestão de risco do FCE são administradas de forma central.

São necessários ajustes da tempestividade, de forma a incluir ajustes posteriores ao balanço nos resultados de acordo com as IFRS.

44c) Informações complementares

Para cumprir os requisitos da IFRS 8, quaisquer divulgações não incorporadas nos resultados da avaliação do desempenho, conforme apresentado na secção 44 a), são fornecidas abaixo. Os dados financeiros apresentados estão em conformidade com o relato das contas intercalares e são apresentados em libras esterlinas de acordo com as IFRS, incluindo ajustes do justo valor

em instrumentos financeiros e ajustes cambiais, e excluindo os ajustes analíticos partindo de uma abordagem de RBE. As informações incluídas na secção 44 c) seguem a base descrita, pois não são consideradas passíveis de produzir informações complementares de acordo com a IFRS 8, em concordância com os resultados da avaliação do desempenho divulgados à CE.

Preços de transferência

Durante o exercício de 2009 a Sociedade actualizou a sua metodologia de atribuição de preços de transferência de acordo com as directrizes emitidas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) a 17 de Julho de 2008. A implementação da metodologia não tem impacto nos lucros antes de

impostos globais da Sociedade e encontra-se excluída dos resultados da avaliação de desempenho. Os lucros antes de impostos de segmentos operacionais individuais, conforme apresentado de acordo com as IFRS na secção 44c), são influenciados pelas alterações resultantes.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

45 NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Reconciliação dos lucros antes de impostos com a caixa de actividades operacionais para os exercícios findos a 31 de Dezembro de 2012 e a 31 de Dezembro de 2011.

	Company		Group	
	2012	2011	2012	2011
	£ mil	£ mil	£ mil	£ mil
Cash flows from operating activities		Restated*		Restated*
Profit before tax	£ 102	£ 169	£ 115	£ 184
Adjustments for:				
Depreciation expense on property and equipment	1	1	1	1
Depreciation expense on operating lease vehicles	219	173	219	173
Effects of foreign currency translation	(8)	4	(45)	24
Gross impaired losses on loans and advances	29	41	29	42
Share of net income in a jointly controlled entity	-	-	(4)	(6)
Amortisation of other intangibles	4	5	4	5
Fair value adjustments to financial instruments	41	16	75	(5)
Interest expense	369	529	353	512
Interest income	(695)	(859)	(696)	(861)
Other operating income	(213)	(181)	(208)	(176)
Changes in operating assets and liabilities:				
Net increase/(decrease) in accrued liabilities and deferred income	12	(9)	17	(19)
Net (increase)/decrease in deferred charges and prepaid expenses	(14)	8	(16)	8
Net (increase)/decrease in finance receivables	920	744	983	741
Purchase of vehicles for operating leases	(538)	(550)	(538)	(550)
Proceeds from sale of operating lease vehicles	365	286	364	286
Net (increase)/decrease in vehicles awaiting sale	16	(73)	16	(73)
Net (increase)/decrease in accounts receivables	1	11	1	10
Net increase/(decrease) in accounts payables	(2)	(37)	(5)	(35)
Net (increase)/decrease in accounts receivables from related undertakings	(105)	246	(101)	8
Net increase/(decrease) in accounts payables to related undertakings	(94)	95	(133)	101
Cash from/(used in) operating activities	£ 410	£ 619	£ 431	£ 370

* Para detalhes de actualização, consulte a Nota 1 “Políticas contabilísticas”.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

45 NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA (continuação)

Reconciliação de caixa e equivalentes de caixa no início e no final do período, e dos movimentos relativos aos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2012 e 2011.

	Company		Group	
	2012 £ mil	2011 £ mil	2012 £ mil	2011 £ mil
At beginning of period:				
Cash and advances	£ 2,145	£ 1,292	£ 2,767	£ 2,094
Less:				
- Central bank and other deposits	(69)	(167)	(69)	(168)
- Bank overdrafts	(7)	-	(9)	-
Balance at 1 January 2012 and 2011	£ 2,069	£ 1,125	£ 2,689	£ 1,926
At end of period:				
Cash and advances	£ 2,014	£ 2,145	£ 2,545	£ 2,767
Less:				
- Central bank and other deposits	(67)	(69)	(68)	(69)
- Bank overdrafts	-	(7)	(2)	(9)
Balance at 31 December 2012 and 2011	£ 1,947	£ 2,069	£ 2,475	£ 2,689
Net increase/(decrease) in cash and cash equivalents				
Cash and cash equivalents at beginning of period	£ 2,069	£ 1,125	£ 2,689	£ 1,926
Cash and cash equivalents at end of period	1,947	2,069	2,475	2,689
Net increase / (decrease) in cash and cash equivalents	£ (122)	£ 944	£ (214)	£ 763

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e os equivalentes de caixa compreendem os saldos detidos com menos de 90 dias de maturidade desde a data de aquisição, incluindo títulos do Tesouro e outros títulos elegíveis, bem como montantes devidos de bancos, líquidos de descobertos bancários. No balanço, os descobertos bancários são incluídos no passivo na rubrica "Dívidas a bancos e a outras instituições financeiras".

"Depósitos em banco central e outros depósitos" que se encontram incluídos em "Caixa e adiantamentos a bancos", não estão disponíveis para uso nas operações diárias do FCE e, como tal, estão excluídas da rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" para efeitos da demonstração de

fluxos de caixa.

Apresentação de fluxos de caixa

Em 2012, houve uma alteração de apresentação em como "Outros rendimentos operacionais" é apresentado no fluxo de caixa. Os fluxos de caixa relativos a "Outros rendimentos operacionais" foram anteriormente incluídos dentro de "Lucro antes de impostos". Para melhor representar os "Fluxos de caixa das actividades operacionais", o dinheiro associado com "Outros rendimentos operacionais" foi extraído e apresentado como um item em linha separada. Os valores comparativos em 2011 foram ajustados em conformidade.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012

46 INFORMAÇÃO DO FCE E DE OUTRAS PARTES RELACIONADAS

Domicílio: Reino Unido (UK).

Natureza jurídica: A Sociedade é um banco regulado, autorizado a receber depósitos e a ser intermediário de seguros segundo a Lei de Mercados e Serviços Financeiros de 2000, e é regulada pela Autoridade dos Serviços Financeiros do Reino Unido. A Sociedade também possui uma licença padrão segundo a Lei de Créditos ao Consumo do Reino Unido de 1974 e outras licenças para gerir actividades financeiras noutros locais da Europa. Além do Reino Unido, a Sociedade detém sucursais noutros 10 países europeus, que exerceram os direitos de passaporte para realizar actividades reguladas nesses países segundo as Directivas de mediação de seguros e consolidação bancária.

País de registo: A Sociedade é uma sociedade anónima constituída e registada na Inglaterra e no País de Gales.

Sede social: Sede - Eagle Way, Brentwood, Essex, CM13 3AR. Registada em Inglaterra e no País de Gales, sob o n.º 772784.

A Sociedade tem cinco subsidiárias no Reino Unido (consulte a Nota 24 "Investimentos noutras entidades"), e todas partilham a mesma sede social que a Sociedade.

Além disso, a Sociedade tem subsidiárias na República Checa, Hungria, Polónia e Suécia, sendo a última uma holding para uma joint-venture na região nórdica - consulte "Estabelecimentos na Europa", na página 131, para saber quais os endereços das subsidiárias e sucursais da Sociedade na Europa.

Natureza das operações e principais actividades: O principal negócio do FCE consiste em apoiar a venda dos veículos da Ford e dos seus fabricantes afiliados na Europa através das respectivas redes de agentes. É fornecida uma variedade de planos de financiamento a retalho, por locação e por grosso nos mercados em que o FCE opera.

Nos mercados europeus, o FCE oferece a maioria dos seus produtos e serviços em nome das marcas Ford Credit ou Ford Bank – consulte "Estabelecimentos na Europa", na página 131, para obter mais informações. A Sociedade, através da sua divisão Worldwide Trade Finance (WTF), financia importadores e distribuidores em países onde, geralmente, não há qualquer presença local estabelecida da Ford. WTF fornece actualmente financiamento em mais de 60 países. Além disso, existem operações de marca privada em alguns mercados europeus.

Empresa-mãe: A empresa-mãe da Sociedade é a Ford Credit International Inc. (FCI). A FCI não elabora contas consolidadas visto ser detida a 100% pela, e consolidada nas contas de, Ford Motor Credit Company LLC (Ford Credit). Para obter mais informações, consulte a Nota 31 "Acções ordinárias e prémio de emissão de acções".

Empresa-mãe global: A empresa-mãe global e participante maioritária é a Ford Motor Company (Ford). Todas as três empresas (Ford, FCI e Ford Credit) estão constituídas nos Estados Unidos da América.

As cópias das contas consolidadas da Ford Credit e da Ford podem ser obtidas junto da Ford Motor Company (US), sediada em: One American Road, Dearborn, Michigan 48126, Estados Unidos da América.

47 FACTOS POSTERIORES AO BALANÇO

Não existiram factos posteriores ao balanço.

Principais rácios e termos financeiros

A tabela abaixo resume o cálculo dos principais rácios financeiros indicados na secção “Resumo do desempenho” do “Relatório de negócio de 2012”. Os rácios de custos, margem e perda de crédito excluem rubricas extraordinárias de modo a apresentarem o desempenho subjacente ou “normalizado”. As rubricas extraordinárias estão resumidas na Nota 9 “Lucros antes de impostos”.

	Notes	2012 £ mil	2011 £ mil Restated*
ADDITIONAL DATA:			
A [i]	Average net loans and advances to customers	£ 9,022	£ 10,551
A [ii]	Net loans and advances to customers	15 8,703	9,783
A [iii]	Risk weighted exposures	9,224	10,628
A [iv]	Collective impairment allowance	16 42	62
B [i]	Average year equity	2,154	2,450
B [ii]	Tier 1 capital	33 1,980	2,224
B [iii]	Total regulatory capital	33 2,191	2,461
INCOME:			
	- Total income	574	593
	- Deduct exceptional items	9 5	(5)
	- Depreciation of operating lease vehicles	19 (220)	(174)
C	Normalised income (margin)	359	414
OPERATING COSTS:			
	- Operating expenses	5 (216)	(219)
	- Office equipment and leasehold amortisation	19 -	-
	- Exceptional expense/(income)	9 -	-
D	Normalised operating Costs	(216)	(219)
CREDIT LOSS:			
	Net losses	16 (18)	(20)
	Exceptional items	9 -	-
E	Normalised net losses	(18)	(20)
F	Profit after tax	85	128
KEY FINANCIAL RATIOS			
	Return on equity (F/B[i])	3.9%	5.2%
	Margin (C/A [i])	4.0%	3.9%
	Cost efficiency ratio (D/A [i])	2.4%	2.1%
	Cost affordability ratio (D/C)	60.2%	52.9%
	Credit loss ratio excluding exceptional loss (E/A [i])	0.20%	0.19%
	Credit loss cover (A [iv]/A [ii])	0.5%	0.6%
	Tier 1 capital/Risk weighted exposures (B [ii]/A [iii])	21.5%	20.9%
	Total regulatory capital/Risk weighted exposures (B [iii]/A [iii])	23.8%	23.2%

* Para detalhes de actualização, consulte a Nota 1 “Políticas contabilísticas”.

Termos financeiros	Significado
Empréstimos líquidos e adiantamentos a clientes médios	O saldo de empréstimos líquidos e adiantamentos a clientes no final de cada mês, dividido pelo número de meses que constituem o período em análise.
Rubricas extraordinárias	Eventos que não costumam repetir-se ou transacções cuja divulgação ajuda a interpretar o desempenho em comparação com exercícios anteriores.
Contas brutas a receber	Total de pagamentos a haver relativos a empréstimos e a adiantamentos a clientes (consulte a Nota 15 "Empréstimos e adiantamentos a clientes").
Contas líquidas a receber	Empréstimos e adiantamentos a clientes, conforme apresentados no balanço, representando as "Contas líquidas a receber", incluindo quaisquer honorários/custos diferidos, menos provisões, rendimento de financiamento não recebido e suplementos de juros de partes relacionadas (consulte a Nota 15 "Empréstimos e adiantamentos a clientes").
Normalizado	Excluindo rubricas extraordinárias (consulte a Nota 9 "Lucros antes de impostos")
Exposições ponderadas pelo risco	Exposições multiplicadas pela percentagem adequada de ponderação do risco necessária para cumprir os requisitos do Acordo de capital Basileia, incluindo um valor de activo teórico para o risco operacional e de mercado.
Capital Tier 1	Capital por acções, prémio de acção, resultados retidos auditados, líquidos de activos intangíveis, goodwill e outros ajustes para cumprir os requisitos regulamentares.
Total de capital regulador	"Capital Tier 1" mais os empréstimos subordinados qualificados e os abatimentos por imparidade colectiva.

Endereços de páginas de Internet

Os dados complementares e recursos na Internet, incluindo os que estão listados abaixo, podem ser obtidos através dos seguintes endereços de Internet:

Dados complementares	Endereços de páginas de Internet
<p>FCE Bank plc.</p> <ul style="list-style-type: none"> Relatório e contas anual "Interim Report" (Relatório e contas intercalar) "Basel Pillar 3 Report" (Relatório do pilar 3 do acordo de Basileia) "Management Statement" (Declaração da administração) 	<p>http://www.fcebank.com ou http://www.fordfinancialeurope.com</p> <p>Para aceder através das hiperligações acima, clique em "Investor Information" (Informações do investidor)</p>
<p>Ford Motor Company (Empresa-mãe global) incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> "Financial Results" (Resultados financeiros) "Annual Reports" (Relatórios e contas anuais) "US SEC EDGAR filings" (Arquivo da EDGAR do SEC dos EUA) - Notas de rodapé 1 e 2 	<p>http://www.ford.com/about-ford/investor-relations</p> <p>Para aceder através da hiperligação acima, clique em "Company Reports" (Relatórios da Sociedade).</p>
<p>Ford Motor Credit Company incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> "Company Reports" (Relatórios da Sociedade) - Nota de rodapé 2 "Press Releases" (Comunicados à imprensa) "Ford Credit public asset-backed securities transactions" (Transacções públicas de títulos garantidos por activos da Ford Credit) - Nota de rodapé 3 	<p>http://www.fordcredit.com/investorcenter</p> <p>Para aceder através da hiperligação acima, clique em "Company Reports" (Relatórios da Sociedade) e, em seguida, na opção pretendida.</p>
<p>Bolsa de Valores do Luxemburgo que inclui</p> <ul style="list-style-type: none"> Prospecto Euro Medium Term Note Base (consulte a Nota 28 "Títulos de dívida em emissão"). 	<p>www.bourse.lu</p> <p>Para aceder, pesquise por "FCE"</p>
<p>Financial Reporting Council</p> <ul style="list-style-type: none"> O Código combinado do governo societário 	<p>http://www.frc.org.uk</p>



Informações complementares

Nota de rodapé 1: Securities and Exchange Commission (SEC) Electronic Data Gathering and Retrieval (EDGAR)

Nota de rodapé 2: Os arquivos do SEC incluem o Formulário 10-K para relatórios e contas anuais e o Formulário 10-Q para relatórios trimestrais.

Nota de rodapé 3: "Ford Credit public asset-backed securities transactions" (Transacções públicas de títulos garantidos por activos da Ford Credit). Inclui dados relativos à titularização a retalho pública europeia, contendo os seguintes tipos de relatório:

- Circulares de oferta
- Relatório mensal de agências de notação
- Notificação de pagamentos mensais
- Demonstração mensal a obrigacionistas

Estabelecimentos na Europa

Ao longo do tempo, as subsidiárias e sucursais do FCE forneceram planos de financiamento a retalho e por grosso para veículos da Ford e fabricantes europeus afiliados à Ford, de acordo com vários estilos comerciais, conforme se indica abaixo. O FCE encontra-se neste momento concentrado no financiamento de veículos da Ford. A Jaguar, a Land Rover, a Mazda e a Volvo transferiram os seus negócios de serviços financeiros para outros financiadores. As subsidiárias e as sucursais do FCE sediadas nos locais abaixo deixaram de comprar novos negócios da Volvo, da Jaguar, da Land Rover e da Mazda, embora continuem a gerir carteiras em liquidação existentes em muitos dos mercados.

Localização	Endereço	Estilos comerciais
<u>Localização das sucursais da Sociedade</u>		
ÁUSTRIA	Ford Bank Austria Zweigniederlassung der FCE Bank plc, Fuerbergstrasse 51, Postfach 2, A-5020 Salzburgo	F, JFS, LRFS, M, VCF
BÉLGICA	FCE Bank plc, Hunderenveldlaan 10, B-1082 Bruxelas (também gere negócios no Luxemburgo)	F, JFS, LRFS, VCF, M
GRÃ-BRETANHA	FCE Bank plc, Central Office, Eagle Way, Brentwood, Essex CM13 3AR (para obter uma lista completa das subsidiárias no Reino Unido, consulte a Nota 24)	F, VCF
FRANÇA	FCE Bank plc, Succursale France, 34 Rue de la Croix de Fer, Saint-Germain-en-Laye, 78174	F, JFS, LRFS, M, P, VCF
ALEMANHA	Ford Bank Niederlassung der FCE Bank plc, Josef-Lammerting-Allee 24-34, 50933 Colónia	F, M, JFS, LRFS
GRÉCIA	FCE Bank plc, Akakion 39 and Monemvasias, 15125 Marousi, Atenas	F, VCF
IRLANDA	FCE Bank plc, Elm Court, Boreenmanna Road, Cork 999937 IE	F, LRFS, VCF, HFS, M
ITÁLIA	FCE Bank plc, Via Andrea Argoli 54, 00143 Rome	F, JFS, LRFS, P, M, VCF
PAÍSES BAIXOS	FCE Bank plc, Amsteldijk 216/217, Postbus 795, 1000 AT, Amesterdão	F, JFS, LRFS, M, VCF
PORTUGAL	FCE Bank plc, Av. Liberdade, nº 249 - 5º Andar, 1250-143 Lisboa, freguesia de Coração de Jesus	F, VCF
ESPANHA	FCE Bank plc filial en España, Calle Caléndula, 13, 28109 Alcobendas, Madrid	F, P, VCF
<u>O Grupo: Subsidiárias europeias do FCE</u>		
REPÚBLICA CHECA	FCE Credit, s.r.o., Nile House, Karolinská 654/2, 186 00 Praga 8	F, VCF
HUNGRIA	FCE Credit Hungária Zrt/FCE Services Szolgáltató Kft, Galamb József u. 3., Szentendre 2000	F, VCF
POLÓNIA	FCE Credit Polska S.A./FCE Bank Polska S.A., Marynarska Business Park, Tasmowa 7, 02-677 Varsóvia	F, VCF
<u>O Grupo: Joint-Venture do FCE na região nórdica (participação do FCE na Saracen Holdco AB)</u>		
DINAMARCA	Forso Danmark, filial af Forso Nordic Ab, Borupvang 5 D-E, 2750 Ballerup	VCF, R, M
FINLÂNDIA	Forso Finance Oy, Taivaltie 1B, 01610 Vantaa	P, VCF
NORUEGA	Forso Nordic, Branch of Forso Nordic Ab, Pb 573, 1410 Kolbotn	LRFS, P, VCF, M
SUÉCIA	Forso Nordic Ab, Torpavallsgatan 9, 416 73 Göteborg	M, JFS, LRFS

Glossário de termos definidos

Termos Regulamentares	Significado dos termos financeiros
PBT ajustado	PBT excluindo rubricas extraordinárias, os ajustes do justo valor de instrumentos financeiros e os ajustes cambiais. Consulte a página 10 de "Resumo do desempenho".
Período de emergência da média de perdas	O período de tempo estimado entre o momento em que o valor das contas a receber passa a ter imparidade e o momento em que a conta é amortizada, expresso em anos.
IAS	Normas contabilísticas internacionais.
IFRIC	Comité de interpretação das normas internacionais de relato financeiro.
IFRS	Normas internacionais de relato financeiro.
Capital baseado em risco (RBE)	A base a partir da qual o FCE avalia o desempenho dos seus estabelecimentos. Os gastos com juros, partindo de uma abordagem de RBE, são ajustados a partir do valor apresentado nos termos das IFRS, de forma a atribuírem ao estabelecimento os gastos do capital com base na contribuição dos estabelecimentos para o risco total do FCE, e permitem a avaliação, de uma perspectiva global, do risco/retorno em cada estabelecimento. Os lucros antes de impostos, partindo de uma abordagem RBE, incluem um ajuste dos gastos com juros e excluem os ganhos e as perdas relativos aos ajustes do justo valor dos derivados e dos ajustes cambiais. O impacto nos resultados dos ajustes do justo valor dos derivados e dos ajustes cambiais está, essencialmente, relacionado com os movimentos das taxas de juro e encontra-se excluído da avaliação do desempenho, pois as actividades de gestão de risco do FCE são administradas de forma central.

Termos Regulamentares	Significado dos termos regulamentares
	Para obter mais informações, consulte o documento de divulgação do Pilar 3 do acordo de Basileia – o endereço da página de Internet é fornecido na página 130.
ARROW	Advanced Risk Response Operating Framework (quadro de funcionamento de resposta avançada ao risco).
Basileia II	Uma norma internacional de negócios utilizada pelos bancos reguladores ao criarem regulamentos e o ambiente de supervisão para as instituições financeiras da União Europeia, de modo a que estas mantenham reservas de liquidez suficientes para cobrir riscos financeiros e operacionais incorridos pelas suas operações. Emitida pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia, com a estrutura descrita na Directiva sobre os requisitos de fundos próprios da UE, e implementada pela legislação nacional.
ICAAP	Processo de auto-avaliação da adequação de capital.
ICG	A Orientação do capital individual é o que o FSA considera ser o nível de capital adequado para cumprir os objectivos regulamentares.
Pilar 1	Estrutura de capital que vem rever as directrizes do Acordo de 1988, ajustando os requisitos mínimos de capital de acordo com o risco real de perdas económicas de cada banco.
Pilar 2	Processo de revisão da supervisão da norma Basileia II através do qual os reguladores avaliam as actividades e os perfis de risco de bancos individuais para determinar se essas instituições devem deter níveis de capital mais elevados.
Pilar 3	Valoriza a capacidade de disciplina de mercado para motivar uma gestão prudente através do aumento do grau de transparência nos relatórios públicos emitidos pelos bancos aos seus accionistas e clientes.
Rácio de solvabilidade	Calculado através da divisão do "Total do capital regulamentar" pelos requisitos mínimos de capital calculados nos termos do Pilar 1, mais outros requisitos de capital de risco e da expressão deste valor na forma de uma percentagem. Para obter mais informações, consulte o documento de divulgação do Pilar 3 do acordo de Basileia.
Capital Tier 1	O capital Tier 1 do FCE é constituído pelo capital próprio, líquido de activos intangíveis, e goodwill (consulte a Nota 33 "Componentes do capital").
Rácio de capital Tier 1	O capital Tier 1 do FCE, conforme apresentado na Nota 33 "Componentes do capital", dividido pelas exposições ponderadas pelo risco no final do período, de acordo com o definido na secção "Principais rácios e termos financeiros", na página 129.
Capital Tier 2	O capital Tier 2 do FCE é constituído pela dívida subordinada e pelas perdas por imparidade colectiva (consulte a Nota 33 "Componentes do capital").
Capital Tier 3	O FCE não possui uma carteira de negociação e, por conseguinte, a sua estrutura de capital não inclui capital Tier 3 (consulte a Nota 33 "Componentes do capital").
Total do rácio de capital	O total do capital regulamentar do FCE, conforme apresentado na Nota 33 "Componentes do capital", dividido pelas exposições ponderadas pelo risco no final do período, de acordo com o definido na secção "Principais rácios e termos financeiros", na página 129.

Glossário de termos definidos

Outros termos	Significado de outros termos
Relatório e contas anuais de 2012	As demonstrações financeiras anuais consolidadas do FCE no e para o ano terminado a 31 de Dezembro de 2012
Conselho ou conselho de administração	O Conselho de Administração do FCE Bank plc.
Sociedade	O FCE Bank plc., incluindo todas as suas sucursais europeias, mas excluindo as suas subsidiárias e SPE.
Revendedor ou concessionário	Um grossista franchisado directamente pela Ford, ou por uma das suas filiais, para o fornecimento de vendas, serviços, reparações de veículos e financiamento. Consulte "Por grosso", adiante.
Derivados	Instrumentos financeiros que assumem a forma de contratos nos termos dos quais as partes concordam realizar pagamentos entre si com base no valor de um activo subjacente ou de outros dados em determinado momento no tempo.
EMTN	Programa de emissão de obrigações europeias a médio prazo de 1993 lançado pelo FCE para a emissão de Obrigações, incluindo títulos de retalho, tanto a investidores institucionais como a retalho. A dimensão máxima actual do programa é de 12 mil milhões de dólares americanos.
FCE ou Grupo	Sociedade e todas as suas subsidiárias e SPE (consulte a Nota 24, "Investimentos em participações do grupo").
FCI	Ford Credit International, Inc., empresa constituída nos termos da Lei do Delaware, EUA, uma subsidiária da Ford Credor e accionista principal da Sociedade.
Locação financeira	Também conhecida como locação totalmente paga. Um contrato que envolve um pagamento ao longo de um período primário/básico de somas especificadas suficientes, no total, para amortizar as despesas de capital do locador e para providenciar os custos de empréstimo do locador e lucro. O locatário, normalmente, é responsável pela manutenção do activo.
Ford Credit ou FMCC	Ford Motor Credit Company LLC, sociedade de responsabilidade limitada constituída nos termos da Lei do Delaware, EUA, e uma subsidiária totalmente detida indirectamente pela Ford.
Ford	Ford Motor Company, empresa constituída nos termos da Lei do Delaware, EUA, e a empresa-mãe global da sociedade. Em certos casos, este termo pode incluir a Ford Motor Company e todas ou parte das suas afiliadas.
Forso / a Forso JV	Uma joint-venture financeira constituída com a CA Consumer Finance, uma subsidiária de crédito ao consumo da Credit Agricole S.A. em Junho de 2008, que proporciona planos de financiamento automóvel a clientes e agentes nos mercados nórdicos.
Foveruka	Um plano de pensões da Ford Alemanha cujos activos incluem contratos de anuidade diferida e imediata com a companhia de seguros Alte Leipziger. O Foveruka cobre os trabalhadores assalariados horários e alguns trabalhadores do sector automóvel e do FCE (dependendo do cargo) contratados após 1 de Janeiro de 1993.
FSA	A Autoridade dos Serviços Financeiros do Reino Unido – um organismo independente não governamental, com poderes estatutários atribuídos pela Financial Services and Markets Act 2000. A FSA é a entidade que regula o FCE no Reino Unido.
Full Service Leasing ou FSL	Aluguer mensal fixo do veículo para clientes, incluindo manutenção contínua e eliminação do veículo no final do período contratado. Geralmente, o FCE detém responsabilidade pelo marketing e pelas vendas, pelos quais recebe um honorário, e subcontrata serviços de financiamento, locação, manutenção e reparação para as carteiras actuais e futuras de locações operacionais comerciais para um preferível parceiro sob a designação "Parceiro comercial".
Interim Report (Relatório e contas intercalares)	O relatório intercalar consolidado e as demonstrações financeiras do FCE até e para o semestre findo a 30 de Junho de 2012.
JFS	Jaguar Financial Services.
LRFS	Land Rover Financial Services.
Locação operacional	Os contratos nos quais os activos não são totalmente amortizados durante o período principal e nos quais o locador poderá não confiar nos alugueres para seu lucro mas pode procurar a recuperação do saldo dos seus gastos e dos seus lucros através da venda do activo recuperado no final da locação. O contrato de aluguer é uma variante da locação operacional.
Titularização pública/privada	As transacções públicas estão relacionadas com títulos garantidos por activos que são negociados publicamente e as transacções privadas estão relacionadas com vendas directas a um investidor individual ou a um conjunto de investidores.
Retalho	A parte do negócio do FCE que oferece produtos e serviços de locação e financiamento de veículos a consumidores individuais, negociantes únicos e negócios, mediada por um Revendedor ou Concessionário que tem uma relação estabelecida com o FCE.
Titularização	Uma técnica para angariar financiamento de activos geradores de rendimento, tais como empréstimos, através do redireccionamento do seu fluxo de caixa para suportar os pagamentos dos títulos garantidos por esses activos subjacentes. Do ponto de vista legal, os activos titularizados são, geralmente, transferidos para (e detidos por) uma SPE não susceptível de falência. Habitualmente, o FCE envolver-se-ia como um agente de serviços para cobrar e gerir os activos titularizados. O FCE também participa noutras transacções de "factoring" e financiamento estruturado com características semelhantes à titularização e que são igualmente referidas como "titularização" neste relatório.
Entidade de finalidade especial ou SPE	Uma entidade de finalidade especial não susceptível de falência cujas operações estão limitadas à aquisição e financiamento de activos específicos (que podem incluir a emissão de títulos garantidos por activos e a realização de pagamentos sobre os títulos) e na qual o FCE não tem, normalmente, nenhuma participação legal ou controlo de gestão (consulte a Nota 24 "Investimentos noutras entidades" para consultar uma lista de SPE da Sociedade).
VCF	Volvo Car Finance.
Por grosso	A parte do negócio do FCE que oferece financiamento para o inventário do grossista de veículos novos e usados, peças e acessórios. Também pode ser designado plano ao nível do revendedor ou financiamento de existências. Também pode incluir outras formas de financiamento fornecido a um grossista pelo FCE, tais como empréstimos de capital ou de propriedade, melhorias nas instalações do concessionário e descobertos de capital circulante. Consulte "Revendedor ou concessionário", acima.